



Figura 1: Foto abertura do filme Alice Júnior (2019)



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E DEMANDAS SOCIAIS
CONTEMPORÂNEAS
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA CLÍNICA, FENOMENOLÓGICA
EXISTENCIAL E PSICOSSOCIAL

ADELAIDE SUELY DE OLIVEIRA

ALÉM DA PELE: O CORPO DE ANTES E O QUE SE FABRICA A CADA DIA.
MEMÓRIAS, TRAMA DE DESEJOS E PRÁTICAS DE HOMENS TRANS

Recife – 2023

O48a

Oliveira, Adelaide Suely de

Além da pele : o corpo de antes e o que se fabrica a cada dia. Memórias, trama de desejos e práticas de homens trans / Adelaide Suely de Oliveira, 2023.

261 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Lopes de A. Amazonas
Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica, 2023.

1. Transexualidade - Aspectos psicológicos.
2. Identidade de gênero
3. Transexuais.
4. Masculinidade.
5. Teoria queer. I. Título.

CDU 159.922.1

Luciana Vidal - CRB-4/1338

Além da pele: o corpo de antes e o que se fabrica a cada dia. Memórias, trama de desejos e práticas de homens trans. © 2023 by Adelaide Suely de Oliveira is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

FOLHA DE APROVAÇÃO

ADELAIDE SUELY DE OLIVEIRA

Título da Tese:

"Além da pele: o corpo de antes e o que se fabrica a cada dia. Memórias, tra-
mas de desejos e práticas de homens trans".

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clí-
nica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de
Doutora em Psicologia. Esta tese foi defendida e aprovada em 30/06/2023 pela banca
examinadora e constituída pelas professoras e professores:



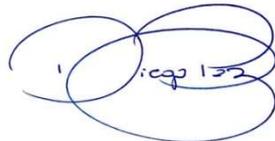
Prof.(a). Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
Orientadora



Prof.(a). Dra. Ana Lúcia Francisco
Examinadora Interno



Prof.(a). Dra. Gilclécia Oliveira Florêncio
Examinadora Interno



Prof. Dr;. Diego Paz
Examinador Externo



Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra-da-Fonseca
Examinador Externo

ADELAIDE SUELY DE OLIVEIRA

Além da pele: o corpo de antes e o que se fabrica a cada dia. Memórias, trama
de desejos e práticas de homens trans

Tese apresentada à banca examinadora como re-
quisito complementar para obtenção do título de
Doutor em Psicologia Clínica pelo Programa de
Pós-Graduação da Universidade Católica de Per-
nambuco

Orientadora: Dra. Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Recife

2023



Figura 2. Pichação em parede com frase da música: Amor & Sexo. De Rita Lee.

“Onde, então, está a sua tese? Em que região localizá-la? Ela está no seu texto (no seu trabalho de escrita e de interpretação), está nas vozes dos que falaram (no trabalho de lembrar que efetuaram) e está também em nossa leitura (no trabalho para compreender o lido e refazer o percurso interpretativo). Porque está em toda parte e em nenhuma, sua tese não é uma ‘coisa’ nem é uma ‘ideia’ – é um campo de pensamento”. (Ecléa Bosi, 1994)



Figura 3: Card de Natália Borges Polesso na página @papel.mulher no Instagram

AGRADECIMENTOS

Registrar os agradecimentos é uma tarefa difícil quando se trata da finalização desta tese de doutoramento porque envolve um grande número de pessoas e instituições que ao longo desses anos e em diferentes etapas contribuíram para que ela ocorresse, mas também pelos afetos e afetações neste percurso.

Quero começar agradecendo a Henrique e Júlio, filhos feitos de amor, que me brindam todos os dias, de perto ou de longe, com suas presenças, apoio e existências. São meus parceiros e me apoiam incondicionalmente aonde quer que eu vá. Obrigada por tudo.

A minha orientadora, Cristina Amazonas, que me acolheu desde o primeiro momento e ainda quando esta tese era só um projeto e um sonho. Obrigada pela confiança e por acreditar que era possível.

À Mariana Olívia, amiga-irmã de tantos carnavais e confidências, cujos comentários, críticas e sugestões foram fundamentais em todo o processo de elaboração desta tese, sempre por perto e sem largar a mão. Obrigada imensamente. Sua ajuda foi fundamental.

À Sabrina Mancio, que do menor aceno aos inúmeros pedidos de socorro, esteve prontamente disposta a ajudar, acolhendo e solucionando cada perrengue que aparecia. Muito obrigada.

Agradeço imensamente à Andrea Domanico, namorada, companheira e amiga presente em todos os momentos. Seu amor, carinho, apoio e sugestões foram fundamentais. Obrigada.

Aos colegas e amigos do doutorado com quem pude dividir as angústias dos dias difíceis na academia, muito especialmente aos queridos Bruno Robson e Francisco Francinete.

Aos meus irmãos Sérgio e Guilherme. Cada um de seu jeito e ao seu modo, sempre me apoiaram e estiveram do meu lado. Obrigada por serem parceiros.

À Veridiana Chiari Gatto, pelas trocas, pela parceria e pela escuta. Obrigada.

Aos coordenadores do GEMA – Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades, da Universidade Federal de Pernambuco, – Benedito Medrado e Jorge Lyra, fonte de inspiração e influência neste campo.

Um agradecimento muito especial aos meus interlocutores da pesquisa, homens trans com quem aprendi, chorei e dei boas risadas, ouvindo suas histórias vivências e memórias.

Ao Programa de Pós-Graduação como um todo, professoras, professores, funcionárias e funcionários, especialmente Sérgio de Araújo Wanderley e Danielle Mendes de Oliveira França, pela atenção e carinho com que nos recebem, sempre colaborando para resolver tudo que está ao seu alcance.

Às (aos) componentes das bancas: Ana Lúcia Francisco, Diego Paz, Gilclécia Oliveira Lourenço, Jaqueline Gomes de Jesus, Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca, Ricardo Delgado Marques de Lima e Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho pela disponibilidade com que aceitaram participar desse momento, contribuindo sobremaneira para essas etapas da minha formação como pesquisadora, junto com a minha orientadora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.

À turma de graduação de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (2022-2) e à professora Gilclécia, pela paciência e acolhimento no meu estágio à docência.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. Muito obrigada.

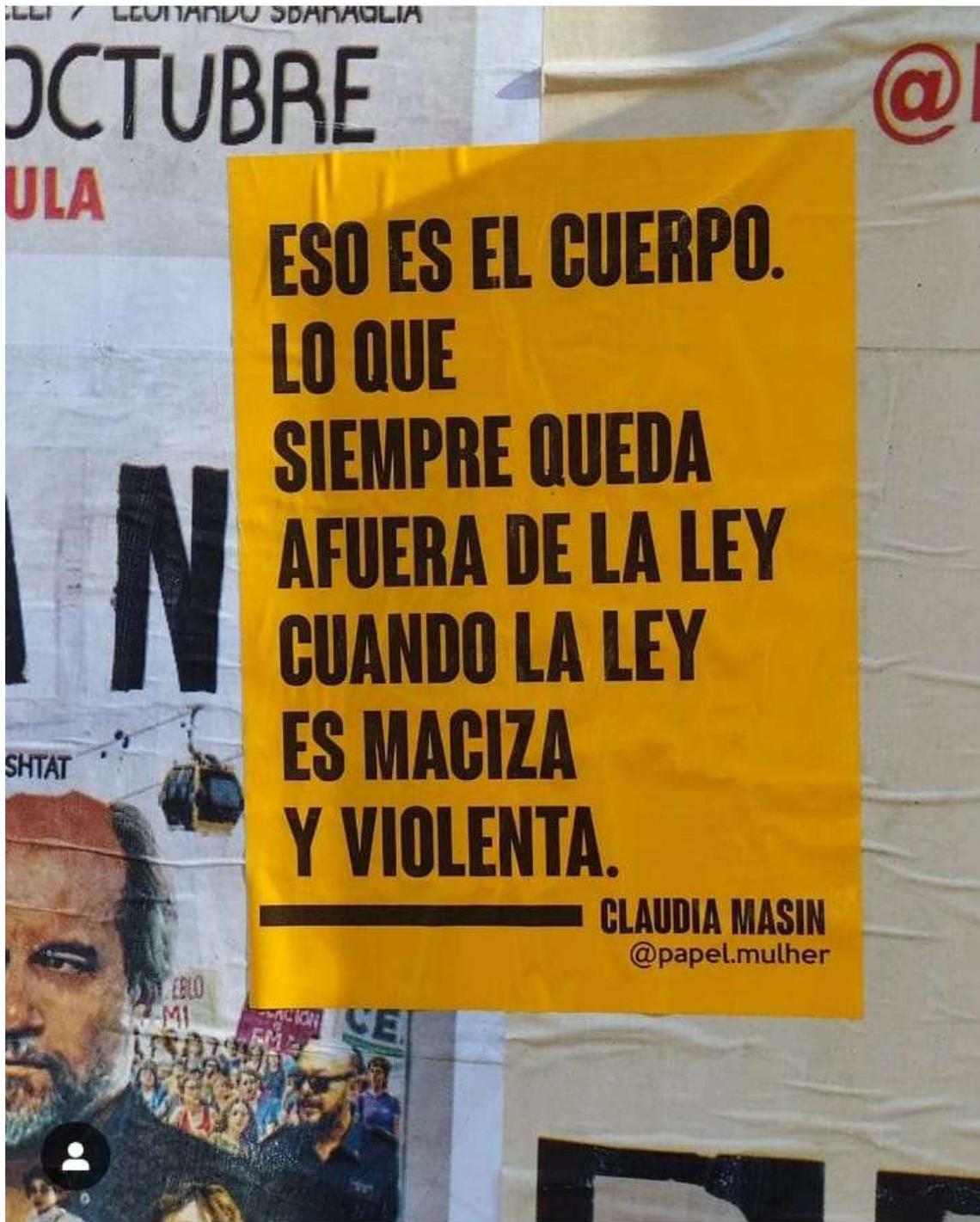


Figura 4. Card de Claudia Masin na página @papel.mulher no Instagram

“A mudança de sexo e a migração são as duas práticas de travessia que, ao porem em cheque a arquitetura política e legal do colonialismo patriarcal, da diferença sexual e do Estado-nação, situam um corpo humano vivo nos limites da cidadania e até do que entendemos por humanidade. O que caracteriza as duas viagens, para além do deslocamento geográfico, linguístico ou corporal, é a transformação radical do viajante, mas também da comunidade humana que o acolhe ou rejeita. O antigo regime (político, sexual, ecológico) criminaliza todas as práticas de travessia. Mas onde a travessia é possível, o mapa de uma nova sociedade começa a ser desenhado, com novas formas de produção e de reprodução da vida”. Paul B. Preciado.

Dedico esta tese às pessoas transgêneras.

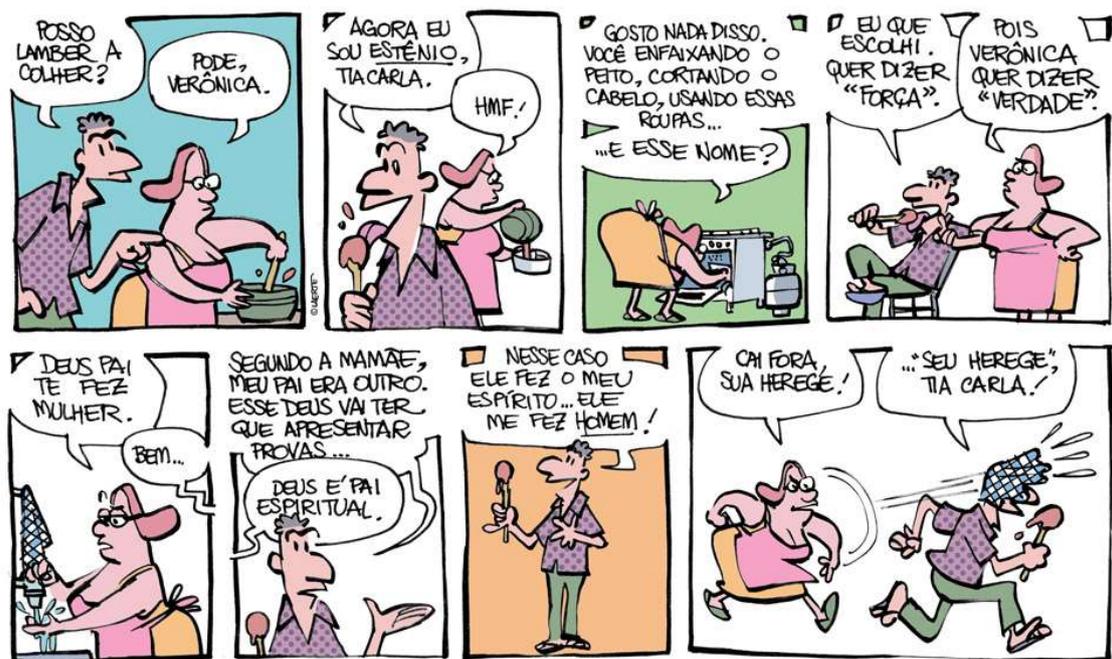


Figura 5. Estênio, por Laerte Coutinho. Na charge Estênio conversa com a sua tia Clara sobre a sua nova identidade de gênero, seu novo nome e uso do pronome.

PREÂMBULO Laerte

Laerte Coutinho, ou simplesmente Laerte como é mais conhecida, é cartunista, chargista e roteirista. É uma das maiores cartunistas do país, em termos da qualidade e da quantidade da sua obra. É brasileira, nascida em São Paulo em 1951. Ao longo de sua trajetória profissional, foi colaboradora de diversas publicações, entre elas O Pasquim, Veja, Istoé, Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo. Também criou tiras com personagens marcantes e populares como os Piratas do Tietê, Suriá e Muriel/Hugo.

Nesta tese, uso tirinhas e *cartuns* de Laerte ilustrando cada capítulo, especialmente as do diário de Muriel/Hugo que é uma personagem *crossdresser* que brinca com os padrões de gênero, revezando entre o masculino e o feminino, alternando entre Hugo e Muriel. *Crossdressing* é o ato de se vestir com roupas associadas ao sexo oposto, podendo ser um ato temporário ou não. Também recorro às tirinhas e *cartuns* sobre Estênio, homem trans nascido Verônica que faz várias provocações e reflexões sobre as questões que envolvem o processo transexualizador. Na charge acima (figura 4), Estênio de forma bem-humorada,

retrata o cotidiano de um homem trans lidando com questões como a nova identidade de gênero, as relações familiares e a transgeneridade, o novo nome e o uso dos pronomes.

O enredo das tirinhas em que tais personagens aparecem, narra o dia a dia da população trans no Brasil, criticando a transfobia, a forma binária como a cultura brasileira moderna trata a questão de gênero e sexualidade e, também, retratando a vida sexual das pessoas trans*. Aqui foram usadas, porque entendo que através do humor, a cartunista tem provocado vários questionamentos sobre gênero, identidade e transfobia, assim como são tiras que refletem a necessidade de dar visibilidade às questões trans. Em 2021, foi criado o site oficial da artista, onde estão disponíveis todos os seus trabalhos, informações e uma loja com seus livros e produtos exclusivos. As tiras e *cartuns* usados nesta tese, pertencem ao site oficial de Laerte: <https://laerte.art.br/>



Figura 6. Poster de “Laerte-se” para a Netflix

Laerte passou quase sessenta anos de sua vida se expressando e sendo identificada como homem, até que decidiu revelar sua identidade de mulher transsexual e em 2012 ajudou a fundar a Associação Brasileira de Transgêneras

(ABRAT) e se tornou uma militante da causa. O documentário da Netflix, *Laerte-se* (2017), de Lygia Barbosa da Silva e Eliane Brum, retrata a vida da cartunista e sua transição aos 58 anos de idade, analisando a construção da sua identidade de gênero e o significado de masculino e feminino em sua vida, ao mesmo tempo em que fala sobre os problemas que Laerte enfrenta quando passa a ser lida e reconhecida como mulher. No documentário, Laerte conta que desde a morte do filho em 2004, até o ano de 2009, viveu uma crise identitária e que depois de uma mudança, nesse mesmo ano, descobriu sua identidade feminina. Segundo a cartunista, Hugo e Muriel serviram como agentes de reflexão desse processo em que Muriel foi aparecendo gradativamente até fazer parte do seu cotidiano.

RESUMO

Esta tese de doutoramento se propõe a compreender a experiência de homens trans no processo de fabricação de corpos masculinos, atravessados por discursos sobre masculinidades e como esses corpos se articulam em relação a sua nova identidade de gênero. A pesquisa se insere no campo dos estudos pós-estruturalistas, tendo como marco analítico gênero, raça e decolonização, a partir da teoria *queer* e dos estudos subalternos. É um estudo que se insere no campo do uso de sites das redes sociais, feito no modo on-line. Tem como objetivos específicos compreender os usos da internet e redes sociais como espaço de reflexão para a masculinidade trans e, entender como homens trans estão se subjetivando no momento político atual, quais os principais fenômenos os atravessam e quais efeitos produzem sobre eles. É uma pesquisa qualitativa realizada por redes de computação, utilizando a plataforma Youtube. Foram estudados seis homens trans, com idade entre 21 e 25 anos, brasileiros, das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, sendo quatro homens que se autodefinem como brancos e dois que se autodefinem como negros. Na plataforma de compartilhamento de vídeos, os homens trans estão construindo um espaço de reflexão, um lugar de encontro onde eles conversam com outros homens trans, sobre questões relacionadas à transgêneridade e contam como eles estão se subjetivando como homens, falando sobre suas masculinidades a partir das narrativas que eles usam nas postagens semanais. A tese mostra que todas as pessoas fabricam seus corpos para se adequarem a um gênero, construindo ou reconstruindo esses corpos, iguais ou diferentes do sexo designado ao nascer. Não é, portanto, algo exclusivo das pessoas trans a busca pela adequação a um gênero. Pessoas cis ou trans são resultado de uma produção – fabricados, criados e artificiais. Uma ficção, uma criação que vai se fazendo e se refazendo cotidianamente, tudo determinado por um sistema compulsório no qual estamos mergulhados e afundados sem sequer nos darmos conta.

Palavras-chave: Pessoas transgênero. Transgêneridade. Estudos de gênero. Homem transexual. Masculinidades. Teoria *queer*.

ABSTRACT

This doctoral thesis intends to comprehend the trans men's experience in the process of male body fabrication, overpassed by discourses about masculinity and how these bodies are articulated in relationship to their new gender identity. This research is inserted in the field of post-structuralism studies, having as an analytical mark gender, race and decolonization, based on the Queer Theory and the Subaltern Studies. It is a study inserted on the field of social networks website uses, having an online approach. Its specific objectives are: understanding the uses of internet and social networks as a space for reflection over trans masculinity and comprehending how trans men are self-subjectifying at the current political moment, which main phenomena overpass them and which effects are produced upon them. It is a qualitative research realized through computer networks, using the Youtube platform. Six trans men were studied, with age variation between 21 and 25 years, Brazilians, from the Northeast, Southeast, South and Midwest regions. Four of them define themselves as white and two of them define themselves as black. On the video sharing platform, these trans men are creating a space for reflection, a place for meetings in which they talk to other trans men about matters related to transgenerity and they tell how they are self-subjectifying as men, speaking about their masculinities from the narratives they use in the weekly posts. The thesis demonstrates that all people fabricate their bodies in order to suit a gender, building or rebuilding these bodies, whether equal or different from the sex they were designated from birth. It is not, therefore, something exclusive to trans people the search for adaptation to a gender. Cis people or trans are the result of a production - they are fabricated, created and artificial. A fiction, a creation that is made and remade daily, all determined by a compulsory system in which we are dipped and drowned without even taking account.

Keywords: Transgender people. Transgenerity. Gender studies. Transexual man. Masculinities. Queer theory.

RESUMEN

Esta tesis doctoral se propone comprender la experiencia de hombres trans en el proceso de fabricación de cuerpos masculinos, atravesados por discursos sobre las masculinidades y cómo estos cuerpos se articulan en relación a su nueva identidad de género. La investigación se enmarca en el campo de los estudios postestructuralistas, teniendo como marco analítico el género, la raza e la descolonización, a partir de la teoría queer y los estudios subalternos. Es un estudio que se enmarca en el campo del uso de las redes sociales como espacio de reflexión sobre la masculinidad trans, y comprender cómo los hombres trans se subjetivizan en el momento político actual, cuáles son los principales fenómenos que los atraviesan y qué efectos tienen sobre ellos. Se trata de una investigación cualitativa realizada por redes informáticas utilizando la plataforma Youtube. Fueron estudiados seis hombres trans, con edades entre 21 y 25 años, brasileños, de las regiones Nordeste, Sudeste, Sur y Centro-Oeste, cuatro hombres que se definen como blancos y dos que se definen como negros. En la plataforma de intercambio de videos, los hombres trans están construyendo un espacio de reflexión, un lugar de encuentro donde hablan con otros hombres trans sobre temas relacionados con la transgeneridad y cuentan cómo se están subjetivando como hombres, hablando de sus masculinidades a partir de las narrativas que utilizan en sus publicaciones semanales. La tesis muestra que todas las personas fabrican sus cuerpos a la medida de un género, construyendo o reconstruyendo estos cuerpos, iguales o diferentes al sexo asignado al nacer. Por lo tanto, no es algo exclusivo de las personas trans buscar adaptarse a un género, las personas cis o trans son el resultado de una producción, fabricada, creada y artificial. Una ficción, una creación que se hace y se rehace a diario, todo ello determinado por un sistema forzoso en el que estamos inmersos y hundidos sin siquiera darnos cuenta.

Palabras clave: Personas transgénero. Transgénero. Estudios de género. Hombre transexual. Teoría queer.

Sumário

APRESENTAÇÃO QUEM É A PESQUISADORA QUE VOS FALA: O lugar de onde falo e minhas afetações com o tema estudado.....	20
CAPÍTULO UM: CENÁRIO POLÍTICO EM QUE SE DEU A CONSTRUÇÃO DA TESE: Apesar de você, amanhã há de ser outro dia.....	25
CAPÍTULO DOIS JUSTIFICATIVA: Por que realizar um estudo sobre transgeneridade masculina no Brasil	50
2.1 <i>Stop Trans Pathologization</i>	65
2.2 Sobre o Processo Transexualizador pelo SUS: Despatologizar, Desconstruir e Descolonizar Corpos, Corpas e Gêneros	71
CAPÍTULO TRÊS REVISÃO DA LITERATURA: Dialogando com estudos existentes no Brasil sobre masculinidades trans	91
CAPÍTULO QUATRO REFERENCIAIS TEÓRICOS E POLÍTICOS: O olhar da Cisgeneridade e o Sistema que nos afeta a todes	109
4.1 Decolonialidades e corpos dissidentes: “uma transição de gênero é uma viagem marcada por múltiplas fronteiras” (Preciado, 2020).	113
4.2 Teoria <i>Queer</i> : “Nem isso, nem aquilo, mas <i>queer</i> ”	126
CAPÍTULO CINCO PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO E A METODOLOGIA DA PESQUISA: Tecendo redes e costurando histórias	135
5.1 Descrição do trabalho de campo: transtornando o Youtube.....	142
5.3 Procedimentos, instrumentos de coleta de dados e a questão ética.....	148
5.4 Diário de campo virtual: uma experiência on-line	151
5.5. Problematizando a questão das identidades pessoais, sociais e profissionais dos homens trans que usam o YouTube como plataforma de vídeo e trabalho	153
5.6. Usos da internet e redes sociais como espaço de reflexão sobre as masculinidades trans	156
5.7 O diário de campo e a pesquisadora que vos fala	170
CAPÍTULO SEIS TORNAR-SE UM HOMEM TRANS EM UM PAÍS COLONIZADO:	174
6.1 A heterossexualidade como regime político.....	177
CAPÍTULO SETE EXPERIÊNCIAS DE DECOLONIALIDADES E CORPOS DISSIDENTES: Performatividade e Masculinidades	186
7.1 Performatividade de gênero	191
7.2 Tecnologias de gênero	204
7.3. Sobre Masculinidades e sobre ser homem	217
7.4 Agência	227
7.5 Sobre ser um homem trans negro.	229
7. 6 Sobre corpos, corpas e disforia de gênero.....	233
7.7 Transição	236
7.8 Ter ou não ter um pênis, eis a questão.....	238
EXPERIMENTANDO CONCLUSÕES: Existirmos a que será que se destina?	242
REFERÊNCIAS.....	247

APRESENTAÇÃO
QUEM É A PESQUISADORA QUE VOS FALA:
O lugar de onde falo e minhas afetações com o tema estudado.

Sou uma ativista do movimento feminista desde 1980 e a partir de 1997 construí uma trajetória na gestão pública, percorrendo os três níveis do executivo – municipal, estadual e federal. As questões de gênero e dos movimentos de mulheres e feministas são uma marca importante na minha trajetória pessoal, profissional e política. Sou uma mulher cisgênero, lida e reconhecida como branca, bissexual durante muito tempo e atualmente me considero lésbica. O trabalho desenvolvido com a população de Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersex e Assexuais (LGBTQIA+) – cursos, seminários, oficinas e capacitações, acompanhamento das ações, participação em conferências de saúde e de direitos humanos, colaboração em publicações e outras atividades – e o atendimento na clínica em psicologia, despertaram em mim, o interesse pelas questões ligadas à orientação sexual, identidade de gênero, vulnerabilidades e outras demandas dessa população específica.

Em vários momentos da história das políticas públicas para a população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Transexuais, *Queer*, Intersexo, Assexual e outros grupos e variações de sexualidades e de gêneros) no Brasil, eu estava construindo junto, seja como gestora pública, quando na então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, como consultora do Ministério da Saúde, posteriormente, ou como militante feminista e atuante no movimento LGBTQIA+. Entre 2010 e 2015 trabalhei no Departamento de Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Participativa (DAGEP/SGEP/MS) como consultora da FIOTEC – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, executando atividades no trabalho com políticas de gênero e saúde e acompanhando os projetos daquela instituição no que se refere às mulheres do campo e da cidade, das florestas e das águas, além de assessorar as políticas da população LGBTQIA+.

Mas estudar a população transexual e pesquisar sobre transgeneridades significa também ser afetada por ela, porque, como diz Berenice Bento¹ (2014), nenhuma outra experiência de gênero é tão forte no sentido de desnaturalizar o que é ser homem e o que é ser mulher. Em entrevista a Diego Madi Dias, “Brincar de Gênero: uma conversa com Berenice Bento” (2014), a autora diz que:

As feministas mais históricas deveriam agradecer pelas reivindicações das mulheres e homens trans. Uma concepção de gênero que pensa que o masculino e o feminino são os significados culturais que as sociedades atribuem à diferença sexual, reafirma a naturalização. Além de uma desnaturalização limitada e aqui penso no livro *O Segundo Sexo* (BEAUVOIR, 1970), uma concepção de gênero fundada na diferença sexual como princípio estruturante das performances de gênero, não alcança o debate sobre o caráter político da sexualidade. (BENTO, 2014).

Pesquisar sobre as identidades sexuais dissidentes, ou seja, diferentes daquelas caracterizadas pelas práticas heterossexuais e consideradas, portanto, não normativas, é também um posicionamento político diante de uma sociedade que se organiza seguindo a lógica binária, de viés genital, hetero-cis-normativa e excludente, além de buscar entender as possibilidades que existem nelas e que as atravessam. É uma forma de contribuir para visibilizar identidades de gênero e sexuais estigmatizadas, silenciadas e negadas e conhecer os seus discursos e narrativas. Como diz Paul B. Preciado (2020): “Não sou um homem. Não sou uma mulher. Tampouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês” (Preciado, 2020, p.28).

Nesta pesquisa, o interesse é investigar a trajetória de homens trans na fabricação de corpos masculinos atravessados por discursos sobre masculinidades. No Brasil ainda são poucos os estudos sobre transmasculinidades, embora nos últimos anos muitas pessoas se reconheçam como trans e passam a adentrar no campo político e acadêmico, demandando reconhecimento, assim como disputando os saberes da psicologia e da medicina, o direito a escolher como se posicionar em relação ao seu gênero e de transformar seu corpo de forma segura, como nos diz Richard Miskolci (2009).

Essa tese de doutoramento se insere na linha de pesquisa Práticas Psicológicas e Demandas Sociais Contemporâneas e tem como tema central da

¹ Fiz a opção por referenciar autoras e autores com nome e sobrenome ao serem citados pela primeira vez, por entender que apenas o sobrenome reforça a ideia de um suposto sujeito neutro que acaba por favorecer o gênero masculino.

pesquisa os processos de subjetivação de homens trans no Brasil no momento político atual. Tem como objetivo geral compreender a trajetória de homens trans na fabricação de corpos masculinos atravessados por discursos sobre masculinidades e como esses corpos se articulam em relação a sua nova identidade de gênero. São objetivos específicos: compreender os usos da internet e redes sociais como espaço de ação e reflexão para a masculinidade trans; entender como homens trans estão se subjetivando no momento político atual e quais os principais fenômenos os atravessam e quais os efeitos que produzem sobre eles.

Nesta tese adotei a sigla LGBTQIA+ significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis, Queers, Intersexo e Assexuais para designar o conjunto de sujeitos agrupados na categoria maior da diversidade sexual que inclui sexos, identidades e expressões de gênero. A sigla abarca identidades relacionadas à orientação sexual ao mesmo tempo que contempla identidades e expressões de gênero, como por exemplo, a letra T que é usada como símbolo da luta de pessoas trans* e travestis. Incluí a letra Q na sigla, em respeito ao que os movimentos vêm adotando, mesmo entendendo *queer* muito mais como uma teoria, um pensamento, um movimento e uma estética. O termo pessoas trans*, com asterisco, usados nesta tese abarca uma série de identidades não cisgêneras: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines, pessoas não binárias, mulheres transexuais e mulheres transgêneras e demais identidades de gênero fora do binômio homem-mulher. Várias autoras e autores compreendem que aí estariam incluídas também as travestis, sendo, portanto, parte do termo trans*, mas optam por deixar fora do termo guarda-chuva, assumindo uma postura política de afirmação das identidades travestis, como sugere Letícia Nascimento (2021)

Início esta tese de doutoramento, com uma **Apresentação** onde descrevo quem é a pesquisadora que vos fala, quais as minhas afetações e imbricações com o tema e objeto de estudo e quais as minhas posições políticas diante do tema escolhido para a pesquisa. No **Capítulo Um**, analiso o cenário político no Brasil nos anos recentes, a agenda antigênero e anti-estudos de gênero no país e no mundo e as implicações de tudo isso para a população LGBTQIA+. No capítulo, procuro demonstrar que o país vinha em um crescimento significativo nas

políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+ no início dos anos 2000, mas o advento do golpe que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente, a eleição de Bolsonaro representaram um enorme retrocesso nesse sentido, afetando sobremaneira essa população.

No **Capítulo Dois**, a **Justificativa**, apresento as razões para realizar um estudo sobre transgeneridade masculina no Brasil. Procuro descrever as principais conferências internacionais sobre as questões LGBTQIA+, os desdobramentos das conferências no debate sobre sexualidade e direitos humanos, além de nomear o grupo de pessoas trans* adotado nesta pesquisa.

O **Capítulo Três** é dedicado à **Revisão da Literatura**, momento em que busco dialogar com estudos existentes no Brasil sobre masculinidades trans. Este capítulo tem como objetivo analisar a literatura específica realizada a respeito dos estudos sobre pessoas transgêneras e masculinidades no Brasil e apresentar as principais evidências encontradas. No **Capítulo Quatro**, apresento os **Referenciais Teóricos e Políticos**, quais as principais autoras e autores com quem dialogo, porque a escolha da teoria *queer*, do feminismo decolonial e dos estudos subalternos para nortear as análises feitas e porque adoto nesta tese gênero, raça e decolonialidade como marco teórico analítico.

No **Capítulo Cinco** procurei descrever o percurso do trabalho de campo e a metodologia da pesquisa: **tecendo redes e construindo histórias**. Detalho o trabalho de campo e o uso da netnografia como um método de investigação importante para comunidades virtuais. Descrevo os procedimentos, instrumentos de coleta de dados e a questão ética. Também nesse Capítulo, apresento o perfil dos homens trans pesquisados e o diário de campo virtual como uma experiência on-line.

No **Capítulo Seis** procuro demonstrar como o sexo passou a ser um princípio organizador dos seres vivos – a biologização ocidental da diferença social e que, masculinidades e feminilidades, heterossexualidade e homossexualidade não são leis naturais, mas práticas culturais contingentes. Também bebo na fonte de Monique Wittig (2022) e Adrienne Rich (2010) para fazer a discussão sobre a heterossexualidade como regime político.

No **Capítulo Sete**, faço o debate sobre decolonialidades e corpos dissidentes, trabalhando os conceitos de performatividade e masculinidades, procurando demonstrar que as pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos

de maneiras diferentes de outras pessoas que lhes são contemporâneas, das que as precederam e das que as sucederam e, segundo Butler (2019), essa diferença de ser e fazer é fundamental. Por fim, apresento as conclusões desta tese.

CAPÍTULO UM:
CENÁRIO POLÍTICO EM QUE SE DEU A CONSTRUÇÃO DA TESE:
Apesar de você, amanhã há de ser outro dia².

Analisar o cenário político no Brasil nos últimos anos não tem sido uma tarefa fácil, especialmente quando isso envolve a defesa de direitos e a democracia. Nesse sentido, segue sendo um desafio, se contrapor ao avanço do neoliberalismo e dos fundamentalismos religiosos, que pretendo aprofundar mais adiante. O termo neoliberalismo começou a ser usado na década de 1930, mas é sobretudo a partir dos anos 1980 que seu uso ganha força, pelos projetos dos defensores da política do presidente dos Estados Unidos (EUA), Ronald Reagan e da ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher. Com o declínio do modelo de bem-estar social a partir dos anos 1970, as ideias liberais reapareceram como ideologia predominantes na política e economia internacionais (Andrade, 2019).

Porém, é preciso lembrar que já em 1975, o ditador Augusto Pinochet adotou medidas pró-liberação do mercado e diminuição do Estado, que incluíam demissão em massa de servidores públicos e privatização de empresas estatais. O conceito, desde então, passou a ser adotado para designar pejorativamente a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo. Na década de 1990, o conceito passou a designar uma série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e sua divulgação estendeu-se aos movimentos sociais e às lutas anticapitalistas, até tornar-se popular (e polêmico) internacionalmente. O modelo neoliberalista legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica para a qual o livre mercado é garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. O neoliberalismo, portanto, se organiza a partir desses três eixos (Daniel Pereira Andrade, 2019, p. 213; 221).

O Brasil está mergulhado em uma crise política desde 2016 quando a Câmara dos Deputados, comandada por um parlamentar condenado por corrupção,

² “Apesar de você” é uma canção escrita pelo cantor e compositor brasileiro Chico Buarque, lançada em 1970.

Eduardo Cunha, aprovou a abertura de um processo de *impeachment*³ contra Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita à presidência do Brasil, que resultou em um golpe parlamentar e midiático combinado com fortes dimensões de gênero, carregados de preconceitos e estereótipos sexistas com o intuito de deslegitimar a imagem da presidenta Dilma. Nos próximos parágrafos pretendo argumentar o desenrolar desta crise e a consequência dela nas políticas sociais do Estado e, conseqüentemente, nas políticas afirmativas e para as pessoas LGBTQIA+.

O *impeachment* é citado em vários veículos de comunicação como um dos acontecimentos que mais impactaram o ano de 2016 no Congresso e no país. Segundo a Agência Senado, o processo foi marcado por controvérsias que já vinham se desenrolando desde o ano de 2015. No dia 2 de dezembro desse ano, data que marca o apoio do Partido dos Trabalhadores ao processo de cassação de Eduardo Cunha (deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro, do Rio de Janeiro), o ex-presidente da Câmara anunciou o acolhimento do pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma, feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reali Júnior e Janaína Pascoal.

Em 8 de dezembro daquele ano, ainda segundo a Agência Senado, o Plenário da Câmara elegeu, em votação secreta, uma chapa avulsa com nomes da oposição para compor a comissão especial que analisaria o pedido de *impeachment*. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o então advogado da União, Luís Inácio Adams, defenderam a anulação da votação secreta para eleger a comissão especial. O Supremo Tribunal Federal (STF) então, no dia 17 de dezembro, definiu o rito do *impeachment* a ser seguido pela Câmara, anulando a eleição da comissão especial.

³ Sobre o processo de impeachment da presidenta Dilma, encontrei informações detalhadas no link do Senado Notícias na matéria: Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Acesso em 04/12/2022. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>



Figura 7. Manifestantes em Recife, na Praça do Carmo em ato contra o golpe, que contou com a presença da presidenta Dilma Rousseff. 19/06/2016. Foto: Juventude do PT/Recife.

Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma Rousseff. Mas não foi sem resistência que o *impeachment* aconteceu. Durante todo o período que antecedeu a votação na Câmara de Deputados, movimentos de mulheres e feministas, camponeses e urbanos, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimentos estudantis, centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), movimentos LGBTQIA+ entre outros, ocuparam as ruas de todo o Brasil, em protesto contra o golpe que se anunciava. E cada manifestação popular que aconteceu naquele período, como o Grito dos Excluídos, por exemplo, incorporou bandeiras contra o golpe, contra o *impeachment* e contra Michel Temer. O Grito dos Excluídos são atos públicos que acontecem em todo o país desde 1995, ao longo da Semana da Pátria e que culmina no 7 de setembro – Dia da Independência do Brasil.



Figura 8: Participantes do 22º Grito dos Excluídos na Ponte Duarte Coelho, no Centro do Recife. Foto: Danilo Tenório/TV Globo (Fonte: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/09/grito-dos-excluidos-no-recife-se-une-ato-contra-o-presidente-michel-temer.html>)

Michel Temer foi um dos articuladores da deposição de Dilma de quem era o vice-presidente do Brasil desde 2011. Durante o tempo em que ficou na presidência, Temer fez algumas manobras e conseguiu aprovar no Congresso a Emenda Constitucional nº 95, conhecida como Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, que impôs um teto de 20 anos para gastos públicos e uma reforma trabalhista, causando estragos enormes para o país, conforme dados que apresento a seguir. Entre as manobras constam a exoneração de três ministros que também eram deputados federais para que eles pudessem votar favoráveis ao projeto, uma vez que os suplentes desses ministros poderiam votar contrários à emenda constitucional ou que se abstivessem (https://brasil.ele-pais.com/brasil/2016/10/11/politica/1476140602_387802.html). Temer se encarregou de dismantlar as políticas públicas que levaram anos para serem implementadas e o povo brasileiro assistiu estupefato cada uma de suas conquistas serem destruídas, incluindo políticas sociais que tiraram milhões da miséria e da

pobreza, com o objetivo de implantar no Brasil uma agenda ultra neoliberal, o que tento demonstrar com argumentos e dados nos próximos parágrafos.

O Governo Temer cortou 80 mil bolsas integrais oferecidas pelo ProUni usando para isso a justificativa da diminuição com os gastos públicos. O ProUni – Programa Universidade para Todos (<https://accessunico.mec.gov.br/prouni>) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005 e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. É uma iniciativa do governo federal para oferecer bolsas de estudos em faculdades privadas para estudantes de baixa renda que ainda não tenham um diploma de nível superior. É uma oportunidade de conseguir fazer uma faculdade, adquirir um diploma e poder concorrer, supostamente com mais chance, no mercado de trabalho.

O Programa Bolsa Família (PBF), que tirou o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), foi também um dos atingidos pelos cortes de Michel Temer. Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer, o que significa 14 milhões de novos brasileiros e brasileiras em situação de fome. De acordo com o estudo, mais da metade da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave (<https://olheparaafome.com.br/>). Em sua segunda edição, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, analisa dados coletados entre novembro 2021 e abril de 2022, tendo realizado entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios, distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal. A Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar foram medidas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

O PBF foi um programa de transferência direta de renda com condicionais, que beneficiava famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do governo Federal do Brasil (<https://cps.fgv.br/bolsa-familia-o-que-e-e-como-funciona>). Quando foi criado, o PBF integrava o Programa Fome Zero, que tinha como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania

pela população mais vulnerável à fome. A gestão do Bolsa Família era descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios. O Programa foi instituído pela Lei nº 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04 e os três entes federados trabalhavam em conjunto para aperfeiçoá-lo, ampliá-lo e fiscalizá-lo. Quase um milhão de famílias que recebiam cerca de R\$170,00 por mês perderam o auxílio.

Ainda no agrupamento dos prejuízos sofridos pelo país, outro corte drástico aconteceu no Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/minha-casa-minha-vida>), um programa de habitação do governo federal, criado em março de 2009 pelo Governo Lula, para subsidiar a aquisição de casa ou apartamento próprio para famílias com renda de até 1,8 mil reais. Em 2018, a Caixa Econômica Federal informou que 14,7 milhões de pessoas compraram um imóvel com o programa – o que corresponde a 7% da população brasileira. Entre 2015 e 2016, houve redução de 94,9% no valor investido no programa caindo de R\$ 23,55 bilhões para R\$ 1,2 bilhão. No dia 12 de janeiro de 2021, entrou em vigência a Lei nº 14.118 que instituiu o Programa Casa Verde e Amarela, supostamente com o objetivo de ampliar o PMCMV. Esse programa substituiu o PMCMV, que até então era o programa habitacional do governo federal. De acordo com o site do programa, ele tem gerenciamento da Caixa Econômica Federal e, está voltado, especialmente às famílias de baixa renda. (<https://vempracasa.com/blog/programa-casa-verde-e-amarela-o-que-e-como-funciona/49>).

Em 2018, poucos meses antes de acontecerem as eleições para presidente da República, logo nos primeiros meses do ano, ocorreu o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do motorista Anderson Gomes⁴, com ampla repercussão por ser considerado um crime de violência política de gênero. Uma mulher negra, lésbica, militante e defensora dos direitos humanos, oriunda do Complexo da Maré, ou simplesmente Maré, um bairro localizado na zona norte do Rio e eleita vereadora, que em seu mandato atuou contra as milícias, considerado o braço armado do Estado. No Brasil, no contexto da criminalidade, milícia está relacionada às

⁴ Sobre o assassinato de Marielle e Anderson, trabalhei com os dados usados conforme o dossiê do caso que segue uma linha do tempo dos acontecimentos: <https://casomarielleeanderson.org/linha-do-tempo>

organizações criminosas formadas em comunidades de baixa renda e que, usando do argumento de combater o crime do narcotráfico, usam de práticas ilegais, extorquindo a população e a exploração clandestina de comerciantes e moradores locais (Bruno Paes Manso, 2020).

Naquele ano, as eleições começaram com a disputa polarizada entre os candidatos Fernando Haddad e Jair Bolsonaro, uma eleição marcada por *fake news*⁵ e muitos boatos no WhatsApp em favor do candidato Bolsonaro que usou uma poderosa máquina com grande estrutura e forte financiamento. WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, onde além de mensagens de texto, é possível enviar imagens, fotos, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. Na época, agências de *fact-checking* (checagem de fatos) firmaram parceria oficial com o Facebook, rede que se comprometeu a conscientizar os seus usuários e usuárias sobre o tema. A propagação de notícias falsas também levou à criação do Projeto Comprova – que reúne jornalistas de 41 (quarenta e um) veículos de comunicação brasileiros para descobrir e investigar informações suspeitas sobre políticas públicas, eleições presidenciais e a pandemia de covid-19 que foram compartilhadas nas redes sociais ou por aplicativos de mensagens. O @Comprova foi criado para combater a desinformação e se tornou um dos maiores portais do país (<https://projeto-comprova.com.br/>).

Foram muitos dados falsos, notícias, sites, fotos, áudios e vídeos com conteúdo duvidoso e até mesmo mentirosos. Uma boa parte das notícias falsas e boatos espalhados nas redes sociais, atingiam a pauta LGBTQIA+⁶. Matérias em jornais mostram a difusão de mentiras camufladas como notícias, vídeos que tentam desmentir publicações negativas da imprensa, desconfiança de pesquisas e falsos apoios de celebridades à candidatura de Bolsonaro. Em relação à pauta LGBTQIA+, uma das *fake news* espalhadas e bastante comentada nos

⁵ *Fake News* é um termo em inglês que tem sido usado para notícias e informações falsas, geralmente, amplamente compartilhadas por meio de jornais impressos, televisão ou rádio e/ou *online* como nas mídias sociais, blogs e podcasts.

⁶ Aqui um importante site que consultei nesta tese sobre a máquina de “fake news” nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html

meios de comunicação e nas redes sociais, foi o *Kit Gay*⁷ para crianças de seis anos que seria distribuído nas escolas.

Aqui procuro explicar a origem da falácia sobre o que eles apelidaram de *kit gay*. Quando Fernando Haddad foi ministro da educação no governo Lula (2005-2012), apresentou em 2011, em parceria com movimentos sociais, um projeto chamado Escola Sem Homofobia que nunca chegou a ser implementado. Tratava-se de um projeto de formação para professores da rede pública sobre direitos LGBTQIA+, violência, preconceitos e respeito à diversidade. Referia-se a um material composto por um caderno e peças impressas e audiovisuais que já havia sido encomendado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao Ministério da Educação (MEC) e elaborado por um grupo de Organizações Não-Governamentais (ONGs) especializadas e, em conformidade com as diretrizes de um programa do governo federal já lançado em 2004. Logo o projeto recebeu o apelido de *kit gay*⁸ e foi difamado pelo então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, que insistia que o projeto tinha como objetivo homossexualizar ou transexualizar crianças e ensinar “ideologia de gênero” nas escolas. Uma das imagens amplamente propagadas, mostrava uma mamadeira em forma de pênis com a informação mentirosa avisando que o objeto estava sendo distribuído nas escolas.



Figura 09: Mamadeira de piroca (<https://ury1.com/MMxlihttps://ury1.com/MMxli>).

⁷ O Kit Gay não somente nunca existiu como jamais foi distribuído em escolas, conforme consulta feita ao registro no site Congresso em Foco: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/>

⁸ Neste site obtive um pouco mais de detalhes sobre o projeto: “Bolsonaro mente ao dizer que Haddad criou o kit gay”: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html

No dia 16 de outubro de 2018, o ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a remoção de vídeos publicados no Facebook e YouTube nos quais o candidato Jair Bolsonaro aparece criticando a suposta distribuição, pelo Ministério da Educação a escolas públicas, de um livro destinado às crianças com imagens de cunho sexual. Conforme matéria no G1⁹, portal brasileiro de notícias, mantido pelo Grupo Globo, o ministro Horbach concluiu que a obra nunca foi distribuída em escolas públicas pelo governo.

Durante a campanha, uma pesquisa da Ideia Big Data Avaaz (um instituto de pesquisa especializado em opinião pública e estratégia, fundado em 2011) mostrou que 83,7% dos eleitores de Jair Bolsonaro acreditaram na informação de que Fernando Haddad distribuiu o chamado *kit gay* para crianças em escolas¹⁰. Esse ainda é um assunto que vez por outra volta às mídias, porque sempre aparece um parlamentar aliado do ex-presidente Bolsonaro que se encarrega de requeotá-lo.

Um outro boato espalhado durante a campanha dizia que caso eleito, Haddad legalizaria a pedofilia. Circulava na internet um cartaz – montagem com a foto de uma menina com a boca tampada pela mão de um homem, onde estava escrito: “Um projeto de lei torna a pedofilia um ato legal. O sexo com crianças a partir de 12 anos deixaria de ser crime”, conforme se pode observar mais adiante na figura 09. O cartaz incluía a logomarca da campanha de Haddad. Na verdade, a confusão proposital referia-se ao projeto de lei do Senado 236/212 (Reforma do Código Penal Brasileiro) que propunha uma possível redução da idade de consentimento sexual de 14 para 12 anos e não a legalização da pedofilia. Também não é um projeto de lei de Haddad que nunca ocupou um cargo no legislativo. É um projeto que propõe alteração do Código Penal Brasileiro, não propõe legalizar a pedofilia e foi apresentado pelo então senador José Sarney, à época do PMDB do Amapá.

⁹ Muitas matérias foram publicadas na ocasião sobre a decisão do TSE e, uma dessas matérias que usei para me basear no argumento acima, foi esta do G1 publicada no dia 18/10/2018: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-a-kit-gay.ghtml>

¹⁰ E aqui também consegui um pouco mais sobre o registro de dados: “Kit gay nunca foi distribuído em escolas. Veja verdades e mentiras”: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/>



Figura 10: Para dar credibilidade à mentira, o card manda as pessoas pesquisarem o PL nº 236/2012.¹¹

Como resultado de uma campanha desonesta, cheia de mentiras e de *fake news*, Jair Bolsonaro foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) para a presidência da República, um capitão reformado do exército, de perfil ultraconservador, que foi deputado federal por sete mandatos pelo Rio de Janeiro. Ao longo de quase 30 anos de mandatos como deputado federal, Bolsonaro deu declarações polêmicas, homofóbicas e racistas sobre a pauta de direitos humanos, da comunidade LGBTQIA+, das mulheres negras e diversidade religiosa.

Sobre a eleição de Bolsonaro, os autores Diego Paz, Cristina Amazonas e Benedito Medrado (2020) resumem aqui de maneira bem definida:

“Eleito em novembro de 2018, sua campanha foi guiada pela produção de falsa notícias (*fake news*), mobilizando narrativas deliberadamente distorcidas, como a ‘ideologia de gênero’ e o ‘*kit gay*’, situando questões de gênero e de diversidade sexual no centro de fortes controvérsias morais. Um dos efeitos desse posicionamento discursivo tem sido a autorização, na esfera pública e política, da passagem ao ato violento e da manifestação concreta da violência nas mais diferentes nuances, da simbólica à letal”. (Paz, Amazonas & Medrado, 2020, p.74).

¹¹ Durante a campanha (2018), matérias de diversos sites e da coordenação da própria campanha Lula divulgaram notas explicativas sobre “defesa de pedofilia” tratar-se de notícia falsa e mentirosa, conforme podemos observar aqui: <https://lula.com.br/combata-fake-news-fernando-haddad-nao-defende-pedofilia/>

Entre as frases do (agora) ex-presidente Bolsonaro consideradas polêmicas¹² estão:

“Fui ser deputado federal para não andar de ônibus, fusca, van e morar bem” – ao ser perguntado por um vendedor ambulante, em agosto de 2013, se o transporte público não seria melhor caso os políticos utilizassem o serviço;

“Sou preconceituoso, com muito orgulho” – em entrevista à revista *Época*, em 2011;

“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” – em entrevista à revista *Playboy*, em dezembro de 2011; e,

“O filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um couro e muda o comportamento dele” – em debate na TV Câmara, em 2010.

Bolsonaro entrou na política defendendo pautas militares e apologia à ditadura militar e se consolidou como parlamentar com repertório conservador e em defesa da família tradicional. Como deputado federal, Jair Bolsonaro defendeu a morte de homossexuais e, em discurso no plenário da Câmara, disse que só não cometeria estupro contra a deputada federal Maria do Rosário (PT/RS), porque ela “não merecia”¹³. O ataque aconteceu depois que a parlamentar usou a tribuna da Câmara para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e tratar da entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV ficou conhecida como “Comissão da Verdade” e foi um colegiado instituído pelo governo brasileiro em 2011, para investigar as graves violações dos direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988. Bolsonaro já havia se dirigido à deputada com outras ofensas relacionadas ao estupro.

Em seu primeiro ano de gestão Bolsonaro desmontou políticas que impactavam positivamente na vida das mulheres, dos negros e negras, dos povos originários, dos jovens e da população LGBTQIA+. Foram atacadas frontalmente as políticas de seguridade social, o Sistema Único de Saúde (SUS), as políticas

¹² As frases consideradas polêmicas foram registradas em entrevistas, debates e depoimentos diversos, como se pode observar no registro feito no site Congresso em Foco:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>

¹³ As declarações sobre estupro dadas pelo então deputado federal Jair Bolsonaro estão em vários veículos de informações, incluindo sites e blogs. Para esta tese, usei algumas das informações registradas no site do senado: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/504802/noticia.html>

de enfrentamento ao racismo, o combate à LGBTfobia e as políticas direcionadas diretamente às mulheres. No seu segundo ano de governo, logo nos primeiros meses de 2020, o Brasil identificou a primeira infecção pelo novo coronavírus e países como Espanha, França e Itália foram os mais afetados da Europa durante os primeiros meses da pandemia.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o novo coronavírus como uma pandemia mundial. Pandemia, segundo a OMS, é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. O Sars-Cov-2, o novo corona vírus que causa a doença da Covid-19, foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Antes do surto de infecções na cidade, o novo coronavírus nunca tinha sido identificado em seres humanos.¹⁴ Em maio de 2020 o Brasil tornou-se o epicentro da pandemia, devido à imensa subnotificação de casos e, em menor grau, de mortos, graças principalmente à baixa testagem, juntamente com uma curva ascendente de novas mortes.

Durante os anos de 2020 e 2021 o Brasil viveu o pesadelo de chorar seus mortos e entrar para a estatística como um dos países que bateu recorde no número de mortes diárias e ultrapassando 700 mil mortes desde o início da crise sanitária, número registrado até o dia 28 de março de 2023¹⁵. Contabilizou em junho de 2021 elevados números de casos, chegando a 95 mil casos diários e acendendo o alerta das autoridades sanitárias para a chegada da terceira onda da pandemia no país. A vacinação no Brasil começou em janeiro de 2021 pelos grupos prioritários: trabalhadores da saúde, pessoas que vivem em asilos, abrigos e residências para idosos com sessenta anos de idade ou mais, pessoas institucionalizadas com deficiência e população indígena aldeada. Segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS) no Sistema Único de Saúde. Criada em 2010, a SESAI atende mais de 762 mil

¹⁴ Sobre a pandemia da Covid 19 usei algumas informações detalhadas neste site: <https://www.politize.com.br/covid-19-um-ano-de-pandemia/>

¹⁵ Segundo boletim Corona Vírus Brasil: <https://covid.saude.gov.br/>

indígenas aldeados em todo o país, segundo o site oficial da própria Secretaria Especial de Saúde Indígena (<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>). Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o Brasil demorou a começar a vacinação por uma série de contratempos, desde a falta de compreensão por parte do presidente Bolsonaro sobre a importância de imunizar a população, até o imbróglio da compra de vacinas¹⁶.

Em abril de 2021 foi instalada no Senado Federal, uma Comissão Parlamentar de Inquérito chamada “CPI da pandemia” ou “CPI da Covid” para investigar as omissões e irregularidades nas ações do governo federal do presidente Bolsonaro durante a pandemia da covid-19 no Brasil, cujo relatório foi concluído e apresentado ao país em novembro de 2021. A CPI pediu o indiciamento de mais de 80 pessoas, entre pessoas físicas e empresas, incluindo Bolsonaro e ministros. O relatório ressalta que o governo federal e o presidente Jair Bolsonaro por meio de suas declarações tinham como objetivo expor deliberadamente a população ao contágio em massa, buscando conter a epidemia por meio da chamada imunidade de rebanho – uma estratégia de controle de doenças infecciosas.¹⁷ Em 2022, dois senadores da República, Humberto Costa do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco e Randolfe Rodrigues, da Rede de Sustentabilidade do Amapá, lançaram o livro “A política contra o vírus. Bastidores da CPI da Covid”, onde eles retratam o percurso que começou com a colheita de assinaturas para o pedido da instalação da Comissão do senado o processo que culminou no relatório final (Randolfe Rodrigues & Humberto Costa, 2022).

Para terminar esse tópico, uma notícia de esperança. No dia 5 de maio de 2023, o chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS). Tedros Adhanom Ghebreyesus, da ONU declarou o fim da Covid-19 como uma emergência de saúde pública. Segundo o Painel de Controle do Coronavírus da OMS, que reuniu as principais estatísticas desde o início da pandemia, os casos acumulados em todo o mundo agora são de 765.222.932, com quase sete milhões de mortes: o número exato atualmente é de 6.921.614. Até 30 de abril de 2023, um total de mais

¹⁶ Sobre a polêmica e confusa compra das vacinas no Brasil encontrei neste site informações seguras: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>

¹⁷ Sobre a imunidade de rebanho usei os dados do site oficial da Fiocruz da Bahia: <https://www.bahia.fiocruz.br/somente-cobertura-vacinal-pode-garantir-imunidade-de-rebanho-contra-a-covid-19-afirma-pesquisadora/>

de 13,3 bilhões de doses de vacina foram administradas em todo o mundo¹⁸. É um vírus que veio para ficar, nas palavras de Adhanom, “ele ainda está matando e ainda está mudando. Permanece o risco de surgirem novas variantes que causem novos surtos de casos e mortes”. A tendência de queda dos dados por mais de 12 meses, o aumento da imunidade devido à eficácia das vacinas desenvolvidas em tempo recorde para combater as doenças e as infecções, a diminuição da taxa de mortalidade foram fatores que levaram o Comitê de Emergência liderado pela OMS a tomar essa decisão e divulgar o fim da Covid-19 como uma emergência de saúde pública.

No Brasil, a ministra da Saúde do novo governo Lula (2023-2026), Nísia Trindade, fez um pronunciamento em rede nacional, celebrando o fim da emergência da Covid-19, mas deixou um alerta sobre a necessidade de vacinação, lembrando que o vírus segue passando por mutações e infectando pessoas e que a melhor forma de conviver com a doença é ter a população imunizada. Segundo o site oficial do governo federal (www.gov.br), a ministra celebrou a redução progressiva do número de hospitalizações e óbitos no país, como resultado da proteção da população pelas vacinas. Para a ministra, há uma mudança de cenário do modo de emergência para o enfrentamento continuado, como parte da prevenção e controle de doenças infecciosas. Ainda segundo o site, desde fevereiro, o Ministério da Saúde tem atuado junto a estados e municípios para intensificar o reforço contra a Covid-19. E nesse período, mais de 13 milhões de doses de vacinas bivalentes foram aplicadas no país.

1.1 Uma agenda antigênero em curso no país e no mundo

O avanço da extrema-direita vem acontecendo a passos largos em vários países nos últimos anos, saindo do armário os discursos de argumentos xenofóbicos, racistas, misóginos e homofóbicos e se espalhando pela França, Croácia, Equador, Colômbia, Costa Rica, Brasil, Uruguai, Turquia, Israel, Itália e Estados Unidos. Uso aqui a expressão “saindo do armário”, propositadamente, uma vez que esta afirmação tem sido usada no contexto LGBTQIA+ para descrever a

¹⁸ Informações baseadas no site oficial das Nações Unidas do Brasil: <https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%Aancia-de-sa%C3%BAde>

anunciação da orientação sexual ou da identidade de gênero de alguém ou de si próprio. Essa ofensiva mundial conservadora vem acontecendo com mais força nos anos 1990, com os debates realizados em conferências internacionais que serão detalhadas mais à frente, que remetem aos direitos das mulheres como direitos humanos, ao reconhecimento que a desigualdade da mulher é um problema estrutural, às definições sobre saúde e direitos reprodutivos, às referências a gênero e aos estudos de gênero e, sobretudo, às questões relativas à orientação sexual.

Autoras e autores citados (as) a seguir mostram que o problema do Vaticano com as questões de gênero começa como uma reação tardia à aprovação do conceito (de gênero) no documento final da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo (Richard Miskolci; Maximiliano Campana, 2017; Sonia Corrêa, 2018; Luís Felipe Miguel, 2021). Mas o que teria ocorrido à época para a questão “passar batido” (despercebido) pelo Vaticano? Embora tenha sido objeto de reservas por parte do Vaticano e do Paraguai, talvez as demais frentes de embates tenham sido tão árduas que o gênero foi relegado a segundo plano, por exemplo, o Vaticano fez todo possível para impedir a aprovação do parágrafo sobre revisão de leis punitivas do aborto, sobre educação sexual das meninas, sobre os direitos sexuais das mulheres; ou quem sabe, o Vaticano não havia amadurecido plenamente sua posição sobre gênero.

O fato é que ali estava plantada a semente do que veio a ser a era da ideologia antigênero, dando início à produção de uma vasta literatura de repúdio ao gênero (Corrêa, 2009, 2018, 2021). Desde então, muitas “cartas às mulheres” foram feitas pela Igreja Católica, apelando para a defesa da identidade feminina numa perspectiva essencialista, reiterando a maternidade como elemento-chave dessa identidade. A noção de “ideologia de gênero” aparece em discussões, homilias e documentos da Igreja Católica, estendendo a preocupação em relação às demandas de homossexuais por cidadania e à manutenção das famílias tradicionais (Miskolci & Campana, 2017).

Essa luta contra a “ideologia de gênero” na América Latina é também uma forma de conter os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos

e a visibilidade das temáticas feministas e LGBTQIA+ nos meios de comunicação de massa e nas novas mídias e redes sociais: a proliferação de paradas do orgulho (LGBTQIA+) em todo o país, a emergência de centenas de coletivos, grupos de pesquisa e publicações sobre essas temáticas dentro e fora das universidades, e o desenvolvimento de algumas políticas públicas de respeito à diversidade sexual e de gênero, ainda que, muitas delas tenham sido desmanteladas pelo governo Bolsonaro:

“A fórmula ‘ideologia de gênero’ foi inventada no curso dessa extensa lucubração. Não se trata de um conceito, mas de um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação. Ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo também faz supor que, as teóricas e ativistas do gênero – e quem mais recorre ao conceito – simplesmente propagam ideologia, enquanto quem o critica estaria totalmente isento de vieses ideológicos”. (Sonia Corrêa & Isabela Kalil, 2021, p. 70-71).

Ainda segundo Corrêa e Kalil (2021), a primeira menção à expressão “ideologia de gênero” no Brasil, foi feita em 2003, por um deputado federal do Partido da Reedificação da Ordem Política Nacional (PRONA), de Minas Gerais, em um discurso realizado em 14 de julho de 2003, Elimar Máximo Damasceno. Em seu discurso, o deputado diz que a palavra ‘gênero’ sempre foi usada para designar sexo, mas que agora adquiriu outro significado, dentro de uma ideologia de gênero. O parlamentar diz que, segundo essa teoria, não se nasce homem nem mulher, mas o papel a desempenhar na sociedade é que vai determinar o sexo: o gênero é que vai determinar esse papel. Entretanto, esse discurso não teve maiores repercussões até 2007, quando só então se iniciaria com força a divulgação dos discursos antigênero, logo depois do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), realizado em Aparecida do Norte/SP, com a presença do Papa Bento XVI, já que o documento final do Conselho, o Documento de Aparecida, convocou para um combate contra a ideologia de gênero. Tudo isso recebeu um reforço importante depois de 2013, quando as mídias digitais evangélicas fundamentalistas se engajaram na mobilização da política antigênero. (Corrêa e Kalil, 2021, p. 70-71).

É preciso que se diga. Nesse contexto, a agenda antigênero significa também um ataque ao campo dos estudos de gênero, o que me afeta profundamente

como mulher lésbica, como militante, como pesquisadora, como educadora e como profissional do campo da saúde mental. Não se trata de mirar unicamente nos direitos reprodutivos ou no reconhecimento legal dos casais do mesmo sexo, mas também de lançar uma ofensiva contra os fundamentos teóricos e, conseqüentemente, contra os estudos feministas e *queer* (Éric Fassin, Mariana Duarte & Diego Paz, 2021, p.24). Em outras palavras, isso tem significado um forte investimento e atentado aos estudos e pesquisas de gênero, que se reflete nos cortes na educação e nas bolsas de estudo, na perseguição e ataques a pesquisadoras e pesquisadores que desenvolvem estudos nessa área e no exercício da profissão, na revisão de editais de financiamento, proibição de materiais didáticos sobre gênero e sexualidade, denúncias contra escolas, professoras e professores expostos e controlados em sala de aula e se estendem para muito além do universo da academia:

” Originadas em berço católico, essas ofensivas são hoje decididamente ecumênicas, mesmo quando o perfil de sua composição possa variar entre países. Embora em toda parte envolvam grupos religiosos cristãos, há movimentações que se articulam com outros grupos e organizações reacionárias e ultraconservadoras como partidos de extrema direita, colégio de pediatras antidireitos LGBTI, grupos de psiquiatras e psicólogos/as que defendem as chamadas terapias de reversão da homossexualidade e a manutenção de categorias patologizantes para nomear a experiência de pessoas trans e intersexuais, ginecologistas que são contra o aborto, pedagogos que repudiam a educação sexual, juristas e operadores de justiça que preconizam concepções ortodoxas do direito, mas também vozes de esquerda, psicanalistas e psicólogas, como também grupos feministas marcam a heterogeneidade das articulações desta ofensiva”. (Marco Aurélio Máximo Prado & Sonia Corrêa, 2018).

Dito de outra forma, essa ofensiva vem se espraiando em vários segmentos da sociedade e é preciso reconhecer a contribuição nefasta de religiosos/as, de médicos/as, professores/as, juristas e políticos no contexto brasileiro que encontraram lastro nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro, que, como já dito nesta tese, se elegeu à base de *fake News* e de narrativas ultraconservadoras. No discurso de posse do presidente Bolsonaro, em janeiro de 2019, o combate à ideologia de gênero foi citado como prioridade e esse texto se repetiu na boca de gestores públicos e de parlamentares, mesmo depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucionais em 2020, leis estaduais e muni-

cipais, aprovadas desde 2014, que proíbem gênero na educação.¹⁹ Recentemente (02 de dezembro de 2021) foi aprovado pelo Senado, para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro e por ele indicado para essa vaga. André é pastor licenciado da Igreja Presbiteriana Esperança, em Brasília e apelidado de “terrivelmente evangélico” pelo ex-presidente Bolsonaro.

Mas, apesar de tudo isso, há resistências e conquistas importantes. Há um crescimento da produção científica, acadêmica e militante em resposta ao avanço dessa onda antigênero em vários países da América Latina. Uma considerável vitória foi quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu as uniões entre pessoas do mesmo sexo e em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 175, que garantiu a homossexuais e lésbicas o direito ao casamento civil (Leandro Colling, 2021). Outra conquista importante foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reafirmou jurisprudência da corte, em agosto de 2018, permitindo que pessoas trans* mudem seus nomes e gênero no registro civil, mesmo sem procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A alteração pode ser feita por meio de decisão judicial ou diretamente no cartório.

O argumento é que a pessoa transgênera tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo nada além da manifestação da vontade do indivíduo, que poderá exercer esse direito pela via judicial ou administrativa. Segundo a Agência Brasil,²⁰ a autorização já tinha sido dada em março de 2018 por unanimidade quando o STF julgou uma ação mais ampla sobre a questão. O caso voltou à pauta em função de outro processo que trata do tema e que ficou pendente de julgamento. Essa história envolvia o recurso de uma pessoa transgênera contra a decisão da Justiça do Rio Grande do Sul/RS, que negou a autorização para

¹⁹ Sobre a inconstitucionalidade da lei municipal que trata da ideologia de gênero, encontrei neste site informações importantes aqui usadas: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-25/inconstitucional-lei-veta-discussao-genero-escolas>

²⁰ Agência Brasil é uma agência de notícias públicas, gerida pela Empresa Brasileira de Notícias. Nesta matéria, a qual me baseei para tratar deste assunto, detalha como se deu a votação e como foi o processo que trata do tema: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/stf-confirma-que-transexual-pode-alterar-registro-civil-sem-cirurgia>

que um cartório local aceitasse a inclusão do nome social como verdadeira identificação civil. Os magistrados entenderam que deve prevalecer o princípio da veracidade dos registros. A defesa alegou que a proibição de alteração do registro civil viola a Constituição, que garante a “promoção do bem de todos, sem preconceitos de sexo e quaisquer outras formas de discriminação.

Todas essas questões estão aqui colocadas porque esse é um estudo sobre as pessoas trans* politicamente situado e posicionado: compreendo que essas questões nos afetam a todes²¹ e que exigem medidas e ações nas políticas públicas, nas universidades, nos movimentos sociais. É um problema do Estado, das instituições e da sociedade. A análise de conjuntura resume os períodos mais recentes que coincidem com o momento que antecede e quando acontece a pesquisa, aponta mudanças e perdas significativas em relação às políticas sociais e àquelas voltadas para as pessoas LGBTQIA+. É um estudo que se insere no campo da disputa de ideias em que as questões pesquisadas como gênero, transexualidade e pessoas trans* estão constantemente sob ataque. E, é preciso lembrar que os ataques contra a “ideologia de gênero” também se materializam nos estudos *queer*, dos homens afeminados, dos corpos que escapam da normalidade, das bichas, viados e sapatão, dos seres abjetos.

Além disso, na minha concepção, não é possível realizar um estudo sobre as pessoas trans* no Brasil e não falar sobre a conjuntura política, as perdas de conquistas importantes nas políticas públicas para a população LGBTQIA+ que vêm em queda desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e, sobretudo, pelo avanço do fundamentalismo religioso e do conservadorismo no país. A chegada de Bolsonaro à presidência da República também é parte de uma rearticulação dos segmentos conservadores e fundamentalistas religiosos, que vem crescendo desde as últimas eleições, resultando no aumento de parlamentares de extrema direita, a exemplo do fortalecimento das bancadas do Boi, da

²¹ Todes. Nesta tese de doutoramento, usarei sempre que possível, a linguagem neutra (flexionando o todo e toda, por exemplo), como forma de tornar a língua mais inclusiva, especialmente às pessoas trans, travestis, intersex e não-binárias. Não vou entrar na polêmica entre linguistas e ativistas sobre existir (ou não) a expressão “todes”; não pretendo mudar a gramática, mas entendo que é preciso que a academia esteja atenta ao mundo não-binário, ampliando a linguagem para além de masculinos e femininos, tornando-a mais inclusiva e abrangente.

Bala e da Bíblia.²² Assim tem sido chamada as frentes parlamentares do agrogócio e dos evangélicos, além do núcleo de deputados que defendem um maior acesso da população a armas de fogo, lembrando que empresas fornecedoras de armas para as polícias e forças armadas financiavam oficialmente campanhas de deputados e deputadas federais até 2014 quando ainda era permitido o financiamento empresarial de campanha.

No lastro dessa onda crescente de fundamentalismos religiosos no Brasil, uma psicóloga em audiência pública em 2015 promovida pelo pastor deputado federal Marcos Feliciano (PSC/SP), que foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (2013), deu declarações bastante polêmicas sobre a existência de “ex-homossexuais” e o direito a tratamento da homossexualidade. De acordo com a Resolução 01/99²³, não cabe a profissionais da psicologia no Brasil oferecer qualquer tipo de terapia de reversão sexual, já que a homossexualidade não é uma patologia, doença ou desvio de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) que desde o dia 17 de maio de 1990 retirou a homossexualidade da Classificação Estatística de Doenças e Problemas relacionados à saúde (CID). Desde essa data comemora-se o Dia Mundial de Combate à Homo-lesbo-transfobia²⁴.

Essa discussão entrou novamente em pauta em 2017, quando um grupo de psicólogos defensores do uso da terapia de reversão sexual moveu uma ação popular (nº 1011189-79.2017.4.01.3400)²⁵ contra a Resolução CFP nº01/99. A Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal acatou parcialmente o pedido da liminar e uma discussão nacional foi puxada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que emitiu nota lamentando a decisão do juiz e reafirmando que a psicologia no Brasil não seria instrumento de promoção do sofrimento, do

²² Encontrei informações relevantes sobre o assunto na matéria “A nova cara das bancadas do boi, da bala e da bíblia”, conforme link a seguir: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-cara-das-bancadas-do-boi-da-bala-e-da-biblia/>

²³ Sobre a Resolução 01/99 encontrei detalhes no site do Conselho Federal de Psicologia: <https://site.cfp.org.br/tag/cura-gay/>

²⁴ Sobre o dia mundial de combate à homofobia, nesta tese nomeada homo-lesbo-transfobia encontrei registro importante neste site <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/onu-lembra-dia-internacional-contra-homofobia-e-transfobia-veja-principais-a%C3%A7%C3%B5es-no-brasil>

²⁵ Sobre a ação popular o site do CFP apresenta informações importantes: <http://www.crp23.org.br/decisao-definitiva-acao-contra-resolucao-cfp-n-0199-e-extinta-no-stf/>

preconceito, da intolerância e da exclusão. Na época, diversas entidades e organizações da sociedade civil se manifestaram favoravelmente à posição assumida pelo CFP em apoio à Resolução 01/99. Em 15 de dezembro de 2017, o juiz Waldemar Cláudio de Carvalho proferiu sentença confirmando a liminar e reconhecendo parcialmente os pedidos das autoras e autores da Ação Popular, mesmo após a apresentação de documentos e manifestações públicas de diversos segmentos da sociedade civil e entidades científicas, contrários à realização de terapias de reversão sexual.

No dia 22 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que continuam válidas todas as disposições da Resolução CFP n° 01/99. Em sessão virtual²⁶, o STF finalizou o julgamento de ação contra a Resolução e, por unanimidade, a Segunda Turma do Tribunal rejeitou os embargos de declaração opostos pelas pessoas autoras da Ação Popular, nos termos do voto da relatora ministra Carmen Lúcia e como não cabem mais recursos, isto significa que a Resolução CFP n° 01/99 está mantida em sua integralidade.

Uma questão também levada em consideração neste estudo, é a violência racista e homotransfóbica no Brasil. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apresentou em 2020 a 4ª edição do documento “Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras”²⁷. No documento, a ANTRA alerta sobre os altos índices de assassinato de pessoas trans* no Brasil, o que coloca o país, mais uma vez, no topo dos índices mundiais de assassinatos dessa população. Segundo o documento divulgado, houve um aumento de 29% nos assassinatos de transexuais no Brasil em 2020.

De acordo com o dossiê, 175 pessoas trans* foram assassinadas em 2020 no Brasil. Conforme o documento, em números absolutos, São Paulo foi o estado que mais matou as pessoas trans* nesse ano, com 29 assassinatos e com um aumento de casos em relação a 2019. No segundo lugar, aparece o Ceará com 22 casos, o que demonstra um aumento de 100% no número de assassinatos naquele estado comparando ao ano anterior. Bahia, com um aumento de 137,7%

²⁶ Durante a pandemia da Covid-19 o Supremo Tribunal Federal realizou sessões por meio de videoconferências e plenário on-line.

²⁷ Sobre dados do Dossiê encontrei mais detalhes no site da ANTRA: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

(19 casos), Minas Gerais (17) e Rio de Janeiro com um aumento de 43% (10). A região Nordeste teve a maior concentração de assassinatos, onde apresentou aumento de 6% com 75 assassinatos (43% dos casos). O aumento de mais de 20% em crimes violentos contra LGBTQIA+ em 2020 e divulgado no Anuário Brasileiro de Segurança Pública²⁸ acende um alerta para a grave subnotificação de crimes violentos contra essa população. O Anuário se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. É um amplo e importante retrato da segurança pública no país.

De acordo como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020 no país, houve um crescimento de 24,7% nos homicídios dolosos de pessoas LGBTQIA+ e os pesquisadores alertam que a baixa qualidade dos registros não permite afirmar com precisão se o aumento é de fato um aumento do número de casos ou um aumento na capacidade e nos esforços de identificação e notificação. Segundo os pesquisadores, a falta de dados disponíveis para mapear a violência foi um problema encontrado em todas as regiões do Brasil. Chama a atenção que neste estudo não se tenha conseguido dados sobre homicídios dolosos no Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo. A pesquisa também destaca a “disposição aniquiladora” dos criminosos e o requinte de crueldade sobre os crimes, citando inclusive o caso de Roberta da Silva, uma mulher transexual que foi queimada viva por um adolescente em Recife, no dia 24 de junho de 2021 e que veio a falecer no dia 09 de julho do mesmo ano.

Para o Supremo Tribunal Federal, desde o dia 13 de junho de 2019, até que o Congresso Nacional aprove uma lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas se enquadram no crime de racismo e interpretou naquela data, como urgente o reconhecimento do Estado sobre o preconceito, a intolerância e a violência com que pessoas LGBTQIA+ são submetidas no país. Esta foi a tese fixada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Por maioria, a Corte reconhe-

²⁸ Dados obtidos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, atualizado em 15/07/2021: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

ceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos contra os direitos fundamentais das pessoas LGBTQIA+ e votou pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria. Pela tese definida no julgamento, a homofobia também poderá ser utilizada como qualificadora de motivo torpe no caso de homicídios dolosos ocorridos contra homossexuais. Além da aplicação de multa, os atos preconceituosos contra pessoas LGBTQIA+ passam a configurar crime com pena de um a três anos de reclusão.

Mas na prática o que isso tem significado? Por um lado, a lei oferece mecanismos importantes que permitem combater a violência contra LGBTQIA+, mas é preciso uma série de medidas para reverter a violência que vigora no país sobre essa população. É preciso políticas públicas nos três níveis – federal, estadual e municipal, políticas de segurança pública, de educação, de saúde, cultura, mas também campanhas educativas de enfrentamento à LGBTfobia para que o país se torne seguro para todas as pessoas, inclusive as LGBTQIA+. É importante também que as secretarias de segurança pública capacitem os servidores públicos, especialmente policiais nas delegacias de flagrante, as não especializadas. Por outro lado, a repressão penal às citadas práticas não alcança nem limita o exercício da liberdade religiosa, com exceção àquelas manifestações que configuram discurso de ódio (exteriorização que incitem a discriminação ou a violência contra pessoas em razão da sua condição).

A *All Out*, uma organização de defesa dos direitos LGBTQIA+ no Brasil (www.allout.com.br) em parceria com o Instituto Matizes realizou um estudo chamado “LGBTfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização”, em 2021. O estudo buscou compreender os impactos da decisão do STF na redução da violência contra pessoas LGBTQIA+ e o resultado é que a criminalização da LGBTfobia ainda não é uma realidade no país. A pesquisa apresenta e descreve um conjunto de 34 barreiras que apontam dificuldades de múltiplas dimensões como processos estruturais e culturais; falta de transparência e opacidade do Estado; empecilhos para o reconhecimento jurídico e ineficácia dos procedimentos institucionais, além dos efeitos da Covid-19 nessa comunidade.

A pesquisa foi feita com entrevistas em profundidade realizadas com profissionais das polícias civil e militar, promotorias, defensorias, membros da magistratura, advocacia especializada em direitos LGBTQIA+ e militantes de todas as regiões do país. Entre os obstáculos, estão a falta de disposição para promover os direitos das pessoas LGBTQIA+; desigualdade no ingresso de mulheres e LGBTQIA+ nos sistemas de justiça e segurança pública; relativização do discurso de ódio; falta de coordenação federativa na gestão de informação em Segurança Pública; não reconhecimento do nome social de travestis e pessoas trans* nos procedimentos de denúncias; treinamentos insuficientes das polícias para lidar com os casos de LGBTfobia; não preenchimento de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero nos Boletins de Ocorrência e número insuficiente de delegacias especializadas.

Para finalizar este capítulo, é preciso dizer que no ano de 2022 foram realizadas as eleições no Brasil, para as câmaras federais e estaduais e para a presidência da República. Depois de uma campanha difícil e acirrada entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Messias Bolsonaro, Lula foi eleito no segundo turno e, aos 77 anos cumprirá o seu terceiro mandato. Lula teve 50,90% dos votos (60.345.999 votos) e Bolsonaro, 49,10% (58.206.354 votos). Logo após a vitória de Lula, grupos de caminhoneiros iniciaram protestos em rodovias federais, mas no dia 31/12 o ministro Alexandre de Moraes determinou o total desbloqueio das rodovias. Alexandre de Moraes é ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil desde 2017 e presidente do Tribunal Superior Eleitoral desde 2022. Nos primeiros dias de mandato, Lula assinou a medida provisória que criou os ministérios, alguns são desdobramentos de ministérios antigos; outros, reivindicações históricas dos movimentos e compromissos assumidos em campanha. O antigo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos foi extinto e novos ministérios foram (re)criados: Ministério das Mulheres; Ministério dos Povos Indígenas; Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Igualdade Racial e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Não cabe aqui fazer uma análise dos cem dias que marcaram esse início do governo Lula, com a retomada de programas sociais que foram encerrados

ao longo dos quatro anos passados com Bolsonaro, como o Bolsa Família (PBF), o Mais Médico, Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) entre outros nesta tese já mencionados. Lula reativou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que havia sido desativado em 2019, no início da gestão anterior. O Consea é um órgão colegiado de assessoramento da presidência da República e importante instrumento de controle social, na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no combate à fome. No entanto, se faz necessário destacar algumas ações importantes que têm a ver com as questões desta tese e desta pesquisadora, além de fundamental para o avanço da ciência, como o reajuste nas bolsas de pesquisa, com variações de 25% a 200%, entre bolsas de graduação, pós-graduação, iniciação científica e Bolsa Permanência, uma das principais promessas de campanha para o segmento.

No campo dos direitos humanos, os primeiros cem dias mostraram a recuperação e fortalecimento de políticas públicas para mulheres, população negra, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, juventude, povos originários e quilombolas. Lula assinou a Lei nº 14.532, de 12 de janeiro de 2023, que equipara a injúria racial ao crime de racismo, tratada de acordo com o previsto na Lei nº 7.716/1989 e a discriminação torna-se crime imprescritível (www.agenciabrasil.ebc.com). No dia 06 de abril de 2023, o presidente Lula decretou a criação do Conselho Nacional dos Direitos da População LGBTQIA+, ligado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Entre outras funções, cabe ao Conselho “colaborar na elaboração de critérios e parâmetros de ações governamentais em níveis setorial e transversal, que visem assegurar as condições de igualdade, de equidade e de garantia de direitos fundamentais às pessoas LGBTQIA+”. O Conselho deve também propor estratégias para avaliar as ações do governo, acompanhar a elaboração e execução de recursos dessas políticas, avaliar propostas legislativas sobre o tema, além de promover estudos, debates e campanhas em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ (www.revistaforum.com.br). Além disso, estão previstas a retomada da realização das conferências setoriais já em seu primeiro ano de governo: 17ª. Conferência Nacional

de Saúde, 13^a. Conferência Nacional de Assistência Social, 5^a. Conferência Nacional de Saúde Mental, 6^a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras.



Figura 11. Na tirinha a personagem Hugo faz uma provocação sobre gênero, construção social e a biologia e as inúmeras possibilidades de ser.

CAPÍTULO DOIS JUSTIFICATIVA:

Por que realizar um estudo sobre transgeneridade masculina no Brasil

“Meu corpo trans volta-se contra a língua daqueles que o nomeiam para negá-lo. Meu corpo trans existe como realidade material, como trama de desejos e práticas, e sua existência coloca tudo em xeque: a nação, o júri, o arquivo, o mapa, o documento, a família, a lei, o livro, o centro de internação, a psiquiatria, a fronteira, a ciência, deus. Meu corpo trans existe”.²⁹

No Brasil, durante a ditadura militar, homossexuais e lésbicas lutavam contra o regime político e contra as discriminações e violências, se organizando em grupos de ajuda mútua de denúncias e de ação política. Alguns estudos indicam que data de 1975 o surgimento do movimento homossexual no Brasil, do qual participaram, entre outros, intelectuais exilados/as durante a ditadura militar e que traziam de sua experiência no exterior, inquietações políticas feministas, sexuais, ecológicas e raciais que circulavam no exterior (Guacira Lopes Louro, 2001). No ano de 1978 surgiu em São Paulo, a associação Somos – grupo de afirmação homossexual, inicialmente composta apenas por homens e a partir de 1981 com a participação de mulheres que se organizaram na chamada facção

²⁹ Preciado, Paul B. Um apartamento em Urano: crônicas da travessia. 1^a. edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

lésbico-feminista. O grupo inicialmente se chamava Núcleo de Ação pelos Direitos Humanos dos Homossexuais e somente em 1978 foi renomeado de “Somos”.

Regina Facchini (2005) conta que o surgimento do Somos e o debate sobre a politização da homossexualidade, provocou a entrada de novos integrantes no grupo e a chegada de duas outras agremiações: o Eros e o Libertos. Em 1981 ocorreram também dois rachas no Somos que acabou gerando a criação de três grupos: o Somos, o Grupo Lésbico-Feminista posteriormente batizado de Galf (Grupo de Ação Lésbico-Feminista) e o grupo de Ação, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. Em decorrência dos rachas e das dificuldades financeiras, o Somos se dissolveu em 1983 (Facchini, 2005).

É também desse período (1978-1981), o surgimento do jornal O lampião da esquina, que depois ficou conhecido como O Lampião, lançado em plena ditadura militar, no Rio de Janeiro e distribuído para todo o país. Foi também em 1981 que lésbicas fundaram o ChanacomChana, uma publicação independente organizada por ativistas lésbicas do grupo Galf, em destaque Miriam Martinho e Rosely Roth, que assinam a maior parte dos textos publicados. O jornal ChanacomChana era comercializado no Ferro’s Bar, em São Paulo, sempre no período noturno e aos sábados. Em julho de 1983, proprietários do bar que não aprovavam a venda do jornal, tentaram expulsar as lésbicas do local para impedir a comercialização do boletim e chamaram a polícia, que ouviu os dois lados e permitiu que as ativistas continuassem no bar. No mesmo ano, no dia 19 de agosto, lésbicas, feministas e ativistas do movimento gay fizeram um ato público contra a proibição da venda do jornal, episódio que ficou conhecido como o “Stonewall brasileiro” (Gabriela Coutinho Sales, 2019). Recentemente foi lançado o documentário Ferro’s Bar (2022), a partir de relatos de lésbicas frequentadoras do referido bar, que mostra a importância do episódio de julho de 1983 para a formação do movimento lésbico brasileiro e do levante contra a ditadura materializado no jornal ChanacomChana. O filme documentário tem a direção de Aline A. Assis, Fernanda Elias, Nayla Guerra e Rita Quadros.

O Dia Nacional do Orgulho Lésbico – 19 de agosto, foi escolhido em homenagem à Rosely Roth e a sua vida dedicada como ativista lésbica. Depois a data foi redefinida para o dia 29 de agosto quando foi realizado o I Seminário

Nacional de Lésbicas (Senale), que ficou marcado como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Esses fatos são geralmente associados simbolicamente ao surgimento do movimento homossexual no país, considerando tratar-se de uma articulação política de pessoas, grupos, entidades e movimentos com o objetivo de defender, garantir e divulgar os direitos relacionados à livre orientação sexual (Sales, 2019).

A década de 1990 foi um período marcado pela realização de várias conferências internacionais com ampla repercussão da sociedade civil, dos movimentos ambientalistas, de direitos humanos, feministas e LGBTQIA+, que influenciaram sobremaneira na organização, no processo preparatório e no resultado das Declarações, Programas e Plataformas de várias dessas convenções. Importante lembrar que também entre os anos 1980 e 1990 acontece uma grande proliferação de organizações não-governamentais (ONGs) de amplo espectro de atuação e em várias regiões do país (mulheres e feministas, crianças e adolescentes, ecologia, agricultura e meio ambiente, LGBTQIA+, Aids), tendo como objetivos principais defender os direitos humanos e políticos e lutar pela democracia. Uma organização não-governamental é toda entidade que não foi formada por um acordo governamental e engloba uma série de associações civis e fundações privadas sem fins lucrativos e com objetivos comuns. É exatamente no começo da década de noventa que acontece o Fórum Mundial de Organizações Não-Governamentais, em Viena, reunindo cerca de duas mil entidades com o lema “Todos os direitos humanos para todos”.

Começando pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92, que aconteceu no Rio de Janeiro e pontuou em sua declaração, questões fundamentais como a degradação do meio ambiente, o combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável. Nos debates oficiais da Eco-92, nem gênero, nem sexualidade e nem direito ao aborto estiveram em pauta. Segundo Sonia Corrêa (2018), ativista feminista e pesquisadora do Brasil, o Documento do Rio incluía a definição clássica de igualdade entre os sexos e a tensão para a negociação se deu em torno de questões que hoje parecem prosaicas: o direito ao planejamento familiar e o termo “saúde reprodutiva”. Mesmo assim, essa pauta provocou ataques e reações por parte

da Santa Sé, produzindo uma oposição discursiva e polarizada, entre pobreza e direito ao desenvolvimento de um lado, e controle de fecundidade de outro. Além disso, havia os ambientalistas que pregavam a necessidade de controle demográfico como medida necessária para a proteção da natureza. Portanto, a pauta feminista de autonomia reprodutiva ficou imprensada nesse jogo de forças (Corrêa, 2018)

Diante desse quadro, as feministas que estavam no Rio concluíram que era crucial incidir sobre a agenda da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) que iria acontecer no Cairo em 1994, a fim de evitar um desastre político de grandes proporções. Logo em seguida, no Comitê Preparatório ao Cairo (1993), ativistas lésbicas incluíram em suas demandas para a conferência a não discriminação por orientação sexual, sendo apoiadas por alguns países. Ao final, o Programa de Ação do Cairo, enfatizou a importância da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, recomendaram-se políticas universais de educação em sexualidade e afirmaram-se as muitas formas de família (Corrêa, 2018), o que foi extremamente importante, pois, como se sabe, nos Estados signatários os tratados e convenções internacionais têm força de lei, têm status de norma constitucional, supralegal ou mesmo leis ordinárias, dependendo da sua natureza e procedimento de aprovação.

Em 1993 acontece em Viena, a 2ª. Conferência Mundial de Direitos Humanos, que traz em sua Declaração a questão dos direitos humanos como um conjunto inextricável de atributos fundamentais de que são titulares todas as pessoas pelo simples fato de serem humanas. Essa conferência muda a configuração sobre direitos humanos no mundo, uma vez que em sua Declaração e Programa de Ação de Viena inclui questões como racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância, a igualdade da condição e os direitos humanos das mulheres, com ênfase nas necessidades específicas inerentes ao sexo e à situação socioeconômica a que têm sido relegadas. Assim como traz também, o problema da violência contra a mulher, afirmando que cabe aos Estados e à sociedade civil lutar por sua eliminação no espaço público, no local de trabalho, nas práticas tradicionais e na família (Corrêa, 2009).

Mas o debate sobre sexualidade e direitos humanos não teria acontecido da forma como se desdobrou, caso o sistema ONU não estivesse aberto à participação de organizações da sociedade civil, como aconteceu a partir dos anos 1990. Além disso, o perfil dessa participação também mudou ao longo do tempo: na Conferência do Cairo foram as feministas quem protagonizaram com a reivindicação sobre saúde e direitos reprodutivos; em Beijing, entram em cena as redes lésbicas; a presença dos gays efetivamente só vem a acontecer a partir de 2001 (UNGASS, DURBAN)³⁰ e os ativismos de pessoas trans* e intersex ganham visibilidade no contexto da resolução brasileira em 2003 (Corrêa, 2009).

Nos anos dois mil, várias convenções internacionais confluíram para conquistas dos direitos da população LGBTQIA+. Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban foi a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em outubro de 2001, que entre as suas competências estava o combate à discriminação por orientação sexual. Com representações da sociedade civil, dos movimentos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, o CNCD em 2003 criou uma Comissão Temática Permanente para receber denúncias de violações de direitos humanos por discriminação com base na orientação sexual. No mesmo ano, o CNCD criou um Grupo de Trabalho para elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (GLTBS) e Promoção da Cidadania Homossexual, que veio a ser o Programa Brasil Sem Homofobia.

Em 2003, na 59ª. Sessão da Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil – com o apoio de outros países – apresentou uma proposta de Resolução que reconhecia o direito à livre orientação sexual como direito humano promovendo a inclusão da não-discriminação contra LGBT sobre os instrumentos das Nações Unidas. Posteriormente, pressionado em mesas de negociação, o Brasil retirou a proposta em 2005. Foi um texto pioneiro que contribuiu para que os direitos das pessoas LGBT estivessem na pauta dos direitos humanos da ONU. Em 2005, a Assembleia Geral da ONU aprovou a criação do

³⁰ UNGASS: Sigla usada para Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o problema mundial das Drogas. DURBAN a Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, ocorrida em Durban, África do Sul em 2001.

Conselho de Direitos Humanos (CHD-ONU), para substituir a antiga Comissão de Direitos Humanos, com um *status* equivalente ao do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e ao do Conselho de Segurança (CS-ONU). Desde então, as redes feministas e LGBTQIA+, assim como as organizações internacionais de direitos humanos, vêm sustentando e ampliando a pauta que articula direitos humanos e sexualidade nessa nova instância (Corrêa, p.12, 2009).

Ainda mais importante foi quando, em novembro de 2006, um encontro em Yogyakarta (Indonésia) elaborou os Princípios de Yogyakarta, lançado na IV sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2007) em Genebra, Suíça, que trata da Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. O documento dispõe de 29 princípios fundamentais, cada um deles acompanhado por recomendações detalhadas aos governos sobre como pôr fim à discriminação e aos abusos. Os Princípios de Yogyakarta ratificam normas legais que países devem cumprir e adverte a ONU, as instituições nacionais de direitos humanos, ONGs e meios de comunicação para que continuem incluindo as violações de direitos humanos baseadas na orientação sexual e identidade de gênero dentro de seus mandatos pertinentes (Sonia Corrêa&Vitit Muntarhorn, 2007).

No Brasil, durante a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) – Plano de Ação 2002 – surgem as primeiras referências à população LGBTQIA+, com menções (ainda que) generalistas à garantia do direito de livre orientação sexual, além da previsão de incentivo às campanhas de informação sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (à época chamadas Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST) e HIV/Aids, cujo teor estava voltado para a conscientização da população sobre comportamentos que facilitem ou dificultem a sua transmissão.

Em 2008 dois acontecimentos foram importantes para a população LGBTQIA+: 1) a realização da 1ª. Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), pelo Governo Brasileiro, com o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de GLBTT”, que foi organizada por integrantes do Programa Brasil Sem Homofobia; o conjunto das Conferências estaduais reuniu cerca de 10 mil participantes, o que resultou em um total de 510 propostas consolidadas, avaliadas e complementadas na etapa nacional; o Brasil é o primeiro país a promover uma atividade

dessa natureza, afirmando compromissos do Estado Brasileiro com a promoção dos direitos de LGBTQIA+; 2) a publicação da Portaria n°. 457 de 19 de agosto, quando o Sistema Único de Saúde implantou as cirurgias de redesignação do sexo para transexuais femininas (BRASIL, 2004, 2011, 2013).

Em 2011 aconteceu a 2ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT – Por um país livre da pobreza, promovendo a cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Destaco que foi também em 2011 que acontecimentos importantes marcaram as políticas LGBTQIA+ no Brasil e no mundo. Foi o ano de aprovação da Resolução do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) a qual reconhece a extensão da universalidade dos direitos humanos sem possibilidade de nenhuma distinção excludente e o Brasil foi um dos articuladores dessa vitória. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu por unanimidade a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar.

Todas essas conferências, tratados e convenções, de certa forma, abrem caminho para a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais que aconteceu em Brasília, em 2008, com o objetivo de discutir e propor as políticas que norteariam o poder público consolidadas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais. É depois da conferência que a sigla LGBT passa a ser usada para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais. Na Conferência, após um longo e tenso debate, ficou acordada a necessidade de dar uma maior visibilidade às lésbicas, passando a letra L a iniciar a sigla (BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos, 2008).

Data de 1992 a primeira organização política de travestis da América Latina e a letra T é incluída no movimento em 1995 quando gays e lésbicas convidam formalmente as travestis para seu encontro nacional e se funda a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Em 2008 a Conferência Nacional GLBT decide que a letra T identifica, simultaneamente travestis e transexuais homens e mulheres, mas não transgêneros. Atualmente há a inclusão de outros movimentos e identidades em construção – Intersexos, Queer, Assexuais e ainda há a inclusão do sinal de + para designar outros movimentos e

identidades de gênero. A 13ª Conferência Nacional de Saúde incluiu a orientação sexual e identidade de gênero como determinantes sociais de saúde (Brasil, 2008).

No Brasil ainda são poucos e recentes os estudos sobre transmasculinidades, embora nos últimos anos muitas pessoas se reconheçam como trans e passem a adentrar no campo político e acadêmico, demandando reconhecimento, assim como disputando os saberes da psicologia e da medicina, o direito de escolher seu gênero e de transformar seu corpo de forma segura. A partir dos anos 2010 foram intensificadas informações na mídia e redes sociais sobre homens trans, mas ainda muito focadas em notícias sensacionalistas, como a divulgação de histórias sobre o “primeiro homem trans grávido”³¹.

No entanto, a partir da redefinição e ampliação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), com a Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013 (Brasil, 2013), alguns estudos começam a aparecer, como tento demonstrar no **capítulo 3** sobre revisão de literatura, onde ressalto que há evidências de um amplo espectro de áreas interessadas em pesquisa sobre a população trans e mais, exatamente, na transgeneridade masculina. Desde 2012 observa-se no Brasil uma crescente visibilidade dos homens trans nas diversas mídias e nos movimentos LGBTQIA+. Mas os estudos sobre transmasculinidades no Brasil são praticamente inexistentes e os homens trans parecem ter menos visibilidade que as transexuais femininas considerando a ampla variedade de estudos sobre travestilidades femininas. Acredita-se que a questão ganhou mais evidência no país a partir da criação da Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (Simone Ávila, 2014). Mais adiante voltarei a essa questão com um pouco mais de profundidade. Porém, desde já, é preciso que se diga: ainda são poucos os trabalhos nos quais os pesquisadores e pesquisadoras brasileiras projetaram, conduziram e analisaram sobre a temática da masculinidade inclu-

³¹ A notícia sobre o primeiro homem trans grávido, o norte-americano Thomas Beatie, ganhou as principais manchetes dos jornais nacionais e internacionais em 2008 e, como se pode observar nesta matéria do G1, um ano depois também por se tornar pai pela segunda vez. <https://encurtador.com.br/eHX35>

indo a perspectiva transgênera, com apenas referências ocasionais à transgeneridade na literatura sobre masculinidades. Sobre essa questão, no artigo “Problematizando os estudos das masculinidades: a perspectiva transmasculina nas pesquisas brasileiras”, Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira (2022) argumenta que:

“... tal fato se explica pelo fenômeno da cisgeneridade compulsória que entende a experiência transgênera como excepcional, pela invisibilização das transmasculinidades mesmo quando se trata do assunto da transgeneridade e ao fato de apenas recentemente haver uma massificação da possibilidade em viver e se dizer transmasculino, seguida de um maior tratamento do assunto”. (Ferreira, Sérgio Rodrigo da Silva, 2022, p. 80)

Guilherme Almeida (2012) nomeia os homens trans em quatro grupos, de modo a organizar e apresentar alguns matizes no que ele chama de “a complexa aquarela das masculinidades”. O primeiro grupo é formado por aquelas pessoas que não querem um deslocamento total do feminino e permanecem como mulheres por diversos condicionantes – objetivos ou subjetivos – mas que na intimidade usam nomes ou apelidos masculinos, valem-se de características da indumentária masculina e conciliam com outros signos sociais que lhes permitam preservar a identidade feminina.

Um segundo grupo é formado por aquelas pessoas que não optaram por modificações corporais ou cirúrgicas. Fazem uso de recursos culturais para ter a aparência mais próxima com o gênero com o qual se identificam, tais como corte de cabelo, roupas, calçados, uso de apelido no masculino. Um terceiro grupo constrói performances públicas em que os gêneros se misturam, expressando dessa forma a insatisfação com o binarismo de gênero e/ou com a heteronormatividade. Falam sobre o desejo de modificações corporais, inclusive pela ingestão de testosterona, mas não querem se submeter a procedimentos cirúrgicos.

Por fim, Almeida identifica o quarto grupo de indivíduos que são os que fazem e/ou desejam mudanças corporais através da hormonização por testosterona, intervenções cirúrgicas e uso de recursos sociais que lhes identifiquem como do gênero masculino – roupas, calçados, corte de cabelo, uso de faixas torácicas e próteses penianas de uso público. Essas pessoas buscam também

o reconhecimento jurídico do sexo e do nome masculino e em função do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), têm se tornado mais visíveis na cena pública brasileira.

Fazemos, porém, uma ressalva com base em Jaqueline Gomes de Jesus quando afirma que “todos os seres humanos nascem com um sexo e se tornam alguém de um gênero igual ou diferente desse sexo” (Jesus, 2012, p.11). Não é, portanto, uma especificidade de homens e mulheres trans adequarem os seus corpos para serem externamente o que são internamente. Dizendo de outra forma, todas as pessoas fabricam seus corpos para se adequarem a um gênero, construindo ou reconstruindo esses corpos, iguais ou diferentes do sexo designado ao nascer. Ou, como nos ensina Donna Haraway, “no fim do século 20, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política” (Haraway, 2019, p. 158).

A única condição para que uma pessoa possa ser reconhecida como trans* é que se autorreconheça como dissidente do pertencimento de gênero exclusivo que lhe foi imposto no nascimento. Assim, se ela foi compreendida como um homem no nascimento (menino), é necessário que ela não se veja como um homem e, sim, como uma mulher (no caso das mulheres trans), ou não se veja exclusivamente como um homem ou como uma mulher (caso de algumas travestis e de pessoas que se consideram como não binárias, por exemplo). A transgeneridade é, portanto, o desejo persistente de viver, ser lido, ser reconhecido e ser aceito com o sexo oposto ao que lhe foi assignado no nascimento e baseado na morfologia do sexo congênito. Considero pessoas trans*, portanto, todas aquelas que desenvolveram identidades discordantes do gênero que lhe foi imposto ao nascer, independentemente de terem um diagnóstico de um profissional de saúde ou de terem realizado modificações corporais biomédicas ou cirúrgicas, como sintetizou Guilherme Almeida (2018, p. 159-160). Sentido que também Butler dá à transgeneridade quando diz que transgênero se refere às pessoas que se identificam ou vivem de maneira cruzada, como outro gênero, que podem ou não ter passado por tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação sexual:

“Há aquelas que se identificam ou vivem, de maneira cruzada, como outro gênero, que podem ou não ter passado por tratamentos hormonais ou cirurgias de redesignação sexual. Dentre as pessoas transexuais e transgênero, há quem se

identifica como homem (FpM, do feminino para o masculino) ou como mulher (MpF, do masculino para o feminino), e há outras pessoas que, com ou sem cirurgia, com ou sem hormônios, identificam-se como trans, como transmasculinas ou transfemininas” (Butler, 2022, p. 19).

As pessoas trans* sempre existiram, embora com outras denominações e com trajetórias muitas vezes ignoradas pela maior parte das pessoas e sua presença passou a ser mais notada à medida que a sociedade ocidental se tornou cada vez mais binária em torno dos gêneros feminino ou masculino (Almeida, 2018). Ao longo da história, pessoas que desejavam passar para o sexo oposto o faziam por meio de vestimentas ou por outras formas de expressão da sexualidade. No filme *Albert Nobbs* (2011), a personagem vive como homem para manter seu emprego como mordomo na conservadora Irlanda do século XIX. Durante 30 anos ela usou vestimentas masculinas e se comportou como homem até como forma de sobreviver à época. No filme *Mulan*, Hua Mulan é a filha mais velha do soldado Hua Zhou. Quando o Imperador da China emite um decreto que um homem de cada família deve servir no exército imperial, Mulan desafiando a tradição milenar e a lei do seu povo, decide tomar o lugar de seu pai que está doente. Assumindo a identidade de Hua Jun, ela “se disfarça” de homem para combater os invasores que estão atacando sua nação e mostra ser uma grande guerreira.

Assim, muito antes da existência e do uso do termo transgeneridade, pessoas transexuais ou travestis, usavam de vários recursos para viver de acordo com o sexo e o gênero desejado. Na ficção e na vida real. Sobre isso, podemos citar o histórico romance “*Orlando: Uma biografia*”, escrito por Virgínia Woolf (1882-1941) e publicado em 1928. O romance apresenta críticas às diferenças de gênero/sexo e masculino/feminino e ao sexismo da sociedade inglesa da época. Inspirada em sua história de amor com Vita Sackville-West, Woolf criou a personagem, um homem que aos trinta anos sofre uma transmutação sexual e se transforma, biologicamente em uma mulher.

Orlando é um jovem da aristocracia inglesa que vive no Século XVI, nascido na Inglaterra na Idade Moderna. Em uma passagem pela Turquia, Orlando acorda mulher. Dotado de imortalidade, Orlando atravessa quatro séculos ultrapassando as fronteiras físicas e emocionais entre os gêneros masculino e feminino:

“Embora diferentes, os sexos se confundem. Em cada ser humano ocorre uma vacilação entre um sexo e outro; e às vezes só as roupas conservam a aparência masculina e feminina, quando, interiormente, o sexo está em completa oposição com o que se encontra à vista.” (Wolff, 2015, p. 105).

Na obra “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa (1956), que se passa no sertão brasileiro, o jagunço Diadorim, personagem-chave do romance e por quem Riobaldo se apaixona, durante toda narrativa é lido como homem, até que com a sua morte, no momento em que é despido e lavado, descobre-se tratar-se de um ser designado mulher no nascimento. O livro “Viagem Solitária” (Nery, 2011) conta a trajetória de vida de João Walter Nery, considerado o primeiro homem trans de que se teve notícia no país. É um livro autobiográfico, onde João descreve sua infância e adolescência tratado como menina e o caminho percorrido em busca da mudança de gênero quando isso ainda era considerado mutilação física e um crime no Brasil. João é uma referência política fundamental para as pessoas trans* e sua militância e luta inspirou o (ex) deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), a apresentar a Lei João Nery (PL 5002/2013) que tramita na Câmara dos Deputados desde 2013 e busca garantir às pessoas trans* o reconhecimento a sua identidade de gênero. O PL é inspirado na Lei de Identidade e Gênero da Argentina (Lei 26.743) que tem como objetivo minimizar os humilhantes processos necessários para obtenção de documentos com o nome social, como laudos que afirmam a transgeneridade como transtorno psicológico.

No livro “E se eu fosse puta?”, Amara Moira (2016) conta em relato autobiográfico sua transição de gênero e as experiências como profissional do sexo. Publicado em 1982, o livro “A queda para o alto”, autobiografia de Anderson Herzer, relata sua experiência na construção de seu corpo, gênero e sexualidade, no período em que esteve como interno na Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem), em São Paulo nos anos 1980. Por fim e não menos importante, não poderia deixar de mencionar a história de Xica Manicongo, natural do Congo e escravizada, registrada como Francisco e conhecida como a primeira travesti da História do Brasil, considerando os registros de sua existência, derivados dos arquivos da Primeira Visitação da Inquisição (Jaqueline Gomes de Jesus, 2019).

Assim, em muitos períodos da história da humanidade, estudos apontaram a existência de trânsitos entre os gêneros em outras culturas e nos mostram

que os limites entre ser homem ou ser mulher, masculino ou feminino, não são fixos e predeterminados. E para exemplificar essa afirmação, Berenice Bento, em seu livro “O que é Transexualidade” (Bento, 2008, p. 17-18), cita entre outros Unni Wikan, uma professora de antropologia social na universidade de Oslo, Noruega, que pesquisou homens que passam a viver como mulheres na sociedade Omán. Mas o que Bento chama a atenção é que data do século XX considerar a medicina e as ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise) como saberes apropriados e exclusivos para desvendar os mistérios que levam uma pessoa de um sexo a reivindicar o reconhecimento social de outro.

Isso posto, vale lembrar, como nos ensina Butler (2003), esse estatuto do sujeito que sempre existiu – as fantasias fundacionais – nos leva a acreditar que há necessidade de uma base universal que legitima uma forma de existir, quando a simples existência é a própria forma de existir. Mas, como algumas formas de existir são deslegitimadas, enquanto dotadas de integridade ontológica, são formas consideradas precárias, elas são então, tomadas dentro de uma perspectiva que é a abjeção – aquele (ou aquela) que não atende às condições necessárias para ser sujeito. Mais adiante voltarei a abordar esse assunto.

Segundo Paulo Roberto Cecarelli (2003), foi o dr. D.O. Cauldwell que em 1949 usou pela primeira vez a palavra *tran-sexualism* em um artigo onde ele apresenta o relato de uma menina que queria ser menino. Considerada como uma síndrome por muito tempo, a transexualidade foi individualizada em sua forma moderna por um médico alemão radicado nos Estados Unidos, Harry Benjamin (1885-1986) e pouco a pouco admitida nas nosografias psiquiátricas. Benjamin afirmava que apenas as cirurgias poderiam representar solução para aqueles que, em suas palavras, têm abjeção ao corpo.

Desde a década de 1950, Benjamin se dedicava a estabelecer as ocorrências que justificariam a diferenciação das pessoas transexuais em relação à homossexualidade. Entre os anos 1950 e 1960, Benjamin sistematizou o uso clínico de moléculas hormonais no tratamento de “mudança de sexo” e definiu “transexualismo” – termo usado pela primeira vez em 1954 – como uma condição curável (Preciado, 2018, p.30). Assim, com as noções de “intersexualidade” e “transexualidade” os corpos nascidos a partir dos anos 1950 passam a ser submetidos aos protocolos da avaliação da normalidade de gênero inventados naquele decênio, nos Estados Unidos por John Money e Joan Hampson e, para

corpos não adaptados aos critérios visuais da diferença sexual, eles eram submetidos a uma bateria de cirurgias de “redesignação sexual” (Preciado, 2020, p.27).

É nas décadas de 1960 e 1970 que os clínicos começaram a usar o termo “verdadeiro transexual” para designar aqueles que viveriam melhor após um processo terapêutico que culminaria com a cirurgia genital, tomando como base os estudos de Harry Benjamin. O critério para definir o “transexual de verdade”, seria a relação de abjeção de longa duração com suas genitálias, um sentimento de repulsa e não-pertencimento ao sexo anatômico e para evitar que cometessem suicídio, segundo Benjamin, as cirurgias deveriam ser recomendadas a partir de uma série de procedimentos listados por ele próprio. Essa posição diferia da conduta de psiquiatras, psicólogos e psicanalistas, reticentes às intervenções corporais como alternativas terapêuticas. Benjamin ao contrário, dizia que psicoterapias eram inúteis para transexuais de verdade e reafirmava que nesses casos, somente as cirurgias seriam capazes de resolver as enfermidades de quem teria abjeção ao corpo (Berenice Bento&Larissa Pelúcio, 2012, p. 571).

A discussão sobre o “transexual de verdade” – conceito ainda aplicado e, infelizmente, até então usado como referência para um passaporte para o laudo pericial com o diagnóstico da transexualidade atestando aptidão para a cirurgia – acaba por reafirmar “atributos masculinos” e “atributos femininos” como parte de uma essência, de uma natureza, o que contribui para aumentar os estereótipos de gênero e, como veremos mais adiante, os estereótipos de gênero são o próprio gênero. Ou seja, há um reforço no esquema e manutenção do binômio homem-masculinidade e mulher-feminilidade. As normas de gênero se ocultam de tal forma como se fosse “natural” ser homem ou ser mulher – e tudo é tão introjetado e naturalizado que parece que desde sempre fomos ou somos homem ou mulher. Questões que pretendo aprofundar no capítulo 4, mas aqui já muito bem explicada por Paul Preciado (2019):

“Um processo de redesignação de gênero numa sociedade dominada pelo axioma científico-mercantil do binarismo sexual, onde os espaços sociais, trabalhistas, afetivos, econômicos, gestacionais são segmentados em termos de masculinidade ou de feminilidade, de heterossexualidade ou homossexualidade, significa cruzar aquela que talvez seja, junto com a da raça, a mais violenta das fronteiras políticas inventadas pela humanidade”. (Preciado, 2019, p. 33)

O termo transexual, portanto, surgiu na década de 1950 para designar uma pessoa que aspirasse viver no *gender role* anatomicamente contrário, independente do uso de hormônios e de mudanças cirúrgicas. A partir da década de 1960 com a organização dos Centros de Identidade de Gênero, nos Estados Unidos, voltados para atender pessoas transexuais*, as formulações passaram a ter desdobramentos práticos. Em 1969 aconteceu o primeiro Congresso da Harry Benjamin – que em 1977 passou a se chamar Harry Benjamin *International Gender Dysphoria Association* (HBIGDA) e em 1973 a transgeneridade passou a ser considerada “disforia de gênero”, termo usado pela primeira vez por John Money (Bento, 2006).

A HBIGDA legitimou-se como uma das associações responsáveis pela normatização do tratamento para transexuais e publica regularmente as Normas de Tratamento (*Standards of care* – SOC) que orientam os/as profissionais que trabalham com transexuais no mundo inteiro, o que por si só, já é questionável, pois como uma norma serviria para um universo de pessoas trans* em continentes, regiões, culturas e países diversos? Como aplicar uma mesma regra, padronizando-a para adequar às pessoas trans* distintas, diversas, múltiplas? Voltarei a falar sobre isso mais à frente.

Em 1980 a condição transexual é agregada ao Manual Diagnóstico Psiquiátrico – DSM 3 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Posteriormente, com a publicação do DSM 4 (1994), o termo transexualismo até então usado, foi substituído por Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). Para os formuladores desse Manual, não existe diferença entre sexo e gênero. São os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico o definidor do transtorno, pois o gênero normalmente só existe quando referenciado a um sexo que o estabiliza (BENTO, 2008, p. 108).

Portanto, no Manual Diagnóstico publicado pela Associação Americana de Psiquiatria, a transexualidade já foi nomeada como Transtornos de Identidade de Gênero, Transexualismo e na última edição passa a configurar como Disforia de Gênero (DSM-5, 2013). O DSM é um manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais de um país – os Estados Unidos, mas que acaba tendo uma força reguladora e reafirmando a ordem binária e naturalizadora dos gêneros. Além disso, o DSM tem um caráter nacional, localizado, de uma associação norte-americana, mas por seu suposto caráter científico acaba tendo um alcance

global. Ou talvez pela influência que os Estados Unidos têm no mundo, a força da colonização que adentra os muros da academia e da ciência criando um generalismo artificializado. A transgeneridade é considerada por alguns como uma disforia de gênero, por se tratar de uma incompatibilidade entre o sexo anatômico de uma pessoa e a sua identidade de gênero. Mais adiante pretendo aprofundar essa questão.

Nos anos noventa, os movimentos transexuais começaram a construir uma visibilidade a partir da demanda pela cirurgia de redesignação sexual, período em que se iniciam as problematizações com os protocolos médicos reguladores das cirurgias e se instaura uma disputa com as verdades hegemônicas produzidas pelo Código Internacional de Doenças (CID-10), *Standard Of Care* (SOC) e pelo Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Distúrbios Mentais (DSM-4). Nos três documentos de referência (DSM-4, CID-10 e SOC), as pessoas transexuais são construídas como portadoras de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas independentemente das variáveis históricas, culturais, sociais e econômicas. Há o pressuposto – questionável – de que por se tratar de uma doença, a transexualidade tem basicamente os mesmos sintomas em qualquer parte do mundo. (Bento, 2008 e Bento&Pelúcio, 2012).

O Manual Diagnóstico publicado pela Associação Americana de Psiquiatria é de 1994 e segundo o Centro Brasileiro de Doenças, a Classificação Estatística Internacional de Doenças entrou em vigor em 1993 e antes da 10ª. revisão não havia atualizações entre as revisões. No relatório da Conferência Internacional para a Décima Revisão, em 1989 que aprovou a CID-10 é recomendado que “a Organização Mundial de Saúde (OMS) endosse e considere os mecanismos para que esta atualização seja colocada em prática”. O SOC é um padrão de cuidado e de atendimento para as leis inglesas. Existem algumas diferenças entre esses documentos: para o SOC, o “transexual de verdade” tem como única alternativa para resolver seus transtornos ou disforias, a transgenitalização. Já no DSM-IV a questão da cirurgia é apenas tangenciada e sua preocupação principal é apontar as manifestações do transtorno na infância, na adolescência e na fase adulta.

2.1 Stop Trans Pathologization

Em 2011, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia de São Paulo lançaram a campanha internacional Stop Trans *Pathologization* através do Manifesto pela Despatologização das Identidades Trans*, uma bandeira de luta para a retirada de tais identidades dos catálogos de doenças, o DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais, da Associação Americana de Psiquiatria e da CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial de Saúde. A campanha pela despatologização tem um papel político importante no sentido de aglutinar forças em torno da desmistificação e desnaturalização do gênero; além disso, a própria Organização Mundial de Saúde (OMS) admite que é importante reconhecer identidades que não se enquadrem no binarismo das categorias sexuais: masculino ou feminino. Uma data importante que marca a luta unificada pelo direito à livre expressão pela identidade de gênero é o 23 de outubro – Dia Mundial de Luta contra a Patologização da Transexualidade.

A Psicologia é uma ciência que lida com a sexualidade humana e é preciso reafirmar o compromisso ético de psicólogas e psicólogos em responder às questões relacionadas sobre isso, contribuindo para a extinção de preconceitos contra lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis, *queer* e pessoas não-binárias. Hoje, há, ainda, um rígido protocolo que envolve diagnóstico médico de transexualismo/disforia de gênero, tendo como base os critérios da Organização Mundial de Saúde, tendo como guia norteador o Código Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID) e pela Associação Americana de Psiquiatria em seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM). Em ambos, a transexualidade é categorizada como uma patologia psiquiátrica. No CID-10 é classificada como um transtorno de personalidade e do comportamento adulto, no DSM-IV, como um transtorno de identidade de gênero.

Não são todas as pessoas com vivências transexuais que sentem desconforto, sentimento de não pertencimento, incômodo com o próprio corpo ou até mesmo disforia de gênero. Aqui, um pequeno parêntese para falar sobre a disforia e a disforia de gênero, que são dois conceitos distintos. Há a definição de disforia tal como consta no CID11 que foi apresentado em maio de 2019 e que entrou em vigor recentemente (2022): um estado de humor desagradável,

que pode incluir sentimentos de depressão, ansiedade, descontentamento, irritabilidade e infelicidade. A disforia é, portanto, um mal-estar psíquico, uma mudança de humor, geralmente acompanhada de sentimentos depressivos. E qualquer pessoa pode ser acometida por uma disforia relacionada à saúde mental, ao transtorno de humor, ao sofrimento psíquico fato que está muito relacionado às questões sociais, ligadas aos padrões cis-branco-heteronormativo. Corporalidades que fogem a esse padrão e que são frequentemente vítimas de capacitismo, gordofobia, racismos e LGBTfobias podem ser afetadas por disforias. Dessa maneira, fica mais fácil entender que a disforia de gênero é, então, um mal-estar psíquico provocado por situações decorrentes ou socialmente relacionadas ao gênero assignado no nascimento. Mais adiante pretendo aprofundar essa discussão.

Muitas pessoas se sentem discriminadas, rechaçadas ou incompreendidas, mas não necessariamente disfóricas. Muitas questionam o binarismo de gênero, essa construção macho/fêmea e homem/mulher, como também macho-homem-pênis e fêmea-mulher-vagina. Muitas se sentem deslocadas desse contexto. Ou, dizendo como Preciado (2020), eles dizem diagnóstico clínico. Nós dizemos capacitação coletiva. Eles dizem disforia, transtorno, síndrome, incongruência, deficiência, menos-valia. Nós dizemos dissidência corporal. O próprio Preciado (2011) denomina de “império sexual” esse regime biopolítico que usa o sexo, a sexualidade e a identidade sexual como centro somático-político para produção e governo da subjetividade, questão que pretendo aprofundar no **Capítulo Quatro**. Em entrevista, Paul Preciado diz que ser trans é cruzar uma fronteira política:

“Um processo de redesignação de gênero em uma sociedade dominada pelo axioma científico-mercantil do binarismo sexual, onde os espaços sociais, trabalhistas, afetivos, econômicos e gestacionais estão segmentados em termos de masculinidade ou feminilidade, de heterossexualidade ou homossexualidade, é cruzar aquela que talvez seja, juntamente com a raça, a mais violenta das fronteiras políticas inventadas pela humanidade. Cruzá-la é ao mesmo tempo saltar uma parede vertical interminável e caminhar sobre uma linha desenhada no ar. Se o regime heteropatriarcal da diferença sexual é a religião científica do Ocidente, então mudar de sexo só pode ser um ato de heresia.” (Preciado, 2019).

Em uma sociedade em que existe uma epistemologia binária e na qual nem o discurso médico nem jurídico contemplam outro tipo de gênero que não seja masculino ou feminino, afirmar-se trans é situar-se no lugar da patologia e submeter-se a uma terapia de gênero que permita atravessar fronteira e ir a outro lugar. Essa epistemologia binária é a epistemologia da diferença sexual que, de todas as formas, está morrendo e nos últimos 50 anos em uma crise extraordinária. Para o filósofo, é preciso seguir a estratégia da abolição da política da diferença. Também compactuo com esse pensamento, mas tenho muitas dúvidas se essa epistemologia está morrendo. Em crise, talvez.

A visibilidade de pessoas não-binárias³², a resistência e força dos movimentos LGBTQIA+ no Brasil e no mundo, a proliferação de paradas da diversidade nas cidades brasileiras, o aparecimento de pessoas LGBTQIA+ em novelas e filmes nacionais e uma certa crise da masculinidade contemporânea, são algumas questões que me levam a pensar que provavelmente a epistemologia da diferença possa estar em crise. Porém, o “Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Pessoas Trans Brasileiras 2020”, lançado recentemente pela ANTRA, cujos dados alarmantes já foram citados anteriormente, mostra o quanto a cultura de violência contra pessoas LGBTQIA+ está presente na sociedade. A intolerância e a LGBTfobia são apenas uma das pontas desse *iceberg*, como tento demonstrar no **Capítulo Um** desta tese de doutoramento

No ano de 2019 foi lançada a CID-11 e apresentada durante a Assembleia Mundial da Saúde e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Porém, essa nova versão já permite aos países planejarem seu uso, preparar traduções e treinar profissionais de saúde. Nessa nova versão, a Organização Mundial de Saúde (OMS) removeu da sua classificação oficial de doenças, o transtorno de identidade de gênero, definição que considerava como doença mental a situação das pessoas trans. A CID-11 criou um capítulo no documento dedicado à saúde sexual. Com a mudança, o termo passou a ser chamado de incongruência de gênero e está inserido no capítulo sobre saúde sexual.

³² Recentemente Demi Lovato, artista estadunidense se declarou não-binária, o que fez com que disparassem pesquisas na web sobre “gênero não-binário”, conforme noticiado no blog: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/apos-demi-lovato-pesquisas-por-genero-nao-binario-crescem-na-web>

Mas, como se diz no Nordeste do Brasil, é como trocar seis por meia dúzia, uma vez que “incongruência”, segundo o dicionário, significa qualidade, caráter, propriedade de incongruente; ausência de congruência, de conformidade, concordância, harmonia, adequação, correspondência, identidade etc. De acordo com a própria Organização Mundial de Saúde (OMS), existem evidências de que a incongruência de gênero não seja um transtorno mental, mas que ainda “há a necessidade de garantir atendimento às demandas específicas de saúde da população trans”, o que explica o fato de o termo não ter sido retirado totalmente da CID. A Organização também destaca que este é um passo importante para a redução do estigma e da discriminação em relação a essa população e para a garantia de acesso à saúde.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou no dia 17 de dezembro de 2017 em Assembleia do sistema de Conselhos – composta por conselheiros (as) federais e regionais de Psicologia – uma resolução que determina que profissionais da Psicologia, em sua prática profissional, devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia – compreendida como todas as formas de preconceito, individual e institucional, contra as pessoas travestis e transexuais. A resolução também orienta que os (as) profissionais não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas travestis e transexuais. A norma aprovada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) considera a legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero presentes na Convenção de Yogyakarta³³ e a Declaração de Durban – a Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas (2001), que reafirma o princípio da igualdade e da não discriminação, da qual o Brasil é signatário.

Para o novo texto, o CFP considerou as expressões e identidades de gênero como possibilidades da existência humana, as quais não devem ser compreendidas como psicopatologias, transtornos mentais, desvios e/ou inadequações. O CFP antes mesmo da decisão da OMS em relação ao CID-11, já havia publicado a Resolução nº 01/2018 que estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos no Brasil para que travestilidades e transexualidades

³³ Princípios de Yogyakarta (Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero).

não sejam consideradas patologias. A Resolução foi lançada no Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais (29/01). A Resolução já tinha sido aprovada, por unanimidade, na Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2017, que reúne delegações da categoria.

A resolução determina que, em sua prática profissional, psicólogas e psicólogos devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia e orienta, ainda, que não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação a pessoas transexuais e travestis. A Resolução orienta os profissionais da psicologia a atuarem no exercício da profissão de modo que as travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.

A nova norma impede o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação e veda a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.³⁴ A Resolução n° 01/2018 de certa forma complementa a Resolução n° 01/99, que orienta os profissionais da área a atuarem nas questões relacionadas à orientação sexual. Bento (2006) afirma que a definição de transexualidade como “transtorno” ou “doença” se baseia em uma determinada concepção de gênero, transfigurada em etiologias.

Na mesma reunião da APAF, decidiu-se que o nome social de profissionais travestis e transexuais deve ser destacado, ao lado da fotografia, na frente da carteira de identidade emitida pelos Conselhos Regionais de Psicologia. A proposta de ressaltar o nome social na carteira profissional foi aprovada por unanimidade, de forma a valorizar a dignidade da (o) profissional. Além deste campo, há ainda, espaço para a inclusão de “raça/cor” e “identidade de gênero” no Cadastro Nacional de Psicólogas (os).

Nos últimos anos parece haver uma tentativa de despatologização da transgeneridade, mas os pressupostos são baseados ainda no sexo biológico. Para nós, disforia, transtorno ou incongruência de gênero implica em algum tipo de anormalidade e constrangimento, o que leva a pessoa que recebe o diagnóstico a uma condição de sofrimento. Mais grave ainda é o fato de que reafirma a condição biológica-genital homem/mulher como congruente, o que configuraria a cisgeneridade como normatividade.

³⁴ Usamos as informações do site do CFP: <https://site.cfp.org.br/no-dia-da-visibilidade-trans-cfp-publica-resolucao-cfp-01-2018/>

Corroboro com a perspectiva da pesquisadora Viviane Vergueiro (2014) que analisa como esses corpos e gêneros que não estão adequados a uma normatividade cisgênera ou a uma cisnormatividade, como essas vivências são colonizadas, tomando a colonização como uma concepção mais ampla, de colonização cultural, do saber, colonização existencial dentro de um sistema, um sistema-mundo e essas cisnormatividades atuando nas identidades de gênero não normativas. Para Vergueiro, a cisgeneridade é uma categoria analítica útil para pensarmos interseccionalmente, a identidade de gênero como algo válido dentro dessas lutas opressivas, anticoloniais, questão que pretendo aprofundar mais à frente, no **Capítulo Quatro**.

Toda essa discussão nos remete à sociedade disciplinadora, de Michel Foucault (1997), essa nova configuração de poder produtivo que vai adquirindo a forma de uma arte de governar a vida, uma tecnologia política geral transformada em arquiteturas disciplinadoras (prisões, quartéis, escolas, hospitais), textos científicos, tabelas estatísticas, cálculos demográficos, calendários de regulação reprodutiva e projetos de saúde pública. E nessa moderna arte de governar a vida, Foucault (2014) destaca a centralidade do sexo e da sexualidade.

Preciado (2018) inspirado em Michel Foucault, Monique Wittig e Judith Butler, denomina sexopolítica a uma das formas de dominantes dessa ação biopolítica, que emerge com o capitalismo disciplinar. O sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização; a sexualidade e as formas de prazer normais e patológicas; e a raça, em sua pureza ou degeneração, são três ficções somáticas poderosas que obcecaram o mundo ocidental desde o século XVIII, chegando a definir o escopo de todas as atividades teórica, científica e política contemporânea. (Preciado, 2018, p. 76).

2.2 Sobre o Processo Transexualizador pelo SUS: Despatologizar, Desconstruir e Descolonizar Corpos, Corpas e Gêneros

No Brasil, até 1997, o Conselho Federal de Medicina proibia as cirurgias de redesignação sexual para pessoas trans* embora em 1979, a 9ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9) no que se refere à definição e tratamento de transtornos mentais, editada pela OMS, pela primeira vez, tenha

incluído a definição de transexualismo como um transtorno de identidade de gênero e já indicava o procedimento cirúrgico como uma forma de tratamento, o que permitia aos médicos a realização da intervenção, sem serem acusados de cometer lesões corporais, ainda que desde aquela década já se patologizasse as pessoas trans*.

O Processo Transexualizador considera a realização de cirurgias a partir de 21 anos de idade e após 2 anos de acompanhamento com equipe multiprofissional. Mais adiante veremos que uma resolução do Conselho Federal de Medicina³⁵ reconhece a possibilidade de as cirurgias serem realizadas aos 18 anos de idade após um ano de acompanhamento. Os serviços cirúrgicos que não realizam por esse tempo mínimo o acompanhamento multiprofissional, precisam receber relatórios de outros profissionais – os laudos – que descrevam o tempo de seguimento, a presença de comorbidades, avaliação de saúde mental e outras informações relevantes para o procedimento cirúrgico.

A cirurgia de transgenitalização foi então reconhecida em 1997 quando o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma resolução autorizando os hospitais universitários a realização desse tipo de cirurgia em caráter ainda experimental. Antes da resolução, médicos foram julgados pelo crime de mutilação – tipificação atribuída às cirurgias de transgenitalização (Bento, 2006). A Resolução nº 1.482 de 10 de setembro de 1997 do Conselho Federal de Medicina autoriza a realização de cirurgias de transgenitalização em pacientes transexuais usando como argumento o caráter terapêutico.

Com o aprimoramento das técnicas cirúrgicas e a evolução dos protocolos terapêuticos, o CFM atualizou suas resoluções, sendo a Resolução CFM nº 1.955/2010 a mais atual, que dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. A Resolução autoriza que hospitais públicos e privados, independente de atividade de pesquisa, procedam à cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia (para adequação do fenótipo masculino para feminino) e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres secundários como tratamento dos casos de transexualismo. As instituições

³⁵ Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 2.265, de 20 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>

deverão obedecer a alguns critérios básicos, como contar com uma Comissão de Ética Médica (CEM) e praticar a cirurgia mediante consentimento livre e esclarecido do paciente. A mesma Resolução autoriza também, ainda a título experimental, a realização da cirurgia do tipo neofaloplastia (para adequação do fenótipo feminino para o masculino), o que significa que só poderão ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa.

Para o CFM, em suas três resoluções (Resolução nº 1.482/1997; Resolução nº 1.652/2002 e Resolução nº 1.955/2010), o transexualismo (palavra usada pelo Conselho em suas resoluções) é identificado como desvio psicológico permanente de identidade sexual, de acordo com os quais obedece aos seguintes critérios: desconforto com o sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; e ausência de outros transtornos mentais. A seleção dos pacientes para a cirurgia de transgenitalismo obedece à avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, que acompanham o caso, conjuntamente, por pelo menos, dois anos.

Em 2008, o Ministério da Saúde (MS) incorporou os procedimentos transgenitalizadores às mulheres transexuais no Sistema Único de Saúde através da Portaria 1.707/2008. Em 2013 o Ministério da Saúde ampliou o processo transexualizador do SUS através da Portaria 2803, passando a contemplar as pessoas travestis e os homens transexuais nos serviços de saúde oferecidos.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 196, como forma de efetivar o mandato constitucional do direito à saúde como um direito de todos e dever do Estado, sendo regulado pela Lei nº 8.080/1990, que operacionaliza o atendimento público à saúde. São princípios do SUS: a universalidade; a integralidade; a equidade; a regionalização e hierarquia da rede, das ações e dos serviços de saúde; e, a participação e o controle social. No SUS para que uma pessoa trans* tenha garantido o cuidado integral à saúde e, mais exatamente faça parte do grupo de pessoas que vai se submeter ao processo transexualizador, ela necessita de um

diagnóstico psiquiátrico para que assim possa ter acesso às cirurgias de redesignação sexual e à terapia hormonal oferecidas pelo Estado.

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o acesso para as questões relacionadas ao processo transexualizador (fluxo e atendimento), se dá de duas formas: pela Atenção Básica, rede pela qual o (a) usuário (a) entra em contato com o sistema, pelas avaliações médicas e encaminhamentos para tratamentos e áreas médicas mais específicas e individualizadas; e, pela Atenção Especializada, dividida para esse atendimento em duas modalidades, a ambulatorial (acompanhamento psicoterápico e hormonização) e a hospitalar (realização de cirurgias de modificação corporal e acompanhamento pré e pós-operatório). Para todas as pessoas, a idade mínima para os procedimentos ambulatoriais é de 18 anos. Para procedimentos cirúrgicos, a idade aumenta para 21 anos.

Os serviços que prestam assistência a pessoas trans* em busca de tratamento para a realização do processo transexualizador no Brasil, foram organizados a partir da regulamentação desta prática, após a referida resolução segundo a qual “o paciente transexual é portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação ou auto-extermínio”. No Dossiê Teoria Queer – O gênero sexual em discussão, da revista Cult (2014), Bento diz que:

“São os operadores da saúde mental (principalmente os psicólogos) que têm o poder de autorizar ou não uma cirurgia de transgenitalização. Como pode diagnosticar se uma pessoa é trans? Por um conjunto de práticas (a forma de vestir, como demonstram praticamente seus sentimentos, quais brinquedos gostavam quando era criança). E como definir que uma pessoa não é trans? Pela prática. São os meus atos diários que levam o outro a me reconhecer socialmente como homem ou mulher.” (BENTO, 2014, p. 44).

A cirurgia de transgenitalização passou a ser regulamentada desde então, mas o (a) paciente precisa apresentar os critérios necessários para a realização do procedimento, ou seja, submeter-se à avaliação de equipe multidisciplinar que já descrevi acima, em hospitais autorizados pelo Ministério da Saúde, além de acompanhamento psiquiátrico por no mínimo dois anos para a confirmação do diagnóstico de “transexualismo” – terminologia não adotada nesta tese de doutoramento.

Em mulheres trans, é construída uma vagina – vaginoplastia e nos homens, um pênis – faloplastia (Ávila, 2014). Sobre a redesignação de gênero Raewyn Connell³⁶ (2016) nos ensina que não há necessidade de eufemizá-las como modificação corporal ou glamourizá-las como uma aventura estética, porque seus efeitos são limitados, a transição medicamente assistida é um processo lento, partes dos procedimentos são muito dolorosas e têm um amplo impacto sobre o corpo, além dos efeitos locais:

“A redesignação, embora lenta, tem algo do caráter da medicina emergencial: lidar com situações críticas bem o suficiente para permitir que a vida, incluindo a vida social, continue. E embora a mídia e a atenção acadêmica tenham focado obsessivamente na cirurgia, é importante lembrar que a cirurgia é apenas parte da transição, basicamente uma parte facilitadora. Uma grande quantidade de outros trabalhos necessitam ser feita.” (Connell, R. 2016, p. 243-244).

Portanto, existem demandas para além das cirurgias de (re) adequação de gênero buscadas pelas pessoas trans. Em relação aos homens trans, isso envolve questões como tratamento psicológico, endocrinológico e a procura por órteses – que são aparelhos ou dispositivos ortopédicos de uso provisório ou não, destinados a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou a melhorar funções das partes móveis do corpo, tais como *binder*, *packer/play*, *pump* e STP.³⁷

Além disso, nem todas as pessoas trans* – mulheres ou homens – querem fazer uma cirurgia de transformação corporal. Muitas, inclusive, questionam a eficácia da cirurgia para suas vidas, defendem que o acesso e o exercício da masculinidade ou da feminilidade não serão garantidos pela existência de um pênis ou de uma vagina. Nesses casos, a reivindicação é o direito legal à identidade de gênero (Bento, 2008, p. 65). Por outro lado, muitas pessoas trans colocam uma grande expectativa nas cirurgias de transformação do corpo, enfrentando um longo tempo de espera para a transição de gênero. Por isso, não se

³⁶ Raewyn Connell é uma mulher transexual, professora titular de sociologia na Universidade de Sydney, Austrália. Sua obra inclui temas como educação, classe, sexualidade e gênero, violência, teoria global, metodologia e até poesia. É especialmente conhecida por seu trabalho pioneiro sobre masculinidades (*Masculinities*, 1995), traduzido em 13 idiomas e é hoje o trabalho mais citado no mundo. (Hamlin, C & Vandenberg, F. (2013).

³⁷ *Binder* é uma espécie de colete compressor que assim como a faixa torácica e as fitas adesivas servem para esconder as mamas. *Packer/play* é a órtese em forma de pênis que no modelo flácido serve para dar volume e rijo, para fins sexuais. *Pump* é a bomba para aumentar o clitóris. STP (*stand up*) é um dispositivo usado para urinar em pé (Nery & Maranhão Filho, 2015).

pode diminuir ou secundarizar a importância da cirurgia para muitas pessoas que vivem a experiência trans (Bento, 2008).

Com o advento da pandemia da covid-19, as cirurgias eletivas foram suspensas em vários estados e municípios e, conseqüentemente, as cirurgias de redesignação sexual, uma vez que não são consideradas cirurgias de urgência, por serem eletivas, quase pararam no país. Em 2019, ano anterior à chegada da covid-19, foram realizadas 224 cirurgias de redesignação sexual pelo SUS no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde³⁸, até outubro de 2020, foram realizadas apenas 31 dessas cirurgias.

Em Pernambuco, o Espaço de Acolhimento e Cuidado Trans do Hospital das Clínicas (HC), sofreu um aumento na lista de espera de cirurgia e, segundo a coordenação do espaço, a lista de espera ultrapassa 700 pessoas atualmente. Em oito anos de existência, o projeto realizou 57 cirurgias, com uma média de um procedimento por mês. As paralisações provocadas pelo agravamento da pandemia e dificuldades impostas em 2021 fizeram com que apenas nove procedimentos fossem concluídos³⁹. Segundo Keila Simpson, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), os serviços para as pessoas trans* já não eram vistos como prioridade antes da pandemia e com ela a situação piorou muito.

O Processo Transexualizador é complexo e envolve todas as dimensões da ordem do gênero e o trabalho da transição não é somente sobre sexualidade ou identidade, como nos ensina Raewyn Connell (2016):

“É estruturado pelas desigualdades da ordem do gênero; o processo não é igual para mulheres transexuais e homens transexuais. As mulheres transexuais estão tirando os dividendos patriarcais que derivam dos homens como um grupo, nos mercados de trabalhos, financeiros (por exemplo, moradia), *status* familiar, autoridade profissional e assim por diante.” (Connell, 2016, p. 244).

No Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador foi instituído em 2008 através da Portaria GM/MS nº 1.707 de agosto de 2008 e da

³⁸ Sobre as cirurgias de readequação sexual e a pandemia, a fonte de informação usada é do site da UOL: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/cirurgias-de-readequacao-sexual-desabam-na-pandemia-e-espera-da-populacao-trans-se-agrava.shtml>

³⁹ As informações sobre o serviço em Pernambuco foram obtidas no Portal Leia Já, importante site de notícias do estado: <https://www.leijaja.com/noticias/2022/01/29/espaco-trans-do-recife-700-possuas-esperam-por-cirurgia/>

Portaria SAS/MS nº 457 de 19 de agosto de 2008 (BRASIL, 2008), que estabelecem diretrizes técnicas e éticas para este processo no Sistema Único de Saúde (SUS). Estas portarias estavam pautadas na habilitação de serviços em hospitais universitários e na realização de procedimentos hospitalares. A Portaria 1.707 do Ministério da Saúde instituiu o Processo Transexualizador no âmbito do SUS por considerar:

“A orientação e a identidade de gênero como determinantes e condicionantes da situação de saúde, não apenas por implicarem práticas sexuais e sociais específicas, mas também por exporem a população GLBTT (gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e de exclusão que violam seus direitos humanos, dentre os quais os direitos à saúde, à dignidade, a não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento da personalidade.” (BRASIL, 2008).

Esta portaria considera a transexualidade como um desejo de viver e ser aceito na condição de pessoa do sexo oposto que, em geral, vem acompanhado de um mal-estar ou de um sentimento de inadaptação ao próprio sexo anatômico (Guilherme Almeida & Daniela Murta, 2013). Ao adotarem o conceito ampliado de saúde, não limitam o cuidado aos procedimentos de intervenção cirúrgica de transgenitalização, assegurando o atendimento humanizado e o combate às atitudes discriminatórias por parte das equipes de saúde (BRASIL, 2008). Segundo o Ministério da Saúde, por meio dessas portarias foram estabelecidas diretrizes para regulamentação dos procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos para a realocação genital em pessoas trans. No entanto, tais procedimentos até então eram apenas para as mulheres transexuais. No ano de 2009, o Ministério da Saúde lançou a campanha pelo direito ao uso do nome social pelo SUS.

O Ministério anunciou que pessoas trans* e travestis podiam usar o nome social no Cartão SUS, com o objetivo de reconhecer a legitimidade da identidade desses grupos e promover um maior acesso à rede pública. O nome social é aquele pelo qual essas pessoas preferem ser chamadas ao invés do nome que consta em suas certidões de nascimento, que não correspondem ao gênero com o qual se identificam. O Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016⁴⁰, da Presidência da República, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da

⁴⁰ Decreto nº 8727. www.planalto.gov.br. Consultado em 27 de dezembro de 2021.

identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O uso do nome social nos serviços de saúde é garantido por portaria que descreve que o usuário ou usuária deve ser identificado (a) pelo nome e sobrenome em toda a documentação, independente do registro civil, sendo assegurado o nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou quaisquer outras formas desrespeitosas ou preconceituosas. (BRASIL, 2009). Havia uma reivindicação dos movimentos LGBTQIA+ sobre o uso do nome social, inclusive sendo debatida em reuniões do Conselho Nacional de Saúde e no Comitê Técnico de Saúde LGBTQIA+, considerando que a discriminação e preconceitos em relação às pessoas trans* e travestis levam à exclusão social e, conseqüentemente, afasta essa população do serviço de saúde. Se o SUS é para todas as pessoas e tem entre os seus princípios básicos a universalidade, é fundamental viabilizar o acesso aos serviços e ações de saúde de toda a população.

O uso do nome social estava assegurado desde 2007, de certa forma, na Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, que em seu terceiro princípio, já constava o campo para preenchimento do nome social nos documentos de identificação do sistema de saúde (Cartão do SUS), vetando o uso de formas preconceituosas e desrespeitosas no atendimento (BRASIL, 2007). O nome da pessoa carrega uma história, uma escolha por parte de outrem, em geral pai e mãe, que na maioria das vezes, está atrelado à uma identidade de gênero – masculino ou feminino. O novo nome – o nome social, assim como o pronome (ele/dele/ela/dela) é também parte do processo de readequação de gênero e deve ser respeitado por todas as pessoas e reconhecido por esse instrumento de identificação dos (as) usuários (as) do SUS.

Em dezembro de 2011, a Portaria nº 2.836 do Ministério da Saúde instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no sentido de promover o enfrentamento a iniquidades e discriminações, ampliando o acesso a ações e serviços de qualidade. A construção da Política seguiu as diretrizes de governo expressas no Programa Brasil Sem Homofobia, que foi coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos e é uma iniciativa para a construção de

mais equidade no SUS e um dos seus objetivos é a garantia do acesso ao processo transexualizador nessa rede (Brasil, 2011).

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde, considerando a reivindicação e grande demanda dos movimentos LGBTQIA+ pela ampliação do atendimento especializado às pessoas transexuais* e travestis e pelo acolhimento sem discriminação, tanto na atenção básica quanto na atenção especializada, em 30 de julho de 2013 foi publicada a Portaria nº 859 com o objetivo de revisar a “lógica do cuidado” por meio da estruturação de uma linha de cuidado organizando a atenção à saúde desde a atenção básica à especializada, sendo esta última focada não somente no procedimento cirúrgico e hospitalar, mas também na estruturação e ampliação dos serviços de atenção ambulatorial.

Essa Portaria ampliaria as diretrizes do processo transexualizador pelo SUS e atenderia jovens a partir de 16 anos e proveria a cirurgia a partir dos 18 anos. No entanto, tendo em vista a necessidade de definição de protocolos clínicos de atendimento no âmbito do processo transexualizador, foi publicada a Portaria nº 1.579, de 31 de julho de 2013, que suspendeu os efeitos da Portaria SAS nº 859 até que fossem definidos os referidos protocolos. Em nota, o Ministério da Saúde alegou que “suspendeu os efeitos da portaria até que sejam definidos os protocolos clínicos e de atendimento no âmbito do processo transexualizador” (Júlia Rabahie, 2013).

Em 19 de novembro de 2013 foi publicada a Portaria GM/MS nº 2.803 que redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Essa Portaria insere-se na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e estabelece como diretrizes para a assistência ao/a usuário/a com demanda para a realização do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde: a integralidade da atenção a transexuais e travestis, buscando estruturar uma linha de cuidado desde a atenção básica à especializada; trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar; integração com os demais pontos de atenção da rede de saúde, tendo como porta de entrada a atenção básica, incluindo-se o acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos/as trabalhadores/as e demais usuários/as da unidade de saúde para o respeito às diferenças, em todos os níveis de atenção. (Brasil, 2013)

Essa portaria determina ainda ao Ministério da Saúde, o cumprimento integral, no prazo de 30 dias, das medidas necessárias para possibilitar a realização no Sistema Único de Saúde, de todos os procedimentos médicos para garantir a cirurgia de transgenitalização e readequação sexual no Processo Transsexualizador (Brasil, 2013). Para alguns autores, a Portaria nº 2.803/2013 trouxe avanços significativos para os homens trans, uma vez que ampliou e qualificou o atendimento ao incluir as ações da atenção às pessoas trans* na perspectiva da linha de cuidado, ao reforçar a importância da qualificação do atendimento e do uso de toda a rede do SUS, da atenção básica à especializada, entre outros setores da rede SUS e ao possibilitar a modalidade ambulatorial e hospitalar, incluindo, também, procedimentos cirúrgicos como a histerectomia e a mastectomia, e clínicos, como os atendimentos com e sem hormonioterapia.

Porém, ressalto que homens trans se queixam que esta Portaria poderia ter avançado mais na questão da hormonioterapia permitindo o que já garante o parecer do Conselho Federal de Medicina nº. 8/13 que trata da terapia hormonal para adolescentes travestis e transexuais, ou seja, permitindo o início da hormonioterapia aos 16 anos, incluindo a distribuição de testosterona nas farmácias do SUS (Eduardo Sergio Soares Sousa, Alba Jean Batista Viana & Johnatan Marques do Vale, 2015). Com as mudanças introduzidas pela nova portaria, houve a necessidade de cadastramento dos centros aonde o Processo Transsexualizador já vinha sendo feito, que eram os centros de Goiânia/GO, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Porto Alegre/RS. Um dos avanços dessa portaria é que ela trabalha com as mulheres trans e com os homens trans (mastectomia e histerectomia para homens trans), como também as travestis, no que diz respeito ao tratamento psicológico e endócrino. Como desenvolverei mais adiante, em 2019 o CFM atualizou as regras para aperfeiçoar o atendimento médico às pessoas trans*.

O Hospital das Clínicas de São Paulo é o primeiro no país a realizar o tratamento hormonal para adolescentes transgêneros. O Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS) desde julho de 2013 está autorizado a fazer uso de bloqueadores a partir dos 12 anos, hormonização aos 16 anos e a cirurgia aos 18 anos. O Conselho Federal de Medicina

(CFM) recomenda desde março de 2013⁴¹ que se faça a aplicação da hormonioterapia a partir dos 12 anos, quando começam a aparecer os primeiros sinais de puberdade. O tratamento inicial bloquearia, portanto, a puberdade de gênero de nascimento. (Rabahie, 2013).

Segundo o CFM, a partir dos 16 anos os hormônios que induzem à aparição das características do gênero desejado podem começar a ser usados por jovens dessa idade. Mais recentemente foi assinado o Decreto nº8.727 de 28 de abril de 2016 pela Secretaria Geral da Presidência da República (Brasil, 2016), que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Também é importante destacar a Resolução N° 10, de 27 de março de 2018 do Conselho Federal de Psicologia que dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências.

Mais recentemente e ainda sobre hormonioterapia, foram atualizados novos parâmetros para atendimento às pessoas trans* por meio da Resolução 2.265/2019 do CFM e, segundo este Conselho com a preocupação de colaborar com a melhoria a assistência em saúde às pessoas com incongruência de gênero. O texto aprovado pelo plenário do CFM é resultado de um longo processo de debate e análise que durou dois anos. Além de aspectos éticos e legais, foram analisados diferentes estudos clínicos sobre o assunto com o objetivo de formular um documento com critérios técnicos sólidos. A Resolução prevê a ampliação do acesso ao atendimento à população trans* na rede pública e estabelece critérios para maior segurança na realização de procedimentos com hormonioterapia e cirurgias de adequação sexual (Brasil,2019).

Pela Resolução, a atenção integral à saúde de pessoas trans* deve contemplar todas as suas necessidades, garantindo seu acesso sem qualquer tipo de discriminação nos níveis da atenção básica especializada e de urgência e emergência. O texto estabelece ainda, que a assistência médica à pessoa trans-

⁴¹ A aprovação da resolução 1.482 de 1997, do Conselho Federal de Medicina, impulsionou a regulamentação da cirurgia pelo Sistema Único de Saúde, que só começou a ser feita a partir de 2007.

gênera deve promover atenção integral e especializada nas fases de acolhimento, acompanhamento ambulatorial, hormonioterapia e procedimentos clínicos, cirúrgicos e pós-cirúrgicos.

Destaco uma diferença fundamental entre a nova Resolução (n° 2.265) e a anterior (n°1.955), é que o texto atualizado contempla questões como a realização do bloqueio puberal, que é ainda considerado experimental (sujeito às regras de protocolos de pesquisa aprovados pelo Sistema CEP/Conep) e de hormonioterapia cruzada, que antes não eram previstas. O Sistema CEP/Conep é formado pela Conep (Comissão Nacional de Ética e Pesquisa em Seres Humanos, autoridade nacional do Conselho Nacional de Saúde) e pelos CEP (Comitês de Ética em Pesquisa, autoridade institucional). É um sistema descentralizado no qual os CEPs possuem autonomia de análise ética, excetuando os protocolos das áreas temáticas especiais (Brasil, 2017).

O bloqueio puberal é a interrupção da produção de hormônios sexuais, impedindo o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários do sexo biológico pelo uso de análogos de hormônio liberador de gonadotrofinas (GnRH). A hormonioterapia cruzada é a forma de reposição hormonal na qual os hormônios sexuais e outras medicações são administradas à pessoa transgênero para feminização ou masculinização, de acordo com a sua identidade de gênero. Com relação aos procedimentos cirúrgicos de adequação para atender pessoas com incongruência de gênero, a Resolução n° 2.265/2019 estabeleceu que podem ser realizados apenas depois de 18 anos de idade, sendo exigido que a pessoa tenha sido submetida anteriormente a, no mínimo, um ano de acompanhamento por equipe multidisciplinar e multiprofissional (Conselho Federal de Medicina, 2020).

Outras conquistas alcançadas no campo dos direitos sociais por pessoas LGBTQIA+ têm sido por uma parcela do movimento realçada como de fundamental importância, tais como a inclusão de companheiros e companheiras em planos de saúde (Agência Nacional de Saúde Suplementar, Diário Oficial da União, 04 de maio de 2010); o casamento civil após a Resolução n° 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e direitos como a adoção de crianças por casais homoafetivos, sem restrição de idade (Recurso extraordinário 846.102, STF, 05 de março de 2015), entre outras.

Para uma melhor condição de vida, portanto, as pessoas trans* necessitam, de intervenções hormonais e cirúrgicas, de mudança do nome civil e reconhecimento pleno de suas cidadanias. Para muitos homens trans, a hormonioterapia é a primeira grande modificação corporal em busca de uma adequação, muitos inclusive a consideram mais importante que os procedimentos cirúrgicos. Existem várias formas de uso da testosterona – injeções, gel, pílulas, adesivos bucais, inalador de aerossol e implantes de microdifusão.

No Brasil, além do gel e do creme, são comercializadas formas injetáveis do hormônio. Mas, os homens trans nem sempre conseguem adquirir os hormônios para sua adequação e muitos ainda recorrem à automedicação e compram hormônios de forma ilegal. Muitos grupos com essa finalidade são criados em redes sociais como Facebook e WhatsApp. Estima-se que boa parte da testosterona que circula no Brasil se faz por meio do mercado paralelo esportivo, sobretudo em academias e sites de fisiculturismo. Isso, muitas vezes, acarreta tratamento inadequado, dosagens incorretas e sequelas físicas (João W. Nery e Eduardo Meinberg Ney Maranhão Filho, 2015).

Entre os possíveis efeitos da testosterona, há relatos sobre maior quantidade ou aumento de apetite, acne, suor, retenção de líquido, massa muscular e óssea, enzimas hepáticas, aumento da libido, do colesterol, dos pelos do corpo e da barba, policitemia (aumento dos glóbulos vermelhos) e hipertrofia do clitóris. Há relatos de modificação da voz, com a proeminência da laringe – também conhecido como “pomo-de-adão”, odor no corpo e na pele que se torna mais áspera e oleosa e ocorrência de redistribuição corporal. Há interrupção da menstruação e perda de cabelo, levando muitas vezes à calvície (Nery e Maranhão Filho, 2015).

Para os homens trans, o primeiro procedimento cirúrgico muitas vezes é a retirada das mamas, cujo nome correto é mastectomia masculinizadora, que é uma cirurgia plástica reconstrutiva que transforma, proporcionalmente, os tecidos e a forma de uma mama feminina em uma masculina. São diversas técnicas e variam de acordo com o tamanho da mama. Essa cirurgia é definida como de caractere sexual secundário. A cirurgia de redesignação sexual realizada em homens trans, no Brasil ainda permanece em caráter experimental e são usadas como técnicas cirúrgicas de transgenitalização, a histerosalpingooforectomia, a

colpsectomia e a neofaloplastia. A histerosalpingooforectomia é a extirpação cirúrgica de um ou ambos ovários e trompas junto com o útero. A colpsectomia é a retirada cirúrgica da vagina. A neofaloplastia refere-se à cirurgia de construção de um pênis ou implantação de uma prótese peniana.

Os serviços que prestam assistência aos transexuais que desejam realizar os procedimentos de redesignação sexual, são considerados de alta complexidade e a maioria dos atendimentos encontra-se em hospitais públicos universitários e as equipes, de modo geral, contam com um (a) cirurgião (ã) reconstrutor (a) genital – urologista e/ou ginecologista, psiquiatra, psicólogo/a, cirurgião plástico, enfermagem e assistente social e o número de profissionais varia de acordo com cada instituição. Segundo Márcia Arán e Daniela Murta, alguns desses serviços têm convênio com uma assessoria jurídica para mudança do nome civil, que até pouco tempo estava condicionado à realização da cirurgia de transgenitalização (Arán e Murta, 2009, p.17).

No Brasil, desde o dia 01 de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), reconhece que pessoas trans* podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que para isso precisem se submeter à cirurgia, como já dito anteriormente. Nesses serviços, a pessoa será informada que poderá se dirigir diretamente a um cartório para solicitar a mudança de nome e não precisará comprovar a sua identidade de gênero, que deverá ser atestada por autodeclaração. Os profissionais de outras especialidades que participam desses serviços como geneticista, cirurgião geral, anestesista, mastologista, otorrinolaringologista e fonoaudiólogo (a) geralmente atendem sob demanda.

Alguns estudos mostram que pessoas trans* chegam aos serviços de saúde sem informações básicas sobre os seus direitos e a sua condição. Hoje em dia há muita informação na internet, nas redes sociais, grupos privados em algumas dessas redes com informações básicas sobre onde procurar ajuda, os caminhos para chegar à rede pública de saúde, os principais serviços de cada cidade, ou pelo menos, em algumas grandes cidades e capitais. Muitas dessas pessoas que buscam o serviço de saúde ou procuram ajuda na internet, se encontram em situação de vulnerabilidade psíquica, física e social, às vezes sem o apoio da família, recorrendo aos amigos e amigas de suas redes sociais.

Mas, infelizmente, o acesso à internet no Brasil, apesar de amplo, é ainda desigual. Pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, mostrou

que em 2020 o país chegou a 152 milhões de usuários, um aumento de 7% em relação a 2019, o que significa que 81% da população com mais de 10 anos tem internet em casa. O crescimento do total de domicílios com acesso à internet ocorreu em todos os segmentos analisados. As residências da classe C com acesso à internet pularam de 80% para 91% em um ano. Já os usuários das classes D e E com internet em casa saltaram de 50% para 64% na pandemia. O coordenador da pesquisa, Fábio Storino, no entanto, explica que esse acesso à internet é desigual, uma vez que cerca de 90% das casas das classes D e E se conectam à rede exclusivamente pelo celular. Essa desigualdade se reflete também no ensino básico. O censo escolar de 2020 mostrou que apenas 32% das escolas públicas de ensino fundamental têm acesso à internet para os alunos, porcentagem que chega a 65% no caso das escolas públicas de ensino médio.⁴²

Fabiana Moraes (2015)⁴³, uma jornalista de Recife, conta a história de Joicy, uma verdadeira peregrinação da mulher trans que morava no distrito de Alagoinha, na caatinga, em Pernambuco, a 225 quilômetros da capital e que fez a cirurgia de redesignação sexual pelo SUS no Hospital das Clínicas, em Recife. Joicy queria saber como fazia para mudar de sexo e foi de motocicleta até a Secretaria de Saúde de Alagoinha. O ano era 2004 e ninguém na Secretaria de Saúde sabia dar essa informação a Joicy. Depois de muita procura, ela encontrou o número da Ouvidoria do Ministério da Saúde e conta que ficou quase uma hora no telefone. Mas não ficou satisfeita com a resposta e escreveu uma carta para o presidente da República, à época, Luiz Inácio Lula da Silva, contando em três páginas sua história.

Meses depois ela soube que havia chegado uma carta de Brasília na Secretaria de Saúde do município falando do seu caso. Joicy ficou dois anos indo a cada dois meses até Caruaru, no Agreste pernambucano, dependendo do carro da Secretaria de Saúde de Alagoinha, para tentar entender se faria mesmo a cirurgia. A burocracia e o descaso foram tão grandes que Joicy teve que esperar esse tempo todo até ser encaminhada para o Hospital das Clínicas que já fazia a cirurgia de redesignação sexual desde 2001. Joicy levou três anos e não

⁴² Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet, segundo matéria publicada em 21/08/2021 na Agência Brasil: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>

⁴³ Moraes, Fabiana. O nascimento de Joicy. Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre, Arquipelago Editorial, 2015.

dois, fazendo a terapia obrigatória para quem vai se submeter à mudança de sexo. Além da burocracia e descaso já mencionados, Joicy não seguia a liturgia considerada necessária para ser uma mulher e não compunha seu corpo com os signos e adereços de um corpo feminino, o que gerava (gera) desconfiança nos operadores da saúde, responsáveis pelo diagnóstico de disforia de gênero. Finalmente, em novembro de 2010, Joicy fez sua cirurgia.

De acordo com o Relatório Preliminar sobre os Serviços que prestam assistência a transexuais na rede de saúde pública no Brasil, após dois anos, caso o (a) usuário (a) seja considerado transexual e tenha condições clínicas pode, então, ser encaminhado para a realização do procedimento cirúrgico (Arán e Murta, 2009). Ainda segundo o relatório, devido à dificuldade no agendamento das cirurgias, os (as) usuários (as) transexuais têm permanecido por mais tempo aguardando a realização da cirurgia. Há que se destacar, todavia, que a pesquisa não incluiu nenhum dos serviços de Pernambuco, provavelmente porque durante a realização do estudo, os serviços então existentes não estavam credenciados como de referência.

A norma técnica sobre o Processo Transexualizador no SUS é, em parte comemorada pelo movimento como importante conquista de suas reivindicações e luta, mas infelizmente os programas transexualizadores no serviço público ainda têm muitas barreiras que impedem o acesso universal de pessoas trans* nas normatizações regulamentadoras e no funcionamento dos serviços. Há, ainda, uma burocratização atrelada à uma concepção da política pública fundamentada na patologização da transexualidade e diagnósticos baseados em concepções sociais e estereótipos de gênero que impedem a agilidade do serviço, além da necessidade de profissionais especializados (as) (Bento, 2008, 2012; Lionço, 2009).

O caso relatado sobre Joicy é um exemplo de como essas barreiras estão também atreladas aos marcadores sociais de classe, raça, grau de instrução, região e falta de recursos financeiros. Mais na frente procuro aprofundar o conceito de interseccionalidade – que investiga como as relações interseccionais de poder influencia as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana (Collins, 2021, p. 15).

Joicy, vivendo em Alagoinha, uma cidade localizada na mesorregião Agreste de Pernambuco, município com uma população de aproximadamente

15 mil habitantes, segundo o censo de 2021, dependia do transporte da prefeitura para chegar à capital e dar seguimento ao tratamento, não tinha acesso à internet, não dispunha de informações básicas sobre o Processo Transexualizador, o pós-operatório e do conhecimento da existência da cirurgia até sua realização. Joicy esperou sete anos até conseguir ter acesso às informações, seguir os protocolos necessários e realizar a cirurgia de readequação sexual e, como não usou adequadamente o molde vaginal pós cirurgia da vaginoplastia – procedimento cirúrgico que se caracteriza pela criação de uma cavidade vaginal artificial, por uma série de razões (pobreza, necessidades, falta de informação, falta de apoio da família e amigos), teve estenose vaginal, ou seja, as paredes do seu canal vaginal ficaram coladas. Precisou fazer nova cirurgia para reabertura do canal.

Os homens trans estão em situação de profunda vulnerabilidade porque a sociedade em que nós vivemos tem como fundamento de constituição das relações sociais a ideia das diferenças sexuais como fundantes – quem tem pênis é homem, quem tem vagina é mulher. A humanidade está dividida nessa subjetivação da genitalidade. Se não está em conformidade com o sexo genital, precisa de um tratamento, portanto, deve ser tutelado. Viviane Vergueiro Simakawa (2014) diz que é preciso olhar com lentes decoloniais para esse biopoder médico que determina os gêneros da pessoa. Um sistema médico que vem da racionalidade eurocêntrica, de catalogação das anormalidades, em termos de saúde e de comportamento. As identidades de gênero trans seguem patologizadas e colocadas em uma posição de “anormalidade”, em relação ao padrão que é cisgênero. Segundo Letícia Nascimento (2021), o conceito colonial de gênero se ancora numa base bioessencialista de definição das nossas experiências, impondo um padrão exclusivamente binário de correspondência entre sexo (supostamente biológico) e gênero (cultural). Assim, o processo de patologização, criminalização e subalternização das identidades trans* faz parte dos interesses do Sistema colonial moderno de gênero (Nascimento, p.100-101, 2021). Mais adiante procuro aprofundar essa questão da cisgeneridade.

Durante toda a vida a pessoa trans* luta para ser reconhecida por um gênero diferente daquele que lhe foi imposto no nascimento e o processo de exclusão dessas pessoas começa muito cedo. Muitas vezes na própria família,

quando descobrem que os filhos (ou filhas) insistem em usar roupas e brinquedos que não são considerados apropriados para o seu gênero. Segundo a Organização Não-Governamental International Transgender Europe, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais no mundo.

Entre janeiro de 2008 e abril de 2013 foram 486 mortes, quatro vezes a mais que no México, segundo país com mais casos registrados. Em 2013 foram 121 casos de travestis registrados no país. Mas esses casos são subnotificados, uma vez que todos os dias temos notícias de jovens travestis e transexuais que são barbaramente torturadas e assassinadas e que são noticiados nas redes sociais. O transfeminicídio se caracteriza como uma política de eliminação da população trans no Brasil, disseminada, intencional e motivada pelo ódio e pelo nojo. Não há uma fonte confiável sobre dados de assassinatos de pessoas trans* no país e o acompanhamento é feito por Organizações Não-Governamentais (ONGs) de militantes LGBTQIA+ e pelos meios de comunicação. Nas notícias sobre as mortes, por exemplo, as mulheres trans geralmente são apresentadas com o nome masculino e identificadas como “o travesti” (Bento, 2014).

É Roberto Efrem Filho (2016) quem nos diz que a brutalização dos sujeitos se correlaciona à brutalização dos corpos. A intensidade com que a violência é empregada e as marcas produzidas nos corpos das vítimas preenchem alguns dos critérios classificatórios utilizados pelo Movimento LGBT, na classificação de determinados crimes homofóbicos. O grau de violência, portanto, dimensiona a qualificação do crime e autoriza, em muitas ocasiões, a reivindicação das mortes pelo Movimento (Roberto Efrem Filho, 2016).

Quanto à justificativa, portanto, esta pesquisa se justifica não apenas pela escassez de estudos sobre o tema, mas, sobretudo: 1) por sua relevância acadêmica, compreendendo a universidade como um lugar fundamental de contribuição para a produção de novos conhecimentos especialmente no campo de estudos sobre gênero, direitos sexuais e diversidades corporais; 2) por sua importância no processo de desmonte de políticas públicas voltadas à população trans*, sendo portanto, necessário pensar novas soluções políticas para os problemas públicos que afetam essa comunidade; 3) pelos desafios que a psicologia clínica enfrenta atualmente ao lidar com questões contemporâneas complexas, com pouco acúmulo de conhecimento e ainda pouco trabalhada nas universidades; 4) pela necessária reflexão a se fazer sobre o sofrimento psíquico e

social vividos por essa parcela da população considerando vivermos em uma sociedade heteronormativa e cisnormativa e, 5) a necessidade de novos estudos sobre homens trans em uma conjuntura tão adversa e repressora para as pessoas LGBTQIA+.

A seguir, apresento o quadro: Construindo Marcos Políticos e Legais (Quadro 01), um resumo da linha do tempo, em sua maioria, descrita neste capítulo sobre alguns importantes marcos políticos e legais em relação aos direitos da população LGBTQIA+:

Linha do tempo: construindo marcos políticos e legais	
1952	Publicação da primeira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM1). Nessa primeira versão do Manual, a homossexualidade é definida como “doença mental”, uma entre outras perversões ou desvios de natureza sexual.
1969	Revolta de Stonewall. Manifestações espontâneas de pessoas LGBT contra o assédio sistemático da polícia de Nova York no bar Stonewall, localizado no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, Nova York, nos Estados Unidos. É considerado um marco na luta pelos direitos LGBT no país.
1972	O termo Homofobia foi cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg.
1978	Fundação do Somos – Grupo de Afirmação homossexual. Fundação do jornal Lâmpião da Esquina: primeira publicação de temática gay no Brasil
1983	ChanacomChana: primeira publicação lésbica brasileira
1990	Surgimento da Astral. Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro. Primeira organização de travestis a discutir questões de cidadania e promover articulação nacional de pessoas trans. A Organização Mundial de Saúde retira a homossexualidade da lista de doenças psiquiátricas de sua Classificação Internacional de Doenças (CID).
1992	Fundação da Astral – Associação de Travestis e Liberados (RJ)
1997	Resolução nº1.482/CFM sobre cirurgias de transgenitalização. Primeira Parada do Orgulho Gay (SP)
1999	Resolução CFP nº001/99 que “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Na prática, o Conselho Federal de Psicologia proíbe o “tratamento” da homossexualidade.
2004	Criação do Comitê Técnico LGBT do Ministério da Saúde. É criado o Programa Brasil Sem homofobia, um projeto de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual. Instituído o 29 de janeiro como dia nacional da visibilidade trans.
2006	Princípios de Yogyakarta. Carta dos Usuários da Saúde.
2008	Um marco histórico para o direito das pessoas trans* quando o Processo Transexualizador passa a ser oficialmente oferecido pelo SUS com a Portaria nº 1.707/MS Realização da 1ª. Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT.
2009	Aprovada a política nacional de saúde LGBT no Conselho Nacional de Saúde
2011	Publicada a Política Nacional de Saúde LGBT, que reconhece que a discriminação por identidade de gênero e orientação sexual incide na determinação social do processo de saúde-doença das pessoas LGBT expostas. O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a união estável homoafetiva, equiparando as relações entre pessoas do mesmo sexo às uniões estáveis entre homens e mulheres.
2013	Inclusão do nome social no cartão do SUS. Portaria 2.803 que regula o processo transexualizador. Ampliação do Processo Transexualizador. Entra em vigência a Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), obrigando os cartórios a realizarem casamento entre casais do mesmo sexo. Seminário sobre transexualidade e travestilidade
2015	Ficha de notificação de violência com inclusão dos campos: identidade de gênero e orientação sexual. 1ª oferta do curso UNA-SUS-UERJ Política Nacional LGBT. Lançamento da publicação Transexualidade e Travestilidade na Saúde/MS
2016	Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016. A Presidenta Dilma permitiu o uso do nome social. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT
2017	O plenário do STF determina que a união estável e o casamento possuem o mesmo valor jurídico em termos sucessórios, tendo o (a) companheiro (a) os mesmos direitos a herança que o cônjuge.
2018	O STF decide que transexuais e transgêneros podem mudar seus nomes de registro civil sem necessidade de cirurgia. Lançada a Resolução CFP nº 01/2018 que “estabelece normas de atuação para as psicólogas e psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.
2019	O STF votou pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na lei do racismo. Nº 7.716/1989
2020	O STF declara inconstitucionais as normas do Ministério da Saúde que proibiam homossexuais masculinos de doar sangue. Pela regra vigente, até então, gays só poderiam fazer doação de sangue após 12 meses sem ter relações sexuais com outro homem.

Quadro 01. Linha do Tempo: Construindo Marcos Políticos e Legais.



Figura 12. Na tirinha de Laerte, a personagem Estênio volta de férias e encontra colegas de trabalho no cafezinho e comenta sobre a transição, sobre seu novo nome e que vendeu o carro para fazer a mastectomia.

CAPÍTULO TRÊS REVISÃO DA LITERATURA:

Dialogando com estudos existentes no Brasil sobre masculinidades trans

“Ensinar a ler é sempre ensinar a transpor o imediato. É ensinar a escolher entre sentimentos visíveis e invisíveis. É ensinar a pensar no sentido original da palavra “pensar” que significa “curar” ou “tratar” um ferimento. Temos de repensar o mundo no sentido terapêutico de o salvar das doenças pelas quais padece”.⁴⁴

Este capítulo tem como objetivo analisar a literatura específica realizada a respeito dos estudos sobre pessoas transgênero e masculinidades no Brasil e apresentar as principais evidências encontradas. Compreendo a revisão da literatura como um estudo exploratório da produção do conhecimento sobre um determinado assunto ou tema. Espera-se com esse estudo e a partir das análises realizadas, ter uma ideia sobre o atual estado dos conhecimentos sobre o tema, quais os principais entraves teóricos encontrados e poder contribuir para possíveis futuras pesquisas sobre o assunto.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de estudo qualitativo de revisão narrativa da literatura sobre o tema transgêneros e masculinidades no Brasil, para identificar a produção científica atual, identificar suas temáticas e abordagens e contribuir com a consolidação desse campo do conhecimento (Dilmeire Sant’Anna Ramos Vosgerau & Joana Paulin Romanowski, 2014). A pesquisa em base de dados acaba sendo importante pois nos permite explorar quais assuntos

⁴⁴ Mia Couto em interinvenções “Quebrar armadilhas”, do livro “E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções/Ensaio”. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.

tornam-se relevantes para a ciência, porque meio suas informações são organizadas e como acessá-las e discuti-las criticamente (Vosgerau&Romanowski, 2014). Sabemos que as pessoas por trás das bases de dados não são neutras – não há neutralidade na ciência, portanto, existem interesses políticos na publicação da produção científica e estão situados no contexto histórico, social, econômico e cultural (Antônio Carlos Gil, 2008).

Para a seleção da base de dados foram trabalhados artigos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Superior (Periódicos da Capes/ME), que reúne e disponibiliza para as instituições de ensino e pesquisa no Brasil, a produção científica internacional; artigos e ensaios da Biblioteca Eletrônica Científica Online (do inglês Scientific Electronic Library (SciELO); teses e dissertações da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e do Portal da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil). A BVS reúne informações sobre publicações científicas na área da saúde e a BVS-Psi organiza as publicações na área da psicologia e representa uma estratégia adotada pela BIREME/OPAS/OMS⁴⁵, para promover a cooperação técnica em informação e comunicação científica em saúde, produzida nos países da América Latina e Caribe, registrada, organizada e armazenada em formato eletrônico, acessível de forma universal pela Internet, de modo compatível com as bases internacionais, como nos ensina Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (2015).

A base de dados é o conjunto de informações que são armazenadas em sistemas de processamento a partir de critérios preestabelecidos para inclusão e exclusão e da criação de vocabulários específicos para sua recuperação, estão organizadas de forma estruturada o que facilita a consulta rápida e o acesso a diversos trabalhos e documentos. Também por isso, a pesquisa em base de dados acaba sendo tão importante – nos permite explorar quais assuntos tornam-se relevantes para a ciência, porque meio suas informações são organizadas e como acessá-las e discuti-las criticamente (Gil, 2008).

Sabe-se que as pessoas que estão por trás das bases de dados não são neutras – não há neutralidade na ciência e, portanto, existem interesses políticos

⁴⁵ A Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) é um centro especializado da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), com sede localizada no Brasil, no campus da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), desde a sua criação em 1967, conforme acordo entre OPAS e o governo brasileiro.

na publicação da produção científica e estão situados no contexto histórico, social, econômico e cultural. Desse modo, destaco que a pesquisa em base de dados possibilita explorar os modos pelos quais determinados assuntos tornam-se relevantes para a ciência, por que meios suas informações são organizadas e como acessá-las e discuti-las criticamente (Ribeiro, 2015).

Inicialmente busquei de forma exploratória os descritores correspondentes ao tema de interesse desta tese – homens transexuais e masculinidades, procurando saber o que se fala sobre o assunto desta pesquisa, como as diferentes áreas de estudo têm discutido o assunto e quais as palavras que estão sendo usadas para falar desta questão nas universidades e centros de pesquisa do país e, encontrados no Descritores das Ciências da Saúde (DeCS) para a indexação de artigos científicos e outros documentos da área biomédica. Os Descritores são as palavras usadas no sistema de busca para encontrar as publicações relacionadas a um tema específico.

A pesquisa foi feita inicialmente buscando as palavras: homem transexual, homem trans, trans homens, transmasculinidades, masculinidades trans, pessoas transgênero masculinas. Essas palavras não foram encontradas como descritores. Quando foi procurada a palavra homem transexual, apareceu “pessoas transgênero” para o descritor em português e “homem transexual” como termo alternativo, conforme o Quadro 02.

A pesquisa foi feita também usando a palavra masculinidades que apareceu como descritor em português. Foram usadas, então, para esta pesquisa, as palavras pessoas transgênero e masculinidades e para as publicações que deveriam estar disponíveis gratuitamente e na íntegra, em português, inglês ou espanhol.

Descritor em Português	Termos alternativos	Conceitos
Pessoas transgênero	Fa'afafine, Homem Transexual. Homens Trans. Mulher Transexual. Mulher Transgênero. Mulher não Genética. Mulheres Trans. Mulheres não Genéticas. Pessoas Trans. Pessoas Transexuais. Pessoas de Duplo Espírito. Terceiro Gênero. Terceiro Sexo. Transexuado. Transexuais. Transexuais Operados. Transexuais Pré-Operados. Transexuais Pós-Operados. Transexuais não Operados. Transexual. Transexual Feminino. Transexual Pré-Op. Transexual Pós-Op. Transgênero. Transgênero. Transvestite. Tri-Gênero. Trigênero	Pessoas que possuem senso de identificação com (e a expressão de) comportamentos regulados pelo gênero não associado tipicamente ao sexo anatômico identificado ao nascimento associado (ou não) a um desejo de se submeterem a Procedimentos de Readequação Sexual.

Quadro 02. Termos alternativos associados aos descritores pesquisados ⁴⁶

O ano de 2018 foi tomado como data base para iniciar a busca por ser um marco importante na questão da despatologização da transexualidade e travestilidade iniciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que oficializou durante a 72^a. Assembleia Mundial da Saúde a retirada da transexualidade como transtorno mental da 11^a versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) (Manuella Almeida, Luís Sousa, Patrícia Rabello & Bianca Santiago, 2020).

A transexualidade sai da categoria de transtornos mentais para integrar a de “condições relacionadas à saúde sexual” sendo classificada como “incongruência de gênero”. Também no mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), publicou a Resolução n° 1, de 29 de janeiro de 2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas/os para que a travestilidade e transexualidade não seja considerada patologia. Tem o objetivo de impedir o uso de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação e veda a colaboração com eventos ou serviços que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

⁴⁶ Baseado no site: <http://decs.bvs.br/>

Foram critérios de inclusão os estudos realizados no Brasil entre 2018 e 2021 sobre homens transexuais e masculinidades, mesmo que publicados em outros países, e os estudos publicados em bases de dados abertas. A exclusão dos trabalhos se deu pela leitura dos resumos e observação do conteúdo. Como usamos os descritores pessoas transgênero e masculinidades, apareceram vários estudos sobre a população LGBT, de modo geral, sobre mulheres transexuais e travestis. Alguns desses estudos abordavam vulnerabilidade, saúde de corpos trans, trabalhos sobre voz, bem-estar psicológico, HIV/aids em mulheres transexuais e hormônios. No campo do direito, vários estudos versavam sobre demanda judicial, alteração do registro civil e mudança de nome. Todos esses artigos, resenhas, teses e dissertações foram excluídos. Foram também excluídos os artigos de revisão. Para esta pesquisa interessou os estudos sobre transexualidade masculina.

Como resultado, no Portal de Periódicos da Capes foram encontrados 88 artigos e duas resenhas, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações foram encontrados 12 estudos, na Biblioteca Virtual de Saúde foram encontrados nove resultados, mas apenas dois em português e na BVS-Psi Brasil encontramos quatro resultados, sendo que dois são repetições (um da Capes e um da BVS) e dois tratam de mulheres transexuais e travestis em Buenos Aires e homens trans e atividades físicas. Na Scielo não foi localizado nenhum resultado quando foram usadas as palavras combinadas pessoas transgênero e masculinidades, mas usando apenas as palavras pessoas transgênero, 77 resultados foram encontrados. Considerando a relevância dessa biblioteca eletrônica que reúne artigos da área da saúde, mas também das ciências humanas e sociais, assim como o interesse por publicações brasileiras, originais e de acesso gratuito, optamos por fazer a pesquisa e tentar localizar entre esses 77 resultados, a partir da leitura cuidadosa dos resumos, aqueles que reuniam estudos sobre transmasculinidades. Encontramos apenas um resultado. O levantamento inicial, portanto, totalizou 192 estudos e após a retirada de textos repetidos e aplicação dos critérios de exclusão restaram 10 (dez) estudos. Abaixo, o Quadro 03 resume o total de textos encontrados, o número de trabalhos selecionados e suas respectivas base de dados:

Base de Dados	Número de textos encontrados	Número de textos selecionados
Portal de Periódicos da Capes	88 artigos e 02 resenhas	02
Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações	12	05
Biblioteca Virtual de Saúde	09	02
BVS-Psicologia Brasil	04	Nenhum
SciELO	77	01

Quadro 03. Total de textos encontrados e selecionados em suas respectivas bases de dados.

Para análise e posterior síntese dos estudos selecionados, foi utilizado um quadro contemplando os seguintes aspectos, considerados pertinentes: nome da pesquisa, nome das/os autoras/es, categoria temática predominante, objetivo do estudo e referência. A apresentação dos resultados e discussão dos dados obtidos foi feita de forma descritiva.

Entre os estudos incluídos na revisão, foram analisados quatro artigos científicos, um ensaio, quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Para a análise dos trabalhos selecionados, criamos um panorama em que usamos as seguintes categorias temáticas sobre pessoas transgênero e masculinidades encontradas: pensamento suicida; disforia de gênero; masculinidades performativas; performatividade; homo/transfobia e corpo abjeto; transgeneridade masculina; processo transexualizador e a luta pela despatologização; transexualidade e mídias sociais; e produção de masculinidades.

Essas categorias englobam as áreas de ciências da saúde, educação, estudos feministas, ciências humanas e sociais, e ciências sociais e aplicadas. Os estudos foram realizados por médicas/os psiquiatras, psicólogas/os, pedagogas/os, educadoras/es sexuais, assistente social, graduadas/os em Letras e estudos literários, graduadas/os em ciências sociais e marketing e propaganda, evidenciando um amplo espectro de áreas interessadas em pesquisa sobre a população trans e mais, exatamente, na transexualidade masculina.

Entre os artigos analisados, um artigo é do Jornal brasileiro de Psiquiatria, uma publicação do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é divulgar trabalhos de pesquisa científica no campo da

psiquiatria e áreas afins. A pesquisa foi realizada em um ambulatório para atendimento a pessoas transgênero no Distrito Federal (Fábio Corrêa, Bráulio Rodrigues, Jussano Mendonça e Leonardo da Cruz, 2020).

Um segundo artigo é da Revista Estudos Feministas (Rogério Henriques e André Leite, 2019), publicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo objetivo é divulgar a produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, oferecendo subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir para as práticas dos movimentos de mulheres.

O terceiro artigo está publicado na revista ETD – Educação Temática Digital, do Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da Universidade Estadual de Campinas, publicação eletrônica multidisciplinar que se dedica à produção da comunidade científica nacional. O quarto e último artigo é uma publicação da revista História e Cultura, revista eletrônica semestral, editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), com sede em Franca, São Paulo. A revista publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos *stricto sensu*, redigidos em português, espanhol, francês e inglês (Dilton Couto & Leandro Brito, 2018). A revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas e traduções.

Entre os artigos analisados, há também o ensaio publicado na revista Diálogo, publicação científica de periodicidade de fluxo contínuo do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe) da Universidade Nove de Julho, instituição de ensino superior de São Paulo (Jonas Silva, Maria Silva & Leandro Silva, 2019). Tem como proposta debater e divulgar os temas relativos a práticas educacionais e ao pensamento pedagógico, especialmente os que resultam de pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, nacionais e estrangeiros. Destina-se, sobretudo, a professores, pesquisadores, estudantes e todo público que se interessa direta ou indiretamente por questões educacionais.

Em relação às dissertações de mestrado, a primeira delas é da Universidade Estadual da Paraíba, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, e analisa a transgeneridade masculina na novela *A força do Querer*, a partir dos relatos de homens trans que acompanharam a novela (Glaucy Santana, 2020). A segunda dissertação de mestrado analisada tem como categoria temática o processo transexualizador e a luta pela despatologização e trata-se de um mestrado profissionalizante em Educação Sexual; é da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, da Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara (Souza, 2018). A terceira dissertação de mestrado que analisamos, tem como categoria temática a produção de masculinidade, a partir da análise da autobiografia de João Nery, realizada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no Centro Biomédico do Instituto de Medicina Social (IMS) (Silva Júnior, 2018). A quarta e última dissertação de mestrado que analisamos tem como categoria temática o Processo Transexualizador e a luta pela despatologização. A tese de doutorado analisada tem como categoria temática, transexualidades e mídias sociais, analisa a recepção da transexualidade nas mídias digitais, é da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Marília. Observa-se, portanto, uma concentração dos estudos encontrados na revisão de literatura nas regiões sudeste e centro-oeste (Vieira Júnior, 2018).

Foram analisados dez textos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. A amostra final foi composta por 04 (quatro) artigos, 01 (um) ensaio, 04 (cinco) dissertações de mestrado e 01 (uma) tese de doutorado, conforme Quadro 04 abaixo, com as categorias identificadas sobre pessoas transgênero e masculinidades. A seguir, apresento um panorama geral dos trabalhos avaliados:

Quadro 04. Categorias temáticas identificadas sobre pessoas transgênero e masculinidades

Nº	Artigo/ensaio tese/dissertação	Categorias temáticas	Autor/a/es/Ano	Objetivo do estudo
01	Artigo: Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico	Pensamento suicida	Fábio Correia et al (2020)	Analisar a prevalência de pensamentos suicidas em pacientes de um ambulatório de transgêneros no Distrito Federal, bem como as variáveis associadas a esses eventos.
02	Artigo: A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana	Disforia de gênero	Rogério Henriques; Leite, André Santos, 2019	Refletir em que medida as categorias que se pretendem universais no DSM não refletiriam as peculiaridades da cultura norte-americana na delimitação de seus problemas locais.
03	Artigo: "Vocês conhecem algumx 'heterossexual flexível?": Masculinidades performativas em debate".	Masculinidades performativas	Couto Junior et al, 2018	Investigar como o processo de constituição das masculinidades como enunciações performativas auxilia na formulação de críticas à masculinidade normativa.
04	Artigo: Memória e (trans)gênero: sobre a autobiografia de Herculine Barbin	Performatividade	Marcelo Resende, 2018	Questionar, por meio da teoria da performatividade de Judith Butler, somada às teorias da memória de Bergson e Maurice Halbwachs, o quanto a memória coletiva influencia na modulação da subjetividade de si mesmo e da forma como nos relatamos enquanto sujeitos em narrativas autobiográficas ou confessionais.
05	Ensaio: Travestilidades no espaço socioeducativo: (des)patologização, monstruosidade, violência, abjeção e negação das identidades transgêneras	Homo/transfobia e corpo abjeto	Silva Junior et al, 2019	Fazer uma reflexão sobre as identidades trans no espaço socioeducativo
06	Dissertação de mestado: A transgeneridade na telenovela "A força do querer": uma análise dos relatos de homens trans.	Transgeneridade masculina	Glauicy Santana, 2020	Analisar, a partir da perspectiva de um grupo de telespectadores trans homens, como a personagem Ivana/Ivan é construída na narrativa da trama.
07	Dissertação de mestrado: A construção discursiva do corpo do transhomem na perspectiva foucaultiana	Processo transexualizador e a luta pela despatologização	Silvanie Souza, 2018	Descrever relações discursivas que constroem o corpo do transhomem, tanto as relações imersas a verdades e saberes, quanto as permeadas por controle, disciplina e poder que se materializam nesses corpos.

08	Dissertação de mestrado: Uma viagem nem tão solitária: uma experiência de produção de masculinidade	Produção de masculinidade	Augusto Silva Junior, 2018	Analisar quais elementos são acionados pelos homens no processo de construção da masculinidade, tendo como objeto de análise a narrativa autobiográfica de João Nery, primeiro homem transexual a ter sua história publicizada no Brasil.
09	Dissertação de mestrado: O processo transexualizador: de uma identidade medicalizada à luta social pela despatologização.	Processo transexualizador e a luta pela despatologização.	Débora Araújo de Vasconcellos	Analisar a construção da transexualidade a partir da perspectiva dos sujeitos que vivem o Processo Transexualizador
10	Tese de doutorado: "Quantas curtidas merece essa trans?": a recepção da transexualidade nas mídias digitais	Transexualidades e mídias sociais	Luiz Vieira Júnior, 2018	Entender quais argumentos fundamentam os discursos deslegitimadores da transexualidade e aqueles legitimadores da experiência das pessoas trans.

Fonte: Elaboração própria, 2022

Em relação ao pensamento suicida entre a população transgênero, Fábio Henrique Mendonça Corrêa, Bráulio Brandão Rodrigues, Jussane Cabral Mendonça & Leonardo Rodrigues da Cruz (2020) destacam fatores intervenientes e variáveis que influenciam o desenvolvimento do comportamento suicida com uma correlação entre fatores de risco modificáveis e não modificáveis. Segundo as/os autoras/es, os resultados são compatíveis com os achados da literatura internacional que trata de comportamento suicida e as variáveis que podem estar relacionadas a esse fato. Nesse sentido, parece-nos importante que o estudo tenha trabalhado com alguns marcadores sociais de classe, raça, sexo e sexualidade, principalmente pela associação entre racismo/etnia e sofrimento psíquico.

O artigo aponta que questões sociodemográficas, de habitação e psiquiátricas compõem os fatores que influenciam o desenvolvimento do comportamento suicida em um estudo transversal e observacional a partir da revisão de prontuários dos pacientes atendidos no Ambulatório de Assistência Especializada às Pessoas Travestis e Transexuais (Ambulatório Transgênero) do Hospital Dia do Distrito Federal. O que chama a atenção na pesquisa é que 84% das

peças entrevistadas apresentaram sofrimento relacionado ao corpo, o que poderia ser caracterizado como uma condição pessoal marcada pela identificação com o sexo oposto, um sentimento que pode estar associado à ansiedade, depressão e grande insatisfação pessoal e que tem sido conceituada como Disforia de Gênero. A disforia de gênero é definida como um diagnóstico que descreve as pessoas que apresentam uma diferença marcante entre o gênero experimentado/expresso e o gênero atribuído, portanto, alguém que não está compatível com o que é definido socialmente. É importante reafirmar que nem todas as pessoas trans sentem disforia de gênero e desconforto com seus corpos. Mesmo assim, o estudo não menciona e nem destaca a disforia de gênero como fator importante a ser considerado na prevalência do pensamento suicida em pessoas transgênero, seja para afirmar esse dado, seja para questioná-lo, o que poderia, por exemplo, indicar outros estudos de profundidade ou novas pesquisas voltadas para essa questão.

Ainda sobre uma perspectiva crítica da disforia de gênero, Rogério Henriques e André Leite (2019) destacam a tendência expansionista da *American Psychiatric Association* (APA) em arregimentar as experiências de trânsito de gênero que escapam à matriz de inteligibilidade centrada em torno do masculino/feminino. Para os autores, o diagnóstico de disforia de gênero proposto pela quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5), descreve-a como uma síndrome cultural norte-americana, evidenciada na APA. Segundo os estudiosos, essa hierarquização entre os países do Norte/Sul e Ocidente/Oriente e seus produtos – colonialismo, orientalismo, imperialismos, etnocentrismo etc. – não é de agora, sendo objeto de diversas críticas apontadas por estudos pós-coloniais, pós-estruturalistas e tantos outros. A pesquisa investiga o quanto a psiquiatria norte-americana é atravessada por referenciais hierarquizantes e funciona produzindo uma série de práticas que amplia a esfera da influência geopolítica dos EUA para outros tantos países. É um artigo que questiona essa prática de universalização, especialmente o conjunto de práticas da influência geopolítica dos Estados Unidos sobre o que os autores chamam de “o resto do mundo”. O estudo aponta como uma importante originalidade o fato de o DSM-5 reconhecer outras modalidades alternativas de gênero

para além da designação/prescrição normativa homem/mulher, uma vez que a edição anterior se atinha a essa oposição binária de gênero.

Dilton Couto e Leandro Brito (2018) investigam como o processo de constituição das masculinidades como enunciação performativa auxilia na formulação de críticas à masculinidade normativa em pesquisa on-line. Analisaram conversas no Facebook considerada uma grande rede social, com dois bilhões de usuários ativos, onde é possível criar um perfil pessoal ou uma página e interagir com pessoas conectadas no site, por troca de mensagens, compartilhamento de conteúdo e “curtidas”. Os autores usam o conceito de performatividade de Butler e a Teoria Queer para analisar a produção de narrativas nas conversas com um grupo de jovens no Facebook, que não se identificavam com a heterossexualidade e usavam a referida rede para repensar corpos, gêneros e sexualidades para além dos modelos normativos binários. A pesquisa faz um importante questionamento sobre os limites e as fragilidades das masculinidades normativas, diante da compreensão do gênero como performativo. Cabe a observação de que o estudo não incluiu pessoas trans*, embora tenha trabalhado com rede social e masculinidades, com foco na orientação sexual e binarismo e tenha dialogado com a teoria Queer e com o conceito de performatividade em Butler.

Ainda sobre a construção social das masculinidades, Junior Silva (2018), buscou analisar quais elementos são acionados pelos homens nesse processo. Nesse estudo, a masculinidade é entendida como categoria múltipla e dinâmica, como constructo cultural moldado por meio da interação dos indivíduos. Como estratégia metodológica utilizou como exemplo de masculinidade a experiência da transexualidade masculina. Em sua análise, usou a biografia de João Nery, considerado o primeiro homem transexual a ter sua história tornada pública no Brasil. O estudo conclui que as estratégias subjetivas mobilizadas por João Nery para ser aceito como homem pela sociedade em nada diferem dos mecanismos acionados por homens não transexuais, de modo que a única explicação para o não reconhecimento da identidade desses indivíduos seria o discurso essencialista que organiza a verdade acerca do gênero na sociedade. Discurso esse que tem como principal base argumentativa o debate em termos de uma natureza

intrínseca do sexo biológico, responsável por promover uma visão binária dos gêneros.

Também em relação à performatividade, Marcelo Resende (2018) questiona, por meio da teoria da performatividade de Judith Butler, junto às teorias da memória de Henry Bergson e Maurice Halbwachs, a influência da memória coletiva na modulação da subjetividade de si mesmo e da forma com que sujeitos em narrativas autobiográficas ou confessionais são relatados. Resende pesquisou Herculine Barbin, uma das primeiras pessoas designadas intersexo/transgênero da qual se tem conhecimento. Publicado em uma revista de história, o texto é descritivo e remete a autores que trabalharam com historiografia de publicações de pessoas transgênero. Faz uma breve relação entre a biografia de Herculine Barbin e a de Orlando, de Virginia Woolf e, segundo o autor e com base em Judith Butler, Foucault recusava-se a tratar a fluidez de sexo de Barbin de modo pessoal ou de forma que pudesse trazer algum tipo de associação consigo mesmo e entrando em contradição com sua própria teoria da sexualidade, visto a necessidade de dar uma classificação sexual e de gênero para Herculine, numa recusa de aceitar a possibilidade de existência de uma não-categoria sexual. Marcelo Resende acredita que é a mesma relação entre autor e sujeito fictício entre Woolf e Orlando, de modo que essa personagem seria a sua expressão de não conformidade ao gênero feminino, sendo-lhe impossível transcender fisicamente a sua condição dada as normas sociais que a submetiam a performar em conformidade às nuances atribuídas ao gênero feminino.

Jonas Silva, Maria Silva & Leandro Silva (2019) realizaram uma pesquisa empírica sobre travestilidade em uma unidade masculina de privação de liberdade no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase) do Rio de Janeiro/RJ para compreender como travestis ou transexuais circulam em espaços cuja homo/transfobia é divulgada ao grau máximo. As/os autoras/es partem da metáfora do corpo monstro, abjeto, para analisar como a socio-educação opera no sentido de não desbaratar os engessamentos de gênero e os estereótipos de masculinidade vigentes entre adolescentes acautelados. Os autores sinalizam que práticas discursivas referenciadas pela cisheteronormatividade determinam

ao sujeito uma única forma de construção da masculinidade que são explícita e implicitamente impostas.

Glauco Santana (2020), em sua pesquisa, analisou os depoimentos de um grupo de homens transgêneros sobre a abordagem da temática da transgeneridade masculina na telenovela *A Força do Querer*, produzida pela Rede Globo de Televisão, exibida entre abril e outubro de 2017. Ela analisou como um grupo de telespectadores formado por quatro homens trans, com idade entre 23 e 29 anos compreendem como a personagem Ivan/Ivana é construída na narrativa da trama. A pesquisa foi realizada na cidade de Campina Grande/PB, considerada um dos principais polos industriais da região Nordeste. Glauco Santana trabalhou com a análise de conteúdo de Bardin (2009) e usou os conceitos de performatividade de Butler. Os interlocutores falaram sobre preconceito, conflitos familiares da personagem e a aproximação com suas próprias vidas, mudanças físicas com a hormonização, homossexualidade do homem trans e a importância de se discutir o tema numa telenovela de ampla audiência.

Débora Vasconcellos (2018) analisou a construção da sexualidade a partir da perspectiva dos sujeitos que vivenciam o processo transexualizador no Espaço de Cuidado e Acolhimento Trans do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco. Em seu estudo contrapõe a medicalização identitária à construção de uma identidade política, observando a despatologização como potencialidade para novas leituras da identidade transexual e do atendimento médico. Considera a portaria que institucionaliza o serviço de saúde especializada à população trans no Brasil como um ponto de partida para analisar como a transexualidade é vivenciada e como os sujeitos significam suas identidades por meio do processo transexualizador.

Como já dito anteriormente nesta tese, o Processo Transexualizador (PT) é a nomenclatura adotada no Brasil para definir o atendimento especializado à população trans* que visa o acesso às transformações corporais para a construção de suas identidades de gênero (Débora Vasconcellos, 2018). Nas entrevistas, Débora Vasconcellos abordou questões sobre identidade de gênero, medicalização das vivências cotidianas e autopercepção dos usuários sobre o Es-

paço Trans. Como referencial teórico, a autora trabalhou com o conceito de gênero na perspectiva da teoria *queer* de Judith Butler, a nomeação da transexualidade como ato performativo em John Austin e Butler e com a medicalização do gênero e da sexualidade em Michel Foucault. É uma dissertação que se posiciona contra a medicalização dos corpos e a patologização da transexualidade.

Silvanie Souza (2018) trabalhou para compreender os discursos sobre expressões, corpo, subjetividades, materialidades dos enunciados de gênero, especificamente aqueles relacionados às identidades de homens trans. Seu estudo teve como objetivo descrever relações discursivas que constroem o corpo do homem trans. Na perspectiva teórica, Silvanie Souza utilizou-se da Análise do Discurso (AD) francesa com ênfase na teoria de Michel Foucault. Destaca a questão da patologização da identidade transgênera, descrevendo como esse ponto se articula e se reproduz na vivência de homens trans. É uma pesquisa realizada na cidade de Belém e Região Metropolitana do Pará, pela familiaridade da pesquisadora com a região, nos moldes da pesquisa de campo, de natureza qualitativa, na qual foram usados um questionário socioeconômico e um roteiro de entrevista semiestruturada.

Foram entrevistados quatro transhomens com idade entre 18 e 40 anos. No estudo, os resultados evidenciam um processo de formação da identidade de transhomens baseados em discursos diversos, com destaque para os enunciados das ciências médicas, que legitimam a vivência da transexualidade dentro do aspecto patológico. Esse é um estudo também posicionado contra a patologização da transexualidade. Aborda as relações de disciplinamento dos corpos, as produções de verdades, para entender o processo de movimento, produção, significação, identificação e materialização que produzem formas de subjetivação influenciadas por pensamentos de um dado histórico.

Luiz Vieira (2018) trabalhou com mídias digitais a partir de uma investigação antropológica imersiva oculta em ambientes on-line e utilizando-se dos estudos de recepção, buscou compreender a receptividade da transexualidade. Procurou entender quais argumentos têm fundamentado os discursos deslegitimadores da transexualidade e aqueles legitimadores da experiência das pessoas trans*. A pesquisa analisou os discursos sobre transexualidade a partir de

comentários feitos por leitoras e leitores do Portal Globo.com (um portal da web pertencente à Globo) – publicações em suas diversas versões digitais e de grupos compostos por pessoas que se identificam ou não com transexuais alojados na rede social Facebook: Transgente e Hetero/Orgulho (H/O).

A pesquisa incluiu falas de figuras expressivas circulantes na internet que ao falar de identidade e ideologia de gênero se mostram tanto quanto articuladas ou não com o discurso das transexuais, incluindo as biografias de pessoas trans* famosas ou que tiveram por algum motivo uma relevância no cenário midiático. A questão central da pesquisa consiste em compreender como vem se dando a recepção da transexualidade nas mídias digitais. A maior visibilidade da transexualidade nos meios digitais revelou sobretudo, segundo o estudo, conservadorismos e a predominância de discurso deslegitimador que tem como base a misoginia e a demonização de gênero, assim como visualizou mudanças nas redes on-line da inclusão e humanizada das pessoas trans*.

Os estudos analisados passeiam por uma diversidade de áreas e categorias distintas, tendo como fio condutor a pesquisa sobre pessoas trans* com enfoque na transgeneridade masculina. É relevante que o tema esteja inserido nas mais diversas áreas de pesquisa, passando pela saúde, educação, comunicação e ciências humanas e aplicadas, o que demonstra a importância e atualidade dos estudos sobre identidade de gênero. Como sugerido nas pesquisas analisadas, as categorias estudadas demonstram a suscetibilidade da população trans* ao sofrimento psíquico, considerando as normas de regulação de gênero e os preconceitos e discriminações vivenciadas por essa população, que se reflete no desenvolvimento de comportamentos suicidas e uma correlação entre fatores de risco modificáveis e não-modificáveis.

O importante estudo de Couto Júnior e Brito (2018) analisou narrativas em conversas entre jovens que não se identificavam como heterossexuais e que na rede social debatiam corporalidades, gênero e sexualidades para além dos binarismos, o que leva à sugestão de estudos futuros onde sejam incluídas pessoas trans* e masculinidades com foco na orientação sexual e binarismos. É possível concluir também, que a disforia de gênero merece uma atenção como uma categoria importante para a realização de novos estudos de profundidade

e pesquisas voltadas para essa questão, considerando tratar-se, portanto, de um transtorno de identidade dada a não-conformidade entre o sexo biológico e o gênero, seja para reafirmar esse dado ou questioná-lo. Sugiro, por fim, a necessidade de novos estudos sobre transmasculinidades em espaços de privação de liberdade, considerando a vulnerabilidade das pessoas trans*, expostas à violência dentro do sistema carcerário e a conseqüente violação de direitos, agravada pela limitação entre o gênero masculino e feminino nos presídios, além da necessidade de uma legislação específica sobre essa questão.

Como considerações finais, pode-se dizer que os estudos analisados passem por uma diversidade de áreas e categorias distintas, tendo como fio condutor a pesquisa sobre pessoas trans* com enfoque na transgeneridade masculina. Entendo ser relevante que o tema esteja inserido nas mais diversas áreas de pesquisa, passando pela saúde, educação, comunicação e ciências humanas e aplicadas, o que demonstra a importância e atualidade dos estudos sobre identidade de gênero. Como sugerido nas pesquisas analisadas, as categorias estudadas demonstram a suscetibilidade da população trans ao sofrimento psíquico, considerando as normas de regulação de gênero e os preconceitos e discriminações vivenciadas por essa população, que possivelmente se reflete no desenvolvimento de comportamentos suicidas e uma correlação entre fatores de risco modificáveis e não modificáveis.

O importante estudo de Dilton Couto e Leandro Brito (2018) analisou narrativas em conversas entre jovens que não se identificavam como heterossexuais e que na rede social debatiam corporalidades, gênero e sexualidades para além dos binarismos. Sugiro estudos futuros em que sejam incluídas pessoas trans* e masculinidades com foco na orientação sexual e binarismos. Conclui-se que a disforia de gênero merece uma atenção como uma categoria importante para a realização de novos estudos de profundidade e pesquisas voltadas para a questão, considerada um transtorno de identidade dada a não conformidade entre o sexo biológico e o gênero, seja para reafirmar esse dado, seja para questioná-lo. Sugiro, por fim, a necessidade de novos estudos sobre transmasculinidades em espaços de privação de liberdade, considerando a vulnerabilidade das

pessoas trans*, expostas à violência dentro do sistema carcerário e a consequente violação de direitos, agravada pela limitação entre o gênero masculino e feminino nos presídios, além da necessidade de uma legislação específica sobre essa questão.

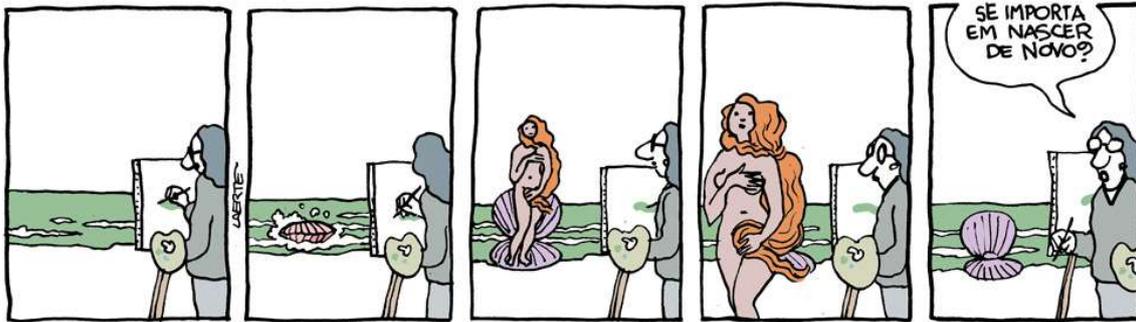


Figura 13. Na tirinha, Laerte faz uma crítica aos padrões hegemônicos estabelecidos.

CAPÍTULO QUATRO REFERENCIAIS TEÓRICOS E POLÍTICOS: O olhar da Cisgeneridade⁴⁷ e o Sistema⁴⁸ que nos afeta a todes

“As palavras, assim como as pessoas, têm histórias; e, quando viajam no tempo e no espaço, elas mudam” (Teresa de Lauretis, 2019).

Essa pesquisa se insere no campo dos estudos pós-estruturalistas, tendo como marco analítico gênero, raça, decolonização e interseccionalidade, a partir da teoria *queer* e do feminismo decolonial e estudos subalternos, como talvez tenha sido percebido ao longo dos capítulos anteriores que é onde situo a minha própria prática e pensamento. Dialogo, principalmente, com autoras e autores como bell hooks, Catherine Walsh, Carla Akotirene, Donna Haraway, Gayatricha Kravorty Spivak, Guacira Lopes Louro, Joaze Bernardino-Costa, Judith Butler, Lélia Gonzalez, María Elvira Díaz-Benitez, Nelson Maldonado-Torres, Oyèrónké Oyewùmí, Paul Preciado, Patricia Hill Collins, Raewyn Connell, Ramón Grosfoguel, Sirma Bilge, Teresa de Lauretis e Viviane Vergueiro. Neste capítulo, procuro descrever as referências teóricas que subsidiaram e justificaram as análises e observações feitas nesta tese, tentando explicitar o universo teórico por onde caminha a tese.

Nesse sentido, ao trabalhar nesta tese como marco teórico os estudos decoloniais, é preciso lembrar que uma das preocupações centrais dos trabalhos

⁴⁷ Cisgeneridade. É uma categoria analítica usada pelo transfeminismo para questionar os privilégios dos corpos que se entendem dentro de uma perspectiva naturalizante e essencialista de gênero (Nascimento, L. Transfeminismo, São Paulo, Jandaíra, 2021).

⁴⁸ Nesta pesquisa, baseada na concepção de Viviane Vergueiro (2015), uso a expressão Sistema, entre outras corruptelas, que têm como objetivo enfatizar o caráter estrutural, institucional e Cistêmico de perspectivas Cis+sexistas, mais complexo e além do paradigma individualizante do conceito de transfobia.

sobre decolonização, é a questão do conhecimento, por isso é preciso compreender e avançar sobre o que está em jogo, pensando estratégias para transformar a realidade, compreendendo a sua dimensão política, seu enraizamento na resistência e reexistência das populações afrodiáspóricas e africanas, indígenas e terceiro-mundistas, para além da academia. Porém, na academia, é preciso pensar os estudos decoloniais também como um projeto de intervenção sobre a realidade, trazendo para o primeiro plano a luta política das mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo, dos jovens da periferia, da estética e arte negra, bem como de uma enormidade de ativistas e intelectuais, como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins entre outras e outros nesta tese já citados (Joaze Bernardino-Costa; Nelson Maldonado Torres & Ramón Grosfoguel, 2023 p. 10-11). É preciso, portanto, fazer uma crítica às epistemologias modernas, que parecem falar para todos, mas, na verdade, seguem falando para algumas, dando segmento à colonialidade do poder, do ser e do saber.

Desse modo, é fundamental compreender e situar o papel que ocupa a descolonização da epistemologia feminista, olhando para os diversos fatores que compõem os marcadores sociais da diferença, questionando o feminismo centrado no gênero, a mulher como sujeito do feminismo e os efeitos da colonização e da colonialidade produzem efeitos distintos sobre os corpos de mulheres e homens, a articulação das diferentes formas de opressão e desigualdades. As feministas negras evidenciaram que seria impossível pensar uma sororidade feminista sem enfrentar os temas de classe e de raça e foram abrindo espaços para pensar as desigualdades de gênero em relação a outros marcadores sociais da diferença, pensada em termos de identidade, subjetividade, relação social e experiência (Díaz-Benítez, 2020, p. 267, 271). Mais adiante volto a falar sobre essa e outras questões.

Antes de começar o Capítulo propriamente dito, é importante tecer algumas considerações relacionadas à cisgeneridade. Para tanto, é preciso retomar algumas questões que já foram abordadas e que, pelo próprio tema desta tese, voltarão nos próximos capítulos. Ao longo da história um imenso aparato discursivo jurídico, médico, político, religioso e educativo tentou instituir o padrão hegemônico do homem branco, cristão, heterossexual, burguês, sem deficiências

cujo caráter normativo deve ser questionado. Não existe a soberania incontestável, não existe sujeito absoluto, autônomo, soberano e universal e esses marcadores de sexo, gênero, raça/etnia, classe e tantos outros, carregam uma história e não se constituem à revelia dos processos culturais e políticos como tento demonstrar mais adiante (Nascimento, 2021, p. 93-94).

No entanto, essa noção hierárquica da branquitude heterocêntrica, essa classe dominante (masculina e heterossexual) é ainda muito presente na sociedade e não parece disposta a abandonar seus privilégios. E, os privilégios resultantes da justaposição de sexo e gênero em uma relação de produção unilateral e natural são precisamente o que o conceito de cisgeneridade busca denunciar de forma enfática como afirma Letícia Nascimento no livro “Transfeminismo” (Nascimento, 2021, p. 96).

Os termos “cisgeneridade”, “cisgênero” ou simplesmente “cis”, têm sido usados pela comunidade LGBTQIA+, militantes e ativistas feministas, em blogs e em muitos espaços da internet, mas ainda é pouco utilizado em documentos oficiais, textos e artigos acadêmicos, mesmo em estudos e publicações relacionadas a gênero. Em contrapartida, tem sido cada vez mais frequente em muitos lugares oficiais, acadêmicos ou informais o uso dos termos “transgênero”, “travesti” e “transexual” (Beatriz Pagliarini Bagagli, 2018):

“‘Cisgênero’ é uma palavra composta por justaposição do prefixo ‘cis’, de origem latina, significa ‘posição aquém’ ou ‘ao mesmo lado’, fazendo oposição ao prefixo ‘trans’ que significa ‘posição além’ ou ‘do outro lado’. ‘Cisgênero’ estabelece uma relação de antonímia com a palavra ‘Transgênero’. ‘Transgênero’, por sua vez é a palavra rotineiramente utilizada como forma de designar pessoas cuja autoidentificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente no nascimento em virtude da morfologia genital externa, podendo excluir travestis e transexuais. Desta forma, ‘cisgênero’ é utilizado para designar aquelas pessoas que não são transgêneras, ou seja, aquelas cujo gênero auto identificado está na ‘posição aquém’ daquele atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa. ‘Cisgênero’, assim como ‘transgênero’ funcionam frequentemente como determinações às palavras ‘homem’ e ‘mulher’.” (Bagagli, 2018, p.13-14).

O conceito de cisgeneridade nos obriga – pessoas cis, ao exercício de olharmos para o nosso próprio gênero e entender que são tão produzidos, fabricados, criados e artificiais quanto os das pessoas trans*. Somos todas, todos e todes uma ficção, uma criação se fazendo e se refazendo cotidianamente, tudo estabelecido por um sistema compulsório que é da ordem do gênero. É agindo

como mulher (ou como homem), acionando determinados mecanismos de gênero, determinados atos performativos e estilizados de gênero que chegamos a ser homem ou mulher como procuro aprofundar mais adiante, com base em Judith Butler. (Butler, 2003).

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) tem um entendimento mais amplo sobre o termo cisgênero, compreendendo-o como um termo guarda-chuva, designando as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento, mas que não as definiriam como identidades essencializadas. Transgênero, portanto, seria justamente todas aquelas pessoas que fogem a essa linearidade imposta pelo determinismo biológico entre identidades de gênero e genitália; travestis, transexuais e transgêneros. O que leva à conclusão que cisgênero ou transgênero indicam experiência de identificação de gênero como quaisquer outras (Jesus, 2012).

Nesta tese de doutoramento, foi adotado, portanto, o conceito de cisgeneridade em contrapartida a um modelo discursivo que apresenta de um lado, corpos naturalmente generificados e, de outro lado, corpos igualmente generificados, porém subalternizados. O que se pretende com isso, é tão-somente contribuir para a desmistificação das teorias que reforçam corpos e identidades essencializadas ou definidas por marcadores biológicos. Tudo isso faz com que seja preciso reafirmar, mais uma vez, que o gênero não é da ordem do natural, da natureza; que é uma construção a partir das convenções morais, culturais e sociais e, não está condicionado à existência de uma determinada genitália e/ou órgãos reprodutivos como nos ensina Judith Butler em *Problemas de Gênero* (2003) e como tenho abordado no decorrer desta tese.

Penso ainda que é preciso questionar o status de privilégio das pessoas cis em detrimento das pessoas trans*, considerando que “estar alinhada” ao seu corpo e gênero, as coloca dentro da cisnormatividade, o que leva ao apagamento de pessoas trans*, de suas necessidades específicas, do seu direito de ir e vir, da negação de seu status jurídico, como nos ensina Hailey Alves (2011). E, concluindo a minha linha de pensamento, compreendo que a academia – por meio da psicologia, da linguística, da antropologia entre outras tantas ciências, precisa questionar o lugar de privilégios de corpos cis e se apropriar de discursos e práticas contemporâneas sobre sexo e gênero, incluindo mais estudos, pesquisas e disciplinas que tragam essas temáticas para o interior das universidades.

4.1 Decolonialidades e corpos dissidentes: “uma transição de gênero é uma viagem marcada por múltiplas fronteiras” (Preciado, 2020).

Os estudos subalternos, o conjunto de estudos que analisam a produção acadêmica do Norte sobre o Sul, vão construir uma crítica ao conhecimento de uma matriz branca e de forma deslocalizada, a partir de um sujeito universal, branco, baseado no homem do Norte, masculino, mas que se apresenta como “neutro”. Nesse sentido, ao trazer para esta tese os estudos decoloniais como parte do marco teórico e de um projeto político-acadêmico, é preciso registrar que autoras como Gayatri Spivak (1985), Chandra Talpade Mohanty (2020), Françoise Vergès (2020), Rita Segato (2021), María Lugones (2008), Raewyn Connell (2016), entre outras, questionam a lógica da hierarquia entre os saberes, a mulher como uma categoria universal, as formas de pensar a política, a homogeneização da opressão, a sexualidade, as relações de poder marcadas por teóricos do Norte, países que não vivenciaram a violência e o trauma da colonização.

O feminismo decolonial questiona as desigualdades decorrentes do processo de colonização das Américas, da África e as consequências na vida das mulheres negras, não-brancas e racializadas. É um feminismo que retoma boa parte dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos, que nos oferece uma nova perspectiva de análise para entendermos de forma mais complexa as relações e entrelaçamentos de raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica (Ochy Curiel, 2020, p. 121). Para Françoise Vèrges, o colonialismo não pode ser confundido com a colonização, por se tratar de um processo/movimento que se perpetua através das relações sociais desiguais e de dominação, constituídas por séculos de colonização de determinados corpos e territórios. Os feminismos decoloniais estudam o modo como o complexo racismo/sexismo/etnicismo impregna todas as relações de dominação, ainda que os regimes associados a esse fenômeno tenham desaparecido (Vèrges, 2020, p. 41).

Para algumas autoras negras, como bell hooks (2019) e Lélia Gonzalez (2020) o uso pouco crítico de uma categoria universal da mulher acabava por reforçar o racismo e, por isso, é preciso uma integração entre as lutas de classe,

raça, gênero e sexualidade. No livro “e eu não sou uma mulher?” (1981)⁴⁹, bell hooks nos conta que desde o início de seu envolvimento com o movimento de mulheres ficou perturbada com a insistência das liberacionistas brancas para quem raça e sexo era questões separadas. Ora, sua experiência de vida mostrou que eram questões inseparáveis, que desde o momento do seu nascimento, dois fatores determinaram seu destino – o fato de ter nascido negra e o fato de ter nascido mulher.

Pensar sobre estudos subalternos, também nos remete a Paulo Freire com o conjunto da sua obra, mas muito especialmente com a Pedagogia do Oprimido (1987), a relação entre colonizador e colonizado, a necessidade de uma postura revolucionária na educação, uma teoria para que os oprimidos alcançassem a liberdade:

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem, sentirá melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe der os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida”. (Freire, 1987, p. 17)

Na mesma corrente de pensamento, trago bell hooks (2017), apontando a educação como prática de liberdade, desnaturalizando o sistema de dominação – o racismo, o sexismo, a exploração de classe e o imperialismo.

Lélia Gonzalez (2020) nos anos noventa já fazia a discussão sobre como as minorias internalizam o processo de subordinação, como os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às custas e na presença do negro, a ideologia do branqueamento articulada com o mito da democracia racial, ainda hoje tão decantada no Brasil, como se tivéssemos escapado do racismo e da discriminação racial. A ideologia do branqueamento, afirma Gonzalez, se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “democracia racial”. E é exatamente essa ideologia do branqueamento aliada ao mito da democracia racial que provocam efeitos que se refletem nos

⁴⁹ O livro “e eu não sou uma mulher”, de bell hooks foi originalmente publicado em 1981, mas somente traduzido e publicado no Brasil em 2019.

comportamentos imediatos da pessoa negra, que “se põe em seu lugar”, do “preto de alma branca”. (Gonzalez, p. 33, 2020).

É neste ponto preciso que recorro ao pensamento de Oyèrónke Oyewùmí (2004), uma pesquisadora nigeriana de origem iorubá, para quem os últimos cinco séculos considerados como era da modernidade foram definidos por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. A autora entende que, significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas (Oyewùmí, 2004, p.1)

Trata-se, portanto, de uma colonialidade do ser, do saber e do poder, hierarquias que se constituem em todas as dimensões da vida – política, econômica, social e cultural. A mitologia fundacional nos remete ao ideal civilizatório sobre ser homem e ser mulher tendo como padrão de comparação, os europeus. É preciso, portanto, romper com os ideais plantados na colonialidade que nos remetem à hierarquia social, racial, étnica e de gênero.

Os estudos decoloniais nos mostram como a invenção da raça é um giro profundo que reposiciona as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas através da dominação. Europeu, indígena, africano estão entre essas identidades raciais que levam à concepção de superior-racional-civilizado-moderno e inferior-irracional-primitivo-tradicional, uma expressão da profunda e duradoura dominação colonial. A colonialidade de gênero implica em relações de abuso, brutalização e desumanização, que muitas vezes são escondidas, disfarçadas e até esquecidas. Mas, é exatamente do estupro dos povos originários que nasce o “povo brasileiro”, a mestiçagem como resultado do estupro de mulheres indígenas e africanas aqui escravizadas.

A gênese do masculino e do feminino no Brasil começa como animais. Desde o princípio fomos descritos como machos e fêmeas pelo colonizador e homens e mulheres seriam os ideais civilizatórios a serem alcançados. O Brasil foi construído em cima do apagamento de memórias dos povos originários que aqui viviam e, apesar de detentores de distintos hábitos e línguas, foram designados a um só nome – índios, porque os navegadores europeus supostamente

chegaram à América por acaso, desviados do caminho para as Índias. A narrativa eurocêntrica que serviu para contar a história do Brasil apagada da nossa memória a contribuição cultural, política e histórica de negros da diáspora africana e dos povos originários de diversas etnias na construção deste país. (Susana de Castro, 2020, p. 141-142):

“Isso se dá porque não houve na empresa colonial nenhum entendimento de que outras formas de sociabilidade e cultura pudessem ser igualmente válidas e incorporadas em um projeto de coabitação pacífica. Mas como o poder colonial se caracterizou justamente pela perspectiva de submeter todos ao mesmo modelo de economia de mercado – inicialmente extrativista (ciclo do pau-brasil), depois monocultura para exportação (cana-de-açúcar), depois novamente extrativista (mineração) e assim sucessivamente –, não seria permitido aceitar outras formas de economia, como o escambo, ou de relações de trabalho, como as voltadas exclusivamente para suprir as necessidades do grupo, como a caça e a coleta indígenas. Além disso, para o modelo capitalista global em curso era preciso apropriar-se da força de trabalho de índios e negros. A colonização das Américas foi vista principalmente como um empreendimento econômico”. (Castro, 2020, p. 142)

As primeiras imagens divulgadas dos habitantes do Brasil, eram de seres sem gênero, animais, que cuidavam de satisfazer seus instintos sexuais e primitivos, era por isso preciso, civilizá-los. Basta lembrarmos da Carta de Pero Vaz de Caminha – a carta ao rei Dom Manoel, o primeiro documento escrito sobre o Brasil e considerado um marco literário do país:

“Ali verieis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma.” (Brasil).

A história do Brasil, muitas vezes escondida, burlada e até mesmo romantizada por historiadores da época, é marcada pela violência, expropriação, dominação, exploração, extermínio e morte. Os povos originários – denominados pelos portugueses de “selvagens” – que já habitavam o Brasil antes da chegada dos europeus, foram banidos, obrigados a trabalhar, expropriados, vilipendiados, violentados e exterminados. Como parte dessa história, é importante lembrar que para o Brasil veio quase a metade de africanos e africanas escravizadas que

foram obrigadas a deixar suas terras de origem na base da força e da violência. Mão de obra escravizada, divisão latifundiária da terra, corrupção e patrimonialismo explicam os motivos que fizeram do país uma realidade desigual (Lilia Schwarcz, 2019).

É nessa perspectiva da figura desumanizada e selvagem que Patrícia Hill Collins (2019) descreve as imagens de controle da condição da mulher negra, carregadas de estereótipos e como sexualmente agressivas, uma forma desviante da sexualidade feminina negra:

“A imagem da jezebel surgiu na época da escravidão, quando as mulheres negras eram retratadas, segundo Jewelle Gomez, como amas de leite sexualmente agressivas. A função da jezebel era relegar todas as mulheres negras à categoria de mulheres sexualmente agressivas, fornecendo assim uma justificção eficaz para os frequentes ataques sexuais de homens brancos relatados por mulheres negras escravizadas. A imagem de jezebel cumprirá ainda outra função. Se as mulheres negras escravizadas eram retratadas como detentoras de um apetite sexual excessivo, o resultado esperado seria o aumento da fecundidade. Ao impedir o cuidado que as mulheres afro-americanas poderiam dedicar às filhas e aos filhos delas – o que fortalecia as redes familiares negras – e obrigá-las a trabalhar no campo, a ser “amas de leite” das crianças brancas e a cuidar emocionalmente deles, os brancos proprietários de escravos vincularam as imagens de controle da jezebel e mammy à exploração econômica inerente à instituição da escravidão”. (Collins, 2019, p. 155)

Isso nos remete à María Lugones (2020) quando nos fala da necessidade de fazermos as conexões entre gênero, a classe e a heterossexualidade como racializados, o que não foi feito pelo feminismo do século 20, que limitou suas análises e reflexões à questão da opressão sexista. Também é parte dessa história só as mulheres brancas burguesas serem contadas como mulheres no Ocidente:

“As fêmeas excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, elas eram vistas e tratadas como animais em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não-brancas eram consideradas animais, no sentido de seres sem-gênero, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade. As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quanto foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global. Portanto, a violação heterossexual de mulheres índias ou de escravas africanas coexistiu com o concubinato, bem com a imposição do entendimento heterossexual das relações de gênero entre os colonizados – quando isso foi conveniente e favorável ao capitalismo eurocêntrico global e à dominação heterossexual de mulheres brancas” (Lugones, 2020, p.73-74).

Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização, como Lugones (2019) observou. Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colono, moderno foi transformado em sujeito/agente próprio para governar, para a vida pública, um ser civilizado, heterossexual, cristão. A dicotomia hierárquica como uma marca de humanidade também se tornou uma ferramenta normativa de condenação dos colonizados, cujos comportamentos e as personalidades/almas eram julgadas como bestiais e, conseqüentemente, não atribuídas de gênero, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas (Lugones, 2019, p. 358-359):

“A missão civilizatória, incluindo a conversão ao cristianismo, estava presente na concepção ideológica da conquista e da colonização. Julgar os povos colonizados como deficientes do ponto de vista da civilização justificava crueldades sem tamanho. Quando pensamos no macho colonizado não humano, precisamos lembrar da perspectiva civilizatória, de um entendimento normativo do ‘homem’ como ser humano por excelência; fêmeas eram vistas de acordo com o entendimento normativo de ‘mulher’ como a inversão dos homens. Desse ponto de vista, as pessoas colonizadas se tornaram machos e fêmeas; machos se tornaram não-humanos-como-não-homens e fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres. Conseqüentemente, as fêmeas colonizadas nunca foram entendidas como faltantes, porque elas não eram comparáveis aos homens, sendo transformadas em viragos. Os homens colonizados não eram entendidos como faltantes, porque eles não eram comparáveis às mulheres – o que é entendido como ‘feminização do homem’ colonizado parece mais um gesto de humilhação, atribuindo a eles uma passividade sexual representada pela constante ameaça de estupro. Essa tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da subjetividade masculina do colonizado”. (Lugones, 2019, p.359).

Além disso, o domínio cultural e disciplinar do poder, enfatiza a crescente importância das ideias e da cultura na organização das relações de poder, como ensina Collins e Bilge (2021):

“O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes. Basicamente, como indivíduos e grupos, somos ‘disciplinados’ para nos enquadrar e/ou desafiar o *status quo*, em geral, não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes”. (Collins & Bilge, 2019, p.26).

As autoras da respeitável obra sobre interseccionalidade, ensinam que o uso desse conceito como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento desigual global, uma vez que “a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas, de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento, migrantes e grupos indígenas”. A interseccionalidade afirma que as pessoas não são uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos. Pelo contrário, ela nos mostra que existe uma estrutura que explica as categorias de raça, classe, gênero, idade, território, cidadania, entre outras, que posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. A interseccionalidade fornece uma estrutura de intersecção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global (Patrícia Hill Collins & Sirma Bilge, 2019, p.33).

Há, portanto, uma distribuição desigual do conhecimento que atende a uma lógica colonizadora, onde os países do Norte acabam sendo os centros produtores e organizadores dos discursos e, muitas vezes, são os únicos com quem dialogamos. É preciso romper com algumas concepções unitárias e equivocadas ao trabalharmos os significados políticos das análises de gênero, confrontar e ultrapassar a ideia de que o sujeito do feminismo é a mulher, compreender que essa concepção reforça as posições biologizantes, os processos de produção da diferença sexual, às duas categorias, masculino e feminino.

Nesse sentido, compartilho do pensamento de Catherine Walsh (2005) quando nos alerta que é necessário marcar esse posicionamento de resistência, é preciso enfatizar a construção insurgente e criativa de outras formas de pensar e de ser, combatendo a monocultura, a homogeneização e a hegemonia da identidade eurocêntrica. Acredito que questões como gênero, corpos, sexualidade e transgeneridade necessitam ser vistas à luz da história pós-colonial do Ocidente, onde as relações raciais étnicas, econômicas e epistêmicas precisam ser consideradas.

É preciso romper com os ideais plantados e forjados pela colonialidade, que é mais do que sobre raça ou classificação racial. É a forma mais efetiva de dominação social, afeta a subjetividade/intersubjetividade, a produção do conhecimento, a autoridade coletiva, o controle do acesso sexual. Lugones (2008) faz um cruzamento de duas linhas de análise – a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade e gênero, e o conceito de colonialidade do poder,

que é central nos trabalhos de Aníbal Quijano sobre colonialidade do saber, colonialidade do ser e decolonialidade. Lugones desenvolveu o conceito de colonialidade de gênero e afirma que o gênero é uma imposição colonial (Lugones, 2008).

Audre Lorde (2019) nos ensina que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir uma hierarquia de opressão. Para a escritora, com a qual concordo integralmente, a base do sexismo – aqui entendido como a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros, e assim seu direito de dominar, e do heterossexismo – aqui entendido como a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras, e assim seu direito de dominar, é a mesma do racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e assim seu direito de dominar. “Não tenho como achar que estar livre da intolerância é direito apenas de um grupo específico. E não tenho como escolher em qual frente vou lutar contra essas forças discriminatórias, independente de que lado elas estejam vindo para me derrubar” (Lorde, p. 236, 2019). Audre estava falando sobre os diversos marcadores sobre seu corpo e sua identidade de mulher, negra e lésbica.

É inegável o papel que o feminismo, como teoria e prática, desempenha para nossas lutas e conquistas, disseminando insígnias fundamentais e inovadoras como o caráter político do mundo privado, a inclusão de questões como direitos sexuais e reprodutivos, a violência doméstica como uma violação de direitos, mas durante muito tempo deixou de fora questões cruciais para os pressupostos sobre igualdade e liberdade: o racismo. Sueli Carneiro, no texto “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero” (2019), diz que a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social e pergunta: “até onde as mulheres brancas avançaram nessas questões?” O racismo, como nos ensina bell hooks (2019) é uma questão feminista fundamental porque está interconectado com a opressão

sexista, como já dito anteriormente. Portanto, é fundamental assumirmos a luta contra o racismo, em nossas produções teóricas, pesquisas, nas academias e no cotidiano.

E não se trata apenas de incluir a questão racial ou étnica como mais uma variante de opressão junto à opressão sexual ou de gênero, mas de analisar a constituição mútua do gênero e da raça, o que poderíamos chamar de racialização do sexo ou sexualização da raça, como dois movimentos constitutivos da modernidade sexo-colonial (Preciado, 2010). E, como diz Audre Lorde (2019), enquanto as mulheres brancas ignoram seu privilégio natural de brancura e definem a mulher apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres de cor se tornam “outras”, as forasteiras cuja experiência e tradição são “exóticas” demais para se entender (Lorde, p.242, 2019).

Lorde alerta que recusar-se a reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos. Carneiro (2019), com a qual concordo, afirma que a origem branca do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas e pobres, de todas as partes do mundo, lutem para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social. Mais adiante volto a falar sobre isso.

São muitos os feminismos, com várias linhas de pensamentos e correntes filosóficas, teóricas e políticas. O feminismo é uma prática política e um pensamento crítico com suas ideias, teorias e posições políticas que critica a forma como o mundo está organizado⁵⁰. bell hooks diz que nenhuma intervenção mudou mais a cara do feminismo norte-americano do que a exigência de que pensadoras feministas reconhecessem a realidade de raça e racismo (hooks, 2019).

O feminismo dos anos noventa é marcado por um giro conceitual de debates sobre igualdade e diferença, reconhecimento e justiça, racismo e branquitude e também do essencialismo e do construtivismo em direção à reflexão em torno da produção transversal das diferenças. Segundo Preciado, marca um deslocamento daquelas posições que partem de uma noção única de diferença sexual e de gênero, seja entendida em termos essencialistas, em termos marxistas

⁵⁰ Trecho de uma exposição de Betânia Ávila durante o minicurso: Caleidoscópio. Os movimentos históricos e teóricos do feminismo. Outubro, 2013, Recife.

(divisão sexual do trabalho) ou em termos linguísticos em direção à uma análise de natureza transversal (Preciado, p.48, 2010).

É preciso, portanto, compreender que tanto o sexismo como o racismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologia de dominação e que qualquer apagamento em relação às questões raciais nas definições de feminismo encontra explicação em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista. Estudiosas feministas e ativistas durante muito tempo usaram gênero para explicar a subordinação e opressão das mulheres como modelo universal. Mas o feminismo do século 21 não pode continuar trabalhando acriticamente com uma noção de mulher que reforça os processos de produção da diferença sexual, o que significa que é preciso, portanto, confrontar a ideia ultrapassada e limitada que o sujeito do feminismo é a mulher, essa concepção homogênea e universal sobre ser mulher, parte do Sistema colonial moderno de gênero, como alerta Nascimento (2021).

Somos diversas, porém não dispersas, dirá Jaqueline Gomes de Jesus, uma travesti negra feminista, em seu canal no YouTube. Jaqueline é doutora em psicologia e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro. É uma referência teórica nos estudos sobre racismo, transexualidade e direitos humanos, tendo recebido a Medalha Chiquinha Gonzaga⁵¹, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Se os feminismos são muitos e são plurais, como já mencionado anteriormente, é importante trazer para esta tese, uma corrente teórica e política que contesta a condição universalizante que coloca a mulher como sujeita única do feminismo ou que condiciona gênero aos aspectos anatômicos da diferenciação sexual.

Aqui quero trazer especificamente o conceito de transfeminismo, um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis. O feminismo transgênero surge, portanto, como uma crítica ao cissexismo ou dimorfismo⁵² e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que esta para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre mulheres e homens

⁵¹ A medalha Chiquinha Gonzaga foi criada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para homenagear personalidades femininas que se destacaram em causas democráticas, humanitárias, artísticas e culturais, no âmbito da União, Estados e Municípios: <https://chiquinhagonzaga.com/wp/medalha-chiquinha-gonzaga/>

⁵² Nota das autoras: Dimorfismo é a crença na divisão binária dos gêneros em suposta concordância com os sexos biológicos feminino e masculino.

(Jesus e Alves, 2012, p.14). Duas estudiosas precursoras deste pensamento no Brasil, Hailey Alves e Jaqueline Gomes de Jesus consideram que o feminismo transgênero pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades de gênero que visa a transformação dos feminismos.

O transfeminismo faz uma crítica à percepção do que Jesus e Alves (2012) chamam de feminismo tradicional – aquele que acaba por reforçar as características biologizantes sobre o que seria “mulher de verdade” (com útero e vagina) e, “homem de verdade” (com testículos e pênis), ainda acrescentando a capacidade de engravidar atribuída às mulheres e aqueles que podem penetrar alguém, atribuída aos homens. Além de reforçar estereótipos, esse sexismo acaba por discriminar também quaisquer pessoas que não se enquadrem nos modelos definidos e estigmatizando práticas sexuais a papéis sexuais de gênero (Jesus e Alves, 2012, p.14).

Por fim, o feminismo transgênero ou transfeminismo é também um movimento intelectual e político que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de luta das travestis e das mulheres transexuais e as experiências pessoais da população transgênero de forma geral e, 4) é aberto e pode ser validado por quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero. Essa última questão é fundamental, porque amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, para superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres (Jesus e Alves, 2012, p.15-16). Compartilho do pensamento de Preciado (2018) e Butler (2003) quando fazem as críticas às formas de organização do sistema sexo-gênero, das formas de organização das lutas feministas e sobre o sujeito do feminismo. O sujeito do feminismo é um projeto de transformação radical da sociedade em seu conjunto, o projeto de despatriarcalização, de decolonização e radicalmente ecológico.

Em relação ao patriarcado, muitos estudos mostram que as sociedades humanas nem sempre foram patriarcais e que no início da história da humanidade as sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares e se organizavam em torno da figura da mãe. A família consolidou-se como instituição na Roma Antiga (Século VII a.c.), centrada no homem, o patriarca, que

tinha poder sobre as mulheres, os filhos, os escravos e os vassallos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles (Elódia Xavier, 1998).

Existem várias controvérsias nos estudos sobre o patriarcado. Oyèrónke Oyewùmí no livro *A invenção das mulheres* se pergunta se o patriarcado é uma categoria transcultural válida e como argumento afirma que o gênero não era um princípio organizador na sociedade lorubá antes da colonização ocidental (2021). Ou seja, não havia um sistema de gênero institucionalizado, não havia uma distinção biológica entre as pessoas. Na família lorubá o princípio organizador é antiguidade baseada na idade relativa e não no gênero.

Por outro lado, existem estudos que apontam para a histórica condição de subordinação e exploração das mulheres e, nesse sentido, algumas autoras são referência teórica: Christine Delphy (2009), François Vergès (2020), Gerda Lerner (2019), Heleieth Saffioti (1992, 2005), Sylvia Walby (1990), Teresita de Barbieri (1993) entre outras. Como se sabe, a base dessa opressão é o patriarcado e várias teorias explicam essa condição de subalternidade da mulher na sociedade para além da biologia. O patriarcado é um sistema social de dominação masculina onde a cultura, as estruturas e instituições como a família, as religiões, a escola, o Estado e as leis favorecem os homens, especialmente homens brancos, cisgêneros e heterossexuais. É o que faz com que os homens ocupem um lugar de privilégio e poder social econômico e político, é um sistema estrutural que ainda mantém a hierarquia dos homens sobre as mulheres na sociedade.

Segundo Sylvia Walby (1990) o patriarcado estaria presente mesmo em sociedades modernas e contemporâneas através de um conjunto sistêmico marcado por seis elementos estruturais: 1) um modo de produção de exploração pelo trabalho doméstico; 2) as relações de exploração no mundo do trabalho remunerado; 3) as relações patriarcais no Estado; 4) a violência masculina; 5) a sexualidade e, 6) a cultura. A autora nega qualquer papel à biologia – o patriarcado pertence totalmente à ordem social (Walby, 1990).

De alguma forma as mulheres internalizam a ideia de inferioridade o que faz com que reforcem o processo de sua subordinação. Gerda Lerner (2019) afirma que o sistema do patriarcado só funciona porque há uma colaboração das mulheres, que acontece por diversos meios: doutrinação de gênero, privação da educação, da negação das mulheres do conhecimento sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis de acordo com suas

atividades sexuais, por meio de restrições e total coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que obedecem (Lerner, 2019, p. 267)

Lerner (2019) também ensina que a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorreu antes da formação da propriedade privada e da sociedade de classes; os estados arcaicos foram organizados no formato do patriarcado, portanto, o Estado desde o início tinha um interesse fundamental na permanência da família patriarcal; os homens aprenderam a exercer a dominação e a hierarquia sobre outras pessoas praticando com mulheres do próprio grupo e a escravização começou com mulheres sendo escravizadas o que também envolvia o estupro e, que a classe para os homens era – e ainda é – baseada em sua relação com os meios de produção (Lerner, 2019, p. 22).

O patriarcado não se expressa da mesma forma nos diversos lugares do mundo, não se apresenta com as mesmas feições – pode ser abertamente grosseiro, brutal, racista, misógino, homofóbico, transfóbico ou disfarçado de delicadeza, aberto à diversidade e até partidário dos direitos das mulheres, assim ensina Françoise Vergès (2019), uma cientista política, historiadora, ativista e especialista em estudos pós-coloniais e francesa, crítica do que ela chama de feminismo civilizatório – um feminismo que em nome de uma ideologia dos direitos das mulheres tomou para si a missão de impor um pensamento único que contribui para a perpetuação da dominação de classe, gênero e raça. Comungo do pensamento da autora que defende um feminismo decolonial, antipatriarcal e anticapitalista que leve em conta as consequências da colonização nas relações atuais para repensar o feminismo por dentro, entrecruzado com as questões de raça e gênero (Vergès, 2019, p.28).

Apesar de algumas controvérsias postas e já descritas, para este estudo, patriarcado é um conceito útil e importante, ainda que compreenda que é um conceito universal que remete a uma “mulher universal” e que outros marcadores como classe, raça/etnia, geração, orientação sexual constituem relações de poder e de opressão. Aqui assinalo que o primeiro exercício para o componente deste marco conceitual, consiste em afirmar que o Estado é patriarcal, classista, racista, heteronormativo, misógino e LGBTfóbico. O Estado legitima e reproduz

a histórica desigualdade entre mulheres e homens, reafirma a heterossexualidade como um regime político e um sistema, além de dar suporte para o racismo institucionalizado. Ou dizendo em outras palavras, o Estado não é neutro em relação às desigualdades e opressões presentes na sociedade, muito pelo contrário. Nesse sentido, compartilho da afirmação de Françoise Vergès:

“Eu partilho da importância atribuída ao Estado e sou adepta de um feminismo que pensa conjuntamente patriarcado, Estado e capital, justiça reprodutiva, justiça ambiental e crítica da indústria farmacêutica, direitos dos/as migrantes, dos/as refugiados/as e fim do feminicídio, luta contra o Antropoceno-Capitaloceno racial e luta contra a criminalização da solidariedade”. (Vergès, 2020, p.47)

4.2 Teoria *Queer*: “Nem isso, nem aquilo, mas *queer*”

O que aqui descrevo como teoria, movimento e estética política tem como base autores como Guacira Lopes Louro (2001, 2004, 2008, 2018), Judith Butler (2003, 2019, 2020), Paul B. Preciado (2018, 2020), Richard Miskolci (2020) e Teresa de Lauretis (1987, 2019). A teoria *queer* reveste-se de uma importância enorme para uma mudança de paradigma no feminismo quando nos anos oitenta, Teresa de Lauretis cunha a expressão “teoria *queer*” e, para além da crítica à homogeneização cultural dos estudos de gays e lésbicas, critica a noção de gênero dentro do próprio feminismo.

O conceito de gênero como diferença sexual estava inscrito na história do feminismo dos anos 1960 e 1970, encontrava-se no centro da crítica da representação, das narrativas culturais, do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade. Lauretis mostrou que além de insuficiente e uma limitação do próprio pensamento feminista a ênfase na diferença sexual, era a diferença entre mulher e homem, o feminino e o masculino, o que acaba por ser, em última análise, uma diferença (na mulher) em relação ao homem, ou seja, a própria diferença no homem (Lauretis, 2019).

É uma teoria que se constitui a partir de uma contestação, que se desdobra a partir de vidas inassimiláveis, dos corpos que escapam das formas normais e da normalidade, de homens e mulheres que falham em cumprir seu papel reprodutivo. É uma teoria da subversão, cujo marco teórico principal é a filosofia

pós-estruturalista, criada por pensadores que dialogaram e dialogam com o feminismo, o decolonialismo e outras correntes de pensamento.

Preciado diz que a teoria *queer* é uma fórmula *punk* inventada por Teresa de Lauretis em 1990 (teoria dos anormais, saber dos desviados, algo assim como dizer: teoria da loucura feita pelos loucos para denunciar o horror da civilização da saúde mental), não foi resultado apenas da leitura da História da Sexualidade, de Foucault, mas também de uma “guinada pragmática” na compreensão da produção das identidades de gênero (Preciado, 2020, p.130).

Baitola. Marica. Bicha. Sapatão. Puta. Viado. Travesti. Francha. Franchona. Mas também o cigano, a ralé, o afeminado, o pedinte, os precarizados, os estigmatizados, os descartáveis, o abjeto, mas também nenhum deles, pois como nos diz Paul Preciado (2020), essa palavra aparece como uma falha na representação linguística: nem isso, nem aquilo, mas *queer*. O *queer* entendido como abjeto, mas acima de tudo, como uma falha representacional.

A palavra *queer* existe na língua inglesa há mais de quatrocentos anos e durante muito tempo carregou – e ainda carrega – a marca das expressões negativas, associada ao que é estranho, raro, esquisito, bizarro, excêntrico, fora da norma, de caráter duvidoso e vulgar. Um corpo que não se encaixa na normalidade posta. Nas novelas de Dickens, *queer street* denominava uma parte de Londres onde viviam gente pobre, enferma e endividada. No século passado, depois do julgamento e encarceramento de Oscar Wilde, a palavra *queer* se associou principalmente à homossexualidade, como estigma (Lauretis, 2019).

Um insulto associado à conotação sexual que marca os corpos da dissidência, o conjunto de corporalidades inassimiláveis e que não cabem na norma. Essa existência que não se enquadra em lugar nenhum é uma marca da trajetória *queer* e vai produzir formas de resistência política, econômica e identitária. Foi o movimento de liberação gay nos anos setenta que transformou a palavra *queer* em um signo de resistência política e de orgulho. Assim como gay e lésbica, *queer* vem primeiro como um protesto social e somente depois como uma (des)identidade pessoal (Lauretis, 2019; Leopoldo, 2020; Miskolci, 2020).

A política identitária que marcou os anos sessenta e setenta, tinha um caráter unificador e assimilacionista, buscando a inclusão, aceitação e integração dos homossexuais e lésbicas no sistema heterocentrado. Mas aquela inclu-

são no contexto norte-americano estava muito próxima de uma certa higienização e também produzia outras exclusões, porque nem todos corpos são assimiláveis então, as lésbicas masculinizadas, as bichas afetadas, as travestis, transsexuais, as prostitutas, os migrantes, os ciganos, essas pessoas não cabiam dentro da norma (Louro, 2001).

Em outras palavras, tais movimentos buscavam reconhecimento e integração na sociedade heterossexual, branca e de classe média, lutando por um conjunto de direitos sociais como o casamento gay e a adoção por casais homoafetivos, por exemplo e, de certa forma, um movimento que vinha sendo capturado por um conjunto de valores heterossexuais e higienizados. De certa forma, buscavam uma afirmação da normalidade, uma inserção na lógica representativa do Estado, como sujeitos passíveis de reconhecimento. Um lugar para a normalização daqueles corpos. Com esses contornos, a política de identidade praticada durante os anos 70, assumia um caráter unificador e assimilacionista, buscando a aceitação e a integração dos/as homossexuais no sistema social, a partir da demanda da normalização (Louro, 2001; Miskolci, 2020).

São assimilacionistas, nomenclatura cunhada por Louro (2001), porque eles irão codificar suas reivindicações na constituição da normalização, de um “bom homossexual” – aquele que não é afeminado, que “não dá pinta”, submetido, portanto, à lógica heterossexista. Mas nem todos corpos poderiam ser assimilados, como os corpos racializados da bicha preta, as corpos travestidas, os corpos masculinizados das lésbicas caminhoneiras, corpos cujos sujeitos não conseguiam escapar aos estigmas. Reivindicar a normalidade significava também legitimar a normalidade heterossexual e, conseqüentemente produzir a exclusão desses sujeitos. *Queer* significa, portanto, colocar-se contra a normalização, venha de onde vier e, nesse sentido, a heteronormatividade compulsória está entre os seus alvos principais, porém não escapam de sua crítica a normalização e estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante (Louro, 2001). Mais adiante pretendo aprofundar o conceito de heteronormatividade compulsória.

O que começou como um insulto sexual, é ressignificado no final dos anos setenta como uma forma de se contrapor à ordem sexual contemporânea, possivelmente associado à contracultura e aos chamados novos movimentos sociais que adentraram as universidades – movimento pelos direitos civis da população

negra do sul dos Estados Unidos (Pantera Negra), pela liberdade de expressão, o movimento feminista, o então assim chamado, movimento homossexual e o grande protesto organizado pelo movimento estudantil e de professores contra a guerra do Vietnã (Lauretis, 2019).

Rompendo com essa lógica heteronormativa, uma dissidência do movimento fazendo uma crítica radical a tais normas e padrões, reivindicava outras formas de amar, a possibilidade de outros tipos de corporidades, outras formas de relações e outras sexualidades. Após muitos protestos e reivindicações, os estudantes conseguiram que as universidades incorporassem alguns estudos que não eram considerados acadêmicos e que estavam associados aos movimentos sociais que agitavam a esfera pública, como estudos sobre a mulher, em cultura popular e em estudos afro-americanos (Lauretis, 2019).

No marco dos estudos sobre a mulher, o conceito de gênero foi produzido e articulado pelas pesquisadoras feministas em vários campos do conhecimento. O eixo central da crítica feminista já naquela época era o patriarcado ocidental e o sistema sexo-gênero. Depois vieram os estudos de gênero, as pesquisas sobre homens e masculinidades e somente nos anos noventa, os estudos *queer*. É Teresa de Lauretis (2019) quem nos conta essa história e quem, como ela própria diz, inventou a expressão teoria *queer*, em 1990, em uma conferência organizada por ela na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz/EUA.

Segundo Lauretis (2019), a teoria *queer* era um projeto crítico que tinha o objetivo de resistir à homogeneização cultural dos “estudos de gays e lésbicas” que estavam pela academia tomado como um campo de estudo singular e unificado, o que era um equívoco, considerando as histórias e práticas sexuais diferentes, maneiras de se relacionar entre si também diferentes. A estudiosa também destaca a relação muitas vezes conflituosa entre lésbicas e movimento feminista e as críticas que muitos coletivos de mulheres negras lésbicas faziam ao feminismo branco e distante das questões étnica e raciais. Ao criar a teoria *queer*, Lauretis pretendia começar um diálogo crítico entre lésbicas e gays, sobre sexualidade e históricos sexuais. Sua expectativa era que essa aproximação romperia o silêncio estabelecido nos estudos lésbicos e gays em torno da sexualidade e sua interrelação com sexo e raça, por exemplo, o silêncio entre as relações interraciais ou interétnica, como forma de produzir novas maneiras de

pensar a sexualidade e de refletir sobre práticas teóricas e políticas como compatíveis. (Lauretis, 2019)

Mas isso não aconteceu, embora algumas iniciativas individuais tenham sido importantes nesse sentido, para pensar a sexualidade gay e lésbica, como o livro *Homos*, de Leo Berzani (1995) e *A Prática do amor: sexualidade lésbica e desejo perverso* (1995), de Lauretis, como ela própria nos conta no texto “Teoria *Queer*, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política” (2019). Antes disso, são citados também como precursores da teoria *queer* Guy Hocquenghem (1972), um pensador francês que no início dos anos setenta publicou o livro “O desejo homossexual”, sobre o papel do medo da homossexualidade na definição da ordem político-social do presente e artigos da antropóloga feminista Gayle Rubin, especialmente seu ensaio intitulado “Pensando sobre sexo”, de 1984 (Miskolci, 2020).

A teoria *queer* é, portanto, um conjunto de ferramentas e instrumentos conceituais amplos e diversos. Na subversão da palavra *queer* há um projeto político de subversão de valores, de poder e de normalidade. É uma teoria que se funda pela afirmação da diferença, não para produzir mais identidade, mas como forma de revelar, de expor o caráter fictício da noção de normal, como ensina Miskolci (2020). É também Miskolci (2009) quem explica que os estudos *queer*, teórica e metodologicamente, surgiram do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação (Miskolci, 2009, p.152). É fundamental compreender que o estigma que se manifesta como a forma de ofensa (bicha, viado, sapatão, negra, traveco) produzem identidades, subjetividades e corporalidades, e que produzem, portanto, relações de poder – o poder de produzir categorias de subalternização.

Essa história contada sobre a origem da teoria *queer* data de meados dos anos 1980 nos Estados Unidos, momento que nos remete à conjuntura política daquela época. Logo no início dos anos oitenta, Ronald Reagan é eleito presidente do EUA – o ano é 1981 e com ele uma onda ultraconservadora e ultraliberal que já se desenhava desde os anos setenta. Data também de 1981, os primeiros registros da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids), nos Estados Unidos, quando o Centro para Controle de Doenças (CDC) registra que cinco

jovens gays em Los Angeles haviam sido diagnosticados com uma infecção pulmonar incomum (*Pneumocystis carinii* – PCP) e dois deles haviam morrido. Logo se estabeleceu o maior pânico sexual de todos os tempos e a recusa daquele governo conservador em reconhecer a emergência de saúde pública e dar a devida atenção à epidemia que naquele momento se iniciava. Aqui é preciso lembrar que o surgimento da aids esteve atrelado a doenças dos quatro “agás”: homossexuais, haitianos, hemofílicos e heroinômanos (usuários de heroína) e à exceção dos hemofílicos, que estavam se infectando a partir da transfusão de sangue contaminado, os demais grupos foram estigmatizados a partir da marginalidade social, por conta de sua orientação sexual e por suas práticas como usuários de drogas (Rafael Leopoldo, 2020).

E a epidemia da aids não foi somente disseminadora de um pânico moral e sexual, mas também um reforço gerador de imagens negativas sobre a sexualidade que repatologizou a homossexualidade. Não esqueçamos que até 1973 a homossexualidade era considerada um transtorno antissocial da personalidade quando deixou de ser classificada como uma doença pela Associação Americana de Psiquiatria e foi excluída do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). E o movimento de liberação *gay* vinha em efervescência nos Estados Unidos, o chamado “*gay power*”, depois de uma série de manifestações que ficou conhecida como a Rebelião de Stonewall (1969), contra a violência da polícia de Nova Iorque no bar Stonewall Inn, considerado um dos eventos mais importantes da história da luta pelos direitos LGBTQIA+ no país (Miskolci, 2020).

Muito provavelmente essa despatologização da homossexualidade aconteceu graças à luta pelos direitos civis nos Estados Unidos – movimento negro, a contracultura, manifestações contra a guerra do Vietnã, enfim, um ambiente favorável de luta, juntamente com pesquisas e estudos científicos que levaram a homossexualidade a ser compreendida como uma orientação sexual. Em 28 de junho de 1970, acontecem as primeiras marchas do orgulho gay em Nova Iorque, Los Angeles, São Francisco e Chicago, em comemoração ao motim de Stonewall. Então, quando a aids surge no EUA com os primeiros casos em 1981, o discurso conservador remete à homossexualidade como ameaça à sobrevivência da sociedade, um refluxo conservador ao ensaio de revolução sexual dos anos setenta.

E o que tudo isso tem a ver com a teoria *queer*? Bom, essa onda de valores conservadores ampliou ainda mais o preconceito em relação à população homossexual. Onda essa que foi fortalecida pelo estigma da origem da aids, uma “peste gay” que se acreditava estar associada ao estilo de vida e comportamento gay. Uma parte do movimento se rebelou, resistindo aos efeitos colaterais disciplinares das políticas de identidade gays e lésbicas, ativistas do ACT UP⁵³, nas palavras de Preciado (2018), inventaram as primeiras estratégias que no contexto do neoliberalismo já poderiam ser chamadas de “ativismo antifarmacopornográfico”: a luta contra a aids tornou-se a luta contra os dispositivos geopolíticos e culturais de produção da aids.

Para o filósofo espanhol, isso incluía modelos biomédicos, campanhas publicitárias, organizações não governamentais e governamentais da saúde, indústrias farmacológicas, biopatentes, definições de grupo de risco e protocolos clínicos (Preciado, 2018, p. 356). Ativistas criticavam a forma como a aids aparecia nos meios de comunicação, como a indústria farmacológica estava gerindo as patentes e lutavam por tratamento fármaco para todas as noções, a produção de medicamentos e a quebra de patentes. Para Preciado, a aids é a primeira enfermidade de condição neoliberal, a primeira pandemia criada por esse conjunto de técnicas de um governo conservador, algo híbrido e fabricado. Aquela que inaugura a era farmacopornográfica inventada como técnica de gestão política ao mesmo tempo pela televisão e farmacológico (Preciado, 2018).

A era farmacopornográfica assim denominada por Preciado (2018), é o período iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial, cuja centralidade das tecnologias hormonais, de medicamentos e de drogas e da indústria pornográfica, com as novas tecnologias hormonais – a invenção da pílula anticoncepcional (1947), capaz de separar a prática heterossexual da reprodução, de medicamentos e drogas (psicodélicas e alucinógenas), da indústria pornográfica. O termo se refere aos processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual, dos quais a pílula e a revista Playboy são dois resultados paradigmáticos.

⁵³ ACT UP (Aids Coalition to Unleash Power) é uma articulação política internacional de luta contra a Aids, fundada em 1987, em Nova Iorque, Estados Unidos

A pílula contraceptiva, a substância farmacológica mais consumida da história da humanidade. Modelo disciplinatório que propunha como técnica de normalização do corpo, estranha continuidade entre sexo e reprodução (Preciado, 2018, p.36). E o mais curioso é a forma como a pílula anticoncepcional foi descoberta, como conta Preciado, quando laboratórios pesquisavam uma droga para melhorar a fertilização de mulheres brancas norte-americanas e de classe média (1947-1951). Como Porto Rico era colônia dos EUA, resolveram testar a molécula sintética nas mulheres não brancas, latino-americanas daquele país. A pílula, portanto, aparece como uma técnica eugênica de experimentação e aplicação colonial.

A aids é uma síndrome que tem a ver com um estatuto viral. E uma das linhas de resistência é o ativismo contra farmacopornográfico, com uma crítica à representação da aids nos meios de comunicação e à indústria farmacológica – como estão administrando as patentes, suas principais bandeiras (fármaco para todas as nações), o ativismo de tratamento e a produção de medicamentos. É a época dos enfermos ativistas que lutavam pela quebra de patentes, mas também contra as experiências com placebo.

O filme *Clube de compras Dallas* (2014, EUA) conta a história do “clube de compras” de medicamentos criado por Ron Woodroof, um caubói que vivia de pequenos golpes, que contrai HIV (sigla em inglês para o vírus da imunodeficiência humana) e sem apoio do governo americano, decide, a partir do seu clube, importar um coquetel de medicamentos ainda não aprovados nos EUA, mas que se mostravam mais eficazes do que o AZT (zidovudina, um medicamento usado como antirretroviral), uma das primeiras drogas aprovadas para o tratamento da aids.

Então, é parte da história do surgimento *queer*, a reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela aids (Miskolci, 2020). O termo *queer*, portanto, carrega em sua origem uma história de abjeto, estranho e pejorativo, mas também de luta e resistência por militantes e estudiosos que se recusam à normalização e à heteronormatividade. Os subalternos são nomeados no ato de fala de quem tem o poder. Quando dizem: “gorda!”, “puta!”, “negra!”, “velha”, “viado!” ou “sapatão”, por exemplo, gritam na sua cara qual é o seu lugar de subalternidade. Jogam na sua cara – na cara de cada uma e cada um de nós – que você está fora da normalidade, que seu corpo não é assimilável. Como

nos ensina Judith Butler (2019), um insulto que tem a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos homofóbicos ao longo do tempo.

E a proposição *queer* é justamente subverter o insulto, o estigma e o preconceito contra essa multidão de anormais que somos. A teoria *queer*, justamente, se opõe às muitas formas de normalização e de normatização que querem impor aos nossos corpos, aos nossos modos de ser e a nossa sexualidade, por isso, seu maior enfrentamento é contra o sistema heteronormativo, o qual pretendo aprofundar mais adiante. Quando o movimento gay se rebela e assume a afirmação do estigma pela afirmação da diferença, reescreve uma história de luta e subversão, entendendo os estigmas como constituintes dos modos de vida. Assim como acontece com o poema de Victoria Santa Cruz, “Me gritaron negra!”, quando ela reafirma sua identidade “negra”.⁵⁴

⁵⁴ Victoria Santa Cruz é uma poeta, escritora, compositora, coreógrafa e desenhista peruana. Seu poema Me gritaron negra é uma bandeira na luta contra o racismo, conforme documentado no site do Geledés: <https://www.geledes.org.br/me-gritaron-negra-a-poeta-victoria-santa-cruz/>



Figura 14: na tirinha, Laerte traz a personagem Estênio com suas histórias, problematizando questões do cotidiano dos homens trans. Fonte: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/laerte/oa-laerte/>

CAPÍTULO CINCO

PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO E A METODOLOGIA DA PESQUISA:

Tecendo redes e costurando histórias

“Entre a oração e a ereção⁵⁵
 Ora são, ora não são
 Unção, benção, sem nação
 Mesmo que não nasçam
 Mas vivem e vivem e vem
 Entre a oração e a ereção
 Ora são, ora não são
 Unção, benção, sem nação
 Mesmo que não nasçam
 Mas vivem e vivem e vem
 Se homens se amam, ciúmes
 Se hímen, se unem
 A quem costumeiramente ama
 A mente ama também”.

A história da internet teve início por volta de 1960, com a construção da rede de informações do exército americano, por ocasião da Guerra Fria. Uma

⁵⁵ Trecho da música “Oração”, de Lina Pereira dos Santos, conhecida como Linn da Quebrada, cantora, compositora, atriz, transformista e ativista social do Brasil.

agência de pesquisas e desenvolvimento tecnológico do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América foi encarregado de construir uma rede de longa distância e capaz de interligar computadores espalhados naquele país para o tráfego de dados exclusivos da área militar. Já na década seguinte, a internet passou a ser utilizada em algumas universidades, principalmente para o desenvolvimento de pesquisas. Foram criados, então, os serviços de transferência de arquivo, depois chamados de Protocolos de Transferência de Arquivo. A partir da criação desses protocolos foram desenvolvidos os serviços de correios eletrônicos, o serviço mais usado no sistema internet (Isaac Rosa Marques & Heimar de Fátima Marin, 2002). A internet é a rede global de computadores conectados através de uma infraestrutura de hardware e software, cujas primeiras conexões foram estabelecidas no final dos anos sessenta (Suely Fragoso; Raquel Recuero & Adriana Amaral, 2011).

À medida em que a tecnologia foi se desenvolvendo, surgiu a web (world wide web), nome pelo qual a rede mundial de computadores que opera pela internet se tornou conhecida a partir de 1991, quando se popularizou devido à criação de uma interface gráfica que facilitou o acesso e estendeu seu alcance ao público em geral, incorpora em sua estrutura um componente social que permite mais interação e intervenção do usuário: produzir conteúdo e estabelecer conexões de forma simples. Porém, é importante reiterar que desde os anos setenta quando surge a microinformática e o computador pessoal (PC) se estabelece, já se inicia a disseminação de uma cultura da internet, também conhecida como cibercultura – um conjunto de práticas, formas de se comunicar e de interagir socialmente realizadas a partir de recursos da tecnologia digital (Marques & Marin, 2002).

A conexão por meio da internet possibilita à pessoa usuária constituir interação com tecnologias digitais como laptops, celulares, *tablets*, *notebooks* de qualquer lugar e a qualquer momento. A popularização de uma tecnologia de comunicação que não usa cabos, uma rede sem fios que ficou conhecida como wi-fi, abreviatura das palavras em inglês *wireless fidelity*, que significam literalmente, fidelidade sem fio, nos coloca diante de uma releitura sobre o significado de proximidade, distância e mobilidade. Hoje em dia é muito comum no cotidiano das pessoas ao chegar em determinados ambientes como bares, cafés, sala de

espera ou mesmo a casa de algum amigo/parente perguntar se tem *wi-fi* e qual é a senha para garantir a conexão com a internet e seguir navegando.

Manuel Castells (2012) diz que historicamente os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. No mundo contemporâneo, as redes digitais multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história (Castells, 2012, p. 25).

O Levante Zapatista (EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional) por terra e liberdade, que aconteceu em 1994 no sul do México, é considerado um exemplo pioneiro de ciberativismo. Milhares de camponeses zapatistas ocuparam sete cidades de Chiapas, entre elas, sua capital histórica, San Cristóbal de las Casas e outras cidades importantes do distrito como Ocosingo, Las Margaritas, Altamirano, Chanal e Comitán, declarando oposição ao governo e ao NAFTA, tratado comercial entre México, Estados Unidos e Canadá, assinado meses antes e que entrou em vigor em 1994, como conta Jerome Baschet no artigo A rebelião libertária, 2022 (<https://revistacult.uol.com.br/home/a-rebeliao-libertaria/>). Aqui é possível identificar uma boa descrição do ciberativismo zapatista, por Livia Moreira Alcântara (2015):

“O uso da rede de computadores pelo exército zapatista e seus efeitos foi algo tão importante que o fato foi analisado por dois pesquisadores militares, John Arquilla e David Ronfeldt, pertencentes a RAND, órgão de pesquisa militar dos Estados Unidos – que tem como norte de suas pesquisas as transformações sofridas pelo conflito com a revolução da informação. Dessa análise, os autores criaram dois conceitos: ‘social netwar’ (guerra em rede) e ‘swarming’ (redes de enxame), ambos amplamente difundidos nas teorizações e notícias sobre ciberativismo” (Alcântara, 2015, p. 79)

Isso posto, é preciso dizer que no campo dessas práticas ativistas, autores defendem que o ciberativismo se confunde com o próprio desenvolvimento da rede mundial de computadores e apontam que o ativismo na internet é algo intrínseco ao próprio desenvolvimento da internet.

É um dado de realidade que a comunicação móvel vem crescendo no Brasil à medida em que conquista diferentes culturas, faixa etária, regiões e classes sociais (IBGE, 2016). O serviço de compartilhamento de áudios, vídeos e

fotos têm, inclusive, levado a uma nova configuração na divulgação e articulação para atos políticos e de mobilização social. Posso citar a Primavera Árabe – uma onda de manifestações e protestos que aconteceram no Oriente Médio (2010), o Occupy Wall Street nos Estados Unidos (2011) – protestos contra a desigualdade econômica e social no EUA, o Fora Cunha no Brasil (2015) – uma série de atos públicos que ocorreram em várias capitais, contra o Presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha (MDB), um dos autores do Projeto de Lei (PL n° 5069) que cria novas regras para o atendimento às vítimas de abuso sexual, o que na prática dificulta o acesso ao aborto legal em decorrência de estupro, inclusive poderia atravancar até o acesso à pílula do dia seguinte, que serve para impedir a fecundação do óvulo após uma relação sexual sem proteção.

O PL prevê a modificação de trechos da Lei n° 12.845 de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. A Lei diz que, no caso de estupro a profilaxia da gravidez é um procedimento de atendimento imediato e obrigatório em todos os hospitais do Sistema Único de Saúde. Existe um protocolo no Sistema Único de Saúde para a assistência às mulheres e meninas vítimas de violência sexual. A violência sexual é um agravo de notificação compulsória imediata em todo território nacional, todo caso suspeito ou confirmado deverá ser registrado no Sistema de Informação de Agravos e Notificação Compulsória (SINAN). Em 2015, o Ministério da Saúde, junto com o Ministério da Justiça e a então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) instituiu a Norma Técnica: Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios (Brasil, Ministério da Saúde, 2015). A profilaxia prevê a prescrição da Anticoncepção de Emergência (AE), medicamentos para a profilaxia de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), a imunoprofilaxia contra Hepatite B e, a quimioprofilaxia pós-exposição sexual ao HIV. A substituição diz que: “procedimento ou medicação, não abortivos, com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”, o que parece confuso, já que pessoas desavisadas, desinformadas ou que agem de má-fé interpretam que a pílula do dia seguinte é um medicamento abortivo⁵⁶.

⁵⁶ Encontrei nesta matéria do El País o melhor resumo sobre a polêmica do PL 5069: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447357721_656693.html

Ainda nesta linha, cito também as inúmeras manifestações feitas pelo movimento #EleNao⁵⁷, criado pelo Grupo de Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, que em setembro de 2018 reuniu mais de dois milhões de mulheres em um único grupo de Facebook mostrando a capacidade de mobilização do mundo virtual das redes sociais para o mundo real – as ruas de 114 cidades brasileiras e algumas em outros países como Lisboa, Porto, Paris, Londres e Frankfurt. O movimento surgiu com a característica de situar o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, como candidato misógino, racista, homofóbico e racista (Lemos; Oliveira, 2019).

Essas ações coletivas têm em comum o fato de que a organização, a divulgação e mobilização para as ruas se deram principalmente por sites de redes sociais como Twitter, YouTube, Facebook e WhatsApp. O que se chama site no Brasil é chamado de website em inglês (web, como já foi dito aqui, é a rede mundial de computadores). Site significa lugar. Portanto, *website* é uma coleção de páginas da web organizadas e localizadas em um servidor da rede. Sites de redes sociais são os espaços utilizados para a expressão das redes sociais na internet que são as conexões estabelecidas entre as pessoas. Os sites de rede social ou rede social na internet são os espaços midiáticos onde essas conexões acontecem e permitem: 1) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; 2) a interação através de comentários e, 3) a exposição pública da rede social de cada ator (Recuerdo, 2009).

Entre os diversos dispositivos tecnológicos para uso de comunicação sem fio, está o celular que, nas palavras de André Lemos (2004), é hoje muito mais do que um telefone móvel. É a um só tempo, telefone, máquina fotográfica, televisão, cinema, rádio, receptor de informações jornalísticas, difusor de e-mails e SMS (acrônimo de *short messages* – mensagens curtas enviadas pelo celular para pessoas ou grupo de pessoas), WAP (acrônimo de *Wireless Application Protocol* – protocolo que permite que os celulares tenham acesso à internet), tocador de música, fazer transações bancária por aplicativos, entre outras várias funções (Lemos, 2004).

⁵⁷ Biroli, Flávia. O #EleNao e o voto das mulheres. <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-elenao-e-o-voto-das-mulheres/>

É fato que em décadas recentes, a internet tem mudado a forma de fazer e pensar a comunicação, tornando-se uma alternativa por vezes mais democrática, acessível e descentralizada aos meios tradicionais de comunicação, seja por meio de blogs, vlogs, redes sociais e canais alternativos. Vlogs são razoavelmente baratos e tecnologicamente fáceis para usar e produzir, geralmente requerendo nada mais do que uma webcam e habilidades básicas de edição (Tobias Rauns, 2010, p. 80-81). Mais adiante pretendo retomar e aprofundar essas questões. O debate sobre a democratização dos meios de comunicação esteve presente nos atos públicos que tomaram as ruas já citados anteriormente, trazendo temas como “internet livre para todos”, “o monopólio na mídia e a democracia brasileira” e “a cobertura da mídia das mobilizações populares” entre outros.

Dizendo de outra forma, a popularização e o acesso às novas tecnologias de comunicação possibilitaram a proliferação de blogs, sites, jornais eletrônicos, podcasts e plataformas eletrônicas e isso influenciou a forma, o conteúdo e os modos de organização dos inúmeros movimentos sociais. Recentemente, com a pandemia da covid-19 isso precisou ser readaptado e redimensionado. Confinados no isolamento social, sem poder ir às ruas e organizar manifestações e atos públicos, os movimentos sociais encontraram uma forma de comunicação com a sua base e de construir alternativas de luta e engajamento.

Durante o ano de 2020, redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter foram palco de inúmeras *lives* (transmissões ao vivo via internet), webnários (conferência online, onde a pessoa que faz a palestra fala e as que assistem podem comentar via chat), videoconferência (não é público, simula uma sala de reunião presencial, onde as pessoas recebem um link e podem interagir por vídeo e áudio), chamada de vídeo (a pessoa faz uma ligação privada e usa também o vídeo). Originalmente essas plataformas tinham outras funções principais na internet, mas tiveram que se adaptar e assimilaram essa nova possibilidade de *live streaming* depois, produzindo conteúdo em tempo real para pessoas usuárias nos mais diferentes locais.

No campo da ciência, dos estudos e pesquisas a internet também tem sido palco de muitas discussões e essas novas tecnologias de comunicação e informação também têm sido amplamente utilizadas em diversos campos e áreas. A netnografia (nethnography=net+ethnography) ou etnografia virtual é um

termo que tem sido usado por pesquisadores (as) da área da antropologia e das ciências sociais para descrever um método de investigação que subsidia o/a pesquisador/a para o trabalho de observação. É uma vertente metodológica relativamente recente, que começou a ser explorada com o surgimento de comunidades virtuais, no final dos anos oitenta, pela necessidade de estudiosos trabalharem com as pesquisas on-line e tem sido predominantemente usada para análise das mídias sociais. (Adriana Braga, 2006).

Nesse contexto das pesquisas virtuais, das metodologias de pesquisa on-line, um debate tem sido travado e remonta ao uso tradicional da palavra etnografia. Um método que leva o pesquisador ao interior de uma determinada cultura, para compreender sua organização social e sua visão de mundo. Mas, é importante compreender que a etnografia virtual tem inspiração na etnografia, mas não se trata de uma transposição literal do método usado na antropologia para coleta de dados, para o método on-line, embora guarde algumas semelhanças nos procedimentos básicos, tais como compreender a cultura de uma determinada comunidade ou grupos sociais, a consideração da subjetividade como elemento fundante, os dados resultantes da observação como construções do/a pesquisador/a sobre interpretações feitas por outras pessoas (Simone Sá, 2005).

Na etnografia virtual, o/a pesquisador/a pode ser *insider* – aquele/a inserido/a no ambiente da pesquisa, que mantém contato com os sujeitos participantes, com os interlocutores da pesquisa. Já o pesquisador observador (*lurker*), observa silenciosamente determinado grupo social, interferindo o mínimo possível ou mesmo, não interferindo (Amaral, 2009). O pesquisador *lurker* é, portanto, aquele/aquela que apenas observa determinado grupo social – prática denominada *lurking*, que em inglês significa “ficar à espreita”. Como é possível verificar mais à frente, esta pesquisadora que vos fala, trabalhou como *lurker*, apenas investigando on-line, anotando, registrando e construindo o seu diário de campo, a partir de observações ocultas.

Ainda no campo da etnografia digital, Claudia Ferraz (2019) afirma que é pelo acesso à conexão on-line que é possível a observação e o contato garantidos como base preliminar, na busca on-line como a primeira fonte para a maioria dos objetos de estudo: “Desse modo, pela viabilidade da tecnologia, facilita-se os registros e recortes que podem ser salvos em pastas digitais para posteriores

análises sobre as articulações, proporções e relações dos fatos sociais e diagnosticados”. (Claudia Pereira Ferraz, 2019, p.49).

E como se dá o campo na pesquisa etnográfica? Na etnografia virtual o/a pesquisador/a descreve/transcreve integralmente as observações, falas e imagens, correndo menos risco em relação à perda de informação. Como é possível fazer *download* (baixar o vídeo), salvar e assistir depois, o (a) pesquisador (a) pode acessar o vídeo quantas vezes for necessário. No caso desta pesquisa, esse é um procedimento importante, pois o Youtuber pode remover ou excluir qualquer vídeo que tenha enviado para o seu canal, cujo passo a passo é explicado no suporte localizado na Central de Ajuda do site.

5.1 Descrição do trabalho de campo: transtornando o Youtube

Essa é uma pesquisa qualitativa realizada por redes de computação, utilizando a plataforma Youtube, que possui um sistema de compartilhamento de vídeos, facilitando a vida de quem o usa, que passou a contar com uma plataforma integrada habilitada a realizar *upload*, ou seja, mandar um arquivo direto do computador para a rede, manipular e editar, compartilhar e assistir tudo no mesmo local. O Youtube foi criado em fevereiro de 2005⁵⁸ por Chad Hurley e Steve Chen, dois funcionários de uma empresa de tecnologia localizada em São Francisco, Califórnia/EUA. O site surgiu da necessidade de compartilhar arquivos de vídeos, por serem muito grandes e difíceis de enviar por e-mail. Permite que usuários/as postem seus vídeos na rede, sendo visualizados por qualquer pessoa no mundo inteiro. O Youtube usa o formato Macromedia Flash para reproduzir os conteúdos e foi reconhecido pela revista Time como a melhor invenção de 2006.

Alguns gêneros parecem ser próprios da plataforma, que resultam da repetição e da apropriação dos/as usuários/as, são eles: os memes (termo que significa imitação, muito usado na internet, refere-se ao fenômeno da viralização), os vlogs (vídeos postados com certa periodicidade, geralmente com um

⁵⁸ Fonte: <https://brasilescola.uol.com.br/informatica/youtube.htm>

enquadramento único do videologger, sujeito que discorre sobre um assunto específico), os tutoriais (vídeos que ensinam a fazer alguma coisa, é uma espécie de passo a passo, um manual virtual), as webséries (também chamado webshows, é uma série de episódios lançados na internet), programas de humor e de outros conteúdos em formatos curtos, além de vídeos com propósito de experimentação audiovisual (Sonia Montaña, p. 20-21, 2017).

A postagem de vídeos é rápida, simples e de baixo custo, não necessita de uma estrutura complexa, pode ser feita por meio de celular e os recursos tecnológicos e da internet facilitam ainda mais sua aplicação, uso e compartilhamento, o que certamente contribuiu para a popularização do portal, além da facilidade do/a usuário/a em disponibilizar sua produção. No Youtube, as pessoas podem se inscrever e tornar-se um/a seguidor/a do canal, além de curtir (*like*) ou descurtir (*deslike*) cada nova postagem, representado por uma mãozinha com o polegar para cima ou para baixo, respectivamente. No YouTube, o/a usuário tem um canal – expressão metafórica relacionada ao que conhecemos como canal de TV e que ressignifica tais territórios, ainda que sejam denominados da mesma forma. O/a usuário/a é o dono do canal onde há espaço para vídeos, um território que pertence ao usuário pelo fato dele ter se cadastrado e gratuitamente (Montaña, 2017).

Quem acessa um canal do Youtube pode assistir o vídeo em tela cheia ou no modo janela, pode baixar e salvar os vídeos, compartilhar e até abrir transcrição. Quem se torna seguidor/a, ou seja, se inscreve no canal, pode escolher receber uma mensagem a cada nova postagem, bastando para isso ativar o sininho de inscrição para todas mensagens ou as personalizadas. O sininho fica localizado logo abaixo do vídeo, ao lado do nome do youtuber ou do nome do canal. Cada nova visualização fica registrada e vai acumulando visualizações. Como o vídeo fica postado no canal, o número de pessoas que assistem os vídeos pode crescer infinitamente (a menos que o Youtuber retire o vídeo) e os vídeos podem ser postados e compartilhados em outras redes sociais. Há também a opção de legenda nos vídeos postados.

O Youtube apresenta, ainda, a possibilidade de assistir a vídeos em grupos, comentar em *chat* (em português, bate-papo), uma forma de comunicação à distância por uma ferramenta chamada Youtube *Stream* que na pandemia da covid-19 foi bastante utilizada. Quando a página do/a usuário/a é acessada

(*home*), logo abaixo da capa tem o nome do canal e uma foto, pequena, circular e geralmente é a foto do dono do canal ou de algo que representa os principais assuntos do canal. Ali também está registrado o número de pessoas inscritas no canal. Na página inicial, tem seis entradas para acesso: Início, vídeos, playlists, comunidade e canais.

Em 2018, o Youtube criou o projeto Play de Verdade, tendo como objetivo ampliar a discussão sobre questões de gênero, justiça racial, igualdade e inclusão. Em 2021, o projeto foi ampliado, ganhando mais abrangência e ampliando a produção de conteúdo. Conta com bastante gente jovem, influenciadores/as de diferentes áreas e tem patrocínio de diversas marcas, pois segundo a pesquisa Google Consumer Survey⁵⁹, de 2019, 55% das pessoas preferem comprar de uma marca que mostre positivamente a cultura negra e, de acordo com o estudo Oldiversity 2020, realizado pelo grupo Croma, 60% das pessoas não consomem de marcas com comportamentos preconceituosos⁶⁰. O Play de Verdade em 2021 teve dois momentos importantes e de muita visibilidade: a Parada do Orgulho LGBTQIA+ e o Youtube Black ao vivo, reunindo música e conteúdo para celebrar o Dia da Consciência Negra que acontece no dia 20 de novembro, celebrado nesta data no Brasil. Segundo o Youtube, o programa registrou números recordes em 2020: mais de 5,2 milhões de *views* (visualizações) totais, 40 mil horas assistidas e mais de 2 milhões de usuários e usuárias únicas.

Após onze anos de existência, a plataforma que se autodefinia como repositório de vídeos quando surgiu como um canal extraoficial que dava o mesmo acesso a artistas, grandes grupos de comunicação e amadores, todos com direito a um “canal” na plataforma, passa a se anunciar hoje em dia, principalmente como o espaço de uma nova profissão: o criador de conteúdo, também conhecido como youtuber (Montaño, 2017). A frequência das postagens fica a critério de cada youtuber e qualquer pessoa navegando na internet, pode acessar o conteúdo, salvar, baixar e assistir quando quiser:

“O youtuber é um sujeito anônimo, no sentido de que não tem presença midiática nos meios de comunicação de massa, que se apropria de informações da

⁵⁹ O Google Consumer Survey é uma ferramenta voltada para empresários e profissionais de *marketing*, criada para facilitar o processo de tomada de decisão, uma vez que oferece informações importantes sobre o público-alvo dos negócios, conforme Wikipédia: https://en.wikipedia.org/wiki/Google_Surveys

⁶⁰ Aqui encontrei uma matéria sobre como o Youtube fortalece e amplia projeto de diversidade: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2021/06/01/youtube-fortalece-e-amplia-projeto-de-diversidade.html>

mídia e as repassa para um grupo de sujeitos conectados a ele por meio do YouTube, de acordo com os critérios de relevância estabelecidos no perfil de seu canal. Ele produz vários vídeos, geralmente gravados com *webcam*, sem edição complexa (em comparação aos programas televisivos, por exemplo), sem uma ampla equipe de produção, como se observa nos meios de comunicação de massa. Nesses vídeos, ele geralmente fala para a câmera, em primeiro plano, comentando sobre os temas da pauta de seu canal” (Bruna Seibert Motta; Maíra Bittencourt & Pablo Moreno Viana, 2014, p.7-8).

Os vídeos blogs são uma variante de weblogs, cujo principal conteúdo são vídeos. Para esta pesquisa, foram estudadas as postagens em vídeos, os chamados vlogs, onde os criadores de conteúdo do Youtube, compartilham em rede todas as etapas do seu processo de transição, que se caracteriza como um registro pessoal, autobiográfico. Os vlogs são espaços de divulgação de vídeos que em geral são produzidos com uma periodicidade constante. Tobias Raun (2010) argumenta que o vlog funciona como autobiografia, um diário e um veículo de comunicação social e conexão social e também engendram comunidades (trans)nacionais de caráter conversacional, para engajamento. O autor argumenta que os vlogs são a autobiografia da era digital, parte do número crescente de publicações de autobiografias de transexuais, para quem “o ato autobiográfico é uma parte crucial da vida das pessoas trans, visto que elas são constantemente questionadas a elucidar a origem e o sentido de gênero em curso” (Raun, 2010, p. 86-87).

O Brasil conta com cerca de 140 milhões de usuários da internet e, segundo pesquisa divulgada pelo Hootsuite (2017) e feita pela *Global Web Index* – uma das maiores empresas de inteligência digital e análise de dados do mundo, o Youtube é a rede social mais acessada mundialmente, com 63% dos brasileiros conectados à internet fazendo uso regular da plataforma, que é a mais usada pelos internautas para postagens de vídeos. Ainda segundo a pesquisa, o Youtube além de amplo e difundido, é também uma atividade diária para boa parte dos internautas: 44% dos seus usuários assistem vídeos todos os dias, seja em dispositivos móveis, computadores e até Smart TV’s (Hootsuite, 2017). Segundo Raun (2010), o número de vlogs trans aumenta rapidamente na plataforma multimídia Youtube.

Os usuários conectados em rede escolhidos para este estudo, postam suas *performances* em vídeos, com relatos diversos sobre as dosagens mensais, os efeitos e mudanças corporais provocados pela testosterona (T), o uso

do *packer*, do *binder*, as cirurgias masculinizadoras, os depoimentos de mães e pais sobre a experiência de ter um filho trans, *crush* e namoros, disforia de gênero, racismo, machismo, masculinidade tóxica, passabilidade, uso do banheiro por pessoas trans*, amizades, viagens entre outros inúmeros assuntos abordados. Mas também falam sobre seus medos, o sofrimento com a transfobia, as dificuldades e dores vivenciadas com a transição. Como diz Raun (2010), o YouTube é o novo diário, uma nova forma de construção da narrativa de si.

Nos canais, as pessoas trans* comentam e discutem sua transição de gênero, comentam detalhes íntimos da transição e particularidades sobre ser um homem trans. Estabelecem uma conexão com o/a interlocutor/a, falam diretamente para ele ou para ela, o convidam a participar com comentários, com perguntas, pedem sugestões de temas a serem abordados no canal, convidam para que sigam o canal, pedem que curtam as postagens e divulguem o canal. Raun (2010) diz que as redes sociais para youtubers trans são muito importantes porque nelas, eles recontam experiências de transfobia e numerosos problemas com relação a apoio econômico e médico para a transição:

“Eles também expressam o sentimento de alienação com relação a suas famílias, que têm dificuldades em se relacionar com eles em sua (nova) identidade de gênero. O Youtube se torna uma comunidade *on-line*, conectando indivíduos além das distâncias geográficas, possibilitando a construção de comunidades transnacionais”. (Raun, 2010, p. 90).

A maior parte das questões trazidas nessa espécie de semanário virtual, durante o primeiro ano de postagens, como já dito anteriormente, está relacionada à transição, à masculinidade do homem trans e às transformações corporais e físicas pelas quais eles passam. O canal serve como um perfil pessoal desenvolvido para apresentar uma curta descrição pessoal, miniaturas de vídeos que o youtuber carregou, membros que o youtuber subscreve, vídeos de outros membros que o youtuber escolheu como favoritos, listas de membros que são amigos e assinantes do youtuber e uma seção onde outras pessoas podem deixar comentários (Raun, 2010, p. 81).

Essa pesquisa se insere no campo do uso de sites das redes sociais. Por ser uma pesquisa *on-line*, com um campo realizado on-line, como esses homens trans se constroem na narrativa midiática, nas redes sociais, nas mídias sociais

foi preciso buscar uma literatura que trabalhasse metodologicamente com a internet. O estudo foi realizado na internet e com a internet. A coleta de dados e o diário de campo foram realizados através da internet e realizada no modo *on-line*. Os dados foram disponibilizados na internet em ambiente *on-line* público, aberto e disponível a todos.

5.2 Sobre a minha entrada no campo

As primeiras inserções no campo aconteceram ainda em 2018, quando iniciei o doutorado e vinha de um histórico de engajamento no uso da internet para fins acadêmicos, profissionais, de militância política e de entretenimento. Fiz parte do grupo das Blogueiras Feministas, um blog que articula e reúne vários blogs feministas, tratando de diversos assuntos e temas, que no ano de 2020 completou dez anos de existência⁶¹, tendo participado com dois blogs, um que tratava de assuntos feministas em geral, como política, aborto, violência contra a mulher, orientação sexual, personalidades feministas como Frida Kahlo e Simone de Beauvoir, com o nome de Matizes Feministas⁶² e, um mais específico chamado Esse Tal Climatério⁶³, que tratava da questão do climatério e menopausa, assuntos considerados tabus no movimento feminista e à época pouco debatido sob esse prisma, com informações, notas, relatos pessoais, matérias, entrevistas, filmes, depoimentos, debates, entre outras questões.

Então, acompanhar blogs e canais no Youtube já fazia parte da minha prática de militância e inserção política. Por meio das Blogueiras Feministas comecei a acessar blogs e canais sobre transgeneridade, a partir de debates e reflexões sobre transfeminismos, ocasião em que passei a conhecer e seguir canais como o de Mandy Candy⁶⁴, uma youtuber brasileira que morou em Hong Kong, na China e é bastante conhecida, com mais de dois milhões de inscritos em seu canal, onde aborda assuntos diversos, de moda a transfobia; o canal de Jonas Maria⁶⁵, que se autodenomina criador de conteúdo digital, brasileiro, que prioriza em suas redes sociais assuntos sobre gênero, estudos trans, literatura

⁶¹ Sobre os dez anos do blog: <https://blogueirasfeministas.com/2020/10/29/blogueiras-feministas-trajetoria-e-identidade/>

⁶² Sobre o blog Matizes Feministas: <https://matizesfeministas.blogspot.com/>

⁶³ Sobre o blog Esse Tal Climatério: <http://essetalclimaterio.blogspot.com/>

⁶⁴ Sobre o canal de Mandy Candy no YouTube: <https://www.youtube.com/c/mandycandy>

⁶⁵ Sobre o canal de Jonas Maria: <https://www.youtube.com/c/JonasMaria/videos>

e cinema e é autor, junto com Vítor Lourenço do @degenerados.podcast⁶⁶, e, por fim, o canal de Fede Puñales⁶⁷, um criador de conteúdo do Uruguai, que investe no humor, mas também em questões mais sérias como ser trans e transfobia, e é bastante popular na região, tendo mais de 854 mil seguidores.

Um canal dos mais antigos nesse campo, é do britânico Jamie Anthony Reines, do canal Jammidodger⁶⁸, que começou em setembro de 2011, com 18 anos, a documentar diariamente sua transição a partir do momento em que passou a usar a testosterona. Jamie é psicólogo, pesquisador e defensor dos direitos LGBTQIA+. O canal existe há onze anos e Jamie segue documentando sua transição. O Youtuber tem mais de 1 milhão de pessoas inscritas em seu canal. Jamie recebeu o Certificado de Reconhecimento de Gênero (GRC) em 2019, amparado pela Lei de Reconhecimento de Gênero – uma lei do Parlamento do Reino Unido que permite que pessoas transexuais se inscrevam para receber o Certificado. A Lei permite que pessoas com disforia de gênero tenham o reconhecimento legal como membro do sexo apropriado à sua identidade. A lei entrou em vigor em 2005⁶⁹.

5.3 Procedimentos, instrumentos de coleta de dados e a questão ética

Na primeira etapa, em relação à coleta de dados, o estudo começou com um levantamento no Youtube usando termos de busca como “homens trans”, “transgêneros”, “transhomens” e “transexualidade masculina”. A plataforma possui ferramentas e filtros avançados para refinar a pesquisa por vídeos ou outros conteúdos no Youtube. Essa busca me mostrou que os youtubers começaram a usar o canal para falar sobre sua transição a partir de 2006/2007. Os participantes da pesquisa foram escolhidos a partir da combinação de critérios como ser brasileiro, regiões distintas do país, cor/raça, idade, canais criados entre 2015 e 2019 e que priorizassem assuntos relacionados à transição. Escolhi o Youtube porque observei que era um espaço onde os homens trans compartilhavam a vida cotidiana, registrando a sua transição e as questões que envolvem esse momento.

⁶⁶ Degenerados é um podcast sobre gênero e transexualidade.

⁶⁷ Sobre Fede Puñales: <https://www.youtube.com/c/FedePunales/videos>

⁶⁸ Sobre o canal de Jamie Reines no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ma9Kv14InqI>

⁶⁹ Sobre a Lei de Reconhecimento de Gênero: https://en.wikipedia.org/wiki/Jamie_Raines

Como critério de exclusão: homens trans youtubers que não abordassem assuntos do universo de pessoas trans, canais criados depois de 2019, não brasileiros. Fazer uma pesquisa na internet levanta questões éticas e metodológicas, importantes e interligadas. Em relação à questão ética, mesmo em se tratando de pessoas com perfis públicos e abertos, que falam em seus canais sobre os assuntos nesta tese estudados, foram usados nomes fictícios, não foram feitas referências aos nomes dos canais para que nenhum pudesse ser identificado e foram evitados detalhes que pudessem expor e reconhecer os interlocutores. Esse cuidado também tem a ver com a preocupação em preservar a identidade dos youtubers, considerando que muito do que eles falam, descrevem, contam e refletem são analisados por esta pesquisadora:

“Carregar um vídeo no Youtube é uma forma de consentimento, ele pode não ser informado, mas é uma forma de consentimento onde você concorda que milhões de pessoas possam assistir e discutir sobre seu vlog, incluindo pesquisadores. Contudo, as articulações pessoais/confessionais de gênero e sexualidade nos vlogs contêm material muito sensível para ser estudado sem obscurecer os fatos”. (Raun, 2010, p. 82).

Foram estudados seis homens trans, com idade entre 21 e 25 anos, portanto, adultos jovens, brasileiros, das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, sendo quatro homens que se autodefinem como brancos e dois que se autodefinem como negros. A Política Nacional de Juventude – PNJ (Lei nº 11.129/2005) atribui ao jovem adulto a faixa etária entre 25 e 29 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os jovens entre 15 e 29 anos correspondem a 23% da população brasileira, somando mais de 47 milhões de pessoas, conforme gráfico 01 abaixo:

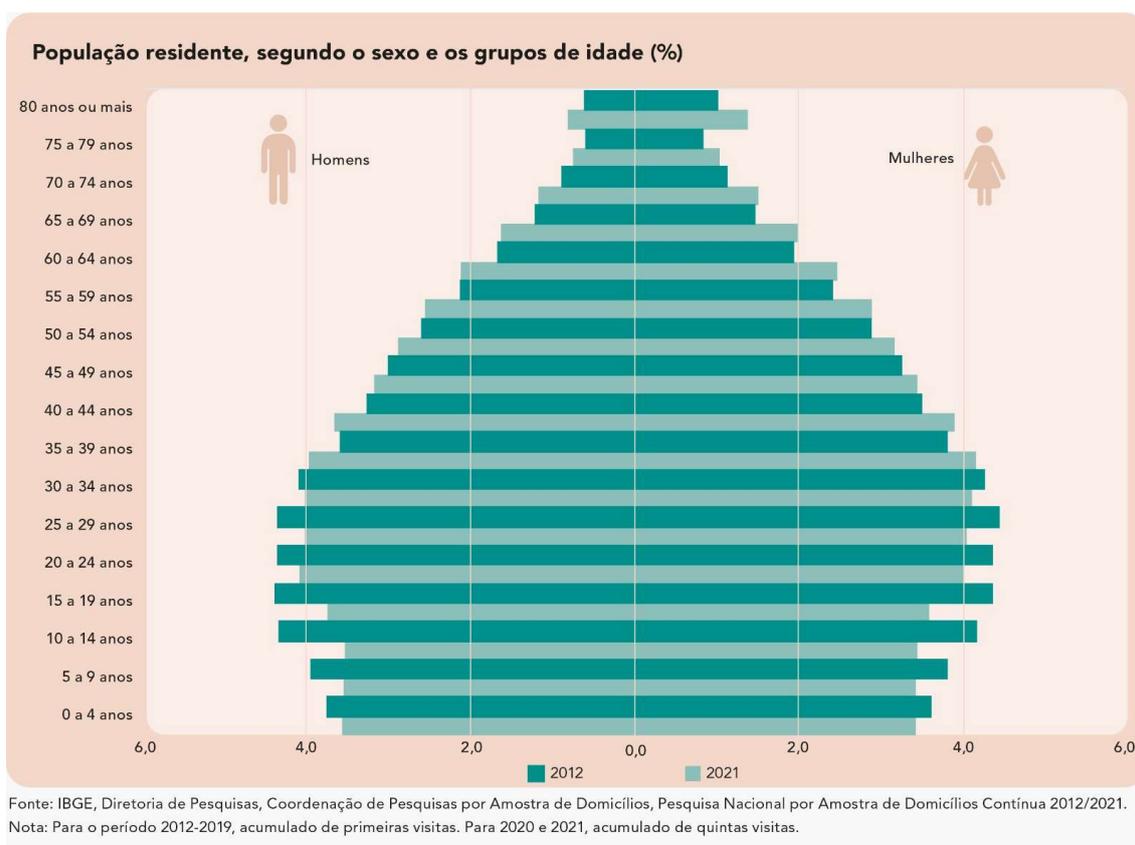


Gráfico 01: Jovens entre 15 e 29 anos. Fonte: IBGE

Na pesquisa feita para escolha dos youtubers não foram encontrados vlogueiros da região Norte. Para a coleta de dados, foram selecionados, analisados e transcritos 223 vídeos, perfazendo um total de 21 horas e 36 minutos. A pesquisa para escolha dos youtubers e seleção dos vídeos, foi feita entre janeiro e junho de 2019. O trabalho de observação, coleta de dados, a transcrição de vídeos e os diários de campo foram feitos entre julho de 2019 e dezembro de 2020. A coleta de dados começou com os primeiros vídeos postados, até um ano de uso da testosterona, por isso, alguns canais foram acompanhados por mais de um ano, considerando que alguns deram início ao canal, mas iniciaram o uso da testosterona três meses depois, por exemplo.

A seguir, nos quadros 05 e 06, uma breve descrição e o perfil dos interlocutores desta pesquisa. Quem são os interlocutores desta pesquisa?

Quadro 05. Síntese sobre os sujeitos interlocutores da pesquisa

Nome fictício	Cidade de origem	Raça	Idade início da transição	Idade hoje	Início do canal	Nº de inscritos no canal	Grau de instrução	Nº de vídeos pesquisados	Nº hora de vídeos assistidos
Daniel	Florianópolis/SC	Branco	21	28	17/11/15	106 mil	Estudante universitário	39	312 minutos
Davi	Contagem/MG	Branco	25	31	01/10/16	172 mil	Ensino superior	43	344 minutos
Giovani	Araçatuba/SP	Branco	25	32	17/03/15	2,27 mil		44	352 minutos
Luciano	Belo Horizonte/MG	Branco	24	30	31/08/16	157 mil	Ensino superior	59	477 minutos
Mário	Ilhéus/BA	Negro	22	26	27/04/18	273		05	24 minutos
Sebastian	Rio de Janeiro/RJ	Negro	24	27	13/01/19	11 mil	Ensino superior	33	264 minutos

Fonte: Elaboração própria, 2022

Quadro 06. Perfil dos homens trans pesquisados.

Daniel	Começou aos 21 anos de idade a compartilhar na internet o seu processo trans, por entender que ao tornar público, contando em detalhes sua transição, tais como mudança de nome, o uso da testosterona, namorada e a relação com a família e amigos, documentando, portanto, sua vida online estaria ajudando muitas outras pessoas que vivenciam o mesmo processo. Daniel tem 04 (quatro) irmãos, entre eles uma irmã gêmea. Tem mais de 100 (cem) mil pessoas inscritas em seu canal. Vive em Florianópolis, é graduando em Design e tem 27 anos.
Davi	Tem dupla nacionalidade, é publicitário e inicialmente conta online os meses em testosterona e os efeitos do hormônio em seu corpo, fala sobre problemas e uso do nome social e sobre identidade de gênero. Nos primeiros anos da transição vive em Lisboa, por isso faz vários vídeos comparando a transição nos dois países. Em 2018 volta a morar no Brasil, primeiro em Contagem/Minas Gerais e depois em São Paulo. É mineiro, produtor de conteúdo e criador de um canal com mais de 183 mil pessoas inscritas. Tem 31 anos e vive em São Paulo.
Giovani	Iniciou aos 25 anos no canal de YouTube, para acompanhar, em suas palavras, a sua evolução desde o pré e o pós testosterona e para ajudar pessoas que estão se descobrindo trans, a se cuidarem. Diz que não encontra essas informações de cuidado em canais brasileiros. É, portanto, em suas palavras, para acompanhar minha experiência com um quê de orientação. Traz em seus conteúdos questões como saúde mental, ansiedade social, descreve suas crises de pânico. Vive em São Paulo.
Luciano	Conta em seu canal as mudanças perceptíveis com a hormonização, o que mudou com a transição, menstruação, o antes e depois da cirurgia de mastoplastia, o apoio da família e da namorada. Tem 166 mil inscritos em seu canal. É de Belo Horizonte, vive em São Paulo. É formado em Cinema e Áudio Visual.
Mário	É de Ilhéus/Ba e iniciou seu canal aos 22 anos, se auto define como preto, pobre, trans e nordestino. Vive em Guarulhos/SP. Tem apenas cinco vídeos em seu canal que durou apenas três meses.
Sebastian	Vive no Rio de Janeiro. É bacharel em direito. Iniciou o canal em 2017. Em seu canal fala sobre as vivências de um homem trans negro, as mudanças corporais com o uso da testosterona e sobre racismo. Inclui em seus vídeos falas sobre a estética negra. Tem 12,1 mil pessoas inscritas em seu canal.

Fonte: Elaboração própria, 2022

5.4 Diário de campo virtual: uma experiência on-line

Diários são anotações feitas no dia-a-dia, das observações, do que nos afeta, de algo que nos chama a atenção, de alguma lembrança que se quer guardar, do que nos incomoda ou mesmo do que vemos. Podem ser feitos à própria mão, em cadernos, mas em tempos de internet, há, à disposição um verdadeiro

arsenal de equipamentos para esse fim: o celular, o bloco de notas ou o gravador, o notebook, iPad entre outros tantos materiais para registro. Os diários de campo podem ser compreendidos como anotações pessoais sobre acontecimentos importantes ou sobre experiências do cotidiano, uma produção discursiva que, além de diversa, tem uma longa história. Podem ser testemunhos de eventos sociais, com fins de fiscalização e compilação de informações ou anotações para sistematizações futuras, essa uma modalidade mais próxima à produção acadêmica. Porém, em qualquer que seja a sua modalidade, os diários são práticas discursivas – uma linguagem em ação, cujos contextos de produção definem o gênero de linguagem e lhes dá a conotação específica, intimista, formal, literária ou factual como os diários de pesquisa. O diário de campo virtual é um documento oficial da pesquisa, onde a pesquisadora descreve suas implicações, observações, ideias e inspirações para suas análises (Benedito Medrado, Mary Jane Paris Spink & Ricardo Pimentel Mélo, 2014).

Ao longo desta pesquisa foram construídos 06 (seis) diários de campo, sendo um para cada um dos youtubers estudados, onde foi possível anotar, registrar, fazer observações e comentários, sentimentos, mudanças percebidas, estranhamentos em relação aos vídeos assistidos e como eu fui sendo afetada por eles. Durante a pesquisa, foi possível observar que o diário de campo é também um modo de compreender o objeto de estudo, um espaço para observações do comportamento durante a fala, as impressões pessoais da pesquisadora, as afetações com as questões colocadas. Como se trata de uma pesquisa totalmente virtual, foram analisadas as narrativas de homens trans sobre a sua trajetória, vendo como eles produzem imagens, vídeos e textos sobre eles mesmos e como se dá essa produção *on-line*.

No decorrer da pesquisa além de assistir e transcrever os vídeos, acompanhei cada um dos youtubers pesquisado em outras redes sociais, atentas às postagens e comentários publicados relacionados ao Youtube. Observei que dos seis youtubers pesquisados, cinco passaram a postar os vídeos também no Instagram na ferramenta IGTV, um aplicativo de vídeo dessa rede social, para Android e iOS, pertencente ao Facebook que permite vídeos mais longos. Quatro dos youtubers pesquisados têm participação bastante ativa no Instagram, com um número expressivo de seguidores e com atualização diária de postagens.

Segundo Raun (2010), o fato de os canais coexistirem com perfis em outras redes sociais, significa que as experiências dessas pessoas e seus recursos estão distribuídos em uma variedade de plataformas de mídia, oferecendo diferentes pontos de entrada para diferentes segmentos de público (Raun, 2010, p.81).

O Instagram é uma rede social *online* de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários e usuárias, que permite a aplicação de filtros digitais e compartilhamento em vários serviços de redes sociais como Facebook, Twitter, Tumblr e Flickr. Suponho que passaram a usar também essa rede social para divulgação de seus vídeos, pelo alcance, divulgação e ampliação do número de inscritos no canal. Embora não seja objeto deste estudo, observei que alguns dos youtubers pesquisados, migraram quase que totalmente para o Instagram, passando a postar exclusivamente nessa rede social. Outros passaram a se utilizar de mini-vlogs no canal do YouTube, com vídeos mais curtos, mostrando ações na rua, em lugares diferentes do estúdio onde realizavam os programas anteriores. O vlog é um blog onde os autores se utilizam de vídeos ao invés de textos para expressar suas opiniões, ideias e proposições.

5.5. Problematizando a questão das identidades pessoais, sociais e profissionais dos homens trans que usam o YouTube como plataforma de vídeo e trabalho

No mundo virtual, especialmente para quem é *Digital Influencer* – termo que surgiu do inglês e que no Brasil passou a ser usado mais comumente a partir de 2015, representa alguém capaz de influenciar pessoas através da sua produção de conteúdo nas redes sociais, é importante ter um grande número de seguidores ou inscritos em seu canal para poder conseguir patrocínio ou publicidade para suas postagens. Compreendo que ao criar um canal para documentar, contar suas histórias e suas mudanças (corporais, físicas, psicológicas), guardar ali suas memórias de vida, os youtubers estão influenciando outros homens trans com seus conteúdos. Muitos deles, estão, inclusive se autodenominando criadores de conteúdo digitais. E o que é um criador de conteúdo digital? É aquela pessoa que por meio do conteúdo que produz e compartilha, produz também entretenimento, ensinamento e inspiração para outras pessoas.

Ser influenciador digital (ou *creators* – criadores de conteúdo de sucesso, que já conseguiram um público fiel e engajado) é, hoje, uma profissão e um jeito

de ganhar dinheiro – influenciando pessoas de forma on-line, com suas opiniões, com a forma como vivem, o que comem e o que bebem, o que vestem, onde moram, onde e o que compram, para onde viajam, qual o seu estilo de vida, enfim, criando conteúdos que vendem a partir de suas inúmeras indicações. No Brasil, a partir de 2013, o Youtube desencadeou uma geração de novos e novas influenciadoras que não parou/não para de crescer.

O número de seguidores e os modos de ação, categorizam os influenciadores, assim também, como o seu campo de ação – estilo de vida, militância virtual, humor, moda, cultura entre outros. Para se tornar um influenciador digital é necessário cumprir alguns requisitos, como produzir conteúdo, ter consistência na produção, se destacar em uma comunidade e, ter influência. Segundo Karhawi (2017), um influenciador pode ser tanto aquele que estimula debates ou agenda temas de discussão em nichos, quanto aquele que influencia na compra de um lançamento de determinada marca:

“Os influenciadores digitais fazem parte de um espaço social de relações marcadas por disputas pelo direito à legitimidade. Assim, ‘ser influente’, poder dizer algo, ter legitimidade em um campo não é fato dado, mas construído. Para ser capaz de influenciar, em alguma medida, um grupo de pessoas, pressupõe-se um destaque, prestígio; algum tipo de distinção em meio ao grupo” (Issaaf Karhawi, 2017, p.55).

Embora no Brasil ainda não exista uma regulamentação sobre o trabalho dos influenciadores digitais, no que se refere à questão da publicidade existe o guia do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que menciona uma série de orientações para conteúdo comercial em redes sociais, em especial aquele gerado por influenciadores digitais. Em dezembro de 2020 foi criado o Guia de Publicidade por Influenciadores que dá diretrizes e reforça medidas do código de ética⁷⁰. O Guia não tem caráter regulatório, mas de instruir e orientar os/as profissionais sobre o que precisa ser alertado ou não.

Foi observado, ainda, que os youtubers faziam uso do Twitter para avisar sobre a postagem de novos vídeos. Para acompanhar e monitorar cada nova postagem, me inscrevi nos canais e acionei o sininho para receber o aviso das

⁷⁰ Uma matéria no Correio Brasileiro explica sobre o Guia de Publicidade por influenciadores: <https://www.correiobrasileiro.com.br/brasil/2022/05/5010661-leis-para-influencers-especialistas-explicam-quais-sao-as-regras-no-brasil.html>

postagens. Notei que alguns assuntos abordados têm um maior número de visualizações e, considerando a repetição de alguns desses vídeos entre os youtubers, provavelmente, os vídeos de maior visualização, são também os assuntos mais procurados. Como se pode constatar no esquema a seguir, no quadro 07 com a síntese dos principais conteúdos e o número de visualizações por assunto:

Quadro 07. Síntese distribuído por youtuber, data da postagem, conteúdo dos vídeos, e número de visualização, 2015-2017

N	Youtuber	Data da postagem	Conteúdo	Nº de visualizações
1	Daniel	21/07/2017	Mudei com a hormonização	103.036
2		21/12/2016	9 meses em T	70.568
3		16/04/2017	Porque tinha parado com a hormonização	41.610
4		03/06/2016	3 meses em T	36.008
5		23/10/2016	Passabilidade	27.125
6		18/06/2017	Pessoas trans têm algo a dizer	12.122
7	Davi	19/03/2018	Transição e a ex	1.086.662
8		12/05/2017	Sobre fazer sexo com homem trans	948.000
9		29/06/2017	Uso do packer	221.000
10		21/05/2017	Homem trans tem pinto?	198.000
11		04/08/2017	Uso do packer	172.000
12		13/03/2018	Transição e orientação sexual	148.349
13		27/06/2018	O que não muda com a testosterona	148.161
14		18/12/2016	Principais cirurgias para homens trans	125.000
15		31/10/2016	1º mês em T	86.000
16		24/10/2016	Como contei que sou trans	73.000
17		04/11/2017	Uso do packer	69.595
18		01/10/2016	Eu sou trans	67.618
19		06/04/2017	Cirurgia marcada	23.000
20	09/10/2016	O que é ser trans	163.982	
21	14/10/2017	1 ano em T	34.600	
22	Giovani	*sem data	Você não é trans	30.099
23		*sem data	Eu sou um menino	7.460
24		15/04/2015	Hormônio	4.437
25		18/09/2015	3 meses em T	4.046
26		08/05/2015	Academia	3.167
27		31/07/2015	1 mês e meio em T	1.970
28		17/03/2015	Pré-T	1.865
29	Luciano	07/12/2017	Cirurgia	590.509
30		27/11/2016	Homem trans menstrua?	474.419
31		29/01/2017	Namorada de homem trans	313.380
32		01/04/2017	Produtos para homens trans	239.615
33		15/10/2016	Fotos antes da transição	160.581

34		07/01/2017	O que é homem trans	149.302
35		29/03/2017	Perguntas que não se deve fazer a uma pessoa trans	127.505
36		18/09/2016	Como contei para a família que sou trans	126.746
37		05/12/2016	Como iniciar a hormonização	64.411
38	Luciano	27/08/2017	Infância e adolescência	61.230
39		25/12/2016	1 mês em T	48.875
40		*sem data	3 meses em T	45.105
41		31/08/2016	Pré-T	37.000
42		11/09/2016	Como descobri que era trans	36.000
43		24/09/2017	O que mudou depois da transição	27.389
44		29/11/2017	1 ano em T	22.642
45		Sebastian	16/03/2020	Uso do packer
46	14/08/2019		Sobre fazer um <i>binder</i>	17.152
47	10/05/2019		Homem trans	10.110
48	20/05/2019		1 ano em T	5.712
49	13/01/2019		Uso do micropore	4.200
50	24/06/2019		Como iniciar a transição	3.197
51	23/05/2020		Transição e racismo	3.188
52	17/06/2020		Passabilidade	1.849

Fonte: Elaboração própria, 2022

5.6. Usos da internet e redes sociais como espaço de reflexão sobre as masculinidades trans

Do lado de cá da telinha, foi possível observar os cenários, a preparação do conteúdo dos vídeos, a interação com os seguidores e seguidoras do canal, as mudanças físicas a partir do uso (ou interrupção) da testosterona, a alegria com a aparição dos primeiros pelos no rosto, a batalha para conseguir os recursos financeiros para fazer a mamoplastia masculinizadora ou mesmo as dúvidas, medos e insegurança diante de tantas mudanças, físicas, psicológicas ou culturais. Como é possível observar na fala de Davi sobre o seu primeiro mês em uso de Testosterona (T):

“Nesse vídeo eu quero falar sobre o meu primeiro mês usando testosterona, só que antes de eu falar disso eu quero falar sobre a importância de ir no médico, da importância de ter um acompanhamento hormonal. Existem várias pessoas trans que pela dificuldade financeira ou pela dificuldade de conseguir um bom médico fazem o tratamento por conta própria. Isso é muito complicado porque cada pessoa tem o corpo muito diferente e a dose varia muito, de acordo com o seu próprio organismo e como é que o seu corpo metaboliza esse hormônio. No meu caso, eu tô tomando T a cada quatro semanas, o que é uma dose relativamente baixa, mas como é a primeira dose que foi feita, o meu médico achou melhor fazer a dosagem abaixo do que ele acredita que

seja o necessário pra depois ele ver. No final do ano eu vou fazer uns exames aí ele vai ver se essa dose vai ser ajustada para a quantidade de T ideal para o meu corpo. E por que ele faz desse jeito? Isso é para evitar a toxicidade, para evitar que tenham efeitos colaterais no seu corpo e aconteçam coisas mais graves, então, sobre esse 1º mês... até agora o que eu percebi é tudo muito pouco, as pessoas me vendo, assim, quase não reparam nenhuma diferença, mas eu reparo já bastante coisa.” (Davi, Primeiro mês em T).

Segundo Raun (2010), para a maior parte dos homens transexuais o renascimento se inicia no dia em que eles começam a tomar testosterona e estruturam e rotulam os vlogs de acordo com a quantidade de meses em que têm tomado o hormônio (Raun, 2010, p.86). Essa fala de Davi, por outro lado, reflete também a preocupação com o conteúdo repassado no canal, sempre insistindo para que os seguidores trans* procurem um médico para avaliar a dosagem correta da testosterona e a importância do acompanhamento médico. Observei que todos os youtubers pesquisados, manifestam esse cuidado em recomendar a procura por médicos especializados e psicólogos para assistência durante a transição, sempre explanando que se trata de um relato individual, que as observações feitas têm cunho pessoal e que não dá para generalizar.

Como os demais homens trans pesquisados, Sebastian também relata as primeiras mudanças físicas observadas, como a alteração da voz e a chegada de pelos no corpo e no rosto, mas faz uma descrição sobre ser trans que vai além das transformações corporais, como é possível observar no relato a seguir:

“Ser trans é sobre transcender. É sobre transbordar o seu eu em cada detalhe. É sobre ser livre. Ser para o que nós nascemos para ser. Ser homem trans é bem mais do que testosterona, *binders*, *packers* e ter uma barba. Ser homem trans vai além disso. É algo além de nós. É ver além dos corpos, além das marcas que carregamos. É ver além das cicatrizes. É sobre aceitar. É sobre entender que existem outros corpos diferentes. É sobre ser válido. É sobre descoberta. É sobre se amar cada vez mais”. (Sebastian)

A mastectomia masculinizadora, além de ser um dos assuntos mais visualizados pelos seguidores dos canais, é também um momento de muita expectativa dos youtubers. É quando eles expressam sobre medos comuns ao pré-operatório, ao mesmo tempo em que relatam o quanto esperam por esse momento, como observado no relato de Davi a seguir:

“O vídeo dessa semana é sobre a tão sonhada mastectomia. Eu tenho a cirurgia marcada, eu tô super ansioso, tá super perto já. Parece que depois que eu comecei a tomar a testosterona e começaram a aparecer alguns efeitos, voz, corpo e num-sei-quê, por um lado é muito bom porque eu vejo as coisas acontecendo, mas por outro lado, me deixou mais ansioso ainda pra ver mais coisas acontecendo... Eu não sei se vocês viram nuns vídeos aí passados, que eu ia fazer a mastectomia e a histerectomia junto, mas acontece que eu desisti desse plano porque ia ficar muito burocrático e bastante caro. Eu vou fazer uma cirurgia de cada vez. Sobre a mastectomia, eu tive uma consulta com o cirurgião e a gente vai fazer a peri... a periaureolar, vai tirar tudo, coloca o mamilo de volta. Vai ser ótimo porque não fica com grandes cicatrizes e tal. Eu tô muito feliz porque vai ser esse método, mas por outro lado eu tô com muito medo porque eu nunca me operei na minha vida...” (Davi)

Em uma sociedade binária e heteronormativa, o corpo padece com a imposição das representações sociais masculinas e femininas, com o simbólico que define esses corpos. Nesse sentido os seios, por exemplo, considerados símbolos da condição feminina e associados aos corpos de mulheres. Provavelmente por isso, homens trans relatam histórias de desconforto com a presença das mamas. Alguns chegam a denominá-los de “intrusos” ou “invasores” (que ou quem entra em algum lugar sem ser convidado. Penetras. Intrometidos), como registrado no relato de Giovanni a seguir:

“Então, o que acontece é que muitos transexuais masculinos se mutilam, é muito difícil falar (sobre isso), eles tentam então uma série de coisas com os invasores, pra que eles sumam do corpo deles e isso a gente entende. Eu mesmo tive disforia com isso. Mas os invasores vão servir pra sua mastectomia mais tarde. Cuida dos seus invasores, por mais que você tenha algum desconforto em sentir eles, cuida deles, cuida da pele, a pele tem que tá elástica, tem que tá hidratada, tem que tá constantemente macia. E por que eu digo isso? Imagina quando vocês fizerem a cirurgia. Muitos dos transexuais masculinos vão operar com os invasores muitas vezes totalmente necrosados. Então, vamos cuidar, vamos lá ter cuidado. Homens e mulheres têm câncer de mama, ambos têm mama você não pode negar que você tem duas mamas, você não pode negar que você tem mamas e os homens também não podem negar que eles também têm câncer de mama. Isso não é uma prova exclusivamente feminina. O que acontece? Faça o autoexame, faça simplesmente na hora de seu banho, na sua forma particular de não disforia. Veja se tem algo errado com seus invasores, veja se está tudo ok”. (Giovani)

Observa-se na fala de Giovanni a preocupação em se comunicar com homens trans que não fizeram a mastectomia masculinizadora e a necessidade de cuidado com a saúde, com a prevenção do câncer de mama, que é passível de acontecer com mulheres e homens – cis ou trans, o reconhecimento do incômodo causado com a presença das mamas, relatando a sua própria disforia de gênero. Um outro youtuber, Sebastian, abre um de seus vídeos com um quadro

tendo como legenda: “o vídeo que vocês vão ver a seguir é o que um homem trans, em sua maioria esmagadora, passa todos os dias”. As imagens mostram o próprio Sebastian retirando o micropore (uma fita microporosa utilizada para fixação de curativos, gazes, cateteres, sondas e curativos de dreno) usado para comprimir e esconder os seios. Segundo Sebastian, com esse vídeo ele pretendia mostrar como os homens trans fazem pra esconder os intrusos, que – segundo ele, é como os homens trans chamam as mamas. No vídeo ele também fala da vaquinha que está fazendo para a mastectomia masculinizadora. “Eu não aguento mais usar fita, não aguento mais usar *binder*, tá calor pra *caralho*”.

Em Problemas de Gênero, Butler (2012) afirma que os conceitos de sexo e gênero surgem de algo denominado como um sistema de heterossexualidade compulsória, como tentarei aprofundar mais adiante. Esse é um conceito proposto por Adrienne Rich (2012), segundo ela, como forma de desafiar o apagamento da existência lésbica, para pensar a heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres. A matriz heterossexual é fundamentada no princípio da separação entre homens e mulheres e é com base nessa separação que seus termos serão definidos. Esse conceito vai além das práticas sexuais. A matriz heteronormativa visa a manutenção do sexo heterogêneo, separado em duas formas que se diferenciam substancialmente. Nesse sentido, uma ordem binária de sexo, vai produzir uma ordem binária de gênero. Butler diz que gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. É o que ela chama de “matriz de inteligibilidade”, onde as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero. Essa matriz institui como natural, normal e inquestionável, a relação entre sexo designado no nascimento, desejo sexual e subjetividade: vagina-mulher-fragilidade-passividade-maternidade-heterossexualidade e, pênis-homem-racionalidade-dominação-paternidade-heterossexualidade (Butler, 2012, p. 38-39).

Na narração de Luciano sobre os momentos que antecedem a cirurgia, em que fala com alegria sobre poder ir à piscina só de sunga, ou brincar o carnaval sem camisa, um sonho comentado inclusive em outros vídeos, assim como também narrado por outros youtubers trans, mostra o desejo de ser lido e reco-

nhecido como homem e de usufruir das prerrogativas decorrentes da masculinidade, entre elas, poder andar pelas ruas sem camisa, como observamos no relato a seguir:

“Eu resolvi gravar esse vídeo porque eu tô ansioso com uma coisa que vai acontecer daqui a algumas horas que é a minha cirurgia e foi por esse motivo também que eu fiquei um tempo afastado do canal. Porque eu precisava fazer exames e precisava cuidar de mim, precisava focar nas minhas coisas pra que estivesse tudo certo no dia de hoje. A cirurgia que vou fazer é a mastectomia masculinizadora e pra quem não sabe é a retirada dos seios para fazer um peitoral masculino. Para que eu possa curtir o carnaval sem camisa, pra que eu possa nadar na piscina só de sunga. Já pensou? Rezem muito por mim, tá? A gente vai tentar fazer *story*, ta?.” (Luciano).

O criador de conteúdo Jonas Maria (@JonasMaria) – trans, escritor, formado em Letras, no projeto chamado Play de Verdade, anteriormente falado nesta tese, que visa ampliar o debate de gênero e inclusão no YouTube, conta em uma série de quatro vídeos como foi o antes e o depois de sua cirurgia. Em um dos episódios, ele diz que o que vai contar naquela série de vídeos, é a sua experiência e a sua história e ela não está aberta a opiniões. Reforça que é preciso cuidar de narrativas universalizantes que reduzem a transexualidade – em suas palavras, a uma narrativa simplista e única, porque isso não só apaga a diversidade como também ignora fatores históricos, sociais e culturais.

Acompanhando esses perfis de youtubers na internet, foi possível agregar uma série de informações sobre o que é ser um homem trans, como eles estão se subjetivando e quais são as narrativas sobre ser um homem trans nos dias atuais. Ali no Youtube cada um desses homens, ao seu modo, a sua maneira, está construindo uma narrativa de si, com uma forma de compreensão e exposição pública de si. Observe a fala de Mário a seguir:

“Com qual idade você se descobriu diferente das outras crianças? Desde que me conheço por gente, sabe? Era muito criança, no interior da Bahia, só queria jogar bola, brincar com moleque, jogar capoeira. Desde quando eu era criança que eu sempre me via diferente. Só que é complicado porque eu era de uma religião onde isso tem muitos tabus, então eu guardava como um segredo a sete chaves”. (Mário).

A masculinidade não é exclusiva dos homens, como mostro mais adiante, contudo, em vários relatos como esse de Mário, homens trans falam em essência

masculina, em ser homem desde criança, em gostar de brinquedos e “brincadeiras de menino”, memórias relatadas por eles em vários vídeos. Nesse sentido, é emblemática a fala de um dos meus interlocutores quando ele diz que sempre foi Daniel, sobre desde sempre ter sido um menino, como é possível notar no relato a seguir:

“Na minha infância eu sempre me identificava com os garotos. E foi na escola que eu comecei a sofrer repressão. As professoras falavam que eu não me arrumava. E eu me fechei muito no meu mundinho particular. E eu só fui voltar a pensar nisso, quando eu descobri que pessoas trans existiam e tudo fez sentido. Porque eu sou Daniel, eu sempre fui Daniel. E se eu peço pra você usar pronomes masculinos porque eu tô te falando. Eu sou a melhor pessoa pra informar você como é que eu gostaria de ser tratado. Então, é no masculino!”. (Daniel)

No entanto, do ponto de vista biológico nada constitui a masculinidade, nem mesmo a testosterona. Não há nada de essencial em ser homem, já que gênero não é uma escolha, mas uma imposição e a testosterona compõe um tipo de corpo que se convencionou chamar de masculino. Sobre essa narrativa, talvez seja uma forma de buscar reconhecimento e legitimidade em corporalidades trans*, muitas vezes consideradas como artificiais. Nascimento (2021) diz que é comum que se façam perguntas para pessoas trans* do tipo: “Quando você se tornou mulher?” O estranhamento desse tipo de pergunta é que ninguém o faz a uma pessoa cis, porque se pressupõe que ela tenha construído seu gênero de forma natural e não artificial (Nascimento, 2021, p. 96). Butler argumenta que “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma” (Butler, 2003, p.27). Logo, o corpo desde sempre – desde a concepção, por suposto – está envolvido por esse discurso do significado cultural, determinando o que cabe a meninas e meninos, como tento descrever com detalhes mais adiante.

O canal no Youtube é também um espaço de ação, informação e reflexão sobre masculinidades trans, como no caso de Giovani que gravou seu primeiro vídeo aos 25 anos de idade, ocasião em que expressou pela primeira vez publicamente que é um homem trans. Segundo relato inicial, Giovani criou o canal com o objetivo de acompanhar o que ele chama de sua evolução desde o mo-

mento anterior à testosterona (Pré-T), durante e pós, assim como também passar para as pessoas que estão em transição sobre a importância de se cuidar, como é possível observar no relato a seguir:

“O meu nome é Giovani, tenho 25 anos e sou um homem trans. E por que eu tô fazendo esse canal? É a primeira vez que eu expesso isso em público, em aberto. Eu fiz esse canal com o objetivo de, além de eu acompanhar minha evolução desde o pré testosterona e o pós e além, pra passar para as pessoas que estão antes da transição, que estão se descobrindo, a se cuidar. Porque a maior parte de nós tem assim, uma reação de repudiar o próprio corpo e esse corpo vai ser útil mais tarde pra todos nós transexuais. Isso serve pra qualquer identidade de gênero e opção (sic) sexual. Então eu decidi fazer esse canal no YouTube. Eu acho que... eu não encontro isso em canais brasileiros, pelo menos não de grande visita e nem das pessoas que eu conheço. E também eu só encontro esse tipo de orientação no exterior que as regras são diferentes daqui do Brasil, então eu acho que o cuidado é o mesmo. Quem quiser me acompanhar vai ser bem legal, se inscreve aí embaixo. Então, é isso aí. Esse é o primeiro vídeo. Eu não vou contar a minha história logo de cara, eu não vou fazer vídeos longos e eu acho que pra cada assunto um pedaço de minha história pode ser contado. É isso aí. Um beijo.” (Giovani)

As mudanças físicas com o uso da testosterona vão compondo o tipo de corpo que se convencionou a chamar de homem. Assim, a chegada de pelos, as mudanças da voz entre outras alterações corporais são destacadas por eles de forma positiva, com comemoração, em vários vídeos como é possível observar na fala de Luciano sobre o seu primeiro mês em uso de testosterona no relato a seguir:

“Agora estou feliz com todas essas mudanças. Transformar tudo isso. E eu completo um mês de hormonização e eu vou contar para vocês também o que eu senti que mudou e o que eu senti que não mudou. A mudança número um. A primeira coisa que eu senti foi que eu comecei a suar muito. A mudança número dois: pelos, não nasceram tantos, mas os que existiam deram uma incorporada, digamos assim. Eu comprei Minoxidil⁷¹ que é um remédio que ajuda a ter barba, ele não precisa de receita você compra em qualquer farmácia. Terceiro: eu vi muitos meninos dizerem que a disposição deles aumentou, a minha não mudou nada, eu na verdade estou com muito sono. A quarta mudança: eu estou com muita fome, eu tô comendo um boi por dia e por eu não ir à academia, eu acho que vou engordar. Eu tenho um plano em 2017 de voltar para a academia porque ela tá paga, mas eu não tô conseguindo ir por em preguiça, por cansaço e por falta de tempo também. A quinta mudança são as espinhas no rosto que encheu de espinha, eu não fui ao dermatologista e eu corri na primeira farmácia para comprar todos os remédios que diz a lenda são bons para espinhas. Como eu não entendo muito disso eu não vou aqui dá uma dica de remédio, de produto. Meu humor (a sexta mudança), ele mudou um pouco, eu tenho

⁷¹ Minoxidil é uma substância ativa que estimula o crescimento capilar. É usada para problemas de queda de cabelo relacionados a problemas com calvície. O uso tem sido sugerido por vários homens trans para estimular o crescimento de pelos na barba e bigode.

menos paciência com as coisas, mas é tudo controlado. E eu já perdi as contas do número de mudança... lá embaixo deu uma leve crescida, nada muito significativo, mas cresceu. A última mudança é que a minha voz também mudou, não dá pra perceber que rolou mudança, mas ela tá um pouco mais grossa e também está oscilando um pouco.” (Luciano, um mês em T).

Nas narrativas dos homens trans pesquisados, o ritual para contar sobre ser trans, comunicar à família e aos amigos e amigas, enfim, fazer essa anúncio pública, aparece entre os vídeos com um grande número de visualizações. As visualizações do Youtube são uma das medidas usadas pela plataforma, que recompensa seus usuários de acordo com o tamanho do canal. Nesse sentido, recorro ao pensamento instigante de Preciado (2020) quando ele diz que a transição é uma viagem marcada por múltiplas fronteiras, o que é possível observar nos relatos a seguir:

“Nós fomos nascendo, vivendo e crescendo com ele. Nós não tivemos tempo para luto porque nós vimos nascer uma pessoa muito mais feliz, muito mais alegre, muito mais realizado”. (mãe de Daniel sobre a importância de a família apoiar e acompanhar a transição).

“Eu vou aproveitar que os meninos estão aqui em casa pra falar sobre um tema que é muito importante pra quem vai se assumir trans que é a aceitação dos amigos e como foi pra mim contar para eles que eu sou trans e eles vão contar como foi para eles quando eu contei que sou trans. Um dos amigos (Amigo 1) diz: foi uma surpresa, porque eu sempre via você como muito segura não esperava, não. Não foi uma surpresa do tipo, nossa, não esperava, isso não podia acontecer. Eu não esperava que contasse isso agora. Lembro que eu fiquei muito emocionado porque era muito linda a mensagem pros seus pais, as respostas deles também... na hora, eu quis assim, sabe? chorar. Minha primeira reação foi chorar.” (Davi)

“O outro amigo (Amigo 2) diz: como a gente já tem amigos trans eu estava animado pra tá perto, pra saber. A nossa preocupação maior era com as outras pessoas que não têm conhecimento disso (transexualidade) ia reagir. Porque a maior preocupação era alguém te ferir. Amigo 1: Eu fiquei querendo muito saber como ia ser a reação dos teus pais, porque o nosso apoio já era natural porque a gente ama você e quem você é. A gente sabe quem você é, então não tinha muita diferença isso, eu tava mais preocupado sobre qual ia ser a reação da sua mãe, do teu pai e das outras pessoas e como seria aqui”. (Davi)

“Hoje eu vou contar a história de como eu disse para moção (referindo-se à namorada) e pra minha família que eu era um homem trans. Normalmente quando a gente tem algo sério para dizer pra alguém a gente sempre procura o manual de regras de como se deve contar e no manual tem escrito várias coisas, como por exemplo, que não pode contar por telefone, que não pode contar por e-mail. Mas como eu sou um cara totalmente fora dessa regra, é óbvio que eu fiz tudo ao contrário. Bom, como eu disse (em vídeo anterior), eu fiquei em uma crise que eu chorei durante um mês seguido todos os dias, todos os dias durante

30 dias eu chorei, sem parar. Não aguentando mais, eu mandei um e-mail pra minha namorada. Eu disse para ela que eu a amava muito, que não queria que ela terminasse, mas eu me identificava como homem, era um homem trans. Entretanto, se ela não quisesse continuar comigo eu entenderia. Mas é claro que eu não entenderia e ia chorar mais um mês. Ela respondeu: deixa de ser vacilão, eu já sabia e a gente vai passar por essa transição juntos.” (Luciano)

A fala de Luciano, de Davi e da mãe de Davi mostram a importância da família e de amigos no processo de transição, acompanhando, transicionando junto e apoiando esse momento que exige adaptações nas relações familiares, com amigos, no trabalho, na universidade e na vida de uma forma geral. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu desde 2018, como já falei aqui nesta tese, pelo reconhecimento da não-obrigatoriedade da cirurgia de redesignação e a solicitação judicial para que pessoas transgêneros* estejam aptas a retificar o nome e o gênero no registro civil. No mesmo ano, no dia 29 de junho, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o Provimento nº 73 de 28 de junho de 2018, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Em outras palavras, o Provimento nº 73 regulamentou a retificação e todos os Cartórios de Registro de Pessoas no Brasil, passaram a ter obrigatoriedade de realizar a alteração de nome e gênero nas certidões.

A transição inclui também as modificações legais e de cidadania, como a retificação do nome na certidão de nascimento, no Registro Civil, em diplomas universitários, procedimentos que acabam se tornando mais difícil em cidades do interior com menos acesso à informação.

No Brasil, nos anos setenta, surgiram os grupos feministas de reflexão, de autoconsciência e até mesmo de acolhimento das mulheres que chegavam nos movimentos, pequenos espaços de reflexão e militância, onde as mulheres discutiam seus processos, suas vivências confrontando suas histórias com as de outras mulheres, socializando e pensando também teoricamente sobre aqueles fatos. Muitas mulheres acreditavam que suas histórias, seus problemas, suas questões eram individuais, mas no coletivo compreendiam que suas demandas tinham a ver com as relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, que estavam ligadas às desigualdades e opressão de uma sociedade machista e heteronormativa (Suely Oliveira, 2015).

Na plataforma de compartilhamento de vídeos, os homens trans estão construindo um espaço de reflexão, um lugar de encontro onde eles conversam com outros homens trans, sobre questões relacionadas à transgeneridades e contam como eles estão se subjetivando como homens, falando sobre suas masculinidades a partir das narrativas que eles usam nas postagens semanais. Eles estão fazendo tudo isso *on-line*, nas redes sociais, produzindo imagens e textos sobre eles mesmos, contando como eles se constroem na narrativa midiática – uma narrativa e uma forma de compreensão sobre si.

E com isso, outras pessoas – cis ou trans, também estão aprendendo, se relacionando com o youtuber, fazendo perguntas, comentando sobre o vídeo dele no canal e, por trás de cada vídeo postado há uma produção de conhecimento. É possível observar sobre isso na fala de Davi, relatando sua experiência sobre ser um homem trans:

“Eu vou contar a minha experiência. Eu acho que tem algumas coisas que você pode fazer se você suspeita que é trans. Pesquisa na internet o que é identidade de gênero, pesquisa canais de outras pessoas trans, sites e associações, pesquisa tudo mesmo sobre identidade de gênero pra você saber se é aquilo mesmo que você se identifica ou não. Tem alguém pra conversar? Escolhe um amigo que você tenha abertura, namorado ou namorada pra conversar sobre esse assunto, porque às vezes não é esse monstro que está na sua cabeça, às vezes você tá viajando, às vezes você tá certo, só que você precisa colocar isso pra fora. Funciona muito, funcionou comigo, eu conversei muito com a minha namorada. Tenta conhecer alguém que seja trans, ou alguma associação pra você conversar e fazer perguntas reais e diretas daquilo que você quer saber. Tipo assim, quando eu me assumi trans a primeira coisa que eu fiz foi ir numa associação LGBT e pedir aconselhamento, pra poder conversar mais e tal e eles me indicaram um grupo de encontro de pessoas trans e me passaram um aconselhamento psicológico. Procure um psicólogo que saiba o que é identidade de gênero, é a coisa mais importante porque tem muito profissional aí que tem diploma, mas é um idiota e faz um desserviço para as pessoas trans. Eu consegui um apoio psicológico através da associação LGBT que eu fui, eles me passaram logo o contato, e é uma ótima profissional”. (Davi)

Ou como no primeiro vídeo de Luciano, ainda na fase pré-T (antes de iniciar a aplicação de testosterona) mas já decidido sobre os objetivos do canal, basicamente, relatar sua transição:

“Oi, pessoal. Eu sou o Luciano, tenho 25 anos e sou um homem trans. Sou pré-T e esse canal é pra registrar todo meu processo de readaptação e durante os vídeos eu vou falar da minha vida no geral, sobre

o que eu tenho passado, o que eu tenho aprendido, o meu relacionamento com a minha família, com os amigos, com a namorada, com o trabalho, enfim, sobre tudo. Espero vocês nos próximos vídeos e um beijo”. (Luciano)

Há ainda, relatos como o de Giovani que gravou seu primeiro vídeo no canal do YouTube aos 25 anos de idade, ocasião em que expressou publicamente pela primeira vez que é um homem trans. Segundo relato inicial, Giovani criou o canal com o objetivo de acompanhar o que ele chama de sua evolução desde o uso pré-testosterona, durante e pós, assim como também passar para as pessoas que estão em transição sobre a importância de se cuidar, como observado no relato a seguir:

“E eu começo a me aprofundar e conversar com João (João Walter Nery, considerado o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil, 1977) sobre o assunto transexualidade e comecei a me encaixar e comecei a ver que existia um encaixe para mim no mundo, que existia um lugarzinho pra mim que estava lá e que eu não sabia, não sabia existir e, confesso eu achei que o transexual masculino quase não existisse. Não seria o meu caso. Nunca me encaixei como lésbica, nunca me encaixei como uma mulher, o que eu era? Nossa senhora, o que será que está acontecendo com minha cabeça? O que será que era aquilo? E eu comecei a achar que estava ficando louco, que eu estava ficando pinel da cabeça, cara, e foi mais ou menos isso... até que demorei bastante tempo, pensando me analisando, me conhecendo, me vendo, me sentindo pra poder falar com as pessoas à minha volta, com a minha namorada, que foi acho que o papo mais delicado. É... foi... é o que eu falo até pra minha mãe, não sei se é muito do que vocês pensam, mas é que quando a gente assume a nossa transexualidade, assume o nosso gênero e fala eu sou homem, eu sou um homem heterossexual e faz a pessoa entender isso... e a gente tem que pensar mais nas pessoas do que na gente nessas horas e foi por isso que eu tirei um tempo pra pensar em mim antes de eu me assumir. Eu tive preconceito comigo mesmo, eu achei que estava ficando louco, eu não achei que isso era uma doença, mas eu achei que eu estava ficando pinel e não era isso que tava acontecendo”. (Giovani)

Ser seguidora desses seis canais, assistir suas postagens desde o primeiro vídeo na plataforma, muitas vezes quando os youtubers ainda estavam em momento anterior ao uso da testosterona (pré-T), até completar o primeiro ano de uso do hormônio, o que em algumas situações ultrapassou um ano de vídeos assistidos, como já mencionado anteriormente, me remeteu aos grupos de acolhimento e de reflexão dos movimentos feministas dos anos setenta, como dito anteriormente. Ao mesmo tempo, assistindo o cotidiano dos youtubers trans em seus primeiros anos de transição e de uso da testosterona, me fez pensar também sobre uma antiga insígnia do movimento feminista dos anos setenta – o pessoal é político. Isso porquê no canal do Youtube eles compartilham suas

experiências de vida como homens trans, seus diálogos com a família em transição, convidam pessoas para seus canais para falar sobre assuntos do universo LGBTQIA+ ou afins, também como forma de compartilhamento de vivências trans e, as dores e as alegrias de ser um homem trans, como é possível perceber na fala de Sebastian, em um vídeo-carta dirigida a pais e mães de pessoas trans:

“Quando eu nasci fui designado como menina, mas conforme o tempo foi passando, eu fui descobrindo que não era bem isso... que eu sou um homem. E agora eu sou um homem trans. Cara, se você quer assistir esse vídeo até o fim, sua mente tem que ta bem aberta, você tem que deixar seus preceitos de lado, seus conceitos e enfim, se jogar de cabeça. Nesse vídeo, como em milhares que têm no Youtube, outros meninos contaram sobre isso, então você tem que abrir a mente, porque se você tem um filho ou uma filha trans, saiba que ele está pedindo socorro, ele quer acolhimento, é carinho que ele quer, é atenção e ele quer muito ajuda, sabe? Ele quer ser ouvido”. (Sebastian)

A narrativa de Giovani sobre orientação sexual, transgeneridade, sofrimento psíquico e preconceito a partir de suas próprias descobertas e questionamentos sobre tudo isso, reflete também muito sobre o pessoal é político, uma insígnia do movimento feminista do final dos anos 1960, porque não são questões individuais, particulares, elas estão inseridas no contexto de ser uma pessoa trans* em uma sociedade heteronormativa, como podemos observar no seguinte registro:

“Nunca me encaixei como lésbica, nunca me encaixei como uma mulher. O que eu era? Nossa senhora, o que será que está acontecendo com minha cabeça? O que será que era aquilo? E eu comecei a achar que estava ficando louco, que eu estava ficando pinel da cabeça, cara e foi e foi mais ou menos isso... até que demorei bastante tempo, pensando me analisando, me conhecendo, me vendo, me sentindo pra poder falar com as pessoas à minha volta, com a minha namorada, que foi acho que o papo mais delicado. É... foi... é o que eu falo até pra minha mãe, não sei se é muito do que vocês pensam, mas é quando a gente assume a nossa transexualidade, assume o nosso gênero e fala eu sou homem, eu sou um homem heterossexual e faz a pessoa entender isso... e a gente tem que pensar mais nas pessoas do que na gente nessas horas e foi por isso que eu tirei um tempo pra pensar em mim antes de eu me assumir. Eu tive preconceito comigo mesmo, eu achei que estava ficando louco, eu não achei que isso era uma doença, mas eu achei que eu estava ficando pinel e não era isso que tava acontecendo. Nunca me encaixei como lésbica, nunca me queixei como uma mulher, o que eu era? Nossa senhora, o que será que está acontecendo com minha cabeça? O que será que era aquilo? Demorei bastante tempo, pensando me analisando, me conhecendo, me vendo, me sentindo pra poder falar com as pessoas à minha volta, com a minha namorada, que foi acho que o papo mais delicado. É... foi... é o que eu falo até pra minha mãe, não sei se é muito do que vocês pensam, mas é quando a gente assume a nossa transexualidade, assume o nosso gênero e fala eu sou homem, eu sou um homem heterossexual e faz a pessoa entender isso... e a gente tem que pensar mais nas pessoas do que na gente nessas horas e foi por isso que eu tirei um tempo pra pensar em mim antes de eu me assumir. Eu tive preconceito comigo mesmo, eu achei que estava ficando louco, eu não achei que isso era uma doença, mas eu achei que eu estava ficando pinel e não era isso que tava acontecendo”. (Giovani).

Tudo isso on-line e muitas vezes em interação com os seguidores e seguidoras, por meio dos comentários, que nem sempre são favoráveis ou positivos. Embora não tenham sido objeto de análises deste estudo, é possível perceber que há também muito discurso de ódio e transfobia, o que leva alguns youtubers a fazer vídeos e comentários no próprio Youtube e/ou no Instagram sobre isso, muitas vezes fazendo postagens abordando essas questões. Por outro lado, é possível notar-se também uma enorme quantidade de perguntas e dúvidas sobre a transição, o que, inclusive, influencia a pauta de novos vídeos, questão que é abordada pelos youtubers em vários vídeos. No final de cada postagem, eles agradecem, divulgam suas outras redes sociais e, muitas vezes, pedem que as pessoas comentem no canal e que os sigam nas outras plataformas divulgadas.

Então, ao mesmo tempo em que ele, em seu canal no Youtube está postando sobre o seu cotidiano para seus seguidores, ele está dizendo o que é ser um homem trans, o que é ser masculino, sobre masculinidades trans, quais são as ferramentas e o que é preciso para ser um homem trans. E com isso, outras pessoas – provavelmente seus seguidores, também estão aprendendo com ele sobre a transição, comentando os vídeos no canal, fazendo perguntas ou tirando dúvidas. E em muitos vídeos, os youtubers se dirigem aos seus seguidores, mais especificamente a outros homens trans como nessa fala de Sebastian sobre ser trans:

“Acho que nenhum pai, nenhuma mãe quer o afastamento do filho, da filha, independente dele ser gay, trans, lésbica, bissexual... acho que ninguém quer isso, pais. Deixa a gente, dá uma abertura maior, sei-lá... abre a mente, deixa os seus preconceitos de lado, deixa tudo de lado. E você, menino trans ou menina trans que tá me assistindo e que tá com muita dificuldade de contar para os seus pais. Tenta conversar com os seus pais, eu sei que às vezes é muito difícil conversar com os pais, mas tenta, porque tentar não custa nada. Tem muitos meninos que estão perdidos, tem muito menino que precisa de uma base familiar e nenhum deles tem, na maioria das vezes. Quem tem, é muito privilegiado, parabéns! Enfim, vou terminar o vídeo aqui, porque ficou pesado pra mim. Valeu”. (Sebastian).

Ali no canal existe um esforço de construir uma narrativa sobre o que é ser um homem trans e quais os caminhos trilhados por eles para alcançar a masculinidade. É, portanto, um espaço de produção de conhecimento sobre si,

um lugar importante de diálogo com a ciência médica, farmacológica e as ciências humanas, como é possível constatar na seguinte fala de Davi:

“Essa semana eu vou contar pra vocês sobre a minha última ida no endócrino e a minha dieta pra ficar maromba. Então, eu tô com endocrinologista novo, ele cuida tanto da minha terapia hormonal tanto quanto desse processo que agora eu tô pra ganhar um músculo, ne? Aí eu fiz um tanto de exames com ele tudo, aí ele monta uma dieta que agora sim, tem dois passos, o primeiro passo é a fase da desidratação, ne? Ou seja, a fase em que eu vou ter que emagrecer mesmo e depois a fase em que eu vou ganhar peso. Nessas duas fases eu tô tomando uns suplementos que são manipulados. Na fase de desidratação eu tô tomando um suplemento que é mais diurético e tal, para perder peso, líquido e manter os músculos e na segunda fase eu vou tomar uns suplementos que são mesmo anabólicos, ou seja, com todo o acompanhamento médico, com um profissional que sabe da minha terapia hormonal, que acompanha a minha terapia hormonal, eu vou fazer uso de um certo anabolizante, mas que não vão (sic) fazer mal para o meu corpo porque eu vou fazer com todo acompanhamento médico. Então, assim, não vamos tomar nada, nem fazer dieta, nem tomar nenhum suplemento se a gente não tem nenhum acompanhamento médico, principalmente pra quem é trans que tem a terapia hormonal já, então, assim se a gente vai tomar mais alguma coisa, precisa de acompanhamento mesmo”. (Davi).

No canal eles estão postando informações sobre que profissionais de saúde uma pessoa trans* deve procurar para começar o seu processo de transição, a dosagem de testosterona usada por eles, como falar com amigos, amigas e amigues sobre ser trans e qual o nome e pronome que eles querem ser chamados, como contar para a família mas também informações legais sobre mudança de nome, quais os direitos da pessoa trans* no trabalho e na faculdade, como o racismo atinge diferentemente mulheres e homens trans, entre outros assuntos abordados, comentados e compartilhados. Como no vídeo que fala acerca da transição ser um processo coletivo, onde Davi fala sobre como a família e os amigos estão envolvidos com o seu processo de transição, observado no relato a seguir:

“Eu sinto que o processo de transição, por mais que o processo de transição em si, tudo, seja uma coisa muito individual – isso é muito individual, e só a pessoa pode tomar essa decisão, por outro lado, eu sinto que essa decisão é muito coletiva. Ou seja, quando vão acontecendo as mudanças, quando você pede pro seu nome social ser respeitado ou para as pessoas usarem os pronomes certos, ou quando você fala sobre ser uma pessoa trans, quando acontecem as mudanças por causa dos hormônios ou por causa de cirurgias, enfim, as pessoas a nossa volta também são muito impactadas. Como é que eu reparei isso? Todos os meus amigos... amigos e família, qualquer notícia relacionada a pessoas trans, identidade de gênero, uma campanha que saiu que fala sobre pessoas trans, um clipe de música que tem uma pessoa trans ou uma notícia de que alguém trans sofreu alguma coisa ou ganhou um processo judicial, velho, todas essas notícias, todas, todas, eu acho muito fofo, seja o meu pai que me manda uma chuva de *links* no meu whatsapp, seja os meus amigos que me marcam no Facebook, eu acho muito legal, tanto pelo fato de

eles quererem compartilhar isso comigo, tanto porque se eu não tivesse revelado a minha transição pra eles, se não tivesse tido a coragem de começar a transição, enfim, expor isso, essas notícias iam passar completamente diferente pra eles, entendeu?” (Davi)

Muitos assuntos se repetem entre os diversos canais, mas os youtubers buscam abordagens diferentes, narrativas distintas sobre o mesmo assunto ou tema, fazem sugestão de bibliografias, autoridades e *experts* são convidadas para falar, familiares dão depoimentos, militantes LGBTQIA+ são chamados a contar suas histórias ou ensinar sobre questões que tenham expertise e assim, ali no canal, cada um daqueles homens está falando sobre gênero, masculinidades, transgeneridades, sexualidades, sofrimento psíquico, estratégias de sobrevivência, resistência e agência como veremos mais adiante.

5.7 O diário de campo e a pesquisadora que vos fala

Neste item da tese, destaco alguns registros de observações, notas, impressões e afetações do diário de campo. Construí os diários de campo desde os primeiros momentos em que comecei a pesquisa, como já relatado anteriormente, o que me levou a observar seis homens trans experimentando suas vivências de gênero durante todo esse período. Meu trabalho de campo envolveu a busca no Youtube pelos homens trans que eu iria pesquisar, assistir os vídeos postados e fazer um diário de campo, registrando minhas observações, além de transcrever cada um dos vídeos assistidos. Quis eu mesma transcrever cada um dos vídeos pesquisados porque entendi que precisava testemunhar e descrever as minhas observações e afetações com o que era dito e filmado.

Um ponto que foi difícil de observar nos youtubers que acompanhei, foi a questão ‘classe social’ ou condições socioeconômicas. No geral eles não falam sobre dificuldade financeira e apenas um, Sebastian, relata vários problemas e questões ligadas à sua origem de classe. Durante a pesquisa, Sebastian fez uma vaquinha on-line para arrecadar dinheiro para fazer a mamoplastia masculinizadora. Fazer uma vaquinha é uma expressão da língua portuguesa que significa juntar dinheiro com a ajuda de várias pessoas com a intenção de conseguir determinado objetivo ou comprar alguma coisa. Sebastian além de ser um homem trans negro, de relatar as questões raciais desde o início da transição, é o único

que relata vários problemas e questões ligadas à sua origem de classe e dificuldades econômicas. A alegria dele contando como fez o *binder* com apenas 8 reais é comovente.

Ao longo da pesquisa fui acompanhando cada mudança, cada conquista por eles relatada e também momentos difíceis por quais eles passaram. Daniel fez um vídeo contando sobre a morte da avó e a tristeza por ter que lidar pela primeira vez com o falecimento de alguém tão próximo. Foi um youtuber que ficou algumas semanas sem postar e cheguei a pensar que talvez fosse o caso de substituir por outro. Depois ele fez um vídeo contando que suspendeu a testosterona, que não estava bem para postar e contou que alguns anos atrás teve um problema de saúde e por isso, o uso da medicação precisa ser ainda mais cuidadoso e controlado pelo médico. Tempos depois, precisei voltar ao canal para rever alguns vídeos e observei que Daniel apagou os primeiros vídeos do Youtube, todos de antes do uso da testosterona, inclusive esse em que ele conta porque ficou algumas semanas sem postar. Não houve prejuízo na pesquisa porque eu já havia feito a transcrição de todos eles, mas foram cerca de dois meses de vídeos, aproximadamente oito vídeos. E aqui, uma inquietação no meu diário de campo: por que ele fez isso? Por que apagou os vídeos de antes da transição? Daniel nunca falou sobre isso. Compreendi que em pesquisa on-line é fundamental baixar e salvar o material, os vídeos, pois há esse risco real de perda dos dados.

Um dos youtubers levou uma mulher trans para falar sobre o uso do banheiro por pessoas trans* e ela conta como enfrentou sozinha a expulsão de um banheiro feminino no shopping em uma capital do Brasil. Ela fala com tristeza, suspira, fala do medo, da violência. Pensei em como deve ser cansativo e assustador tudo isso. O uso do banheiro é relatado por pessoas trans* em geral, com angústia, medo de vivenciar algum tipo de violência e até mesmo estupro. Mais adiante procuro aprofundar essa questão do uso de banheiros por pessoas trans*

Assistindo os vídeos sobre o primeiro mês de uso da testosterona, observei que havia uma expectativa grande com as possíveis mudanças corporais que os identificassem como homens: o surgimento de pelos no rosto, modificações na voz e a necessidade de serem lidos e reconhecidos como pertencentes ao

sexo masculino. Corte de cabelo e uso de roupas que os identificam como homens também fazem parte do conjunto de mudanças, tanto que dos seis homens trans estudados, quatro produziram vídeos e falaram sobre novas roupas, abandono de trajes antigos e compra de novas vestimentas.

Para além da pesquisa, sigo vários youtubers trans, como já dito anteriormente e foi pessoalmente muito difícil quando dois deles foram suicidados – termo que adotei nesta tese em respeito ao movimento LGBTQIA+ e às vítimas da LGBTfobia. Realizar uma pesquisa on-line significa também lidar e conviver com o *cyberbullying*, um tipo de agressão bastante comum na internet, os *haters* (odiadores) termo usado na internet para pessoas que postam comentários de ódio, de críticas atingindo famosos, mas também pessoas anônimas. Embora não tenham sido objetos de estudo desta pesquisa, observei com os homens trans que os comentários nas postagens dos canais, muitas vezes eram agressivos, desqualificadores, violentos, transfóbicos e preconceituosos. Comentários como: “você nunca vai ser um homem de verdade”, “aberração”, “cadê o pênis?” entre muitos outros perversos e atroztes, são recorrentes, em páginas e canais de homens trans. Alguns deles chegam a fazer vídeos sobre isso, mas nem todas as pessoas conseguem superar ou lidar com mensagens cruéis sobre si mesmos.

Esses dois suicídios tiveram uma grande repercussão nas mídias sociais e foi bem difícil. O termo “suicidado” ganhou destaque na época nas mídias sociais e no movimento LGBTQIA+ porque uma dessas mortes aconteceu no dia 17 de maio de 2020, Dia Internacional Contra a Homofobia. Como já dissemos nesta tese, a data foi escolhida porque nesse dia, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar a homossexualidade uma doença. Do que tenho observado, a expressão é também uma forma que o movimento encontrou de responsabilizar a sociedade e não a pessoa, o Sistema que não reconhece a cidadania da população LGBTQIA+, principalmente das pessoas trans*. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais até fez uma campanha sobre o suicídio, como é possível observar na Figura 14, a seguir:

**”AS PESSOAS TRANS NÃO SE
SUICIDAM PORQUE SÃO TRANS.**

**ELAS SE SUICIDAM PORQUE O
RESTO DA SOCIEDADE NÃO AS
TRATA COMO SE FOSSEM
PESSOAS.”**

FALAR É A MELHOR SOLUÇÃO!

LIGUE
188 SIGILOSO
GRATUITO
24H
CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA



Figura 15: card da campanha da ANTRA sobre suicídio em parceria com o Centro de Valorização da vida.
Fonte: ANTRA



Figura 16: Na tirinha, a personagem Stênio, conversa sozinho sobre ser lido/reconhecido como homem. Fonte: <https://laerte.art.br/>

CAPÍTULO SEIS TORNAR-SE UM HOMEM TRANS EM UM PAÍS COLONIZADO:

“Eles dizem disforia, transtorno, síndrome, incongruência, deficiência, menos-valia. Nós dizemos dissidência corporal” (Preciado, 2020, p.28)

Neste capítulo procuro demonstrar como o sexo passou a ser um princípio organizador dos seres vivos – a biologização ocidental da diferença social e, que masculinidades e feminilidades, heterossexualidade e homossexualidade não são leis naturais, mas práticas culturais contingentes. Para isso, inicialmente recorro aos estudos de Laqueur (2001) e Schiebinger (1994), pesquisador e pesquisadora que fizeram um exaustivo trabalho sobre a história do corpo e para quem o surgimento das diferenças sexuais e raciais aconteceram em meados do século 18, deixando para trás um modelo antigo de conhecimento sobre o corpo humano, tendo como base o princípio da homologia sexual, o modelo do sexo único que persistiu por milhares de anos. O trabalho de Laqueur é fundamental na história das práticas clínicas que vão determinar o que vai se chamar “sexo” a partir do século 19.

Além disso, conforme o ocidente se alastra, também se alastram as formas de organização social e a tentativa de universalização das categorias. Por isso, foi preciso buscar uma lente que permitisse enxergar o que está escondido nas compreensões sobre raça e gênero e sobre as relações de cada qual à heterossexualidade normativa, como diz María Lugones (2020). Os processos de colonização vão também exportar modelos de gênero que vão produzir e impor formas de ser nos povos colonizados e, sabe-se, existem outras formas de organizar o corpo, o gênero e a sexualidade para além do pensamento ocidental.

No livro *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*, Oyèrónké Oyéwùmí (2021), mostra como a ideologia do determinismo biológico é a base para organizar as categorias sociais ocidentais e, em oposição a esse pensamento, a autora mostra como os conceitos baseados no corpo não eram centrais na organização das sociedades iorubás antes da colonização.

Retomando às contribuições de Laqueur (2001), o autor faz uma retrospectiva histórica da construção do sexo da Grécia clássica até o período contemporâneo e busca desconstruir a ideia de sexo e gênero que se tem hoje em dia. O autor procura demonstrar que as noções de diferença biológica de sexo e diferença cultural de gênero são invenções culturais, ideias formadas por crenças científicas, políticas, filosóficas e religiosas.

Nas sociedades ocidentais os trânsitos entre os gêneros passaram a ser identificados como uma doença. Segundo Thomas Laqueur (2001), durante milhares de anos se acreditava que mulheres e homens tinham a mesma genitália, sendo que a das mulheres ficava dentro e não fora do corpo. O ovário, esse órgão que no século 20 se tornou uma comparação da mulher, durante dois mil anos não tinha sequer um nome específico. Até 1759 havia uma estrutura básica do corpo humano, que era considerada masculina e, quando surgem as diferenças entre os sexos nos séculos 18 e 19, elas são marcadas pela política de poder dos gêneros.

Galeno demonstrava com detalhes que as mulheres eram essencialmente homens nos quais faltara o calor vital da perfeição, o que resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa. A mulher, na visão de Galeno, era um homem invertido e inferior, um homem imperfeito, a quem faltava a força e a intensidade do calor vital, responsável pela evolução do corpo até a perfeição ontológica do macho. O calor menor das mulheres mantinha o útero para dentro e criava um local de temperatura moderada para a gestação.

Como tudo que havia no corpo do homem havia no corpo da mulher, seus órgãos sexuais tinham os mesmos nomes que os órgãos sexuais masculinos: a vagina era vista como um pênis interno, os ovários como os testículos internos e assim por diante. Galeno refere-se ao ovário com a mesma palavra que usava

para os testículos masculinos, *orcheis*, deixando que o contexto esclarecesse o sexo ao qual ele se referia (Laqueur, 2001, p.45-46).

Na segunda metade do século 18 os pesquisadores começaram a falar sobre o que insistiam ser as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino, entre o homem e a mulher, em diferenças biológicas constatáveis, usando argumentos distintos e dando lugar ao novo modelo de dimorfismo de diferenças biológicas.

Em seus estudos, Laqueur (2001) acredita que o modelo médico criado para definir as diferenças de sexo usadas para organizar a sociedade, entre o final do século 18 e início do século 19, a reinterpretação da biologia feminina não era apenas para subestimar as mulheres, tinha questões ideológicas fundamentais: a materialização do conceito de feminilidade, a fragilidade física e a delicadeza simbolizados na figura dos esqueletos femininos da época e a pélvis larga para evidenciar a suposta função natural da mulher: a maternidade.

E as diferenças humanas não estavam restritas ao sexo, os naturalistas também ensaiavam os primeiros passos para explicar as diferenças raciais. Portanto, dois séculos atrás estavam plantados os pressupostos sexistas e racistas presentes na obra de vários cientistas e disseminados incessantemente por meio de manuais, justificando as ideias e concepções sobre o masculino e o feminino, sobre o funcionamento do corpo e a sexualidade humana (Citelli, 2001).

Havia desde o século XVIII o que Preciado denomina de sexopolítica, as três ficções políticas que obcecaram o mundo ocidental: o sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização; a sexualidade e as formas de prazer normais e patológicas; e a raça, em sua pureza ou degeneração, chegando a definir o escopo de toda atividade teórica, científica e política. O sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. (Preciado, 2018, p. 76).

Lugones (2020) alerta que é preciso problematizar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre ele e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade e as características do que ela chama sistema de gênero. Para a autora, o dimorfismo sexual é uma característica im-

portante para aquilo que ela chama “o lado iluminado/visível” do sistema de gênero moderno/colonial. Aqueles localizados no “lado obscuro/oculto” não necessariamente entendidos em termos dimórficos (Lugones, 2020)

Os medos sexuais dos colonizadores os fizeram imaginar que os povos originários das Américas eram hermafroditas ou intersexuais com pênis enormes e peitos imensos vertendo leite. A redução do gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica apresentada como biológica e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus brancos/as e para colonizados/as não brancos/as. A raça não é nem mais mítica, nem mais fictícia do que o gênero – ambos são ficções poderosas (Lugones, 2020, p.63-64,73). Compreende-se, portanto, que raça, sexo, gênero e classe são construções históricas de uma colonização hegemônica, branca, cis, heteronormativa e eurocêntrica.

6.1 A heterossexualidade como regime político

Monique Wittig (1935-2003) foi uma filósofa, teórica e escritora feminista que trouxe uma importante contribuição para o movimento feminista e para os estudos lésbicos que foram o tema central das suas reflexões. Dentre os seus escritos mais conhecidos, entre poesias, romances, novelas e teorias estão *L’Opoanax* (1964), *Les Guérrillères* (1965), *Le Corps lesbien* (1973), *La pensée straight* (1978) e *On is not born a Woman* (1980). A autora problematiza a categoria mulher e a condição naturalizada sobre ser mulher, que traria em sua essência a docilidade, passividade e fragilidade, o que acaba por excluí-las dos lugares onde supostamente exigem força e competitividade. Wittig argumenta que lésbicas não são mulheres, uma vez que rompem com toda a estrutura e narrativa criada pelos homens sobre o que é ser uma mulher. Nesse sentido, lésbicas não são mulheres porque o que constitui a mulher universal, abstrata, tão cara aos movimentos feministas ocidentais de meados do século XX, é uma relação específica que ela possui com a figura de um homem (cisgênero e heterossexual), ou seja, uma relação afetivo-sexual que incontornavelmente é atra-

vessada por instâncias de poder que instituem o funcionamento do heteropatriarcado (Azevedo, 2020, p.304). Segundo Wittig (2006), o pensamento dominante que é heteronormativo e, como visto acima, já muito cedo ensina que a categoria inata do sexo se apresenta como diferença constitutiva. A noção de sexo seria algo “natural” por meio da biologia dos hormônios, da genética com um “enfoque científico”. E o sexo iria refletir numa divisão de trabalho naturalizada, na criação de uma família também naturalizada, que seria a divisão do trabalho relacionada ao ato sexual.

Entre as contribuições mais importantes de Wittig para a Teoria *queer*, portanto, está sua análise sobre a heterossexualidade como regime político. Segundo a autora, a heterossexualidade é um regime político cujo alcance vai além do desejo e da reprodução – ela ordena o funcionamento das instituições. Monique Wittig (2006), com a pesquisa dos dispositivos sexuais modernos conduzidos por Foucault, as análises da identidade performativa de Butler e a política ciborgue de Donna Haraway, conclui que a heterossexualidade não é uma orientação sexual, mas um regime político que se baseia na submissão e apropriação das mulheres. Consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, a única forma considerada normal de vivência da sexualidade.

Wittig diz que a heterossexualidade não é natural, mas social, não é uma prática sexual, mas uma ideologia – que ela chama de “o pensamento straight (hétero)” e, sobretudo, que esta ideologia é a base da opressão patriarcal das mulheres, de sua apropriação pelos homens, é fundamentada na crença fervorosa e incessantemente renovada na existência de uma diferença dos sexos (Jules Falquet, 2012). Segundo a autora, essa ordem social/sexual se estrutura através da dualidade heterossexualidade *versus* homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória. Isso quer dizer que, em sendo a heterossexualidade compulsória, aquelas pessoas que não são heterossexuais, são consideradas doentes – ou fora da norma – e precisam ser, de alguma maneira, tratadas, explicadas, estudadas.

Como já dito anteriormente, masculinidade e feminilidade, heterossexualidade e homossexualidade não são leis naturais, mas práticas culturais contingentes. Linguagens do corpo. Estéticas do desejo. A possibilidade de desenhar e imprimir nossos órgãos sexuais, dirá Preciado, vai nos colocar diante de novas

perguntas. Não mais com que sexo anatômico nascemos, mas que sexo queremos ter (Preciado, p. 257, 2020). Nesse sentido, a fala de Davi sobre a cirurgia marcada, a mamoplastia masculinizadora, ilustra bem essa questão. Ele diz:

“Cada vez que eu vou chegando mais perto do corpo que eu quero ter, mais pressa eu tenho para chegar lá. Cada pequena mudança, nesse sentido, tem sido comemorada”. (Davi)

Na heteronormatividade, a masculinidade e a feminilidade tornam-se coerentes, desde que se identifiquem com a heterossexualidade como modelo e mantenham a linearidade entre sexo e gênero. Ou seja, as pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos, e aquelas com genitália feminina, devem ser femininas, delicadas. E para seguir o rito, homens e mulheres são socializados para corresponder ao que supostamente estaria predefinido: homem-pênis-macho-masculinidades, mulher-vagina-fêmea-feminilidades, os pressupostos de masculinidade e feminilidade entendidos como atributos de homens e de mulheres.

Assim sendo, o dispositivo de regulação, o conjunto de discursos e aparatos que delimitarão o “normal” e o “patológico”, é acionado quando há “falha” nessa correspondência, colocando o indivíduo à condição de marginalidade (Foucault, 1992). Quais as práticas sociais engendradas na constituição desse sujeito? Essas questões sobre ser homem e se comportar como macho, foram observadas em falas como a de Sebastian sobre ser um homem trans e performar o gênero masculino, mas também em relatos como os de Luciano e Davi sobre ser um homem trans, sobre os padrões impostos pela masculinidade e o sistema heteronormativo, como o relato a seguir:

“A gente fica tão fixado que a gente é homem, tão fixado em mostrar que a gente é homem e a gente tem que fixar bastante que a gente é muito, muito homem, macho mesmo, que a gente começa a fazer coisas que a gente não gosta só para que aquela outra pessoa veja que a gente é homem”. (Sebastian).

“Na minha cabeça ser um homem trans significava odiar a sua vagina. E eu não odeio a minha vagina. E tá tudo bem. Tá tudo bem se algum menino não quer (sic) tomar hormônio, tá tudo bem se algum menino não quer fazer cirurgia. E tá tudo bem se ele também quiser. Tá tudo bem se ele quiser ser o mais passável possível. E tá tudo bem se ele não quiser também. Parece que a gente tá criando um padrão, quando na verdade, a gente quer sair desse padrão”. (Luciano)

“Esse medo existe porque a gente vive num sistema hétero cisnormativo e branco e quando a gente foge disso e se depara com isso, a gente tem medo”. (Luciano).

“... eu achei que você já fosse um homem, escutei essa semana. Não sei... o que eu preciso para ser um homem na definição dessa menina? Andar com as calças pra baixo? Ter um...? (faz sinal com as mãos, tipo mostrando o tamanho de um pênis). O que é que eu preciso ter para parecer um homem? Não sei. Já tenho até barbinha, bigode, um pelo aqui (aponta o queixo). Mas eu ainda não sou homem de acordo com a fulana. Ai, ai, gente”. (Davi)

A necessidade de Sebastian em reafirmar a sua masculinidade aparece com força no relato acima, como a repetição ritualizada pela qual as normas produzem e estabilizam os efeitos de gênero. Ser homem, significa ser macho e repetir padrões estabelecidos e determinados para o masculino – as normas de gênero que se ocultam como se fossem naturais. Por outro lado, a fala de Luciano questiona exatamente essa organização das normas constitutivas de gênero, quando diz que quer sair desse padrão.

A heterossexualidade não foi apenas imposta, ela foi inventada e a heterossexualidade/homossexualidade significam modos historicamente específicos de dominar, pensar sobre, avaliar e organizar socialmente os sexos e seus prazeres. A sobrevivência da espécie humana torna a heterossexualidade uma necessidade constante; as diferenças biológicas e culturais são a fonte de uma sexualidade perpétua que é hétero e, o prazer físico proporcionado pela união homem-mulher é a base imutável da heterossexualidade eterna. A heterossexualidade compulsória reafirma o complementar binário homem-mulher e o ideal heterossexual é sempre reprodutivo. Para Wittig, portanto, a heterossexualidade não é natural, mas social, não é uma prática, mas uma ideologia.

Inspirada na literatura antropológica sobre relações de parentesco, Butler (2019) diz que confinaram a reprodução sexual dentro de um sistema de casamento baseado na heterossexualidade, em que a reprodução de seres humanos deve acontecer seguindo certo modelo atribuído de gênero – modelo que se apresenta como garantia para a reprodução do sistema de parentesco em questão. Ainda segundo Butler, uma das formas de reprodução e disfarce do sistema da heterossexualidade compulsória é a atribuição, aos corpos, de sexo discretos com uma aparência “natural” e uma disposição também “natural” à heterossexualidade (Butler, 2019, p.220-221). Para a autora tanto o sexo como o gênero são atos normativos afirmados pela repetição de valores heterossexuais, considerados normais e apropriados, portanto, a heterossexualidade tornou-se um modelo normativo de definição de definição do sexo e do gênero. A heterossexualidade,

portanto, tornou-se um modelo normativo de definição de sexo e gênero (Butler, 2003).

Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória é a ideia de que todos os sujeitos devem ser heterossexuais e seguir a norma vigente da sexualidade, mantendo a ordem dicotômica entre sexo e gênero: masculinidade—corpos masculinos—homens e feminilidade—corpos femininos—mulheres. E tudo atribuído à natureza, quando se sabe, na verdade, que tudo é inventado, tudo é criado, como tem sido visto ao longo desta tese. A heterossexualidade é o princípio que atribui coerência às relações de sexo-gênero-corpo-desejo e, segundo Butler, esse princípio normalizador tem como objetivo instituir coerência e continuidade entre sexo, gênero e prática sexual e é a coerência que torna os gêneros inteligíveis. A matriz da inteligibilidade de gênero, construída historicamente, tem na heterossexualidade a verdade do ser e é representada pela “coerência”: homem-pênis-masculino/masculinidade e mulher-vagina-feminino/feminilidade (Butler, 2003). Nesse sentido, a fala de Davi sobre ser homem e reproduzir comportamentos machistas porque isso significa ser lido como masculino, como homem, ilustra bem a questão da matriz da inteligibilidade de gênero como é possível observar a seguir:

“Ainda tem outra questão que é, quando a gente tá na transição, a gente tende a reproduzir alguns comportamentos machistas pra gente poder ‘se adequar’ na masculinidade, o que eu acho que é bom a gente parar pra pensar e ver que, meu, isso não faz o menor sentido. Tipo, por exemplo, eu não vou ficar com a perna mega arreganhada só pra mostrar que eu sou homem pra caralho, ou então, eu vou ser extremamente bruto ou não amoroso só porque eu agora sou homem. Não faz sentido e às vezes a gente entra nesse tipo de comportamento, sabe?” (Davi)

“Outra coisa que é extremamente importante a gente parar pra pensar é, pelo menos é uma reflexão que eu tenho feito, agora que eu sou lido socialmente como homem, quando eu tô conversando com mais mulheres, duas coisas que eu tento não fazer de jeito nenhum que é o *manterrupting* e o *mansplaining*. O que é isso? *Manterrupting* é quando o homem insistentemente interrompe a mulher durante a fala dela e acha que a fala dele é a mais importante. E o *mansplaining* é quando o homem acha que pode explicar as coisas melhor do que a mulher, ou seja, até coisas que competem a ela você tenta explicar melhor. Isso é uma coisa muito sutil, mas que também provem do machismo, sabe? Eu quero ser a melhor versão de um homem, eu quero ser a melhor versão que o Davi pode ser. Então, é um pensamento que eu queria, sei lá, partilhar com vocês, falar pra todos os homens trans que a gente não tem que repetir comportamentos, repetir padrões dos homens, principalmente dos homens cis, pra gente provar que é homem o bastante, sabe? A gente tem a oportunidade de viver a nossa masculinidade da forma que a gente quiser, então, vamos tentar, nem que seja só um pouquinho em micros atos e não perpetuar coisas que são tão más”. (Davi).

Essa busca pela coerência de ser menino-homem-masculino e menina-, mulher-feminino não é uma prerrogativa de pessoas trans, mas uma imposição da heterossexualidade compulsória que se materializa no cotidiano e recebe o reforço de instituições como a família, a escola, o ordenamento jurídico, as igrejas, o parlamento, a cultura entre outras. O gênero em sua constituição não resulta inteiramente da vontade de cada um e cada uma, mas de intensos processos de negociação, que se constituem na performatividade, no tempo, nesse processo de fazer gênero, ou seja, de fazer aquilo que se convencionou chamar de homem ou de mulher, questões que pretendo aprofundar mais adiante. Uma ilustração, embora tosca, desse esquema é a letra da música “Nosso gênero vem de Deus”, da igreja Canção Nova⁷²:

Nosso gênero vem de Deus
Sou menino
Sou menina
O bondoso criador fez meninos e meninas, com o seu imenso amor
A palavra nos ensina
Não nasci no corpo errado
O meu criador amado desenhou um corpo para mim
Sou menina, menina feminina
Sou menino, menino masculino
Não somos acidentes nem erros divergentes
Fomos feitos pelo criador
Sou menino diferente das meninas tão legais
Sou menina feminina isso é lindo e bom demais
Nosso gênero vem de Deus
E não pode ser mudado
Me aceito como sou
Vou cumprir o meu chamado
Me aceito como sou

Preciado (2017) diz que o sistema heterossexual é um dispositivo social, que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza=heterossexualidade, de produção de feminilidade e masculinidade, que opera por divisão e fragmentação do corpo e depois identifica como centros naturais e anatómicos da diferença sexual. Segundo o autor, para quem a arquitetura do corpo é política, os órgãos sexuais não existem em si. Os órgãos que se reconhece como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que

⁷² Vídeo clipe oficial “Nosso gênero vem de Deus”: <https://youtu.be/vXo7cyfRLAc>

prescreve o contexto em que os órgãos adquirem significado (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, seguindo sua natureza (relações heterossexuais).

Ao dizer que a arquitetura do corpo é política, Preciado acrescenta que é essa arquitetura que organiza as práticas e as qualifica como públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas. No Manifesto Contrassexual, o autor discorre sobre a exclusão de certas relações entre gêneros e sexos, assim como a designação de certas partes do corpo como não sexuais e cita o ânus com características fundamentais que o transformam no centro transitório de desconstrução contrassexual: é um centro erógeno para além dos limites anatômicos impostos pela diferença sexual, é uma zona primordial de passividade e, não é destinado à reprodução (Preciado, 2017, p. 31-32).

Em *A Epistemologia do Armário*, Eve Sedgwick ensina que este lugar de submissão ao segredo e ao silêncio atua como um regime de controle do dispositivo da sexualidade, reforçando as instituições e valores heteronormativos, reafirmando o lugar da normalidade, da ordem heterossexista. Em *Um apartamento em Urano*, Preciado (2020) conta um episódio de sua vida na escola, quando com apenas sete anos fez um desenho sobre a sua família no futuro. Desenhou o que acreditava ser sua própria história no futuro, casada com a sua melhor amiga, Marta, com três filhos e mais cães e gatos. O que fez a escola? Enviou uma carta para o pai e a mãe de Preciado para que a levassem a um psiquiatra para que fosse sanado o quanto antes o que eles acreditavam tratar-se de um grave problema de identificação sexual. A história logo se espalhou na escola e Preciado passou a ser vista/o como a lésbica que precisava de correção. Seu pai e mãe foram incapazes de protegê-la/lo de humilhações, insultos (sapatona nojenta), exclusão e violência cotidiana:

“O que meu pai e minha mãe protegiam não eram os meus direitos de “criança”, mas as normas sexuais e de gênero que eles mesmos aprenderam dolorosamente através de um sistema educativo e social que castigava qualquer forma de dissidência com ameaça, intimidação e até a morte. Tive pai e mãe, mas nenhum dos dois protegeu meu direito à livre determinação de gênero e sexual”. Preciado, 2020, p. 72)

Butler (2022) diz que um sentido importante da regulação é que ela opera como uma condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa e desviar

das normas de gênero é produzir o exemplo aberrante que os poderes regulatórios (médicos, psiquiátricos e legais, para citar alguns) podem rapidamente explorar para fundamentar a justificativa para seu próprio zelo regulatório contínuo. Uma regulação é aquilo que torna normal, mas é também disciplina e vigilância, de acordo com Foucault (1987). Em nome dessa regulação, o pai e a mãe de Preciado permitiram, ou melhor dizendo, autorizaram, que a escola o punisse e o enquadrasse nas normas de gênero, impostas por convenções culturais:

“A distinção de gênero faz parte da ‘humanização’ dos indivíduos dentro da cultura contemporânea; assim, quem não efetua a sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido. Como não existe uma ‘essência’ que o gênero expresse ou externalize nem um objetivo ideal ao qual aspire; como o gênero não é um fato, os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero. O gênero, portanto, é uma construção que oculta regularmente a sua própria gênese”. (Butler, 2018, p. 6).

Recentemente, participando de um debate com o Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife – SIMPERE sobre políticas de combate às opressões, fiz uma discussão sobre o papel da escola e dos professores e professoras na naturalização da norma sobre ser menino e ser menina, invocando a natureza, a lei moral, os costumes e as religiões justificando a exclusão e a violência com os “diferentes”, os que fogem à norma, que não se enquadram nas regras estabelecidas de gênero. Como nos ensina Louro, diferenças, distinções, desigualdades... a escola entende disso. A escola produz isso! A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (Louro, 2014, p. 61).

Por experiência própria, pelas minhas vivências na escola, tendo passado pela Ensino Fundamental e Ensino Médio, tenho certeza que ali é o lugar onde as normas se fazem valer e que as violências se dirigem a todos, todas e todes, como forma regularizadora, embora em graus diferentes. As normas ou regulamentos de gênero, um conjunto de leis e regras e políticas concretas que constituem os instrumentos legais através dos quais as pessoas são regularizadas, possuem códigos sociais extremamente rígidos, amparados pelo poder do discurso médico, jurídico, da escola, das religiões e mesmo das práticas informais.

Como mostrarei mais adiante, a homofobia é um dos princípios organizadores do masculino. O gay afeminado, a bicha que é insultada e humilhada na escola serve também de exemplo – as violências são expressão do heterossexismo, da forma como somos socializados dentro de um regime de terrorismo cultural, fazendo do medo da violência a forma mais eficiente de imposição da heterossexualidade compulsória (Moskolci, 2020, p. 35). A bicha, a maricona, o gay afetado serve de chacota justamente como corretivo para que o lugar do masculino esteja sempre garantido.

Mais adiante pretendo aprofundar questões sobre masculinidades, porém já adianto que dados do relatório “Masculinidades e saúde na região das Américas” (2019), disponível em inglês e espanhol, destaca que as expectativas sociais dos homens serem provedores de suas famílias, terem condutas de risco, serem sexualmente dominantes e evitarem discutir suas emoções ou procurar ajuda, estão contribuindo para maiores taxas de suicídio, homicídio, vícios e acidentes de trânsito, bem como doenças crônicas não transmissíveis.



Figura 17. Na tirinha, Laerte faz uma provocação sobre o que se espera do “ser homem” e das “masculinidades”. Fonte: <https://culturavisualqueer.wordpress.com/2010/07/25/murielhugo-personagens-transviados/>

CAPÍTULO SETE

EXPERIÊNCIAS DE DECOLONIALIDADES E CORPOS DISSIDENTES: Performatividade e Masculinidades

Começou nos Estados Unidos, mas logo virou moda no Brasil: os Chás de Revelação⁷³. Trata-se de uma festinha organizada para anunciar o sexo do bebê para o futuro pai e mãe, além de familiares e amigos. Alguém próxima da mãe – geralmente uma mulher, fica encarregada de pegar o resultado do exame de sexagem fetal (que identifica o sexo do bebê através de fragmentos do DNA encontrados na coleta sanguínea) e logo fica sabendo o sexo do bebê que será “revelado” na ocasião do ritual. São atribuídas cores diferentes para meninas e meninos, rosa e azul, por exemplo e são encontradas diversas formas para se fazer o ato de anúncio: no recheio do bolo, em balões que caem do alto no salão, em caixinhas distribuídas com as pessoas convidadas, fogos de artifício entre outras. Se for feita uma busca na internet sobre Chá de bebê, uma infinidade de sites orienta como organizar a celebração, listas de presentes para os convidados, modelos de lembrancinhas para serem distribuídas nas festas e inúmeras ideias para organizar o chá.

⁷³ Por que a criadora do chá de revelação se arrepende de ter ajudado a lançar essa moda? <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50663535>



Figura 18: Kit plaquinhas vendido por lojas especializadas em Chás de Revelação.

O Chá de Revelação é uma ritualização performativa do gênero: a partir do enunciado, menino (pênis) ou menina (vagina) vai se construir um sentido sobre aquele corpo, cuja criança já nascerá em um mundo generificado. Os atos de fala (é menino!) são performativos e criam uma realidade que não estava dada – são as invocações performativas. No Chá de Revelação, a dimensão dos atos estilizados tem efeito no real – algo concreto se realiza quando o gênero é anunciado. Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia (Butler, 2020, p. 34,35).

Essa anúnciação transforma um bebê “neutro” em “menino” ou “menina”, trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação de gênero. Já aí, nesse momento, está sendo efetivamente atribuído um sexo e um

gênero a um corpo que não pode ter existência fora do discurso. Aquele enunciado é performativo e é uma interpelação que dá início ao tornar-se menina ou menino. E como nos ensina Butler (2003) esse tornar-se menina ou menino não termina aí, pelo contrário, essa interpelação fundante é reiterada por várias autoridades e, ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma.

Contudo, a interpelação não pode ser unilateral, para que ela seja efetiva é preciso que o sujeito se reconheça como interpelado. Ou seja, ter um pênis e ser categorizado como “macho”, ou ter uma vagina e ser categorizada como “fêmea” não é suficiente para sê-los. É preciso fazê-los. Portanto, são as práticas dos aparatos do poder institucionais e do ordenamento das coisas que penetram tão profundamente que o “eu” e o “gênero”, parecem fundidos, parecem ser desde sempre uma coerência da normalidade “masculina” ou “feminina”. Butler diz que um corpo é invariavelmente transformado em um corpo dele ou um corpo dela, esses corpos somente são reconhecidos pela sua aparência atribuída de gênero. Segundo a autora, os corpos são transformados em gêneros por uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo (Butler, 2019, p. 218).

O gênero se constrói, portanto, na medida em que ele é feito, mas não tem fim, vamos nos tornando cada vez mais homem ou mulher, reiterando masculinidades ou feminilidades em acordo com a heterossexualidade normativa, através da prática das normas de gênero. Todavia, como tento demonstrar mais adiante, os efeitos da prática de gênero podem ser normativos, mas também subversivos. Existem os corpos desviantes, transgressores, os que escapam, os estranhos, os abjetos, os que põem em risco as masculinidades e as feminilidades.

Pessoas trans* explicitam em situações diversas o pertencimento ao gênero – masculino ou feminino – ao longo de suas vidas, através de práticas, experiências e estilos, reafirmando a crença em uma essência de feminilidade ou masculinidade, como é possível observar na narrativa de Daniel sobre, desde sempre ter sido Daniel:

“Naquela época me foi ensinado que eu "era uma garota". Estão vendo as aspas, pessoal? As aspas?! A sociedade pegou e falou: — Você é uma garota, ponto. E,

bem, criança nos anos 90 não tinha informação ninguém tinha informação, né? Praticamente. Eu fui crescendo, tipo, eu nunca mais... Depois de um tempo eu me fechei. Eu fui uma criança bem quietinha, eu me fechei muito dentro de mim, no meu mundinho particular. E aí, depois eu só fui voltar a pensar nisso - sobre a minha identidade de gênero - quando eu descobri que pessoas trans existiam. E isso foi em 2014, por aí, 2013, 2014 que eu descobri que pessoas trans existiam E fez pra mim total sentido, aí eu me senti... eu me encontrei, e eu vi que tudo aquilo que eu tava sentindo, todos esses anos era justamente por conta disso, eu era um garoto trans, um homem trans. E não importa se quando eu tinha 16 e me perguntassem eu dizia que eu era "uma garota lésbica". Tipo, cara! Passado, entende? Se tem um vídeo meu falando lá no feminino ou qualquer coisa. Passado! Passado!" (Daniel)

Essa narrativa de Daniel sobre desde sempre ter sido menino-homem-macho reforça o (falso) aspecto natural e estático das identidades de gênero que as ciências sociais buscam exatamente desconstruir. Para Daniel, assim como para muitas outras pessoas trans* quanto mais próximo da natureza, mais próximo o gênero está da verdade. Butler (2018) sugere exatamente o oposto quando diz que o corpo se torna seu gênero por uma série de atos renovados, revisados e consolidados no tempo. Não existe essência, natureza ou fato pre-determinado. Nem para pessoas trans*, nem para pessoas cis.

Gênero é, portanto, essa repetição ritualizada pela qual normas produzem e estabilizam os efeitos de gênero e também a materialidade do sexo. Depois da anunciação, dali em diante, espera-se que a decoração do quarto, os brinquedos, as roupas, adereços e o nome dado àquela criança, identifiquem para a sociedade – e para ela mesma que vem ao mundo – qual é o seu gênero e quais os comportamentos adequados a esse gênero. No entanto, nem o determinismo biológico que remete gênero/homem/mulher ao campo da natureza a partir das múltiplas explicações da morfologia cerebral à questão dos hormônios ou o gênero como uma mera construção social, para Butler respondem a questões do tipo, como o gênero se constrói? Como chega a ser imposto? Por que funciona? Por que alguns corpos escapam?

Butler queria saber como gênero e esse conjunto de relações operava no cotidiano e chegava a ser o que é. Para a autora, o gênero ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio do qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente (Butler, 2003). Os atos que fazemos, os atos que performamos são, de certa maneira, atos que existem desde antes de nós existirmos:

“O gênero é um ato que tem sido ensaiado como um roteiro que existe apesar dos atores que o interpretam, mas que precisa deles para ser atualizado e reproduzido continuamente como realidade. Os componentes complexos que formam um ato precisam ser diferenciados, para que possamos entender o tipo de ação coletiva e acordada que invariavelmente é a ação que compõe os gêneros”. (Butler, 2019, p. 222)

Butler questiona os binarismos e problematiza a dicotomia gênero/cultura *versus* sexo/biológico – ambos estão inscritos nas marcas dos constructos socioculturais. Assim, um gênero não é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de certos atos. Os gêneros são instituídos pela estilização do corpo e, por isso, precisam ser entendidos como o processo ordinário pelo qual gestos corporais, movimentos e ações de vários tipos, formam a ilusão de um Eu atribuído de gênero imemorial (Butler, 2019, p. 213-214).

Portanto, gênero não é algo que somos, é algo que fazemos: é a contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido e que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância, a aparência de uma maneira natural de ser (Butler, 2003). Nesse sentido, a fala de Luciano no vídeo sobre como foi se adaptar ao novo nome e uso do novo pronome, são exemplos de como fazemos o gênero, como é possível observar a seguir:

“Oi, pessoal. O vídeo de hoje é sobre como eu me acostumei rápido com as pessoas me chamando no masculino e eu me referindo a mim mesmo no masculino. É preciso dizer que meu nome de registro nunca foi muito utilizado pelas pessoas, eu sempre usei apelido. Há algum tempo eu evitava utilizar as coisas no feminino, achava sempre um jeito de colocar palavras no genérico, unissex. E quando as pessoas na rua começaram a me reconhecer como um homem que estava andando por ali... E um dia falei com meu chefe que ele agora poderia me chamar de Luciano, que eu era uma pessoa trans e depois quando eu estava saindo da sala, na reunião mesmo ele lembrou na hora que as pessoas do trabalho também precisavam saber... e foi muito bom. Lembro também do meu pai, da primeira vez que eu falei pra ele e ele sempre me trata no masculino. São pequenas conquistas.” (Luciano).

Luciano descreve o exercício de fazer o gênero em uma série de atos repetidos como o novo nome (masculino), o uso do novo pronome (ele/dele) e a anúncio pública – os atos de fala que constroem a realidade do gênero e as mudanças corporais que estabelecem identidade como relação social.

Influenciada por teóricas feministas como Luce Irigaray e Adrienne Rich e por filósofos como John Austin, Michel Foucault, Jaques Derrida e Gilles Deleuze, Butler acredita que o indivíduo se torna sujeito somente depois de ter sido sujeitoado ou passado por um processo de subjetivação. Em Foucault, isso acontece por atos de liberdade, em Butler é definida como agência. Inspirada em Foucault, ela diz que o discurso é constitutivo, produtivo e performativo de subjetividades generizadas e de práticas sociais. Para Butler (2003), desde sempre o sexo se constitui como gênero. Todos os corpos são generificados desde o começo de sua existência social, o que significa que não há corpo natural que preexista a sua inscrição natural.

Se fosse possível fazer um esquema resumido dessas influências diríamos que Butler bebe na fonte dos atos performativos de Austin, incorpora a análise de Lucy Irigaray de que a linguagem, o discurso e a fala é centrada em uma ordem simbólica masculina ou fálica; se inspira em Adrienne Rich com os argumentos em torno da heterossexualidade compulsiva; em Foucault, para quem só existem corpos construídos culturalmente, de forma que o sexo também é uma construção e, no conceito de agência, em Deleuze (Femenías, 2000).

7.1 Performatividade de gênero

Há quem considere que a chegada de Judith Butler no debate feminista-*queer*, com a publicação nos anos noventa do livro *Problemas de Gênero: políticas e subversão da identidade*, foi tão impactante que a obra passou a ser conhecida como o texto fundador da Teoria *queer*. Sem querer entrar na polêmica, é inegável que a noção de performatividade traz um giro teórico à teoria *queer*, considerando algumas questões por ela pontuadas: 1) O corpo não é uma materialidade fatídica, terminada na sua própria imagem; ele é uma materialidade que carrega, pelo menos, certos significados, e esse carregar é fundamentalmente dramático; 2) As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos, inclusive fazem seus corpos de maneiras diferentes de outras pessoas que lhes são contemporâneas, das que as precederam e das que as sucederam – essa diferença de ser e fazer é fundamental (Butler, 2019, p. 216). Sobre esse fazer cotidiano dos corpos, destaco aqui a fala de Davi:

“Se a gente parar para analisar um pouco, a gente pode pensar que uma pessoa pode nascer com o órgão reprodutor masculino, mas com os cromossomos femininos, como é que a gente vai interpretar essa pessoa? Essa pessoa é homem ou é mulher? E a resposta certa é: essa pessoa é o que ela quiser, porque tem uma coisa chamada identidade de gênero que é como essa pessoa se enxerga e é isso que a gente tem que respeitar. O gênero está no cérebro, não está nos órgãos genitais, não tá nos órgãos reprodutores, porque é uma performance social, é como a gente se sente confortável de estar presente na sociedade. E quando a gente fala em gênero, é um espectro, não existe (sic) só dois gêneros, é porque no Brasil e aqui em Portugal, a gente reconhece dois gêneros, mas existe um espectro gigante entre o que é reconhecido como homem e como mulher. Existem aqui 50 tons de cinza que pode estar aqui no meio dependendo de como você se sente confortável. Feminino e masculino é uma construção social, o que é considerado feminino e masculino é uma coisa que a gente construiu, como por exemplo, eu lembro que a Marcela fez uma pesquisa um tempo que falava que 500 anos atrás, por aí, usar salto era coisa de homem, usar espartilho, era coisa de homem, isso mudou muito com o tempo. Então, como a manifestação do gênero acontece, muda com o tempo, então, a gente não pode achar que é preto no branco, que é porque é biológico é isso, então é inquestionável”. (Davi).

Em um primeiro momento essa fala de Davi parece remeter à teoria *queer* no sentido de se opor ao desejo de regular identidades, resumindo as simples categorizações e fazendo uma crítica às normas de gênero. No entanto, o conceito de gênero como construção social, como já visto anteriormente, é insuficiente e contraditório. Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia (Butler, 2020, p. 34-35). Portanto, o gênero se constrói na medida em que ele é feito. Consideremos gênero, portanto, como um estilo corporal, um “ato”, que é intencional e performático.

Nesse sentido, nos ensina Butler (2004), o gênero é uma identidade instituída por uma repetição estilizada de atos – é o que faz uma pessoa ser lida, socialmente reconhecida e legitimada como um homem ou como uma mulher. Pela prática, pelos atos diários que fazem o gênero: o modo de andar, um corte de cabelo, as roupas que se usa, enfim, a estética corporal que compõem o gênero. São atos que de tão repetidos, são naturalizados. O gênero se refaz o tempo inteiro e se faz enquanto é feito e, ao fazer o gênero vai se materializando a realidade do gênero. Assim, o gênero é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia. Mas, não nos enganemos. É Butler (2022) quem ensina que se o gênero é uma espécie de fazer, uma atividade incessante que performamos, parcialmente não-consciente e involuntária, isso não significa que é algo mecânico ou automático:

“Pelo contrário, trata-se de uma prática do improviso no interior de uma cena de constrangimento. Além disso, não ‘fazemos’ o gênero a sós. Estamos sempre ‘fazendo’ com e para alguém, mesmo quando esse outro é imaginário. O que chamo de ‘meu próprio’ gênero talvez apareça em alguns momentos, como algo de minha

autoria ou, de fato, meu. Mas os termos que fazem do gênero algo nosso estão, desde o início, fora de nós, além de nós, em uma socialidade que não comporta uma autoria única (e que contesta radicalmente a noção mesma de autoria” (Butler, 2022, p. 11-12)

É sendo homem (ou mulher) e praticando as normas instituídas que se produz o gênero, em uma produção incessante e contínua, sempre na coerência de uma normalidade masculina ou feminina. Essas normas que produzem o gênero são nocivas e perversas, porque buscam enquadrar as pessoas a partir de uma lógica binária e determinada pela biologia da tríade: homem-pênis-masculino, mulher-vagina-feminino. O que sai ou o que foge a essa suposta coerência produz sofrimento, muitas vezes violências, não reconhecimento e abjeção, questões que podem ser observadas na fala de Sebastian sobre ser um homem trans:

“Deslegitimar uma pessoa por causa de um órgão sexual? Não consigo entender. Vocês estão entendendo aqui a minha revolta? Tipo, o que vai mudar na sua vida se a pessoa tem um pênis ou uma vagina? Sério. Pra mim não muda nada com o que você tem entre as pernas. Mas as pessoas gostam de saber. Não vai mudar nada se você tem uma vagina ou um pênis entre as pernas. E tem também aquelas pessoas que têm um fetiche. Eu também não consigo compreender. Sério. A gente não tem um minuto de paz. De um lado é a pessoa tentando deslegitimar porque você tem determinado órgão sexual que não condiz (aspas) com o que ela acha, o que ela pensa. De outro lado, tem aquela pessoa obcecada por você porque você é literalmente um homem de vagina. Um minuto de paz. Não tem. A pessoa trans não tem um minuto de paz”. (Sebastian).

A abjeção de certos tipos de corpo, sua inaceitabilidade por códigos de inteligibilidade, manifesta-se em políticas e na política, e viver com um tal corpo no mundo é viver nas regiões sombrias da ontologia. Judith Butler (2012, p. 190) na obra *Problemas de Gênero* usa o conceito de abjeção de Julia Kristeva para discutir a existência de seres abjetos, aqueles que transgridem as fronteiras do corpo através de suas práticas poluidoras. A abjeção tenta sinalizar o que permanece fora das oposições binárias:

“Significativamente, a discussão de Kristeva sobre abjeção, em *The Powers of Horror* [“Os poderes do horror”], começa a sugerir os usos dessa ideia estruturalista de um tabu construtor de fronteiras para construir o sujeito singular por exclusão. O “abjeto” designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não-eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito”. (Butler, 2012, p. 190-191)

Dessa maneira, gênero é o mecanismo através do qual se produz e se naturaliza as noções de masculino e feminino junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume. O corpo que se materializa a partir das normas regulatórias de gênero é um corpo carregado de significado ontológico (Butler, 2004, p.62,63). Após todas essas questões ditas, é ainda importante lembrar que Butler (2020) alerta que a performatividade não pode ser entendida fora de um processo de iterabilidade, uma repetição regulada e restritiva de normas. Repetição essa que não é realizada por um sujeito, mas é o que permite a um sujeito existir como tal e o que constitui sua condição temporal:

“Essa iterabilidade implica que ‘performance’ não seja ‘um ato’, nem um evento singular, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e por meio de restrição, sob e por meio da força da proibição e do tabu, com a ameaça do ostracismo e até mesmo da morte controlando e impondo sua forma da produção, embora, devo insistir, nunca determinando o sujeito totalmente de antemão” (Butler, 2020, p. 168)

Ao mesmo tempo, performar bem o gênero garante a reafirmação de que, ao fim e ao cabo, existe uma essência nas identidades de gênero, como nos ensina Butler (2019, p.225-226). É a heterossexualidade compulsória, como já visto anteriormente, o princípio que atribui coerência às relações de sexo, gênero, corpo e desejo. Esse princípio normalizador é aquele que, em certo sentido, institui e mantém coerência e continuidade entre sexo, gênero e prática sexual, e a coerência é o que torna os gêneros inteligíveis. A matriz da inteligibilidade, o parâmetro da normalidade, é construída historicamente e materializada na figura do homem masculino heterossexual ou na figura da mulher feminina heterossexual (Butler, 2003, p.38).

Essa força regulatória de gênero compreende um conjunto de leis, regras e políticas que constituem os instrumentos legais pelos quais as pessoas são reconhecidas como normais. Preciado fala sobre esse sistema médico-legal que autoriza o seu renascimento como homem e a construção administrativa e legal de uma nova ficção biopolítica na qual seu corpo é reconhecido como “homem” (Preciado, 2020). Questões que Davi aborda em sua fala sobre em que momento acaba a transição, como é possível observar a seguir:

“Uma coisa que muitas pessoas perguntam e eu acho que por falta de informação não sabem fazer a pergunta certa. Quando acaba a transição? Assim, só para explicar para vocês a transição para mim, isso sou eu que estou falando, então, tipo nenhuma base científica... eu divido em três partes Principais. A primeira parte é a social barra legal. É a parte relacionada ao nome, é como as pessoas vão te tratar. Se você vai conseguir mudar os seus documentos, se vai querer mudar seus documentos e tal... então essa é uma parte da transição. Outra parte da transição é relacionada à terapia hormonal, então se a pessoa quiser ela pode tomar hormônio e aí acontecem mudanças gradativas. E a terceira parte tem a ver com as cirurgias, então também se a pessoa quiser fazer as cirurgias e tal até que ponto ela quer fazer é uma outra parte da transição”. (Davi).

Davi fala sobre a produção do gênero que a medicina, com suas técnicas cirúrgicas e a indústria farmacêutica prometem e o Estado outorga caso se comporte direito, como alerta Preciado (2018). Davi descreve o ritual e as etapas da produção de gênero, como as mudanças corporais, as técnicas hormonais e linguísticas. O modo pelo qual a representação de gênero é construída pela tecnologia específica, mas também como é subjetivamente absorvida pelas pessoas.

Para Butler, seria igualmente problemático falar sobre regulação de gênero em abstrato, como se as instâncias empíricas apenas exemplificassem operações de poder que ocorrem de maneira independente delas próprias. Butler problematiza questionando se há um gênero que preexiste a sua regulação ou é o caso de que, sendo sujeito à regulação o sujeito generificado emerge produzido a partir de e por meio dessa forma particular de sujeição? Não é a sujeição o processo pelo qual a regulação produz gênero? Mas, há de se concordar com Butler (2014) quando diz que seria um equívoco limitar essa regulação às instâncias legais. O *bulling*, a fofoca e os boatos, por exemplo, são práticas de correção informal e de ordenamento da “normalidade”. Butler diz que o “sexo” funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder, o poder de produzir – demarcar, fazer circular diferenciar os corpos que ela controla.

No entanto, apesar de todo aparato de regulação formal e informal, existem os corpos e sujeitos desviantes, aqueles que resistem às normas de gênero e que escapam desse lugar imposto, a despeito dos processos de socialização, do discurso médico e jurídico, da escola, da religião e das práticas informais. Esses corpos considerados desviantes põem em risco a masculinidade ou a feminilidade, sendo homem ou mulher de um jeito que não está de acordo com o

que foi definido para esses lugares. Um corpo de homem com trejeitos e fala feminina pode ser extremamente perturbador dessa ordem. É quando entram as práticas de regulação e de coerção com o aparato de verificação da normalidade punindo a transgressão para garantir essa ordem. Por isso, os corpos não entendidos como parte da norma, são considerados corpos abjetos: o lugar da abjeção é o que não é inteligível, não é plenamente reconhecido, considerado menos digno. Isso significa sanções permanentes, enquadramentos e questões como as observadas na fala de Giovani a seguir:

“Tiram sarro da minha voz? Cara, se eu quiser falo fino, se eu quiser falo grosso, se eu não quiser tomar testosterona eu não vou tomar, se eu quiser tomar eu vou tomar e isso não vai (me) fazer mais ou menos homem do que vocês. O fato de eu ser homem está aqui dentro, está aqui dentro de mim (aponta para a cabeça). Vai de mim querer ou não ter uma barba, vai de mim ou não querer fazer uma mastecto (mastectomia masculinizadora), vai de mim querer ou não fazer o que eu quiser com o meu corpo. Eu não tenho que seguir um padrão determinado por certos transexuais que têm preconceitos entre si. Eu não tenho que seguir esse padrão, eu não tenho. Sim eu vou fazer o tratamento com a T (testosterona), mas não é porque qualquer colega que eu tenha, não queira fazer um tratamento com a T isso o torne mais ou menos homem. Não é porque ele tem uma buceta no meio das pernas, que ele não quer fazer uma faloplastia que isso torna ele mais ou menos homem. Então, vamos acabar com esse preconceito no meio dos transexuais”. (Giovani sobre preconceito no meio trans).

Essa narrativa de Giovani parece uma insubordinação ao ordenamento do sistema sexo-gênero, pênis-masculinidade-homem. A pessoa trans* não cabe nesse sistema e o que escapa a isso precisa ser entendida como resistência. Nesse sentido, Giovani questiona a existência das normas trans em direção a um determinado padrão cis: “Tenho que me hormonizar, tirar o peito, construir um pau, aí acaba?”, pergunta Giovani em outro vídeo.

O sujeito em Butler encontra suas possibilidades de subjetivação, construindo estratégias de resistência ou de subversão – nenhum indivíduo torna-se sujeito sem antes ter sido sujeitado ou ter passado por um processo de subjetivação. Essa possibilidade que se dá pelos chamados atos de liberdade em Foucault, em Butler é definida como agência – por isso as normas de gênero se transformam, uma vez que o gênero se constrói na medida em que ele é feito, em uma produção cessante e contínua como uma série de atos estilizados – praticando as normas, se pratica e se produz o gênero, mesmo que isso possa aparecer em forma de armadilha da essência das identidades de gênero, de que

“nascemos” homens ou mulheres. Para Butler, portanto, não há sujeito sem agência e não há comando sem resistência (2003), ou seja, a agência é sempre resistência ao poder. A ideia de gênero como culturalmente construído e sexo como naturalmente adquirido, formaram a díade pela qual teóricas feministas se embasaram para combater premissas que associavam as mulheres à fragilidade ou submissão, sob a alegação que gênero é uma construção.

Butler faz uma crítica profunda ao modelo binário homem/mulher, ao mesmo tempo em que aponta as contradições da distinção sexo/gênero: “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma” (2003). Com isso Butler nos alerta que aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar que o gênero, em última instância também expressaria uma essência do sujeito. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. A autora indicava, portanto, que o sexo não é natural, mas é discursivo e cultural assim como o gênero. Assim, com muita propriedade ela questiona Simone de Beauvoir quando diz que não se nasce mulher, torna-se mulher (2003). Ora, mas não há nada na explicação dada por Beauvoir que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Além disso, poderíamos também perguntar em que momento ela para de “tornar-se” mulher? E Butler segue em seus questionamentos:

“É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir? Pode, nesse caso, a noção de ‘construção’ reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que a gente ‘se torna’ mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do ‘sexo’. Se, como afirma ela, ‘o corpo é uma situação’, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; consequentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo.” (Butler, 2012, p. 27)

Sabe-se, portanto, não haver o caráter essencialista do sujeito “homem” ou “mulher” – ninguém pertence a um gênero desde sempre. Butler afirma que gênero não é exatamente o que se “é” nem é precisamente o que se “tem”. Gênero é o dispositivo pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem junto às formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que o gênero assume (Butler, 2022, p. 76). Mesmo assim,

para pessoas cis ou para pessoas trans*, as práticas dos aparatos do poder institucionais e do ordenamento da identidade das coisas estão de tal forma profundamente enraizadas e introjetadas que é como se o “eu e o gênero” fossem fundidos em um só.

Os atos de gênero impulsionam as pessoas para agir segundo a norma e a normalidade que se expressam na **masculinidade = homem e feminilidade = mulher**; dizendo de outra forma, um homem masculino ou uma mulher feminina. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem. Isso é possível observar em narrativas como as de Luciano, a seguir:

“Pra fazer esse vídeo eu quero falar da minha infância. Eu nunca me identifiquei com uma menina. Mais ou menos até os meus 10 anos de idade, por volta dos 9-10 anos de idade, eu tinha certeza que era um menino, por sorte, por um privilégio, minha mãe nunca me proibiu de usar as roupas que eu queria. Então, na minha cabeça eu era o filho da minha mãe. Eu não entendia porque meu pai fazia xixi em pé e eu não, sendo que eu e meu pai éramos as mesmas pessoas (aspas). Queriam que eu me comportasse mais como a minha mãe e menos como o meu pai (legenda: até hoje não entendo isso). Depois dos 10 anos de idade, a gente começa a entrar na adolescência, puberdade... e a gente é obrigado a fazer algumas coisas. Uma dessas coisas me frustraram completamente. Eu tava jogando futebol e meu pai disse que a partir daquele momento eu tinha que usar um top porque meus seios estavam crescendo. Como assim, usar um top?! Meu Deus! Como foi traumático, como foi difícil para mim, como foi doido, como foi difícil para mim. Eu tinha que começar a usar um top, mas com muita resistência. Por muito tempo eu também não usava sutiã, eu usava top. Sutiã era um trem que eu não saía nem pra comprar. Como assim um menino comprando sutiã? Na minha cabeça de 12-13 anos de idade”. (Luciano)

É possível deduzir da fala de Luciano que é preciso que exista a evidência de que havia, desde sempre, um desconforto persistente do gênero que lhe foi atribuído, assim como a necessidade de afirmar uma posição essencialista de gênero, “eu tinha certeza que era um menino” – as indicações comportamentais e inferências que sugerem como um corpo deve ser para que um determinado gênero funcione. Mas, como já dito anteriormente, não há essência ou natureza no sexo, no gênero, na masculinidade ou na feminilidade. São todos resultados da fabricação.

Essa força regulatória aparece também como os estereótipos de gênero, com as imagens generalizadas e construídas em torno do que significa ser homem ou ser mulher e como eles devem se comportar. Essa regulação opera

como condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa. Desviar das normas de gênero, como diz Butler (2022), é produzir o exemplo aberrante que os poderes regulatórios, como médicos, psiquiátricos e legais para citar alguns, podem rapidamente explorar para fundamentar a justificativa para seu próprio zelo regulatório contínuo. Questões que aparecem na narrativa de Luciano como é possível observar a seguir:

“Depois eu tive que me adequar a esse padrão da sociedade. Ou eu fazia isso ou eu era o cara sem amigos do colégio por muito tempo. Aí eu me adequiei, mesmo assim era ridículo, era muito claro que aquela roupa não se encaixava, era um jacu usando aquelas roupas. Eu me identifiquei primeiro como uma lésbica, depois como uma lésbica masculina. Mesmo sendo uma lésbica masculina eu tinha um cabelo grande. Eu usava uma calcinha da Lupo que era um pouco maior aí as pessoas perguntavam: você ta usando cueca? Por mais que eu quisesse usar cueca e por mais que aquilo parecesse uma cueca, eu tinha muito medo que as pessoas pensassem que eu queria ser um homem, aí eu dizia: lógico que não, isso é uma calcinha! Eu me reprimia o tempo inteiro, eu me reprimi por muito tempo. Sabe por que? Eu sabia que eu não tava confortável, eu sabia que eu não queria isso, mas eu não tinha coragem ou eu não tinha conhecimento”. (Luciano).

Compreendo que Luciano reitera a posição essencialista de gênero, novamente nas indicações comportamentais e em normas generificadas. Luciano relata, ainda que indiretamente, a violência sofrida por não se enquadrar nas normas regulatórias de gênero ditadas pela sociedade. Entretanto, é preciso reafirmar que ser homem ou mulher na sociedade, não é algo natural, definido pela biologia, mas algo construído através de múltiplos discursos que (pré)determina os papéis supostamente naturais atribuídos às pessoas, como ensina Louro (2003).

Mas, ser de certo gênero embora não implique uma direção específica para o desejo, ainda assim, há, contudo, um desejo que não é constitutivo do próprio gênero e, como resultado disso, não temos uma maneira rápida ou fácil de separar a vida do gênero da vida do desejo, como ensina Butler (2022). Sobre isso, destaco as narrativas de Luciano, Giovani, Daniel e Davi:

“Mas com o passar do tempo, quando eu descobri que podia ser homem... meu Deus, por favor, eu quero isso!! Quando eu vi um antes e depois de um homem trans, isso é possível, isso é realmente possível! Nunca vi isso, achava que era coisa de outro planeta. Eu lembro que na minha infância eu queria mudar de país onde eu ia fazer todas as cirurgias do mundo e voltar pra cá com outra identidade. Eu bolava umas coisas assim na minha cabeça. Voltando... eu descobri como? Depois de muita crise e nessa crise de identidade eu não tava me entendendo. Todos os

dias eu tava chorando, eu tava me sentindo muito mal e não sabia por que. Recentemente, na mesma época eu conheci dois homens trans, eu me identifiquei muito, eu comecei a pesquisar vídeos no Youtube (palmas), uma das coisas que me inspirou a fazer esse canal. Aí eu comecei a ler sobre e aí eu me assumi homem trans, não tem uma fórmula, não tem um jeito certo nem errado, em algum momento a sua ficha cai e eu entendi que não me identificava mais como mulher, não sei exatamente o momento certo, acontece. Chega uma hora em que você não aguenta mais... Não que isso seja uma regra. É como eu disse, é tudo muito individual, pode ter pessoas que passaram por isso e não se identificam como homem trans. Essa é a minha identificação e a minha história". (Luciano).

"Você não precisa de ninguém pra falar que você é um homem. Não existe uma característica predeterminada, predominantemente masculina. Você ter uma vagina ou um pênis não diz se você é homem ou mulher. Não se importe com padrões determinados por certos militantes que acham que entendem tudo e acabam abandonando os meninos que precisam de apoio". (Giovani).

"Mãe, da última vez que me lembro, eu nunca tive um comportamento feminino, eu acho que você sabe disso. Deve ter alguma (vez) que te levou a achar que eu era uma criança, ou era uma fase ou coisa assim. A verdade é que eu não me vejo como uma menina. Eu tenho conversado com muitas pessoas, visto muita reportagem, pesquisado e cada vez mais eu me identifico com essas histórias. Cada vez mais eu me identifico comigo mesmo e a aceitar quem eu sou. Eu sou um menino. Pra mim também não é fácil." (Giovani).

"Sobre a minha identidade de gênero – quando eu descobri que pessoas trans existiam e isso foi em 2014, por aí, 2013, 2014 que eu descobri que pessoas trans existiam e fez pra mim total sentido, aí eu me senti... eu me encontrei, e eu vi que tudo aquilo que eu tava sentindo, todos esses anos era justamente por conta disso. Eu era um garoto trans, um homem trans. E não importa se quando eu tinha 16 e me perguntassem, eu dizia que eu era "uma garota lésbica". Tipo, cara! Passado, entende? Se tem um vídeo meu falando lá no feminino ou qualquer coisa. Passado! Passado! Presente? Eu sou Daniel, entende? E eu sempre fui Daniel." (Daniel)

"A partir dali eu fiquei numa adrenalina muito grande, eu ficava me regulando e pensando: eu tenho que acertar os pronomes, eu tenho que acertar o meu nome, eu tenho que falar tudo certinho, além do mais ela é a psiquiatra, imagina, se eu errar o nome ela vai falar que eu não tenho disforia, ela vai falar que eu não posso fazer a transição... foi a consulta mais tensa da minha vida". (Davi)

Em relação a esses relatos, é possível observar a necessidade de reafirmação das origens do gênero masculino – “eu sempre fui menino”; “eu não me identificava como mulher”; “quando eu descobri que pessoas trans existiam fez todo sentido pra mim” e, o gênero como norma exclusiva para o ‘masculino’ ou o ‘feminino’ – “eu sempre fui Daniel”; “eu nunca tive comportamento feminino”. No texto “Regulações de Gênero” (2014) Butler afirma que gênero não é exatamente o que alguém “é” nem precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o apa-

rato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as normas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. É um equívoco acreditar que gênero significa exclusivamente “masculino” e “feminino” e, como diz Butler (2014) é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode também ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados (Butler, 2014, p. 253).

E, como é já sabido e falado em outros momentos desta tese, as normas de gênero têm um código social muito rígido. Assim, os corpos desviantes, os que escapam, aqueles que põem em risco a suposta coerência da **masculinidade=homem** ou **feminilidade=mulher**, aqueles corpos e corpas que ousam quebrar as regras são punidos pelas práticas de coerção e de regulação. O jeito afeminado de caminhar de um homem, pode ser tão perturbador da ordem heterossexual que pode levar até à morte. São inúmeros os casos de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ por motivo torpe e com requintes de crueldade, como podemos constatar nos trechos de matérias sobre crimes de LGBTfobia:

“Um exemplo da crueldade que a comunidade trans enfrenta foi o assassinato brutal de uma travesti de 35 anos, em Campinas, no estado de São Paulo. Kelly (apenas o primeiro nome social da vítima foi divulgado) foi morta e teve o coração arrancado. “Ele era um demônio, eu arranquei o coração dele. Não era meu conhecido. Conheci ele à meia-noite”, confessou Caio Santos de Oliveira, preso pelo assassinato, enquanto sorria, em frente à 2ª Delegacia Seccional de Campinas” (Correio Brasileiro, 17/11/21).

“Pessoas trans são mutiladas, são carbonizadas. É como se não bastasse matar, mas lançar ódio em cima desse corpo. Não é o ódio da vergonha em desejar o corpo trans, e sim o ódio de desejar um corpo que socialmente foram ensinados a odiar”. (Projeto Colabora.com.br, 17/03/21).

“Imagine a seguinte cena: você está andando livremente na rua e é espancado até a morte simplesmente pelo fato de ser quem você é. Ou você é morto a tiros enquanto caminha de mãos dadas ao lado de quem você escolheu para amar. Cenas trágicas, impactantes e onde qualquer semelhança com a realidade não é coincidência. É realidade mesmo! Essa foi a realidade da travesti cearense Dandara dos Santos, de 42 anos, em 2017 e também do jovem gay Eliel Ferreira Cavalcante Júnior, de 25 anos, em 2022. Realidade também de outras 273 pessoas em 2022,

mortas de forma violenta por fazerem parte da comunidade LGBTQIAP+. Todas essas mortes causadas por uma única motivação: LGBTFOBIA! E a gente precisa URGENTE falar sobre isso.” (agenciaaids.com.br)⁷⁴

Lançado no dia 28 de janeiro de 2023, véspera do Dia Nacional da Visibilidade Trans*, o Dossiê da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais): “Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022” mostra que, pelo menos 151 pessoas transexuais* foram mortas naquele ano, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans* suicidadas, número que apresenta uma leve queda em relação a 2021, mas o perfil das vítimas se manteve o mesmo. Chama a atenção que o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans* no mundo e, paradoxalmente, continua sendo o que mais consome pornografia trans*.

Houve ainda 142 violações de direitos humanos e os casos de impedimento de uso do banheiro foram os que mais tiveram destaque nessa edição do Dossiê. As informações apresentadas na pesquisa, denunciam a violência e exigem políticas públicas focadas na redução de homicídios e da violência contra pessoas trans*, traçando um perfil sobre quem seriam as pessoas que estão sendo assassinadas a partir dos marcadores de idade, classe e contexto social, raça, gênero, métodos utilizados, além de outros fatores que colocam essa população como o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil (Benevides, 2023, p. 17).

Ainda segundo o Dossiê, homens trans, pessoas transmasculines e não-binárias ainda são invisibilizadas e enfrentam a ausência de informações públicas sobre seus assassinatos nos meios de comunicação. Isso não significa dizer que essas violências não existam, mas nos mostra que ao longo desses seis anos de existência do Dossiê, a violência mortal-intencional é muito mais direcionada às pessoas transfemininas, que são a maioria, em torno de 95% de todos os registros. De toda forma, há que se considerar a subnotificação de casos.

Portanto, os corpos que não correspondem às normas de gênero, os corpos que escapam, aqueles que são desviantes, que põem em risco a própria coerência de masculinidade ou de feminilidade, que transgridem, são punidos

⁷⁴ Essa notícia da agência aids data de 04/06/2023, mês em que se comemora o Orgulho LGBT. A manchete diz: “LGBTfobia: Brasil é o país que mais mata quem apenas quer ter o direito de ser quem é”, como se pode observar aqui: <https://agenciaaids.com.br/noticia/lgbtfobia-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-quem-apenas-quer-ter-o-direito-de-ser-quem-e/>

pelos aparatos de regulação que vão do discurso médico, jurídico, à escola, às religiões, à família, às amizades, às práticas informais – como o *bullying*, as repressões e os enquadramentos, por exemplo. Isso significa que há uma política de regulação e controle dos corpos e performar o gênero de maneira errada implica em uma série de punições, tanto óbvias, quanto indiretas.

**151 pessoas trans* mortas:
131 casos de assassinatos
20 pessoas trans suicidadas**

Fonte: Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 (ANTRA, 2023).

**142 violações de direitos humanos
Os casos de impedimento de uso
de banheiro foram os que mais se
destacaram**

Fonte: Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 (ANTRA, 2023)

Expressões como “isso é coisa de mulherzinha”, “tá parecendo um boiola”, “você quer ser viado?” são práticas de correção informal e de enquadramento ainda bastante utilizada. Nessa linha de pensamento, portanto, é preciso garantir desde muito cedo, a produção das identidades de gênero, masculinas e/ou femininas, (re)afirmar um conjunto de suposições e expectativas que faça acontecer o gênero que garanta as formas binárias de organização dos corpos, a reafirmação das normas de gênero: os brinquedos e as brincadeiras, as amizades, as inclinações afetivas-sexuais – menino gosta de menina, menina gosta de menino (príncipe e princesa, a tampa e a panela, azul e rosa e por aí vai).

Por outro lado, Butler (2003) questiona por que existem corpos e sujeitos que a despeito dos processos de socialização, dos aparatos de regulação institucionais, dos discursos que produzem e impõem as práticas de gênero, desde o poder do discurso médico, jurídico, escola e religião e das práticas informais por que alguns corpos escapam? Qual é o espaço para essa resistência? Como os sujeitos resistem às normas de gênero? Ainda segundo Butler:

“A performatividade não pode ser entendida fora de um processo de iterabilidade, uma repetição regulada e restritiva de normas. E essa repetição não é realizada por um sujeito; essa repetição é o que permite a um sujeito existir como tal e o que constitui sua condição temporal. Essa iterabilidade implica que ‘performance’ não seja um ‘ato’ nem um evento singular, mas uma produção ritualizada, um ritual reiterado sob e por meio da restrição, sob e por meio da força da proibição e do tabu, com a ameaça de ostracismo e até mesmo de morte controlando e impondo sua forma da produção, embora, devo insistir, nunca determinando o sujeito totalmente de antemão” (Butler, 2020, p. 168)

Durante os anos sessenta e setenta o conceito de gênero como diferença sexual era o epicentro dos estudos e pesquisas, sustentando as intervenções dos discursos feministas. A partir desse discurso e prática foram criados os chamados espaços das mulheres – espaços gendrados, marcados por especificidades de gênero, os grupos de conscientização já mencionados nesta tese, os estudos sobre a mulher, os periódicos feministas entre outros, que no final e ao cabo, reafirmava a própria diferença sexual. Teresa de Lauretis (1994) nos ensina que o conceito de gênero como diferença sexual e seus conceitos derivados – a cultura da mulher, a maternidade, a feminilidade etc – tornaram-se uma limitação, de certa maneira, uma deficiência do pensamento feminista, porque a diferença sexual é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino, derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos e acabam sendo uma diferença na mulher em relação ao homem, ou seja, a própria diferença no homem (Lauretis, 1994;2019)

O que precisa ser questionado é por que as pessoas cujo gênero não está em conformidade com o sexo genital precisam de tratamento e ainda estão incluídas em manuais de classificação de doenças? Por que é preciso diagnosticar o gênero? Tendo como base o argumento da proteção à vida, a regulação do corpo, a proteção de outras tecnologias, os biopoderes vão fazendo o controle de populações inteiras, regulando corpos, sexualidades e costumes. A imposição de uma estética política da diferença sexual, tendo como base a invenção da masculinidade e da feminilidade como verdades anatômicas dentro do aparato de verificação científica (Preciado, 2020).

7.2 Tecnologias de gênero

Diante de tudo que já foi colocado, as palavras de Lauretis (1994) ganham ainda mais sentido. É preciso separar o conceito de gênero da diferença sexual e entender o gênero como produto de várias tecnologias que opera ao lado dos discursos e das relações de poder, na produção das subjetividades, como efeito da linguagem, do imaginário, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas produzidas no corpo. A tecnologia de gênero é um mecanismo que aciona técnicas, procedimentos, práticas e discursos para produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres, meninos e meninas. Somos todos interpelados pelo gênero, onde a interpelação é o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação e assim se torna real para ela, embora seja de fato imaginária (Lauretis, 1994, p.208-209).

Baseada na perspectiva foucaultiana, Lauretis criou o conceito de tecnologia de gênero, propondo que assim como a “tecnologia sexual”, também o gênero é uma construção sócio-cultural, um efeito composto de uma representação discursiva que se emana de várias instituições como a família, o sistema educacional, as religiões, mas também de fontes menos óbvias como as leis, a língua, a literatura, a arte. Homens e mulheres são produzidos por uma complexa tecnologia de gênero e a partir dessas tecnologias são produzidos corpos dóceis, úteis e comportados que são servidos aos interesses sociais, políticos e econômicos.

O gênero é, portanto, fabricado ou produzido, resultado de várias tecnologias sexuais e sociais, uma maquinaria de produção que vem de discursos e práticas discursivas das autoridades religiosas, legais ou científicas, da medicina, da mídia e dos meios de comunicação (internet, rádio e tv, cinemas e jornais), da família, da pedagogia, das religiões, da cultura popular e da arte, dos sistemas educacionais, da economia, da política, da demografia, que se apoiam nas instituições do Estado.

Uma das tecnologias de gênero que foi observada neste estudo, é a vestimenta, o uso de roupas como parte do processo de transição e da produção da estética corporal. Embora seja cada vez mais frequente o uso de roupas consideradas agêneras (*genderless*) – peças consideradas “sem gênero”, ainda existem sessões específicas e provedores para o universo masculino e o feminino,

assim separadamente, nas lojas de departamento e magazines. A transição também compreende abandonar roupas e estilos antigos e incluir outras vestimentas como parte do novo visual. Não à toa, vídeos sobre “a treta da roupa”, “moda e estilo para pessoas trans”, “roupas antes da transição”, são bastante visualizadas. Essas questões podem ser observadas em narrativas como as de Luciano e Davi a seguir:

“Hoje eu to aqui com o Luciano, esse maravilhoso e a gente vai falar sobre uma coisa que acho que muita gente vai se identificar que é sobre roupas. Parece que é uma besteira, pra você que é cis isso vai parecer muito *no sense*, mas pra gente é uma grande questão. É uma coisa muito foda a relação com a roupa. Pra mim, depois que eu comecei a hormonização, uma coisa muito importante foi conseguir ir nas lojas masculinas e comprar uma roupa sem ter que mandar pra costureira cortar a roupa inteira, resolver tudo, porque, cara, é muito foda. Antes, se eu entrava numa loja masculina e gostava de alguma coisa, vei, eu tinha que cortar aquilo tudo... (Davi)

Luciano: é, a gente tava conversando antes de gravar o vídeo, ou a gente comprava no infantil ou comprava o P masculino que ficava muito grande (Davi: gigante) ou a gente levava na costureira pra ela cortar exatamente igual e hoje essas roupas infelizmente não servem mais. (Davi: felizmente) Sim, mas tem roupa que eu quase não usei, que eu comprei um pouco antes da transição, mandei cortar e hoje elas não servem e são lindas... um dos primeiros contatos que a gente tem quando se entende homem trans, é numa relação com a roupa, porque, tipo assim, a roupa é a exteriorização de um sentimento, uma coisa assim...

Davi: eu, por exemplo, me identifico com o gênero masculino, uma das primeiras formas de performar socialmente meu gênero é pela roupa” (Conversas entre Luciano e Davi).

Em ambas as narrativas, observa-se que a importância que a indumentária tem para eles, para quem a roupa expressa a identidade de gênero, reforçando a ideia de que a vestimenta contribui para que eles se reconheçam e sejam reconhecidos como homens: “um dos primeiros contatos que a gente tem quando se entende homem trans, é na relação com a roupa”; “uma das primeiras formas de performar socialmente meu gênero é pela roupa”. Na fala de Davi, observa-se uma questão relatada por muitos homens trans que se refere ao tamanho das roupas masculinas. Geralmente as marcas usam as medidas padrões para homens cisgênero para criar as roupas, o que dificulta sobremaneira na hora de comprar peças como camisas e calças. Ele diz: “depois que comecei a hormonização, uma coisa importante foi conseguir ir nas (sic) lojas masculinas e comprar uma roupa sem ter que mandar pra costureira cortar a roupa inteira...”.

Esse é um relato que se repete: comprar roupa no setor masculino e ter que mandar reformar ou ter que comprar no setor infantil masculino para poder caber.

Em outro momento, a narrativa de sofrimento para enfrentar vendedores/as, vestuários/provadores e outras questões relacionadas à vestimenta no processo de transição são relatadas como a de Davi a seguir:

“Pra mim ainda teve um episódio que fodeu todo o meu psicológico... foi uma vez que eu entrei numa loja masculina, criei coragem, entrei. Aí quando eu fui comprar veio um vendedor super idiota falando: mas uma menina tão bonita comprando roupa masculina! Não, vai numa loja feminina. Depois daquilo toda minha coragem de comprar roupa masculina acabou. Eu só conseguia ir quando eu tinha companhia e a pessoa falava, veí, vai você consegue. E aí tinha a questão do tamanho também... a gente comprava no infantil. E aí teve o episódio do primeiro terno, né? É difícil quebrar uma barreira... O primeiro terno pra mim foi uma coisa muito simbólica. Antes mesmo da transição eu tive que comprar um terno e pra mim, velho, foi um filme pra conseguir achar porque nada me servia. Aí eu fui numa loja feminina, só que tinha cortes menos horrorosos. É porque o terno feminino é assim (mostra no vídeo) mais acinturado... Foi antes da transição. Aí recentemente eu tinha um casamento, aí eu fui comprar o meu primeiro terno, real, oficial. Entrei na loja masculina, fui lá, escolher... só que mesmo assim foi... eu sou pequeno, então foi uma cena achar um terno que me servisse. Eu fui em várias lojas e achei um. Quando eu comprei, sério, foi uma sensação muito maravilhosa. O terno, colocar a gravata, olhar na frente do espelho... nossa!” (Davi).

Esse depoimento de Davi remete ao que já foi falado nesta tese e que tem a ver, por um lado, com a regulação de gênero, já que o vendedor o interpela questionando sobre a compra da roupa masculina e indicando que procure uma loja feminina. Mas, por outro lado, há uma questão paradoxal, já que tornar-se sujeito de uma regulação, como diz Butler (2014) equivale a ser assujeitado por ela, ou seja, tornar-se sujeito porque foi precisamente regulado. Segundo a filósofa e como abordado anteriormente, seria igualmente problemático falar sobre as regulações em abstrato, como se as instâncias empíricas apenas exemplificassem operações de poder que ocorrem de maneira independente delas próprias. Nesse sentido, a fala de Davi é bastante significativa para uma reflexão sobre o assujeitamento e como a regulação de gênero opera como condição de inteligibilidade cultural. Ainda nesse diálogo entre eles, Davi diz:

“A gente se julgava muito, né? Eu me julgava muito. Uma que pra mim tá sendo extremamente libertador agora é conseguir entrar numa loja, me sentir passável (faz o sinal de aspas), tipo, ninguém vai questionar se eu sou ou não, tipo, uma mina que tá comprando roupa masculina, e agora eu poder olhar sem ter que ficar pensando que tem pessoas me olhando, me julgando”. (Davi).

Ainda sobre essa fala de Davi, registro que em *A vida psíquica do poder – teoria da sujeição*, Butler (2017) diz que ‘sujeição’ significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito. Seja pela interpelação, no sentido de Althusser, seja pela produtividade discursiva, no sentido de Foucault (Butler, 2017, p. 10). Sujeito, no sentido etimológico da palavra é exatamente aquele que está submetido, subordinado, assujeitado.

É possível localizar resistências aos aprisionamentos dos gêneros e apreender o quanto as tecnologias de gênero esquadriham os corpos e as subjetividades para que continuem a produzir a estabilidade instituída hierarquicamente no gênero. A negação da identidade de gênero aparece de diversas formas, o que faz com que o processo de transição inclua enfrentar obstáculos, constrangimentos e preconceitos, como é possível observar na fala de Davi e Luciano, ainda sobre uso de roupas consideradas masculinas:

“A gente se julgava muito, ne? Eu me julgava muito. Uma coisa que pra mim tá sendo extremamente libertador agora, é conseguir entrar numa loja, me sentir passável (aspas), tipo, ninguém vai questionar se eu sou ou não, tipo, uma mina que tá comprando roupa masculina, e agora eu poder olhar sem ter que ficar pensando que tem pessoas me olhando, me julgando... não, velho, tá suave, tá tranquilo...” (Davi)

“Eu também. Depois disso, eu conseguia ir no provador e era péssimo porque o provador ficava do outro lado, aí eu pegava a roupa e ia do outro lado provar a roupa no feminino e a mulher olhava porque todas as roupas eram do masculino... eu me sentia mal, não que isso esteja certo ou errado, ne? Mas eu não conseguia fazer, eu tinha um preconceito comigo mesmo até eu me entender trans, até eu começar a transição. Depois eu falei, não. Eu vou comprar roupas masculinas e fodam-se!”. (Luciano).

A fim de controlar a vida, o pensamento medicalizado se utiliza dos meios de correção, de uma tecnologia de comportamento. Essas disciplinas, um dispositivo de poder, permitem o controle do corpo, manipulado e tutelado pelo Estado (Foucault, 1978). As regulamentações dos comportamentos – sexuais ou de gênero formam parte do conceito da tecnologia sexual, criadas e desenvolvidas no Século XVIII para assegurar a sobrevivência da classe e a continuação da hegemonia (Foucault, 1978). Uma tecnologia que tornou o sexo uma preocupação do Estado e uma vigilância permanente de seus indivíduos. Entendo que essa política de controle dos corpos funciona também como um dispositivo enquanto estratégia de ação.

A tecnologia de gênero é a norma (de gênero) que opera no sentido de produzir uma cisão dos corpos em dois gêneros, distintos e diametralmente opostos. Em um universo binário, para se constituir como homem é preciso negar aquilo que é associado às mulheres, assim como o contrário também. Foucault explica que o dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas que mantém o exercício do poder dentro do corpo social. É uma ferramenta analítica que passou a ter grande importância com a publicação de *A História da Sexualidade I: A vontade de saber*, em 1976, quando o dispositivo sexualidade é apresentado em capítulo próprio:

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (Foucault, 1988, p.100)

Ainda sobre tecnologias de gênero, Miskolci (2020) nos leva a pensar sobre como algumas distinções arquitetônicas nos obrigam a descobrir e reafirmar a cada hora sobre o nosso gênero e sexualidade. O autor diz que na hora de lidar com tudo de mais íntimo somos levados a nos separar em duas filas, duas portas, dois compartimentos arquiteturais. Ele estava falando dos banheiros públicos: masculino e feminino, em suas separações altamente rigorosas, em suas ordens arquitetônicas são tecnologias de construção de gênero, de (re)afirmação de lugares, de discriminação e de segregação.

Sobre banheiro público, as narrativas dos youtubers revelam o temor de ter que enfrentar situações vexatórias, discriminatórias e até mesmo o medo de serem vítimas de violências físicas ou psicológicas, como é possível observar a seguir no relato de Sebastian:

“Eu evito bastante de ir ao banheiro público e, depois da transição piorou porque eu não tenho muita segurança de ir ao banheiro porque a gente já vê muitos históricos por aí, principalmente na internet, noticiários... de pessoas sendo agredidas dentro do banheiro, ainda mais dentro do banheiro masculino, as pessoas são muito agredidas dentro do banheiro masculino, então não é uma coisa que eu quero pra mim.

Ninguém quer ser agredido gratuitamente porque tem uma orientação sexual, porque tem um gênero diferente dos padrões (faz sinal de aspas), então pra mim era uma coisa muito complicada, na verdade ainda é". (Sebastian).

Em sua narrativa, Sebastian retrata o cotidiano de muitas pessoas trans* que para evitar determinados constrangimentos deixam de ir aos banheiros públicos. Temem ser impedidas, humilhadas e até mesmo expulsas dos sanitários. O uso de banheiro em conformidade com a identidade de gênero tem sido motivo de debate e disputa em diversos espaços de utilização coletiva, como *shoppings*, universidades, bares e casas de show, no sentido de determinar qual banheiro as pessoas trans* podem acessar – masculino ou feminino? Há também um debate jurisprudencial uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a repercussão geral do Recurso Extraordinário nº 845.779/SC do Ministro Relator Roberto Barroso, no qual se discute o tratamento social das pessoas transexuais e a utilização do banheiro, havendo outros 778 processos sobrestados sobre o assunto (Almeida & Vasconcellos, 2018).

No Brasil, a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) que “estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização”, diz em seu sexto artigo que “deve ser garantido o uso dos banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito” (Resolução nº 12, CNDC/LGBT). Essa medida, de certa forma, busca coibir constrangimentos e outras violências em banheiros públicos, como no caso de shoppings, escolas e universidades, praças, bares e locais de trabalho por exemplo, como um princípio fundamental da dignidade humana, um direito baseado na liberdade do indivíduo e na cidadania.

Proibir o uso do banheiro social a partir da identidade de gênero, masculina ou feminina, segundo uma lógica binária, por suposto, deveria ser considerado uma violação de direitos humanos, uma violação de direitos básicos, como é possível observar na fala de Sebastian a seguir:

“Às vezes o cara tá pouco se fodendo se você tá entrando na cabine, se tá fazendo xixi, a maioria dos caras tá pouco se fodendo pro que você tá fazendo, mas na sua mente você tá imaginando várias coisas... meu Deus, eu vou apanhar, vão me olhar torto dentro do banheiro, sabe? E aí eu comecei a ter essas paranoias muito loucas e eu comecei a me tratar sobre essa masculinidade tóxica que a sociedade impõe a gente e às vezes a gente fica mesmo nessa de entrar num padrão social que é muito tóxica pra gente e a gente começa a reproduzir essa masculinidade tóxica automaticamente. Às vezes a gente fica nessas de entrar num padrão social, ne? É muito tóxico pra gente e a gente se pega fazendo essas coisas nada a ver. E quando a gente começa a perceber o quão mal isso faz pra gente é desesperador, o que era só um banheiro se tornou uma coisa desesperadora. Eu só queria entrar no banheiro e fazer xixi. Mas tem várias coisas antes de entrar no banheiro e fazer a porra do xixi” (Sebastian).

Esse depoimento de Sebastian reflete a vivência de muitas pessoas trans*: são frequentes as matérias em jornais, blogs e redes sociais sobre o constrangimento que passam muitas dessas pessoas, barradas em banheiros de shoppings e universidades. Em decorrência da discriminação sofrida, da invisibilidade, do preconceito e da violação de direitos de identidade de gênero, da igualdade e do reconhecimento, muitas pessoas trans* preferem não arriscar passar por determinadas situações constrangedoras no uso do banheiro público, como xingamentos, uso de termos pejorativos, uso da força por parte de guardas de segurança para impedir a entrada de pessoas trans* nesses equipamentos públicos, como já noticiados em diversos meios de comunicação. Questões que são narradas por Marcos, um dos convidados de Daniel, que aqui fala sobre as dificuldades de uso do banheiro masculino no início da transição:

“Vou falar um pouco do início da minha transição. Eu tô há um ano na hormonização. Eu, no início quando eu comecei a hormonização, lógico que eu ainda não tinha todos os traços masculinos que eu tenho agora, então, no início foi muito difícil, eu frequentava o banheiro feminino, mesmo tendo essa compreensão de que eu era – eu sou – um homem trans.... então, era difícil porque eu ficava com medo de ir no banheiro masculino e as pessoas me olharem com uma cara, tipo, o que essa mulher ta fazendo aqui? E aí chegou uma hora que eu não conseguia mais ir no banheiro feminino porque as pessoas me olhavam com uma cara, tipo, o que esse cara ta fazendo aqui? E eu não conseguia ir no banheiro masculino... então, eu ficava, tipo... e agora? O que me salvava eram os banheiros unissex... ou então eu me segurava pra fazer em casa...” (Marcos).

A proibição do uso de banheiros públicos por pessoas trans* gera sofrimento, dor, medo e vergonha, o que é possível observar no relato de Marcos acima que conta que em determinado momento não conseguia mais enfrentar os constrangimentos vivenciados nos banheiros e que “se segurava pra fazer em

casa”. Na narrativa de Sebastian, a seguir, é possível observar a preocupação e o medo em atravessar aquele espaço reservado para homens (cis) e não ser devidamente reconhecido em sua identidade de gênero, ao mesmo tempo, é também uma fala sobre a violência por ter que enfrentar determinadas situações no uso do banheiro:

“Não entendo porque as pessoas não lavam as mãos depois de fazer xixi. E eu comecei a me ver, a entrar nesse padrão de masculinidade tóxica, vamos dizer assim, que eu não queria estar incluído, ta ligado? Eu não queria ir no banheiro e não lavar a minha mão... aí eu ficava com medo... já é muito difícil entrar no banheiro. O banheiro tem a cabine, não tem a cabine. Como é que eu vou fazer pra ir na porra de um banheiro q não tem a cabine... sabe? É todo um processo já que você vai... andando... você ta com vontade de fazer xixi e pensa: caralho, eu to com vontade de fazer xixi, eu vou ter que ir no banheiro. Aí vc já fica matutando, será que o banheiro que eu vou tem muita gente, tem muito homem, tem cabine... meu Deus, se não tiver cabine eu vou ter que ficar segurando o xixi até chegar em casa... sei-lá”. (Sebastian)

Tudo isso fere o princípio da igualdade, mas no momento em que as pessoas têm essa prerrogativa violada, nem sempre conseguem reagir e exigir o direito de ser reconhecido como sujeitos, com as garantias aplicadas a todos cidadãos e cidadãs, considerando os atravessamentos entre o universo das pessoas trans* e o uso do banheiro público: o sentimento de não pertencimento, a inadequação de corpos e corpos determinados por uma sociedade cisgênera, um espaço de atravessamento das relações de gênero e a interdição a esses corpos e corpos, a territorialidade de legitimação do uso do banheiro por um sistema classificatório de normalidade com base em um modelo binário *versus* biologizante e as tensões provocadas por uma engrenagem de funcionamento com a lógica da heteronormatividade. Questões que podem ser observadas nos relatos de Daniel e de Davi a seguir:

“Chegou uma hora que eu não conseguia mais entrar no banheiro masculino e as pessoas, tipo, o que essa mulher ta fazendo aqui. E chegou um momento que eu não conseguia mais entrar no banheiro feminino porque as pessoas me olhavam – o que esse cara ta fazendo aqui? O que me salvava era o banheiro unissex. Seria o ideal. Pelo menos pra nós que estamos no começo da transição”. (Daniel)

“Lembro que no início da minha transição, tipo, bem na época que eu mudei de banheiro, quando eu comecei a terapia hormonal, aí teve uma época em que eu não me sentia seguro de entrar no banheiro masculino, mas o meu corpo começou a mudar e aí eu cheguei naquele momento que era o limbo. Era estranho entrar no banheiro masculino e era estranho entrar no banheiro feminino e olha, que eu falo que reconheço a minha passabilidade, imagina quem não é, tipo. Passável (aspas) e que tem que ficar levando com esse preconceito, com olhar torto, gente que tenta

até fisicamente te machucar. Tem caso de estupro de pessoas trans dentro do banheiro, gente sendo expulsa de dentro do banheiro, gente apanhando dentro do banheiro... então, não rola, ne?” (Davi)

Todas essas questões – violação do direito à cidadania e as violências já mencionadas nesta tese de doutoramento, são agravadas pela possibilidade de risco com problemas renais em razão do medo de usar o banheiro fora de casa e ficar muito tempo segurando a urina. Por tudo isso, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) lançou em 2022 a campanha “STF, Libera Meu Xixi”, para garantir que todas as pessoas possam usar o banheiro de acordo com sua identidade de gênero, ou seja, que mulheres trans usem o banheiro feminino e homens trans, o masculino⁷⁵. Segundo a Agência Aids (www.agenciaaids.com.br), em 2015, os ministros do STF chegaram a discutir a ação de uma mulher que foi barrada no banheiro de um shopping em Santa Catarina. A decisão serviria como resposta a mais de 700 casos semelhantes que estão parados na Justiça. Todavia, na ocasião, os ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin se manifestaram a favor da população trans*, mas Luiz Fux pediu vista, o que corresponde a mais tempo para analisar o caso e a ação segue parada desde então. A proposta da Antra com essa campanha é pressionar o Supremo Tribunal Federal a retomar o julgamento sobre a questão.

Transitar por espaços compartilhados (entre eles, banheiros públicos) sem ser molestado, sem ter que passar por situações vexatórias, constrangedoras ou de outras formas de violências, infelizmente ainda não é a rotina na vida das pessoas trans*, como pode ser observado nas narrações feitas por Daniel e Davi acima descritas. Por outro lado, ser reconhecido como homem, ter legitimidade de ocupar determinados espaços sem ser importunado, ser “passável”, significa atingir uma inteligibilidade de gênero – demanda importante para quem experimenta a transição, como observado em muitos relatos deste estudo.

Preciado (2008) fala sobre tecnogênero como o conjunto de técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas e cibernéticas que constituem performativamente a materialidade dos sexos (Preciado,

⁷⁵ Sobre a campanha da Antra “STF, Libere o Meu Xixi”, encontrei informações importantes na matéria a seguir, no site da Agência Aids: <https://agenciaaids.com.br/noticia/libera-meu-xixi-campanha-quer-que-stf-julgue-uso-de-banheiros-por-trans/>

2008, p. 86). A passabilidade é uma forma de negociar o tempo inteiro com as normas de gênero, universalizando as experiências e a aceitabilidade sobre ser homem ou ser mulher: “estou mais próximo do que é esperado sobre ser homem”. E para se constituir como homem é preciso negar aquilo que é associado às mulheres. Assim como o contrário também.

Nesse sentido, ser lido como homem significa ser reconhecido como homem cis. As narrativas sobre passabilidade atravessam a possibilidade de passar por “pessoas cis” em tecnologias de gênero como banheiros públicos, provedores de roupas em loja de departamentos e mesmo nas ruas. No entanto, se aproximar dos estereótipos estéticos atribuídos ao gênero com o qual a pessoa se identifica, traz gratificações, mas também questionamentos, como se pode observar nos registros a seguir:

“Passabilidade. Passar-se por. É quando uma pessoa trans se passa por uma pessoa cis. Ou seja, se você me ver na rua, andando caminhando, você não vai falar logo de cara que eu sou trans, porque eu tenho certa passabilidade. Eu me passo por cis. Você vai achar que eu sou cis. O que não deixa de ser um pouco opressor e cisonormativo, que também reforça a ideia de que nós pessoas trans reforçamos estereótipos de gênero, mas como esse vídeo não é sobre estereótipo de gênero eu vou deixar isso para outro vídeo”. (Sebastian).

Sebastian traz uma questão bem importante sobre o conceito de passabilidade até aqui estudado: o significado de “passar-se por”, no sentido de ter visibilidade e reconhecimento: “É quando uma pessoa trans se passa por uma pessoa cis”, ele diz. E segue em sua análise:

“Vou falar mais sobre a passabilidade, certo? Aposto eu que você que tá assistindo esse vídeo, sendo cis ou trans, já se deparou com a seguinte frase: “Nossa, me engana direitinho” ou “Nossa, nem parece trans”. Ou aquela frase famosa, tipo assim: “tão bonito que nem parece ser trans”. Essa aí, eu desisto, galera. Em hipótese nenhuma você deve tentar elogiar uma pessoa trans com essas frases”. (Sebastian).

“A passabilidade nos traz certo conforto, sim, pelo menos para mim. Depois que eu adquiri certa passabilidade, vamos dizer assim, eu não gosto muito de usar o termo porque tem algumas questões aí que eu ainda preciso trabalhar. Vamos lá. A passabilidade nos traz mesmo um certo conforto diante da sociedade porque como nós sabemos, a sociedade é muito machista e muito opressora – e muito racista também, né? Porém, ela me trouxe o conforto de poder ir ao banheiro sem a pessoa ficar ali me olhando. É muito mais tranquilo (aspas) e olha que eu disse mais tranquilo e não to querendo entrar aqui em outras questões sobre o uso do banheiro. Mas essa passabilidade me deixou mais confortável de entrar no banheiro masculino e me passar ali por uma pessoa cis, ali naquele momento pra não sofrer determinadas agressões”. (Sebastian).

De acordo com as narrativas de Sebastian acima, a passabilidade representa a perspectiva de pertencimento ao gênero desejado, o que significa certa segurança de transitar pelas ruas sem ser incomodado, sensação de bem estar físico, psíquico e social, além do sentimento de inclusão, questões que também são observadas na fala de Artur, amigo e convidado de Daniel a seguir:

“Eu fiquei tão eufórico, tão feliz, quando o bombeiro (no posto de gasolina) perguntou: ‘vai pagar como, chefe?’, por alguém conseguir me ler da forma como eu queria ser lido, que eu fiquei assim, tipo, em êxtase. É pra isso que serve a passabilidade”. (Artur, convidado de Daniel, sobre passabilidade)

Na produção do corpo masculino, o conjunto de caracteres sexuais que o identificam como homem é comemorado porque significa ser lido e reconhecido no gênero desejado, como já visto anteriormente. Considerando os padrões esperados em uma sociedade cisnormativa, ter passabilidade significa ser aceito, ir e vir sem ser molestado, andar com segurança e com certa tranquilidade. No entanto, há também questionamentos e reflexões sobre as implicações do conceito de passabilidade e de ser “passável”, como registrado na fala de Daniel a seguir:

“Passabilidade. É um termo muito controverso, por que significa que parece que a gente precisa ser passável, passabilidade cis, pra ser aceito, parece que a gente não é validado como homem se não gente não tem passabilidade”. (Daniel)

Como se pode observar, Daniel questiona o uso do termo passabilidade e fala sobre as controvérsias de ter que se submeter aos padrões cisnormativos, como se para ser aceito fosse preciso reafirmar os códigos de masculinidade, regulando o que e como mostrar para receber essa validação. Ao mesmo tempo, com a passabilidade vem a aceitação, o reconhecimento e até o respeito, como na narrativa de Sebastian a seguir:

“Entre outras questões também, na galera? Porque com a passabilidade eu comecei a ser mais respeitado. Por exemplo, quando eu andava na rua com a minha namorada, antes quando eu era lido como uma mulher, nós duas sofremos muitas agressões, sabe? Verbais, piadinhas sem graça, às vezes as pessoas ficavam olhando pra gente de forma estranha ou até mesmo assédio, as pessoas ficavam jogando

aquelas frases de (aspas) dando em cima. E aí quando eu adquiri essa passabilidade, quando eu cheguei nesse patamar (aspas), as pessoas começaram a respeitar mais eu e ela nos ambientes. Eu também sinto um pouquinho mais de machismo da sociedade por conta dessa passabilidade, quando a gente vai almoçar em algum restaurante porque antes as pessoas simplesmente colocavam a conta no meio, agora elas já dão pra mim. Eu me acostumo porque normalmente quem paga é ela, então...” (Sebastian)

Nesse registro, Sebastian mais uma vez questiona as exigências sociais sobre a passabilidade e marca as contradições sobre ser passável, o que isso significa no contexto da transição, das pessoas que ainda não adquiriram a passabilidade e sobre corporalidades trans, como no registro a seguir:

“Eu também vejo essa passabilidade um pouco agressiva. Às vezes eu quero, às vezes eu não quero, eu fico um pouco meio em conflito com isso. Eu fico meio em conflito com isso porque eu quero que as pessoas me vejam como uma pessoa trans. Eu tenho orgulho de ser uma pessoa trans, então eu não quero que as pessoas me vejam como cis. Eu quero que as pessoas olhem pra mim e pensem: Nossa, esse garoto é trans! Eu quero, ta ligado? Porque é isso, eu sou isso. Eu quero que as pessoas olhem pra mim e sintam o orgulho que eu tenho do que eu sou. É claro, não tem problema você querer chegar nessa passabilidade ou querer se passar por cis ou ninguém saber que você é trans. Eu acho que o problema se encontra quando você já adquiriu essa passabilidade e fica escrotamente (sic) tratando as pessoas que não têm essa passabilidade porque elas querem ter essa passabilidade, porque não querem tomar testosterona ou porque a pessoa é não-binária ou coisa do tipo porque simplesmente essa pessoa não quer ser na definição que você acha de homem. E é aí que se encontra o erro, galera, porque nós pessoas trans somos livres pra ser o que somos. Não só as pessoas trans, todo (mundo) é livre pra ser o que é, todas as pessoas são livres pra ser o que é. Mas eu acho que nós, pessoas trans, os nossos corpos já dizem isso de forma imediata, já irradiam isso, ele fala por si só que ele quer ser o que ele quer ser e o que você quer ser. Então, eu acho que diminuir outras pessoas por determinadas situações eu acho meio perigoso, mas tem gente que faz, então a gente tem que ta preparado pra esse tipo de coisa também dentro da comunidade”. (Sebastian).

“Hoje eu tenho muito mais segurança pra falar em público e não ser confundido. Eu passo muito mais fácil. Eu vou ao banheiro masculino. A minha autoconfiança melhorou demais”. (Giovani)

Para finalizar esse tópico da tese, recorro à Butler (2004), quando afirma que a viabilidade de nossa identidade depende dessas normas sociais (Butler, 2004, p. 2) e, talvez mesmo por isso, seguimos na busca incessante da coerência entre sexo, gênero e desejo. Pessoas trans* ou cis.

7.3. Sobre Masculinidades e sobre ser homem

Um homem também chora⁷⁶
Menina morena
Também deseja colo
Palavras amenas
Precisa de carinho
Precisa de um abraço
Da própria candura
Guerreiros são pessoas
São fortes, são frágeis
Guerreiros são meninos
No fundo do peito

A palavra masculinidade deriva do termo em latim *masculinus* e começou a ser usada em meados do século XVIII, ocasião em que se realizava uma série de esforços científicos para estabelecer critérios mais explícitos para a diferenciação entre os sexos (Pedro Paulo Oliveira, 2004). Na segunda metade do século XVIII, os cientistas começaram a falar sobre o que insistiam ser as diferenças fundamentais entre os sexos masculino e feminino. Diferenças entre o homem e a mulher, em distinções biológicas constatáveis e usando argumentos distintos e dando lugar ao novo modelo de dimorfismo de diferenças biológicas. O vocabulário passou a ser específico para os órgãos genitais masculinos e femininos e as ciências biológicas, tendo à frente a anatomia e a fisiologia lançaram-se na busca das diferenças sexuais que deviam fundamentar e justificar as desigualdades de gênero na vida pública e privada (Laqueur, 2001).

Desde o século XIX, com os estudos evolucionistas, vem sendo estudada seguindo parâmetros considerados “naturalistas” que a colocam como consequência sexual- biológica da formação humana, associando o pênis como parte da aparelhagem física do que se convencionou a chamar de homem. Laqueur (2001) em seus estudos, mostra que entre o final do Século XVIII e início do Século XIX, um modelo médico para definir as diferenças de sexo passaram a ser observadas e usadas na construção para a organização da sociedade. Porém, essa concepção naturalista tem sido questionada por muitos campos teóricos, sendo a psicanálise uma das primeiras, com a tese freudiana do Complexo de Édipo, para a qual um dos fatores que formariam a masculinidade da criança seria o medo de que o pai procedesse à castração como represália por seu de-

⁷⁶ Trecho da canção de Gonzaguinha, “Um homem também chora” (Guerreiro Menino). 1983

sejo pela mãe. Resumidamente, o Complexo de Édipo teria final quando a criança reconhecesse o seu papel e abrisse mão do desejo pela mãe, acessando ao mundo viril do pai.

Por sua vez, Lacan (2008) faz uma releitura da interpretação psicanalítica da masculinidade seccionando o Complexo de Édipo em três tempos: o primeiro é o relacionamento filho-mãe, o segundo é a entrada do pai na relação e o terceiro, o declínio do Complexo pela renúncia materna da criança através da identificação com o pai – aquele que detém o falo físico e simbólico. Para Lacan, a mulher também é detentora do falo, mas abre mão dele na relação sexual com um homem, para legitimar o falo que a penetra. Ambas as interpretações psicanalíticas categorizam o homem como aquele que penetra, como símbolo de virilidade e masculinidade, tendo como pressuposto a família nuclear, heterossexual, monogâmica e tudo que foge desse padrão – homossexuais, por exemplo, são considerados anômalos e desviantes da norma.

A masculinidade pode ser também compreendida como um processo de formulação histórica. No livro *A Dominação Masculina*, Bourdieu (2019) discute as origens dos papéis impostos para as mulheres e os homens na sociedade, onde ele relaciona a cultura ocidental com o povo Cabila, povo berbere, “homens livres”, que habita tradicionalmente a montanha da Cabília, no nordeste da Argélia. Segundo o autor, o povo Cabila acredita que as funções dos homens e das mulheres são tradicionalmente opostas e assimétricas, sendo o homem hierarquicamente superior, levando em consideração principalmente o comportamento masculino. A partir desse estudo, o autor discute a dominação masculina como uma forma de violência simbólica – a força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos sem qualquer coação física – e o quanto esse modelo de masculinidade está ainda presente na sociedade nos dias atuais. O fundamento da violência simbólica se encontra nas disposições (*habitus*) modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem.

No que lhe diz respeito, Connel (1995) afirma que as práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, considerando-se a escalada da desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres. Nesse sentido, as masculinidades estão profundamente implicadas na violência organizada e nas tecnologias e nos sis-

temas de produção que levam à destruição ambiental e à guerra nuclear. Segundo a autora, a trajetória da epidemia do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) está estreitamente ligada a recentes mudanças sociais na masculinidade. A autora define masculinidade hegemônica como a configuração das práticas de gênero de homens que legitimam o patriarcado e que garantem a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Sabe-se que o sexismo organiza as relações do patriarcado e que, portanto, a masculinidade reage violentamente frente aos seus processos de desempoderamento.

Durante os anos setenta, algumas pessoas talvez estimuladas pelos Movimentos de Liberação da Mulher, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens nos Estados Unidos e como já citado anteriormente, acreditavam que o patriarcado e a opressão pareciam ter fim e que a masculinidade estava em crise, o que provocaria uma grande mudança na noção corrente sobre o “papel masculino”. Para elas, estavam postas as condições tecnológicas para a igualdade dos sexos e a mudança de consciência tinha chegado. Mesmo que hoje pareça uma certa ingenuidade, o que se seguiu depois com o reconhecimento da historicidade de gênero acabou por se constituir como um pressuposto estabelecido que em muito contribuiu para os estudos posteriores sobre gênero e masculinidades (Connell, 1995). Nos anos oitenta, conta Teresa de Lauretis (2019), os estudos de gênero se desenvolveram em parte como crítica ao feminismo e à ênfase separatista nos estudos de mulheres; não é coincidência que as pesquisas sobre homens e masculinidades se tornaram preocupação central nos estudos de gênero (Lauretis, 2019, p. 398). Em “Por uma matriz feminista para os estudos sobre homens e masculinidades”, Benedito Medrado e Jorge Lyra (2008), afirmam que as produções sobre masculinidades como objeto de estudo propriamente dito têm início no final da década de 1980, a partir de trabalhos produzidos de maneira ainda pouco sistemática, com concentração em autores específicos e sem necessariamente se desdobrarem em uma discussão teórica, epistemológica, política e ética, ampla e consistente sobre o tema. (Medrado & Lyra, 2008, p.809-810).

Mas, afinal, o que se entende por masculinidade? Segundo Connell, como já dito aqui, uma das estudiosas no assunto, masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição do homem na estrutura das relações de gênero. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de masculinidades,

assim mesmo, no plural. Existe o perigo, nesse uso de que possamos pensar no gênero simplesmente como um *pout-porri* de identidades e estilo de vida relacionados ao consumo, por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas (Connell, 1995, p.4). Para a autora, ainda, falar sobre estrutura das relações de gênero significa enfatizar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade – o gênero, portanto, é uma estrutura muito mais complexa do que as dicotomias dos “papeis de sexo” e a biologia sugeririam:

“Dois aspectos dessa complexidade são particularmente importantes para se pensar sobre a masculinidade. Em primeiro lugar, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno delas. Em segundo lugar, qualquer forma particular de masculinidade é, ela própria, internamente complexa e até mesmo contraditória. Devemos essa compreensão a Freud, que enfatizava a presença da feminilidade dentro da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres e que analisou os processos de repressão pelos quais essas contradições são tratadas. Mas ela surge igualmente em outros contextos”. (Connell, 1995, p.5).

Aqui lembrando que Connell escreveu esse texto em 1995, uma produção teórica que já vinha dos anos oitenta, com várias questões que ela reviu quando publicou o artigo “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” (Connell, Messerschmidt, 2013). As masculinidades hegemônicas são formas de masculinidade que assumem através de uma conjunção de práticas os lugares da idealidade, do domínio e do exercício do poder.

Ao longo de quase duas décadas, muitas críticas ao modelo de masculinidade hegemônica proposto surgiram e se consolidaram – a evidência empírica de múltiplas hierarquias de gênero e ao mesmo tempo de classe e raça, teorias feministas do patriarcado e os debates sobre o papel dos homens. Além disso, autoras como bell hooks e Angela Davis criticavam os preconceitos raciais que ocorrem quando o poder é unicamente conceitualizado em termos de diferenças de sexo, o que contribuiu sobremaneira para o questionamento de quaisquer reivindicações universalizantes sobre a categoria de homem (Connell, Messerschmidt, 2013).

Havia muitos problemas no conceito de masculinidade hegemônica, a começar da ideia de um conceito subjacente de masculinidade – a masculinidade

não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell, Messerschmidt, 2013). Uma questão que aqui destaco é a necessidade de compreendermos as masculinidades como socialmente construídas e não propriedade de algum tipo de essência biológica, eterna ou mítica.

Michael Kimmel (1998) pressupõe que as masculinidades variam de cultura para cultura; variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo; variam em qualquer cultura através de um conjunto de variáveis, outros lugares potenciais de identidade e, variam no decorrer da vida de qualquer homem individual. O autor também alerta que as masculinidades são construídas simultaneamente em dois campos inter-relacionados de poder – nas relações de homens com mulheres (desigualdades de gênero) e nas relações de homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, geração, território entre outros). Assim, dois elementos constitutivos na construção social da masculinidade são o sexismo e a homofobia. A homofobia é um dos princípios organizadores do masculino, é ela que libera os homens para a sua relação de fraternidade e de unidade. É uma prática social que violenta e exclui, ao mesmo tempo em que unifica os homens contra os desempoderados – os gays, os desviantes, as bichas, os viados. Além disso, a masculinidade se apresenta como uma construção imersa em relações de poder e, portanto, é frequentemente algo invisível aos homens cuja ordem de gênero é mais privilegiada com relação aqueles que são menos privilegiados por ela e aos quais isto é mais visível.

A transexualidade é uma forma de atualizar nas práticas de gênero interpretações sobre o masculino e o feminino. Não há uma essência, um corpo generificado, um corpo naturalmente de homem ou um corpo naturalmente de mulher, como já dito nesta tese várias vezes. Não existe um só corpo que seja natural. Todas as pessoas praticam formas de modificação corporal o tempo inteiro, com malhação, vitaminas, hormônios, as mais diversas formas de cirurgias, maquiagens definitivas ou temporárias e muitos outros artifícios.

Falar de masculinidade ou de feminilidade, portanto, é falar de práticas generificadas, o que significa dizer que ter um pênis ou uma vagina não são

dados suficientes para dizer “eu me sinto, eu sou”, portanto, gênero está vinculado à questão da prática social, de como se atua no mundo social e de como se quer ser reconhecido socialmente. Sujeitos que nascem com determinados corpos são assignados socialmente como pertencente a um determinado gênero masculino ou feminino, tendo como dado primeiro para produzir esse lugar no mundo a genitália (Bento, 2006).

E o gênero se constrói na medida em que ele é feito. É sendo homem – ou mulher, e praticando as normas de gênero que se vai produzindo o gênero e assim vamos nos tornando cada vez mais homem ou mulher. E as normas de gênero possuem um código social muito rígido, segundo a coerência de uma “normalidade”, de uma “normalização” que é estabelecida para homens e para mulheres. E isso é tão fortemente entranhado que parece que nós não temos um gênero, nós somos um gênero: “Eu sou um homem” ou “Eu sou uma mulher”. Essas questões aparecem em várias narrativas dos youtubers, como podemos observar a seguir:

“Ainda tem outra questão que é, quando a gente tá na transição, a gente tende a reproduzir alguns comportamentos machistas pra gente poder “se adequar” na masculinidade, o que eu acho que é bom a gente parar pra pensar e ver que, meu, isso não faz o menor sentido. Tipo, por exemplo, eu não vou ficar com a perna mega arreganhada só pra mostrar que eu sou homem pra caralho, ou então, eu vou ser extremamente bruto ou não amoroso só porque eu agora sou homem. Não faz sentido e às vezes a gente entra nesse tipo de comportamento, sabe?”. (Davi)

Em sua narrativa, Davi remete a atitudes reproduzidas na transição como afirmação da masculinidade, ao que ele próprio questiona se precisa ser assim. Cita alguns estereótipos de masculinidade, geralmente associados à agressividade, dominação e severidade e comenta que às vezes acaba reproduzindo esse tipo de comportamento. Uma pesquisa realizada com mais de 40 mil brasileiros, em 2019, pelo Instituto Papo de Homem, com apoio da ONU Mulheres, mostrou que seis em cada dez homens não foram ensinados a expressar emoções; sete em cada dez brasileiros do sexo masculino afirmam que aprenderam, durante a infância e adolescência a não mostrarem fragilidade e apenas dois em cada dez homens tiveram exemplos práticos e boas conversas sobre como lidar com suas emoções e expressá-los de maneira saudável. A maioria dos homens também não têm o hábito de conversar com os amigos sobre medos, dúvidas e

frustrações, é o que diz o estudo que também produziu o documentário “O silêncio dos homens”⁷⁷ sobre iniciativas voltadas para debater masculinidades. O estudo e audiovisual é resultado do trabalho de quase um ano desenvolvido por mais de 30 pessoas e viabilizado por Natura Homem e Reserva sob a liderança do Instituto PdH (Papo de Homem) e a Zooma Inc com apoio da ONU Mulheres Brasil por meio do movimento ElesPorElas (HeForShe: <https://www.hefor-she.org/pt-br>)

A seguir, observa-se na fala de Davi sobre ser lido socialmente como homem, o cuidado que vem tendo para não repetir padrões de masculinidade, algo que parece bastante complexo considerando que as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero (Butler, 2003):

“Outra coisa que é extremamente importante a gente parar pra pensar é, pelo menos é uma reflexão que eu tenho feito que é, agora que eu sou lido socialmente como homem, quando eu tô conversando com mais mulheres, duas coisas que eu tento não fazer de jeito nenhum que é o *maninterrupting*⁷⁸ e o *mansplaining*. O que é isso? *Maninterrupting* é quando o homem insistentemente interrompe a mulher durante a fala dela e acha que a fala dele é a mais importante. E o *mansplaining* é quando o homem acha que pode explicar as coisas melhor do que a mulher, ou seja, até coisas que competem a ela você tenta explicar melhor. Isso é uma coisa muito sutil, mas que também provem do machismo, sabe? É uma coisa que eu tento muito, ainda mais hoje em dia, e olhe que eu sou uma pessoa muito ansiosa, tipo, eu tenho o hábito de interromper todo mundo numa conversa, mas eu tento ao máximo não fazer isso, pra parar de perpetuar alguns comportamentos, sabe?” (Davi).

Davi, assim como outros homens trans desta pesquisa, questionam rótulos que estão relacionados a padrões sobre “ser homem” e sobre “masculinidades”. Falam sobre a necessidade de se pensar em uma nova masculinidade, humanizadora e não violenta. Uma masculinidade que impõe comportamentos nocivos e violentos parece não caber em suas narrativas, como é possível observar no relato a seguir:

⁷⁷ Com apoio da www.onumulheres.org.br documentário revela dados inéditos sobre masculinidade no Brasil <https://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-documentario-revela-dados-ineditos-sobre-masculinidade-no-brasil/>

⁷⁸ Aqui nesta revista encontrei uma breve explicação dos termos em inglês aos quais Davi se refere: *gaslighting*, *mansplaining* e *maninterrupting*, que têm sido usados pelos movimentos feministas e de mulheres: <https://elastica.abril.com.br/estimulos/gaslighting-mansplaining-e-maninterrupting-saiba-como-identificar>

“E eu acho que é meu papel enquanto homem trans que um dia já teve uma vivência no papel feminino e eu quero parar pra pensar qual o tipo de homem que eu quero ser. Eu quero ser a melhor versão de um homem, eu quero ser a melhor versão que o Davi pode ser. Então, é um pensamento que eu queria, sei lá, partilhar com vocês, falar pra todos os homens trans que a gente não tem que repetir comportamentos, repetir padrões dos homens, principalmente dos homens cis, pra gente provar que é homem o bastante, sabe? A gente tem a oportunidade de viver a nossa masculinidade da forma que a gente quiser, então, vamos tentar, nem que seja só um pouquinho em micro atos e não perpetuar coisas que são tão más”. (Davi).

O gênero se pratica como uma série de atos estilizados, numa produção incessante e contínua, o gênero nos interpele, nos impele, nos coage e nos obriga, como já foi dito anteriormente e como será abordado mais à frente. Considerando que um corpo é invariavelmente transformado em um corpo dele ou um corpo dela esses corpos e corpas são reconhecidos pela sua aparência atribuída de gênero. Para entender de que maneira isso acontece, Butler sugere que os corpos são transformados em gênero por uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo. O gênero é o mecanismo através do qual se produzem e se naturalizam as noções de masculino e feminino, porém, o gênero poderia ser o aparelho através do qual determinados termos se desconstruiriam e se desnaturalizariam. (Butler, 2019, p.218). Algumas falas desta pesquisa com youtubers ilustram bem essas questões, como podemos observar a seguir:

“Depois disso eu comecei na psicóloga, dali eu fui cortar o cabelo e cortar o cabelo foi um passo muito importante na minha transição, porque a partir dali eu realmente comecei a me sentir melhor comigo mesmo, me deu mais segurança”. (Luciano)

Em sua narrativa, Luciano demonstra a necessidade de vivenciar sua identidade de gênero e performar a masculinidade, questões que lhe trazem segurança e conforto. Nesse sentido, recorro à Butler quando diz que o corpo é uma situação histórica, como defendeu Beauvoir, e é uma maneira de fazer, dramatizar e reproduzir uma situação histórica (Butler, p.4, 2018). Tanto por Beauvoir como por Merleau-Ponty, o corpo é compreendido como um processo ativo de corporificação de certas possibilidades culturais e históricas, um processo complexo de apropriação que toda teoria fenomenológica da corporificação precisa descrever, questões que podem ser ilustradas no depoimento de Sebastian a seguir:

“É um universo totalmente novo, literalmente novo, porque o universo masculino é novo e quando você tá nesse universo e as pessoas ao seu redor já te encaixam nesse padrão, é complicado porque você começa a fazer coisas que você nunca fez na vida. Por exemplo, eu antes da transição quando eu ia no banheiro, feminino, eu fazia o que tinha que fazer, xixi, voltava, lavava a mão, secava e ia embora. Normal, porque toda mulher faz isso. Já no banheiro masculino, o pessoal não faz isso, isso é muito nojento (ri)”. (Sebastian)

Sebastian ao mesmo tempo em que fala sobre o novo universo masculino ao qual ele está em transição, fala acerca do conjunto de possibilidades realizáveis a partir dessa nova realidade, inclusive comportamentos que ele observa como sendo masculinos no uso do banheiro. Ainda com relação aos questionamentos sobre padrões de masculinidade, destaco a fala de Giovani:

“Não é porque você se tornou um homem, se tornou um homem fisicamente que você tem que perder sua sensibilidade, que você tem que esquecer como tratar as pessoas, que você tem que esquecer que o homem de verdade é um cara que respeita, o homem de verdade é o cara que tem caráter, que o homem de verdade não é o cara que quer competir com ninguém, não é o cara que quer humilhar o cara que ainda está no começo. Pra quê isso tudo, só me explica? É questão de ego? é questão de... não sei se vamos bater um papo reto aqui. É questão de ego? não entendo para que toda essa violência, não entendo pra que toda essa pressa e essa imposição, sendo que você já está num estágio tão avançado como você mesmo diz, certo? Há várias maneiras de você abordar um assunto. Ele pode ser o mais pesado de todos, mas, dependendo do jeito que você aborda este assunto ele se torna muito mais leve. Desculpa se esse vídeo está sendo chato, desculpas se esse vídeo está sendo muito sério, mas é que realmente esse assunto pra mim não é brincadeira”. (Giovani).

Paul Preciado (2020) diz que o que caracteriza a posição dos homens em nossas sociedades tecnopatriarcais e heterocêntricas é que a soberania masculina está definida pelo uso legítimo das técnicas da violência contra as mulheres, contra as crianças, contra outros homens não-brancos, contra os animais, contra o planeta em seu conjunto (Preciado, 2020, p. 313). Seguindo esse pensamento, destaco a fala de Giovani que questiona os padrões de masculinidade associados à violência e também a imposição de normas sociais em relação à transição, o que para ele também acontece entre as próprias pessoas trans*, como observado a seguir:

“Preconceito no meio trans, cara? Machismo? eu não sou machista e não sou feminista, mas falar mal de mulher? Tratar uma mulher mal porque você se sente superior? Meu bem, antes de tudo você é um ser humano, do mesmo jeito que outra mulher é um ser humano. Uma mulher não merece ser machucada, uma mulher não merece ser maltratada, uma mulher não merece esse tipo de tratamento vio-

lento, bruto, não merece. Então não se esqueça de onde vocês vieram, não se esqueçam pelo que vocês passaram e não se esqueçam, principalmente, como é ser um ser humano, como é respeitar a opinião de outras pessoas como é levar a conversa de um jeito leve, de um jeito tranquilo. Desculpa por esse vídeo, estou realmente decepcionado com algumas pessoas, é bem complicado isso”. (Giovani)

“Alguns trans que são T há um bom tempo e tiram sarro de pré trans. Alguns trans que tiram sarro da voz de pré trans. Tiram sarro da minha voz? Cara, se eu quiser falar fino, se eu quiser falar grosso, se eu não quiser tomar testosterona eu não vou tomar, se eu quiser tomar eu vou tomar isso não vai fazer mais ou menos homem do que vocês. O fato de eu ser homem está aqui dentro, está aqui dentro de mim (aponta para a cabeça). Vai de mim querer ou não ter uma barba, vai de mim ou não querer fazer uma mastectomia (mastectomia), vai de mim querer ou não fazer o que eu quiser com o meu corpo. Eu não tenho que seguir um padrão determinado por certos transexuais que têm preconceitos entre si. Eu não tenho que seguir esse padrão, eu não tenho”. (Giovani).

Uma questão que aparece em vários vídeos e debates entre os youtubers é a questão da masculinidade tóxica. Sobre isso compreendo que a prática da masculinidade como norma organizadora de gênero que é, representa algo negativo, considerando que o gênero por si só é um operador de sofrimento. Destaco a seguir depoimentos de alguns dos youtubers pesquisados sobre tais questões:

“E masculinidade tóxica é isso, é o que a sociedade atribui pra gente como estereótipo que só o homem tem que fazer isso, só o homem tem que fazer aquilo, o homem tem que mostrar virilidade, o homem não pode virar a mão, o homem tem que falar grosso, o homem não pode arrumar a casa, o homem tem que ser o cara dentro de casa, homem tem que ser viril. E, não! Não vamos levar isso pra gente! E até mesmo o homem cis, cara! Não podem levar isso pra vocês! Porque isso é muito doentio, eu fico desesperado. E eu me pego fazendo isso e resolvi fazer esse vídeo porque eu postei isso no Twitter... e algumas pessoas comentaram também que às vezes têm um pouco de masculinidade tóxica e eu não me senti muito sozinho nesse barco. E cada vez mais a gente tem que se desconstruir desse padrão. A gente pode fazer qualquer coisa e a nossa masculinidade vai ficar igual. A gente precisa entender isso”. (Sebastian).

“A gente não precisa mostrar o tempo todo que a gente é forte. A gente pode chorar, lavar uma louça, falar um pouco mais fino... Eu digo pra você que isso não é uma coisa muito fácil. Eu comecei a me desconstruir não faz muito tempo. E aí, eu gostaria que todo mundo tivesse um pouco dessa capacidade e pensasse em se desconstruir também. Às vezes a gente não consegue, fica tão fixado que a gente é homem, tão fixado em mostrar que a gente é homem, muito homem, macho mesmo, que a gente começa a fazer coisas que a gente não gosta só pra que aquela outra pessoa veja que a gente é homem. Galera, não vamos nos prender a esses padrões. Seja você mesmo. Se você quiser virar a mão, vira. Seja afeminado. Eu sou afeminado pra caramba. E eu tô começando a me desconstruir, que eu posso ser afeminado e eu vou me desconstruir porque eu sou assim. Eu gostaria muito que vocês compartilhassem comigo aqui nos comentários se vocês também têm essa

dificuldade quanto à masculinidade pra eu saber que eu não estou sozinho e que existe, sim, outras pessoas também”. (Sebastian).

Em sua narrativa, Sebastian com suas palavras define bem o conceito de masculinidade tóxica, expressão que tem sido usada para nomear o conjunto de comportamentos associados à suposta crença da superioridade masculina, muito associada à agressividade que atinge os homens e aquelas pessoas com quem eles se relacionam (Yukimi Mori Mesquita & Ciely Silva Corrêa, 2021, p. 2). É um modelo de masculinidade que tem sido questionado por um determinado perfil de homem, uma vez que espelha uma série de comportamento violento, nocivo e estereotipado em relação às mulheres e às pessoas LGBTQIA+. A fala de Sebastian encontra semelhanças em vários outros depoimentos dos homens trans nesta tese estudados.

7.4 Agência

Há ainda uma argumentação em relação a ser homem e masculinidades que quero abordar, pensando sobre o agenciamento de corporalidades dissidentes em relação às normas de gênero nas trajetórias das pessoas trans*. Agência aqui entendida como capacidade de ação política, como prática de articulação e de ressignificação.

Segundo o pensamento de Butler (2018), com o qual eu concordo, dizer que o corpo é um conjunto de possibilidades significa que a) a sua aparição no mundo, do ponto de vista da percepção, não é determinada por nenhum tipo de essência anterior; e, b) a sua expressão concreta no mundo assume e torna específico um conjunto de possibilidades históricas. Existe, portanto, uma agência que consiste no processo de tornar tais possibilidades determinadas (Butler, 2018, p.4-5). A agência, para Butler, está localizada nesse jogo performativo de reiterações repleto de paradoxos. É a agência que rompe com as lógicas hegemônicas e permite ressignificar práticas sociais e subjetividades, argumentos que podem ser observados a seguir, na fala de Davi:

“Se a gente parar para analisar um pouco a gente pode pensar que uma pessoa pode nascer com o órgão reprodutor masculino, mas com os cromossomos femininos, como é q a gente vai interpretar essa pessoa? Essa pessoa é homem ou é mulher? E a resposta certa é: Essa pessoa é o que ela quiser, porque tem uma

coisa chamada identidade de gênero que é como essa pessoa se enxerga e é isso que a gente tem que respeitar. O gênero está no cérebro, não está nos órgãos genitais, não tá nos órgãos reprodutores, porque é uma performance social, é como a gente se sente confortável de estar presente na sociedade. E quando a gente fala em gênero, é um espectro, não existe só dois gêneros, é porque no Brasil e aqui em Portugal, a gente reconhece dois gêneros, mas existe um espectro gigante entre o que é reconhecido como homem e como mulher. Existem aqui 50 tons de cinza que pode estar aqui no meio dependendo de como você se sente confortável. Feminino e masculino é uma construção social, o que é considerado feminino e masculino é uma coisa que a gente construiu, como por exemplo, eu lembro que a Carol (namorada) fez uma pesquisa (há) um tempo que falava que 500 anos atrás, por aí, usar salto era coisa de homem, usar espartilho, era coisa de homem, isso mudou muito com o tempo. Então, como a manifestação do gênero acontece, muda com o tempo, então, a gente não pode achar que é preto no branco, que é porque é biológico é isso, então é inquestionável” (Davi).

Essas são questões que Butler (2012) aborda em seu conceito de interpelação, quando afirma que a nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e a inculcação repetida de uma norma. Em *Problemas de Gênero* (2012) Butler descreve como o gênero se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. Essas imposições linguísticas que nos precedem e, de certa maneira, determinam nossas vidas, se constituem como “normas” de modo que parece que desde sempre estiveram lá, mas todo gênero é por definição não natural.

Aquilo que tomamos como um atributo que nos seria interno é, na verdade, algo que antecipamos e produzimos por meio de atos corporais, postulados por meio da estilização de gênero do corpo. Dessa forma se demonstra que o que consideramos uma característica “interna” de nós mesmos, é algo que antecipamos e produzimos por meio de certos atos corporais; em um extremo, um efeito alucinatório de gestos naturalizados (Butler, 2021). No prefácio publicado na segunda edição do livro *Problemas de Gênero*, dez anos depois da primeira edição, Butler apresenta importantes narrativas sobre as razões que a levaram a escrever e responde algumas críticas que recebeu após a publicação da obra.

7.5 Sobre ser um homem trans negro.

“Deixa eu cantar.
Quando eu canto sou mais negro, sou mais forte.
Tenho a vida e tenho a morte”.⁷⁹

Esta tese, com base em Butler (2003), compreende que não há uma distinção entre sexo e gênero, que aquilo que de sexo biológico tem uma história social, o que se compreende como sexo corresponde a uma construção sócio-histórica. Contudo, com base em Lugones (2020), também compreende que a redução de gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus/europeias brancos/brancas e colonizados/colonizadas não-brancos/não-brancas. A raça não é mais mítica nem mais fictícia do que o gênero – ambos são ficções poderosas (Lugones, 2020, p. 73). Portanto, para compreender como homens trans estão se subjetivando foi fundamental incluir a questão racial e poder perceber diferenças e nuances nas narrativas e memórias, conforme destaco a seguir:

“Eu sou um menino trans e nesse canal a gente vai abordar todos os temas que consomem os meus dias da minha vivência. Vamos falar não só sobre transexualidade, nós vamos falar também sobre o corpo negro e periférico. Eu sei que alguns estão cheios de ouvir sobre isso, mas é superimportante sim, a gente falar sobre isso ainda, muito mais do que nunca, está ligado? E vai ter poesia, vai ter documentário, vai ter música em parceria também com outros canais, vai ter matéria sobre evento cultural. Então é isso. Se escreve que vai ter bastante conteúdo legal pra gente. tamo junto!” (Mário).

Em sua narrativa, Mário aborda duas dimensões fundamentais sobre a sua vivência de homem trans negro: a corporalidade e o território e isso em um país cuja manifestação da violência contra o povo negro aparece de diversas formas – preconceito racial, a ideia de menor valia da população negra, segregação do negro ao acesso ao capital econômico, cultural, social e político, além

⁷⁹ Trecho da música Negroide (1968), de Taiguara.

do racismo, que é o processo de destruição dos corpos negros⁸⁰. Segundo Juarez Xavier (2020), existem três dimensões do racismo: Estrutural, pois estrutura todas as relações políticas, econômicas, sociais, afetivas, as relações de subjetividades; fundante, pois o Estado brasileiro foi fundado sob a lógica do racismo e todas as ações e iniciativas do Estado são, portanto, baseadas no racismo mesmo em governos democráticos e a violência e a brutalidade contra a população negra não cessa; e, é replicável nas relações sociais em todas as suas esferas, mesmo nos movimentos sociais.

Uma questão já falada anteriormente, a passabilidade, destaco aqui com o recorte racial, como é possível observar na narrativa de Sebastian a seguir:

“E aí, galera, a gente entra na questão racial, porque nós sabemos que com essa passabilidade nós começamos a ter certa leitura social e a cor da pele influencia muito na leitura social que já é um tanto quanto racista. Então, isso já é diferente, passa a ser um pouco mais difícil na questão psicológica mesmo, pra nós que somos homens trans pretos. Eu li uma vez um texto escrito por Leonardo Peçanha⁸¹ que dizia exatamente isso, que nós homens trans começamos a sofrer toda carga de racismo que todo homem cis também passa, só que muitas vezes nós não estamos preparados pra essa carga e nem pra enfrentar isso no meio social, eu já disse isso em outros vídeos meus. Então, a passabilidade não vem só com benefícios, ela traz malefícios também. Porquê, como eu disse no começo, adquirir certa passabilidade em determinados momentos é ótimo, é perfeito, eu usufruo bastante. Mas o problema é estar na sociedade e como um todo de olhar pra você enquanto uma leitura social, dizendo por mim por conta da cor da pele, já vem uma carga pesada e aí pode ser ruim pra você que não está preparado e é por isso que eu fiz esse vídeo.” (Sebastian)

Em sua narrativa, Sebastian sintetiza bem a questão quando diz que ao adquirir a passabilidade sendo um homem negro, significa também enfrentar o racismo vivenciado no cotidiano e na militância, dentre as muitas opressões interseccionalizadas e estruturais. Em outro momento, Sebastian fala sobre como essa vivência é sofrida e o quanto o racismo afeta a sua saúde mental como observado a seguir:

“Então, essa classificação da sociedade chega a ser pesadíssimo pro nosso psicológico, ainda mais quando você não está preparado pra isso. A visibilidade dentro da comunidade trans é baseada na leitura. Se você é um homem trans branco com cirurgia, cara, você vai ter a maior visibilidade aqui ôh! Mas se você é um cara preto

⁸⁰ Em debate sobre a luta antifascista e antirracista e a luta de classes, o professor Juarez Xavier (2020) destaca o desmonte das políticas públicas e o racismo no Brasil, tendo como grave consequência o genocídio do povo negro: www.brasildefatores.com.br/2020/06/12/o-racismo-e-o-processo-de-destruicao-dos-corpos-negros

⁸¹ Leonardo Peçanha é um homem trans do Rio de Janeiro.

dentro da comunidade trans, não vai ter essa visibilidade, entendeu o lance da leitura? E então você entra naquela parte do padrão social. Quanto mais padronizado o cara trans for, mais visibilidade ele vai ter. E aí como você não tem o padrão social, porque o padrão social é ser um cara branco acima de tudo, a sua visibilidade cai”. (Sebastian)

Sebastian em sua exposição fala sobre o que é ser um homem trans negro na comunidade trans e ter que enfrentar os padrões sociais em busca de visibilidade. Em seguida, ele diz que um dos motivos de criar o canal no YouTube foi justamente como uma forma de se destacar e se tornar uma referência para os homens trans negros, como criador de conteúdo que pensa e discute o racismo e demais questões que envolvem o dia a dia de um homem trans negro, como é possível observar no registro a seguir:

“Um dos principais motivos pra eu criar esse canal foi por esse motivo. Eu não via nenhum cara trans negro, vamos dizer, no mesmo patamar de visibilidade que um cara trans branco. E isso me incomodou. Então esse foi um dos principais motivos pra eu criar o canal, porque eu queria dar visibilidade pros meninos que estavam começando, assim como eu, que não tinham uma referência. E ainda é muito difícil, vocês podem ver os meus números (ri, fazendo referência ao número de seguidores na época). É complicado, é muito difícil, porque essa invisibilidade e essa leitura também tá inserida dentro da comunidade trans. E aí que vem o psicológico. O emocional que fica lá, fodido, porque você fica lá tentando, tentando e você não consegue nada. Ser influenciador já é difícil. Não digo nem influenciador, ser criador de conteúdo, é complicado, mas você ser criador de conteúdo e negro triplica a dificuldade sabe? Eu tô rindo, mas é de nervoso. Aí você vê oportunidades sendo desperdiçadas por uns caras, que só têm número, eles não têm conteúdo. Isso é desanimador porque às vezes a gente não tem muito tempo pra ficar criando conteúdo muito foda. E quando a gente tem tempo pra criar um conteúdo muito foda, ele não é visto, sabe? Ele não é tão valorizado quanto o conteúdo de um cara branco. E isso desanima pra caralho, desanima pra cacete. É complicada a situação, é muito difícil porque essa invisibilidade e essa leitura também está (sic) inserido na comunidade trans”. (Sebastian).

Sebastian também faz referência aos desafios de sobreviver financeiramente como criador de conteúdo (digital), fazendo menção, indiretamente, a outros youtubers que têm conseguido esse feito, sobretudo por tratar-se de homens trans brancos, fala também sobre as dificuldades em relação às desigualdades sociais experimentadas por ele conforme destaque a seguir:

“Enquanto esses caras brancos estão lá, dando visibilidade, curtindo suas cirurgias, ganhando vários dinheiros, curtindo suas viagens, suas paradas aí inimagináveis, a gente tá aqui tentando lutar pra sobreviver. É essa a realidade. E quando eu digo sobreviver, eu digo ganhar o pão de cada dia, numa sociedade que é racista pra cacete. Tentando sobreviver a várias paranoias que passam na nossa mente, sabe?

Sobre invalidez, sobre invisibilidade, sobre oportunidades que não dão e é desanimador, galera. Tô falando isso porque é um papo aqui entre nós e eu não vou vir aqui falar palavras bonitas, não. Dá vontade de desistir de várias paradas que eu nem vou mencionar aqui porque dá gatilho na galera. E essa desigualdade martela muito no nosso psicológico e essa desigualdade social é pesadíssima. A gente não consegue mais viver com essa desigualdade. A parada tem que mudar. Vocês têm que consumir mais diversidade. A gente prega tanto diversidade. A gente tem tantas pessoas diversas na comunidade, mas a gente fica pregando o padrão social cis. E é isso que eu fico mais puta. A gente só tá consumindo a parada padronizada, a gente não tá consumindo a parada que é diversidade de verdade. Eu vejo vários meninos trans pretos que têm um trabalho foda, que são talentosos pra caralho e não têm a metade da visibilidade que os homens trans brancos têm. Isso me deixa puta, eu vou falar a verdade, mas isso é a realidade e você não pode fugir e dizer pra mim que não é. Se você se sentir ofendido, foda-se, porque essa é a realidade. Caímos aí na história do padrão, da padronização da sociedade, porque enquanto a gente tá aqui falando dessa tal diversidade que deveria existir na comunidade, a gente cai no padrão cis que a gente tanto critica. (Sebastian)

Nesse contexto, é preciso que se diga, ser um homem trans negro, ter passabilidade e ser lido pela sociedade como homem negro significa ter que enfrentar o racismo e a violência policial, como é possível observar nas falas de Sebastian que destaco a seguir:

“Durante esses dois anos de transição, a maior mudança que teve dentro de mim, não foi (SIC) as (mudanças) físicas, foi como a sociedade me lê. Esse é um processo que eu ainda tô caminhando para a (aspas) normalidade, vamos dizer assim. Eu ainda não consigo lidar com o fato da sociedade me ver como marginal. Na minha testa tá escrito que eu sou uma pessoa ruim, sabe? A sociedade já classifica a pessoa negra como algo ruim. Isso já vem de muito tempo, eu sei. Mas tô sentindo muito mais na pele. Eu sou parado por policiais e antes eu não era parado por policiais. E quando eu digo parado por policiais é só porque eu tô andando na rua”. (Sebastian)

“Teve uma vez eu tava saindo do trem e o policial me parou simplesmente porque eu tava saindo do trem. Essas coisas normalmente não aconteciam quando eu era uma mulher preta. Eu não tô dizendo que uma mulher preta não sofre racismo. Pelo amor de Deus, não vão falar isso por aí! Não! Eu só tô dizendo que a minha leitura é assim. Ultimamente eu tenho recebido muito mais *haters* da sociedade, vamos dizer assim, nesse linguajar, do que antes. Porque eles acham que só porque eu tô ali naquele espaço, eu vou roubar, eu posso assediar, eu posso fazer tudo que uma pessoa ruim possa fazer, sabe? Eu acho que essa é uma classificação que já colocam quando você é uma pessoa preta. E eu tô sentindo muito isso na pele. E isso é horrível. Uma coisa que eu não esperava que fosse acontecer, eu não estava preparado psicologicamente pra isso, eu não estava preparado psicologicamente pra esse processo”. (Sebastian)

O racismo no Brasil, como já abordado nesta tese por diversas vezes, é um problema histórico e social que atinge as pessoas negras de diversas formas, nas relações hierárquicas de gênero e econômicas, com efeitos devastadores em suas vidas. Especificamente em relação às mulheres negras que além do

racismo, ainda enfrentam cotidianamente o machismo. Em sua fala, ainda que resumidamente, Sebastian destaca o significado do racismo para a mulher negra, cuja sociedade a objetifica e a hiper sexualiza e para o homem negro, cuja sociedade o vê como marginal e/ou ameaça.

7. 6 Sobre corpos, corpas e disforia de gênero

A disforia de gênero é definida como um diagnóstico que descreve as pessoas que apresentam uma diferença marcante entre o gênero experimentado/expresso e o gênero atribuído, portanto, alguém que não está compatível com o que é definido socialmente. É considerado também um transtorno de identidade dada a não-conformidade entre o sexo biológico e o gênero. Mas é importante reafirmar que nem todas as pessoas trans sentem disforia de gênero e desconforto com seus corpos. Inspirada em Preciado (2020), devo dizer que esta tese fala sobre dissidentes sexuais e de gênero e não sobre “disfóricos de gênero e transexuais”. Não desconheço nem menosprezo a existência da disforia de gênero, mas não se trata de um destaque nesta tese de doutoramento. E tento argumentar nos próximos parágrafos porque demarco este campo político.

Berenice Bento (2016) realizou uma pesquisa ao longo do ano de 2014 sobre o DSM-5 com um recorte sobre os critérios diagnósticos para a disforia de gênero, que no DSM-4 era nomeado de Transtorno de Identidade de Gênero. A pesquisa teve como objetivo geral compreender qual concepção de gênero fundamenta o capítulo “Disforia de Gênero”. A este estudo interessa sobretudo uma das perguntas que foi feita a partir dos desdobramentos da pesquisa: como transformar uma categoria cultural (gênero) em uma categoria diagnóstica? Bento fez um longo e exaustivo levantamento sobre o DSM-5 durante todo o ano de 2014, incluindo perguntas sobre os aportes teóricos, quem eram os membros do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela formulação do capítulo “Transtorno de Identidade de Gênero”, quais os vínculos institucionais desses membros e qual a bibliografia citada e consultada pelo GT.

A autora buscou entender se seria possível haver uma geopolítica orientada por pesquisadores oriundos de países centrais. O estudo questionou a principal pretensão do DSM-5 – a objetividade científica e, portanto, a universalidade do instrumento, a partir de questionamentos como: a hegemonia das áreas de

psiquiatria, medicina e psicologia; mesmo que toda a discussão sobre gênero envolva cultura, apenas um dos pesquisadores tem algum vínculo com a área de humanas; o DSM-5 (assim como no DSM-3-TR, DSM-4-TR e se consolidou no DSM-5) está usando como parâmetros para identificar disfóricos de gênero, o que é considerado socialmente aceito para meninas e meninos; não há pluralidade no DSM-5 de nacionalidade, de línguas, de identidades e de costumes.

A pesquisa conduzida por Bento aponta que o DSM tem uma visão única, psiquiatrizante e patologizante e, que a influência do Manual segue a mesma lógica de poder dos EUA sobre o mundo. Esse campo do saber patologiza as experiências trans e reforça o sistema heteronormativo e os estereótipos de gênero – imagens generalizadas e construídas em torno do que a sociedade considera apropriado sobre ser homem e ser mulher, como cada um e cada uma deve se comportar e agir, como se fosse tudo da natureza.

De qualquer forma, considero que o gênero em sua constituição não resulta inteiramente da nossa vontade, mas de intensos processos de negociação que se constituem na performatividade, no tempo, nesse processo de fazer gênero, ou seja, de chegar àquilo que costumamos chamar de homem ou de mulher. Esse ideal de homem ou de mulher a ser alcançado, esse fazer o gênero, é uma lida diária, permanente e sem fim. E o poder nos interpele e institui uma realidade para lembrar quem somos, para corporificar isso que chamamos de gênero, criando as condições de assujeitamento:

“Que diferença da mulher o home tem
Espere aí que eu vou dizer, meu bem.
É que o home tem cabelo no peito,
Tem um queixo cabeludo e a mulher não tem”⁸²

Por isso, corpos que estão fora desse ordenamento, as corporalidades que não são entendidas como humanos – homem ou mulher, escapam à noção de normalidade. Isso pode gerar um desconforto – ou uma sensação de prazer em quem está buscando fazer parte dessa configuração, se aproximar das condições de possibilidade de ser lido e reconhecido como homem, conforme é possível observar nos relatos a seguir:

⁸² Trecho da música Tem pouca diferença, de Jackson do Pandeiro

“Muito bizarro isso, mas assim, eu tô muito feliz com a minha voz, tô muito feliz com o meu corpo, eu acho que nesse um ano eu aprendi a me amar muito mais, a fazer as pazes com o meu corpo, cada dia mais ele tá mais perto do que eu desejo, do que o Davi deseja”. (Davi)

Nesse relato, Davi manifesta como tem se sentido bem com a sua voz e o seu corpo, prazeres que têm sido proporcionados por este corpo estar mais próximo do que ele deseja: um corpo de homem, reconhecido e lido como um homem. E Davi segue em suas observações sobre a ansiedade e a pressa para que esse corpo fique cada vez mais adequado e perto do que ele espera, como no registro a seguir:

“Parece que depois que eu comecei a tomar a testosterona e começaram a aparecer alguns efeitos, voz, corpo e num-sei-quê, por um lado é muito bom porque eu vejo as coisas acontecendo, mas por outro lado, me deixou mais ansioso ainda pra ver mais coisas acontecendo. Cada vez que eu vou chegando mais perto do corpo que eu quero ter, parece que eu tenho mais pressa de chegar lá, por isso, eu tô muito, muito ansioso pra fazer a mastectomia logo”. (Davi)

Mas, diante de uma sociedade marcadamente cis normativa, a sensação de desconforto enquanto se espera e se prepara o corpo desejado também pode aparecer, como na fala de Davi a seguir:

“É complicado porque parece que quanto mais muda o meu corpo, mais séria fica a disforia, eu fico mais aflito pras (sic) mudanças acontecerem. No meu caso, a mastectomia é só a 1ª cirurgia (nesse momento no vídeo aparece a legenda: cada um tem o seu processo, é muito pessoal), depois vem a histerectomia, depois eu vou ter que passar por um processo judicial e só depois eu vou pensar se eu vou querer fazer a cirurgia genital ou não, então nesse processo vão aí muitos anos ainda, sabe? Então isso me deixa um pouco frustrado. Pra lidar com essa frustração eu tô tendo que fazer é valorizar cada vez mais os pequenos acontecimentos e as pequenas coisas que eu alcanço a cada dia. Sei-lá... se cresce um pelinho de barba aqui (aponta para o rosto) ... cada mudança eu vou valorizando cada vez mais ao invés de ficar olhando pro fim da linha, ficar olhando pra cada passo que vem a seguir, sabe? Isso pra mim é a melhor maneira porque senão eu enlouqueço e pra ninguém enlouquecer aqui é dar um passo de cada vez (Sobre as cirurgias)”. (Davi)

Em sua narrativa, Davi expressa o seu sentimento em relação à disforia de gênero, falando sobre o quanto fica aflito à espera das mudanças, de ter que lidar com as frustrações dessa espera e, ao mesmo tempo, tentando valorizar as pequenas transformações do dia-a-dia. Em seguida, Davi fala um pouco mais

sobre a disforia em relação a algumas partes do seu corpo e como lida com isso, conforme dois trechos dos vídeos descritos a seguir:

“Eu acho que a 1ª coisa que você precisa levar em consideração se você vai se relacionar com homem trans é a disforia. Muitos caras trans têm disforia em relação ao próprio corpo e isso é o que é que é isso? Um sentimento de repulsa sobre alguma parte do corpo, aquela parte que a pessoa não gosta ou não acha que faz sentido pra o corpo que ela queria ter ou deseja ter. Pra algumas pessoas a disforia é maior, pra outras é menor e pra outras é inexistente. Eu vou falar do meu caso, eu tenho disforia com algumas partes do meu corpo, então, como é que eu queria que alguém lidasse com isso? Primeiro de tudo, eu queria que ela conversasse comigo e que ela fosse o mais aberta possível e tivesse bastante aberta para me ouvir. E que me perguntasse como eu me relaciono com o meu corpo e com a minha sexualidade e que também me perguntasse o que me excita, o que me brocha, o que são as coisas proibidas e permitidas”. (Davi)

“Também outra coisa importante é ver como a pessoa lida com a própria disforia. Por exemplo, sei-lá, se a pessoa não fez a mastectomia e sente muita disforia com o peitoral, então ela prefere fazer sexo com uma camiseta. Isso é uma coisa importante, porque, imagina, você tá lá naquele *streak tease caliente* e você vai tirar a camisa e às vezes ela prefere ficar com. É uma coisa importante de se ligar. E pra mim, a coisa mais esquisita é: tenha certeza q você tá preparado pra dar esse passo, porque para uma pessoa trans fazer sexo é se abrir demais, é abrir todos os desconfortos, cara, é se abrir de um nível gigantesco, sabe? Então, tenha certeza q está preparado p isso, tenha certeza que você está preparado pra esse tipo de conversa, ter esses tipos de cuidado, porque nada pior do que chegar lá na hora e a pessoa pensa duas vezes ou então fica hiper ventilado, ou dá uma tela azul e não sabe o que fazer e a pessoa se sente super mal. No meu caso, eu tenho alguns desconfortos bastante pesados com o meu corpo, então vem alguém hiperventilado comigo, ou com cara de choque, hesitante por alguma razão, eu vou ficar muito mais inseguro, pra mim acabou ali, vai ser muito difícil eu ter qualquer momento íntimo com aquela pessoa”. (Davi)

Em sua fala, Davi aborda como a disforia o afeta em algumas situações específicas e sugere alguns cuidados que se deve ter quando alguém se relaciona com uma pessoa trans*, especialmente no momento de mais intimidade, considerando que algumas partes do corpo podem gerar desconforto. Talvez seja possível deduzir que a disforia de gênero está relacionada com o que se espera de corpos onde impera o Sistema sexo-gênero binário em uma sociedade heteronormativa.

7.7 Transição

Preciado (2020) diz que a transição é o nome que se dá ao processo que leva supostamente da feminilidade à masculinidade ou vice-versa, através de um

protocolo médico e legal de redesignação de identidade de gênero. Contudo, diz o autor, o processo de transição não ocorre entre a feminilidade e a masculinidade (dado que nenhum dos dois gêneros tem entidade ontológica, mas apenas biopolítica), mas de um aparato de produção de verdade para outro. Ao pedir mudança de gênero, as pessoas trans* estão em busca de próteses administrativas (nomes, direitos de residência, documentos, passaportes, diplomas) e bioculturais (alimentos, medicamentos ou compostos químicos) necessárias para que possa se reconstruir como ficção política viva. Ainda assim, Preciado afirma que os sistemas de produção de verdade, de cidadania política, assim como a epistemologia do sexo-gênero binário estão em crise, como já dito em outro momento desta tese (Preciado, 2020, p.222). Ainda sobre a transição, destaco a fala de Davi:

“A transição pra mim, isso sou eu que tô explicando, não tem nenhuma base científica, eu divido em três partes principais. A primeira parte é a social/legal, então é a parte relacionada ao nome, a como as pessoas vão te tratar, se você vai conseguir mudar os seus documentos, se você vai querer mudar os seus documentos. A outra parte da transição é sobre a terapia hormonal, aí se a pessoa quiser ela pode tomar hormônio aí acontecem as mudanças gradativas e tal. E a terceira parte tem a ver com as cirurgias e se a pessoa quiser fazer, é outra parte da transição. Então existem três partes, a social/legal, a terapia hormonal e as cirurgias.” (Davi).

Em sua narrativa, Davi descreve, ainda que resumidamente, algumas das etapas do que Preciado define como próteses administrativas – a documentação para o reconhecimento do estatuto da cidadania em outro gênero, nome e pronome de tratamento, o que ele chama de “social/legal”. Nesse sentido, a nova certidão de nascimento, como diz Preciado, é um renascimento – nascer de novo, como homem. A seguir, Davi segue falando sobre a transição e a existência do corpo trans, independente de cirurgias porque para cada pessoa a transição pode ser muito diferente, conforme destaco na narrativa a seguir:

“Transição, transicionar é uma forma muito particular, não existe isso de... você vai fazer tudo? Pra mim, às vezes, tomar o hormônio é fazer tudo. Talvez, pro meu amigo, só fazer a cirurgia dos peitos, já é tudo. Então, assim, pra cada um existe uma transição diferente, até o momento em que aquela pessoa se sente confortável e tá de acordo com o que a cabeça dela acha, entendeu? Então, não pergunte a uma pessoa trans, ah! Você quer fazer todas as cirurgias? Você quer fazer a transição completa? Isso não é legal. Não faz isso, não seja essa pessoa”. (Davi)

A fala de Luciano remete às próteses bioculturais descritas por Preciado, os medicamentos e os hormônios, como no registro a seguir:

“Agora estou feliz com todas essas mudanças. Transformar tudo isso. E eu completo um mês de hormonização e eu vou contar para vocês também o que eu senti que mudou e o que eu senti que não mudou. A mudança número um. A primeira coisa que eu senti foi que eu comecei a suar muito. A mudança número 2: pelos, não nasceram tantos, mas os que existiam eles deram uma incorporada digamos assim. Eu comprei Minoxidil que é um remédio que ajuda a ter barba, ele não precisa de receita você compra em qualquer farmácia. Terceiro: eu vi muitos meninos dizerem que a disposição deles aumentou, a minha não mudou nada, eu na verdade estou com muito sono. A 4ª. Mudança: eu estou com muita fome, eu tô comendo um boi por dia e por eu não ia à academia eu acho que vou engordar. Eu tenho um plano em 2017 de voltar para a academia porque ela tá paga, mas eu não tô conseguindo ir por em preguiça, por cansaço e por falta de tempo também. A 5ª mudança são as espinhas no rosto, encheu de espinha, eu não fui ao dermatologista e eu corri na primeira farmácia para comprar todos os remédios que diz a lenda que são bons para espinhas. Como eu não entendo muito disso eu não vou aqui dá uma dica e remédio, de produto. Meu humor (a sexta mudança), ele mudou um pouco, eu tenho menos paciência com as coisas, mas é tudo controlado. E eu já perdi as contas do número de mudança... lá embaixo deu uma leve crescida, nada muito significativo, mas cresceu. A última mudança é que a minha voz também mudou, não dá pra perceber que rolou mudança, mas ela tá um pouco mais grossa e também está oscilando um pouco”. (Luciano).

Como se pode observar, Luciano fala sobre as mudanças corporais advindas com a hormonização e também com o uso do Minoxidil, um medicamento para tratar queda de cabelo que tem sido usado por homens trans para estimular o crescimento da barba. São mudanças corporais relatadas pelos homens trans estudados: a redistribuição de pelos corporais e gordura subcutânea, mudanças significativas nos padrões de suor e do cheiro do corpo, aumento da libido e crescimento do clitóris. Tudo isso já falado em outro momento desta tese. Quando Luciano fala sobre a “leve crescida lá embaixo”, ele se remete ao crescimento do clitóris, fato que tem sido narrado por vários homens trans.

7.8 Ter ou não ter um pênis, eis a questão.

João W. Nery no livro *Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois* (2011, p.16), diz que “é com zero pau que se constrói um homem. O que é ser macho? É ter peru, mijar em pé? Eu já era homem anos antes da cirurgia”. Partindo dos escritos de Preciado sobre a contrassexualidade (2017), incluo neste item uma reflexão sobre a palavra pênis que, embora se refira a um órgão corporal, não significa que seja natural ou masculino. A contrassexualidade é também uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade, como tem sido

abordado nesta tese. A contrassexualidade supõe que o sexo e a sexualidade (e não somente o gênero) devem ser compreendidos como tecnologias sociopolíticas complexas; que é necessário estabelecer conexões políticas e teóricas entre o estudo dos dispositivos e dos artefatos sexuais e os estudos sociopolíticos (Preciado, 2017, p. 25). Nesse sentido, afirma Preciado, os órgãos sexuais não existem em si:

“Os órgãos que reconhecemos como naturalmente sexuais já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e de que se utilizam com propriedade, de acordo com sua ‘natureza’ (relações heterossexuais). Os contextos sexuais se estabelecem por meio de delimitações espaço-temporais oblíquas. A arquitetura é política. É ela que organiza as práticas e as qualifica: públicas ou privadas, institucionais ou domésticas, sociais ou íntimas” (Preciado, 2017, p. 31)

Preciado nos ensina que o sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. A diferença sexual acaba por ser codificada como uma verdade anatômica e concebe-se como entidades anatômicas as trompas de Falópio, glândulas de Bartholin e o clitóris. Uma das diferenças políticas elementares do Ocidente (ser homem ou ser mulher) poderia ser resumida a uma equação banal: ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento (Preciado, 2018, p. 76-77). Ter ou não ter um pênis, é uma questão que tem sido problematizada em várias narrativas dos youtubers pesquisados, como se pode observar nos registros de Sebastian e Davi a seguir:

“Tem coisas que a gente passa com o *packer* que as pessoas nunca sabem. O *packer* é uma coisa bem louca. Quando eu comprei o meu primeiro *packer*, eu achei que ele vinha pelos correios desse jeito aqui (Mostra a foto de um *packer* embrulhado num saco). Ri e diz: é, ele não vem assim, vem numa caixinha bem bonitinha. E tem coisas que ninguém fala, né? O meu primeiro *packer* quando eu comprei ele (SIC), a primeira coisa que eu fiz foi ‘se masturbar’, então eu recomendo a todo mundo. Masturbação é ótimo, com um *packer* é melhor ainda”. (Sebastian)

Essa é uma narrativa que se repete, em vários vídeos homens trans contam sobre a compra do primeiro *packer*, tutorial sobre como usar um *packer*, dicas sobre as melhores marcas e possibilidades de uso, inclusive para masturbação como na fala de Sebastian a seguir:

“Sempre tem um meme, tipo, se eu tivesse um pinto eu faria... foi o que eu fiz. Eu comecei a pular na cama com o meu *packer*, mas não foi legal, fica balançando...spoiler. Não é bom. Nos primeiros momentos pode até ser. Quando eu andei a primeira vez de bicicleta com o *packer* ninguém me avisou que eu tinha que botar aquelas bolinhas pra frente senão ia doer. E aí eu tava andando e sentindo um incômodo e pensei: cara, vai dar merda. Começou a doer. Não é legal, porque espreme, tá ligado? Tem umas situações que a gente passa com o *packer* que são muito engraçadas, tipo essas aqui. (mostra algumas cenas como entrando no banho e pegando o *packer* depois do banho, na pia; ele sentado na sala, olha para dentro da bermuda e se pergunta: onde será que deixei o meu *packer*? Aparece então, estendendo o *packer* no varal)”. (Sebastian)

Como visto anteriormente nesta tese, o *packer* é um acessório que tem sido usado por alguns homens trans e pode ter várias funções. Como em geral é feito de silicone e em formato de pênis, homens trans relatam o uso e as várias funções do *packer*, como fazer volume na roupa (cueca, *shorts* de banho, calça, bermudas), proporcionar prazer nas relações sexuais ou na masturbação e possibilitar que homens trans urinem em pé. Nesse sentido, pode-se deduzir que o *packer*, assim como o dildo (vibrador, consolo, brinquedo sexual) estão inscritos nas (novas) tecnologias de produção e reprodução do corpo, aparecendo como lugar de opressão, mas também de resistência, desnaturalizando a noção de sexo e gênero, conforme observado no relato de Sebastian a seguir:

“São tantas situações que a gente passa com um *packer* que vocês nem imaginam. Aí vem um cara e fala: vocês não têm o principal. Cara?! Eu fico puto, faz isso comigo, não. A gente não tem o principal? Mano! Eu posso ter quantos paus eu quiser, tá ligado? Eu posso ter um pau de 8cm, de 10, de 12, de 14... de diversas cores. Mano, se eu fosse um cara cis eu ia ser muito infeliz. Já pensou se eu fosse um cara de pau pequeno e eu tivesse que conviver com meu pau pequeno? Caralho. Acho que eu não ia aguentar não, tá ligado? Ser trans é muito bom, cara. A gente pode escolher o pau! Eu posso ter um pau de 16cm, de 14... caralho, a gente não brocha! A gente pode ficar ereto a hora que a gente quiser! Que foda ser trans, cara! E ainda vêm falar pra mim que a gente não tem o principal?! Olha quantas possibilidades nós temos?! Se eu não quiser usar o pau na hora do sexo. Galera cis, entenda! A gente não pode ter um órgão assim “principal” como vocês dizem, mas nós podemos ter um *packer*, dois *packers*, três *packers* de vários tamanhos, de várias grossuras, de vários tamanhos, de várias cores e vocês ainda vêm falar que a gente não tem o principal?!”. (Sebastian).

Sebastian em seu relato faz provocações, mas, ao mesmo tempo, questiona o pênis como lugar de opressão e remete ao caráter subversivo do *packer*: “tenho quantos quiser, do tamanho e cores que eu quiser”, o que me leva, mais uma vez, ao pensamento de Preciado (2017) em relação às práticas de inversão

contrassexual, reafirmando a função das próteses. Sobre essas questões, destaco a fala de Davi:

“Eu vou falar sobre uma prótese feita pra homens trans que parece muito com um pênis, então se você tem qualquer problema com isso é melhor nem assistir esse vídeo. A transtore me mandou em *packer* pelo correio e eu usei por vários dias antes de fazer esse vídeo, então eu vou contar pra vocês o que eu achei. Agora, nesse exato momento vai aparecer uma prótese muito parecida com um pinto, então se você tem problema com isso, esse é o último aviso, ta? Esse é o *packer* da transtore e ele serve para várias coisas, ta? (mostra no vídeo). Ele serve pra usar dentro da calça e fazer volume. Serve pra fazer xixi, serve pra fazer sexo e ter prazer sexual.” (Davi).

“Ele tem um tamanho muito bom, nem muito grande, nem muito pequeno. Faz um volume considerável na sua calça sem parecer que você tá, sei lá, com uma berinjela dentro da calça (rs). Então, ele é bom, dobra bem. Pra fazer xixi ele tem aqui óh, uma entrada... o único problema dele é que aqui (mostra o furinho, a saída do *packer*), ele é muito pequeno, eu inclusive tive que abrir porque não dava muita vazão. Como é que você faz pra fazer xixi? (mostra o *packer* e diz que deve funcionar como um funil). Uma coisa boa é que ele vem com isso aqui (mostra) que coloca dentro pra ele ficar mais rígido, é bom porque expande, pra fazer xixi também ajuda. Eu quando usei ele, usei o tempo todo com essa vértebra. Dá pra usar ele sem cinta, eu usei com cueca, eu até trouxe uma cueca pra mostrar (mostra a cueca). Eu uso essa cueca com abertura, quando eu tô usando ele (SIC)”. (Davi)

Em seus relatos, Davi fala sobre as funções do *packer*, a experimentação do artefato como prótese para usar na calça e fazer volume, mas também para uso em banheiro (fazer xixi), para sexo e para ter prazer sexual. Em sua narrativa, Davi segue descrevendo a versatilidade do *packer*, custo/benefício e funcionalidade, observado a seguir:

“Na parte do sexo, tem essa vértebra e é bom que ela mexe, então ajuda também. Eu acho que ela poderia ser um pouquinho maior, mas é bom funciona bem e é um tamanho bom. E uma coisa muito boa que é a parte do prazer que é o 4º ponto dele. Essa parte aqui fica em contato com o seu corpo então ele também estimula você. Então, em linhas gerais, o que é que acho em termos de pontos fortes e pontos fracos desse *packer*. O preço, custo benefício é maravilhoso, custa 135 reais no site da transtore, é um preço muito bom pra um *packer* tão versátil. Pra vocês terem ideia um outro *packer* que eu tenho custou quase mil reais e o outro que eu tenho só de fazer xixi custou quase oitocentos reais, comprei em dólar, mas convertendo dá mais ou menos esse valor. É extremamente funcional”. (Davi)

Pode-se deduzir que são narrativas descritivas, que falam de experiências e da vivência de homens trans, mas que trazem uma crítica ao sistema sexo-gênero, ao mesmo tempo em que buscam desnaturalizar uma configuração dominante de práticas sexuais.

**EXPERIMENTANDO CONCLUSÕES:
Existirmos a que será que se destina?⁸³**

O cenário político em que se deu a construção da tese, o período em que foi realizada a pesquisa, a coleta de dados e análise dos resultados, foi um dos momentos mais difíceis que o país viveu nos últimos anos. A deposição da presidenta Dilma teve consequências nas políticas sociais do Estado e, consequentemente, nas políticas afirmativas e para as pessoas LGBTQIA+ como argumentei exaustivamente nesta tese, e tudo o que veio depois – as eleições presidenciais e a eleição de Bolsonaro, seguido da pandemia da Covid-19, contribuíram para um horizonte de muitos prejuízos sofridos pelo país. A chegada de Bolsonaro à presidência da República significou uma rearticulação importante dos setores conservadores e de fundamentalistas religiosos, resultando no aumento de parlamentares de extrema direita e um Congresso Nacional marcadamente conservador. A finalização da tese e a sua defesa acontece em outro momento político, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva eleito e empossado, com a retomada de programas sociais importantes e a recuperação de políticas públicas que asseguram as condições de igualdade, de equidade e de garantia de direitos fundamentais às pessoas LGBTQIA+.

Destaco ainda, no contexto da conjuntura política analisada, a agenda antigênero e o quanto isso afeta às pessoas LGBTQIA+, considerando a ofensiva contra os fundamentos teóricos e os estudos feministas e *queer*. Isso tem significado um forte investimento e atentado aos estudos e pesquisas de gênero, que se refletiu nos cortes na educação e nas bolsas de estudo, na perseguição e ataques a pesquisadoras e pesquisadores que desenvolvem estudos nessa área e no exercício da profissão, na revisão de editais de financiamento, proibição de materiais didáticos sobre gênero e sexualidade, denúncias contra escolas, professoras e professores expostos e controlados em sala de aula e se estendem para muito além do universo da academia.

⁸³ Trecho da música *Cajuína*, de Caetano Veloso (1979).

Essa pesquisa se insere no campo dos estudos pós-estruturalistas, tendo gênero, raça, decolonização e interseccionalidade como marco analítico. É uma investigação sobre homens trans, politicamente situada e posicionada. É um estudo que se coloca no campo da disputa de ideias em que as questões pesquisadas como gênero, transgeneridade e pessoas trans* estão sob constante ataque e ameaça, como visto de maneira pormenorizada nesta tese, nas várias pesquisas apresentadas sobre violências contra as pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Além disso, é preciso lembrar que os ataques contra a “ideologia de gênero” também se materializam nos estudos *queer*, dos homens afeminados, dos corpos que escapam da norma, das bichas, viados e sapatão, dos seres abjetos.

É uma tese que se propõe a compreender a experiência de homens trans no processo de fabricação de corpos masculinos, atravessados por discursos sobre masculinidades e como esses corpos se articulam em relação a sua nova identidade de gênero. Para compreender como homens trans estão se subjetivando foi fundamental incluir a questão racial e poder perceber as diferenças e as marcações nas narrativas e memórias sobre ser um homem trans negro: enfrentar o racismo vivenciado no cotidiano e na militância, dentre as muitas opressões interseccionalizadas e estruturais.

Em relação à revisão da literatura, compreendo que os estudos analisados passeiam por uma diversidade de áreas e categorias distintas, tendo como fio condutor a pesquisa sobre pessoas trans* com enfoque na transgeneridade masculina. As categorias estudadas demonstram a suscetibilidade das pessoas trans* ao sofrimento psíquico, considerando as normas de regulação de gênero e os preconceitos e discriminações vivenciadas por essa comunidade. Faço a sugestão de estudos futuros em que sejam incluídas pessoas trans* e masculinidades com foco na orientação sexual e binarismos. Sugiro, por fim, a necessidade de novos estudos sobre transmasculinidades em espaços de privação de liberdade, considerando a vulnerabilidade das pessoas trans*, expostas à violência dentro do sistema carcerário e a consequente violação de direitos, agravada pela limitação entre o gênero masculino e feminino nos presídios, além da necessidade de uma legislação específica sobre essa questão.

A pesquisa foi além ao mostrar que todas as pessoas fabricam seus corpos para se adequarem a um gênero, construindo ou reconstruindo esses corpos, iguais ou diferentes do sexo designado ao nascer. Pessoas cis ou trans são todas e todes corpos e corpas resultados de uma produção – fabricados, criados e artificiais. Uma ficção, uma criação que vai se fazendo e se refazendo cotidianamente, tudo determinado por um sistema compulsório no qual estamos mergulhados e afundados sem sequer nos darmos conta.

Sabe-se, portanto, não haver o caráter essencialista do sujeito “homem” ou “mulher” – ninguém pertence a um gênero desde sempre, uma vez que gênero não é exatamente o que se “é” nem é precisamente o que se “tem”. O gênero não é da ordem do natural, da natureza, como argumentei nesta tese especialmente no capítulo quatro – é uma construção a partir das convenções morais, culturais e sociais e, não está condicionado à existência de uma determinada genitália e/ou órgãos reprodutivos. O gênero se constrói na medida em que ele é feito, mas não tem fim, vamos nos tornando cada vez mais homem ou mulher, reiterando masculinidades e feminilidades em acordo com a heterossexualidade normativa, através das práticas das normas de gênero.

A busca pela adequação de gênero, portanto, não é algo exclusivo das pessoas trans*. Dizendo de outra forma, todas as pessoas fabricam seus corpos para se adequarem a um gênero, construindo ou reconstruindo esses corpos, iguais ou diferentes do sexo designado ao nascer. Mesmo assim, para pessoas cis ou para pessoas trans*, as práticas dos aparatos do poder institucionais e do ordenamento da identidade das coisas estão de tal forma profundamente enraizadas e introjetadas que é como se o “eu e o gênero” fossem fundidos em um só e que coexistissem desde sempre. Talvez por isso, as narrativas dos homens trans tenham a necessidade de reafirmação das origens do gênero masculino – “eu sempre fui menino”; “eu não me identificava como mulher”; “quando eu descobri que pessoas trans existiam fez todo sentido pra mim” e, o gênero como norma exclusiva para o ‘masculino’ ou o ‘feminino’ – “eu nunca tive comportamento feminino”.

Essa busca pela coerência de ser menino-homem-masculino e menina-mulher-feminino não é uma prerrogativa de pessoas trans*, mas uma imposição da heterossexualidade compulsória que se materializa no cotidiano e recebe o reforço de instituições como a família, a escola, o ordenamento jurídico,

as igrejas, o parlamento, a cultura entre outras. O gênero em sua constituição não resulta inteiramente da vontade de cada um e cada uma, mas de intensos processos de negociação, que se constituem na performatividade, no tempo, nesse processo de fazer gênero, ou seja, de fazer aquilo que se convencionou chamar de homem ou de mulher. A passabilidade é uma forma de negociar o tempo inteiro com as normas de gênero, universalizando as experiências e a aceitabilidade sobre ser homem ou ser mulher: “estou mais próximo do que é esperado sobre ser homem”. E para se constituir como homem é preciso negar aquilo que é associado às mulheres. Assim como o contrário também. Dessa maneira, ser lido como homem significa ser reconhecido como homem cis. As narrativas sobre passabilidade atravessam a possibilidade de passar por “pessoas cis” em tecnologias de gênero como banheiros públicos, provadores de roupas em loja de departamentos e mesmo nas ruas.

Nesse contexto, para além das subjetividades sobre “ser homem” ou “ser mulher”, compreendo que o conceito de cisgeneridade nos obriga – pessoas cis, ao exercício de olharmos para o nosso próprio gênero e entender que são tão produzidos, fabricados, criados e artificiais quanto os das pessoas trans*. Somos uma ficção, uma criação se fazendo e se refazendo cotidianamente, tudo estabelecido por um sistema compulsório que é da ordem do gênero. É agindo como mulher (ou como homem), acionando determinados mecanismos de gênero, determinados atos performativos e estilizados de gênero que chegamos a ser homem ou mulher, como argumentei nesta tese.

É importante, ainda, questionar o *status* de privilégio das pessoas cis em detrimento das pessoas trans*, considerando que “estar alinhada” ao seu corpo e gênero, as coloca dentro da cisnormatividade, o que leva ao apagamento de pessoas trans*, de suas necessidades específicas, do seu direito de ir e vir, da negação do seu status jurídico, como nos ensina Hailey Alves (2011). E, nesse sentido, compreendo que a academia – por meio da psicologia, da linguística, da antropologia entre outras tantas ciências, precisa questionar o lugar de privilégios de corpos cis e se apropriar de discursos e práticas contemporâneas sobre sexo e gênero, incluindo mais estudos, pesquisas e disciplinas que tragam essas temáticas para o interior das universidades. Para isso, a universidade é um lugar fundamental de contribuição para a produção de novos conhecimentos especialmente no campo dos estudos de gênero e *queer*, dos direitos sexuais e das

diversidades corporais. Estudos como este, reveste-se de importância acadêmica considerando os desafios que a psicologia clínica enfrenta atualmente ao lidar com questões contemporâneas complexas, com pouco acúmulo de conhecimento e ainda pouco trabalhadas nas universidades.

Na plataforma de compartilhamento de vídeos, os homens trans estão construindo um espaço de reflexão, um lugar de encontro onde eles conversam com outros homens trans, sobre questões relacionadas à transgeneridade e contam como eles estão se subjetivando como homens, falando sobre suas masculinidades a partir das narrativas que eles usam nas postagens semanais. Eles estão fazendo tudo isso *on-line*, nas redes sociais, produzindo imagens e textos sobre eles mesmos, contando como eles se constroem na narrativa midiática – uma narrativa e uma forma de compreensão sobre si.

Os youtubers estão debatendo a questão da masculinidade tóxica, com a narrativa de que se trata de comportamento designado ao gênero masculino que causa malefícios, que tem sua origem no machismo, que querem fazer diferente, que querem ser homens que criticam esse tipo de comportamento. Sobre isso compreendo que a prática da masculinidade como norma organizadora de gênero que é, representa algo negativo, considerando que o gênero por si só é um operador de sofrimento. Portanto, masculinidades ou feminilidades são tóxicas.

Apesar das imposições aos corpos colonizados e hierarquizados a partir da classe, raça, etnia e gênero, não são todas as pessoas com vivências transsexuais que sentem desconforto, sentimento de não pertencimento, incômodo com o próprio corpo ou até mesmo disforia de gênero. No entanto, qualquer pessoa pode ser acometida por uma disforia relacionada à saúde mental, ao transtorno de humor, ao sofrimento psíquico, fato que está muito relacionado às questões sociais ligadas aos padrões cis-branco-heteronormativo. Corporalidades que fogem a esse padrão e que são frequentemente vítimas de capacitismo, gordofobia, racismos e LGBTfobias podem ser afetadas por disforias.

REFERÊNCIAS

Akotirene, Carla (2019). Interseccionalidade. Feminismo Plurais. Coord. Djamilia ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

Alcântara, Livia Moreira de. (2015). Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. Aurora: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v.8, n.23, p.73-97, jun-set.

Almeida, Guilherme (2012) 'Homens Trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? Revista Estudos Feministas. Maio-Agosto 20(2). 513-523. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>

Almeida, Guilherme e Murta, Daniela. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, nº14, ago, pp. 380-407, Dossiê nº 2.

Almeida, Guilherme (2018). Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação. In.: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paes; Kátia Marro (Orgs.). Hasteemos a bandeira colorida: Diversidade Sexual e de Gênero no Brasil (pp. 25-42). Expressão Popular.

Almeida, Manuella Santos Carneiro, Sousa Luís Ferreira de, Filho, Rabello Patrícia Moreira, & Santiago, Bianca Marques. (2020). Classificação Internacional das Doenças- 11ª revisão: Da concepção à implementação. Revista Saúde Pública. 54 (104). <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2020054002120>

Almeida, Cecília Barreto de, & Vasconcellos, Victor Augusto. (2018). Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. Revista Direito GV, 14(2), 303–333. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201814>

Alves, Alda Judith (1992). “A revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. Caderno de Pesquisa, São Paulo, nº 81, p.53-60.

ALVES, Hailey (2011). “O que é cissexismo?” Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo> Acesso: 17/01/2023

Amaral, Adriana (2009). Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador Insider nas práticas comunicacionais das subculturas da Web. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, v.II, n.I, pp. 14-24, jan-abr.

Andrade, Daniel Pereira. (2019). O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Sociedade e Estado [online], v.34, n.1 [Acessado 14 janeiro 2023]. Pp. 211-239. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009> Epub 06 maio 2019. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>

Anzaldúa, Gloria. (2019) La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Arán, Márcia.. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 9 (Ágora (Rio de Janeiro.)). 9(1)). <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>

Arán, Márcia; Murta, Daniela e Lionço, Tatiana (2009) Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online] v. 14, n. 4 [Acessado 5 Dezembro 2022], pp. 1141-1149. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020> Epub 27 Out 2009. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400020>

Associação Brasileira de Homens Trans (2013). Quem são as pessoas trans? Blog da ABHT [periódico na Internet]. Acessado em: 2023, março. Disponível em: » <https://goo.gl/tKrcIH>

Ávila, Simone. (2014). FTM, transhomes, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado interdisciplinar em direitos humanos) – Centro de Filosofia e Direitos Humanos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Bagagli, Beatriz Pagliarini (2016). A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periódicus*, 1 (5), 87-100. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17178>

Bagagli, Beatriz Pagliarini (2018). “Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”. Campinas: Unicamp/IEL/Setor de Publicações. Recuperado de: <https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/Cisgenero-nos-discursos-feministas-uma-palavra-tao-defendida-tao-atacada-tao-pouco-entendida.pdf>

Benevides, Bruna G. (2023). Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Brasília, DF: Distrito Drag; Antra.

Bento, Berenice Alves de Melo (2006). A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência sexual. Garamond Editora, Rio de Janeiro, RJ.

Bento, Berenice Alves de Melo (2008). O que é transexualidade. São Paulo, Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

Bento, Berenice Alves de Melo (2009). A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. *Revista Bagoas*, UFRN: 95-112.

Bento, Berenice (2012). Sexualidade e experiência trans: do hospital à alcova. *Ciência & saúde coletiva*. 17 (10) <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000015>

Bento, Berenice e Pelúcio, Larissa. (2012) Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis: 20 (2): 256. Mai-Ago. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>

Bento, Berenice. (2014). Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural. In Berenice Bento (Org.), A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual (pp. 69-108). Rio de Janeiro: Garamond.

Bento, Berenice (2014). Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. In: Dossiê Teoria Queer. O gênero em discussão. Revista Cult, Edição 193.

Bento, Berenice (2016). Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. Direito e Práxis. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688016.pdf>

Bourdieu, Pierre (2019). A dominação masculina. A condição feminina e a violência simbólica. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Braga, Adriana. (2006). Técnica etnográfica aplicada à comunicação on-line: uma discussão metodológica. UNIrevista, vol.1, nº3, julho.

Brasil. Ministério da Cultura. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Brasília, [s.d]. <https://ria.ufrn.br/123456789/1600>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. (2000). Sistema Único de Saúde (SUS): Princípios e Conquistas. Brasília, DF.

Brasil. Ministério da Saúde. (2008). Portaria GM/MS nº 1.707 de agosto de 2008. Institui o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – Brasília, DF

Brasil. Ministério da Saúde. (2008). Portaria SAS/MS nº 457 de 19 de agosto de 2008. Estabelece diretrizes técnicas e éticas para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília, DF.

Brasil. Ministério da Saúde. (2010). Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, DF.

Brasil. Ministério da saúde (2011). Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília. DF.

Brasil. Ministério da Saúde (2011). Portaria nº 2.837, de 1º de dezembro de 2011. Redefine o Comitê Técnico de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Comitê Técnico LGBT). Diário Oficial da União 2011; 02 de dezembro.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (2012). Carta dos Direitos Usuários da Saúde. Série: E. Legislação de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. Ministério da Saúde (2013). Portaria 859, de 30 de julho de 2013. Efeito suspenso pelo PRT GM/MS n° 1579 d 31 de julho de 2013.

Brasil. Ministério da Saúde (2013). Portaria n° 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, 2013. 20 novembro.

Brasil. (2015). Ministério da Saúde. Transexualidade e Travestilidade na saúde. Brasília: MS.

Brasil. (2016). Ministério da Saúde. Decreto n° 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional. Brasília: Ministério da Saúde.

Brasil. (2017). Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em seres humanos. www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep

Brasil. (1990) Presidência da República. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências

Brasil. (2015). Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde.

Bosi, Ecléa (1994). Memória e Sociedade: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras.

Bulgarelli, Lucas; Fontgaland, Arthur; Mota, Juliana; Pacheco, Dennis & Wolf, Leona. (2021). LGBTfobia no Brasil: Barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização. São Paulo. All Out e Instituto Matizes.

Butler, Judith (2012). Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar 4ª edição. Rio de Janeiro: Sujeito e História. Civilização Brasileira.

Butler, Judith (2014). Regulações de gênero. Cadernos Pagu, (42), 249-274. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>

Butler, Judith (2018). Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. Belo Horizonte: Cadernos de leitura n° 78.

Butler, Judith (2019). Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo

Butler, Judith (2020). El género em disputa. 2ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: paidós.

Butler, Judith (2020). Corpos que importam. Os limites discursivos do “sexo”. N-1 edições Crocodilo.

Butler, Judith (2021). Prefácio (1999). (2021). Revista de Estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCus, da Universidade Federal da Bahia – UFBA: Salvador, nº 16, v.2, set-dez, 2021.

Butler, Judith (2022). Desfazendo Gênero. Traduzido por Aléxia Bretas, Ana Luíz Gussen, Beatriz Zampiere, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. Coordenação da tradução por Carla Rodrigues. São Paulo, editora Unesp.

Carneiro, Sueli. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Audre Lorde... [et al.]; organização Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Castro, Susana de. (2020). Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. In: Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Organização e apresentação Heloísa Buarque de Holanda; autoras Adriana Varejão... [et al.]. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Ceccarelli, Paulo Roberto (2008). A invenção da homossexualidade. Bagoas – Estudos Gays, Gênero e Sexualidades, 2, 71-93.

Close, Glenn; Curtis, Bonnie; Lynn, Julie & Moloney, Alan [Produtores] e García Rodrigo (diretor). (2012). Albert Nobbs [Motion Picture]. Franco-americano-britânico-irlandês. Baseado no romance de George Moore.

Coats, Pan (Produtores) e Bancroft, Tony; Cook, Barry (diretor). (1998) Mulan. Walt Disney Pictures, Estados Unidos.

Colling, Leandro (2021). Dossiê: Refletir e Resistir. Revista Cult, edição 269. <https://revistacult.uol.com.br/home/dossie-refletir-e-resistir/>

Collins, Patricia Hill & Bilge, Sirma. (2021). Interseccionalidade. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo.

Connell, Raewyn (2016). Gênero em termos reais. São Paulo: n-Versos.

Conselho Federal de Medicina (1997). Resolução CFP nº 1.482 de 10 de setembro de 1997. Dispõe sobre a realização de cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos universitários do Brasil a título experimental. Brasília, DF.

Conselho Federal de Medicina (2002). Resolução nº 1.652 de 06 de novembro de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97

Conselho Federal de Medicina (2010). Resolução 1.955 de 03 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução 1.652/02. Brasília, DF.

Conselho Federal de Medicina (2019). Resolução 2.265 de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1955/2010. Brasília, DF.

Conselho Federal de Psicologia. (1999). Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2005). Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans. Retirado em: 17/04/22, de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (2018). Resolução nº1 de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde.

Conselho Nacional de Justiça (2013). Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável e, casamento, entre pessoas de mesmo sexo. <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>

Corrêa, Fábio Henrique Mendonça, Rodrigues, Bráulio Brandão, Mendonça, Jusane Cabral, & Cruz, Leonardo Rodrigues da (2020). Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 69 (1), 13-22. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000256>

Corrêa, Sonia (2012). O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [s.l.], v.3, n.04,2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2294> Acesso em: 11 jun.2023.

Corrêa, Sonia & Muntarhorn, Vititi. (Orgs.) (2007). Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf Acesso em: 11 jun.2023.

Corrêa, Sonia (2018). A “política de gênero”: um comentário genealógico. In: Debate: Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. Cadernos Pagu (53), e185301. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>

Corrêa, Sonia; Kalil, Isabela (2020). Políticas Antigênero em América Latina: Brasil – La catástrofe perfecta? Rio de Janeiro: ABIA. Associação Brasileira Interdisciplinar de SIDA.

Corrêa, Sonia (2021). Políticas antigênero na América Latina (livro eletrônico): resumos dos estudos de casos nacionais. Editado por Sonia Corrêa, tradução nana Soares, 1ª. Edição, Rio de Janeiro. Associação Interdisciplinar de Aids – ABIA. ISBN 978-65-87854-08-3 <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf>

Costa, Joaze Bernardino-; Torres, Nelson Maldonado-&Grosfoguel Ramón (2023). Decolonialidades e Pensamento Afrodiaspórico. Coleção Cultura Negra e Identidade. Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Editorial SOL, Autêntica.

Costa, Leticia dos Santos d’Utra (2021). A prática delitiva do estupro corretivo e a heteronormatividade compulsória: um estudo acerca da correlação entre crime e patriarcado. Revista Direito e Sexualidade. Salvador, v.2, nº1, p.50-65 jan/jun. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/issue/view/2212>

Couto, Dito Ribeiro, Junior & Brito, Leandro Teófilo de (2018). “Vocês conhecem algumx ‘heterossexual flexível’?” Masculinidades performativas em debate. ETD – Educação Temática Digital, 20 (1).

Demétrio, Fran., Bensusan, Hilan Nissior. (2019). O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. Revista do CEAM, 5(1). <https://doi.org/10.5281/zenodo.3338716>

De Pontes, Júlia Clara, & da Silva, Cristiane Gonçalves (2018). Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. Revista Periódicus, 1(8), 396-417. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>

Dias, Diego Madi (2022). Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. Cadernos Pagu [online]. Acessado: 04 de dezembro de 2022, p.475-497. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430475>>. ISSN 0104-8333. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430475>

Dossiê dos Assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. (2021). Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs.) São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE.

Efrem Filho, Roberto (2017). A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e constituição da vítima. In: Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência. Cadernos Pagu (50).

Fachini, Regina (2002). "Sopa de Letrinhas?". Movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Tese de Mestrado apresentada no Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Falquet, Jules (2012). Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. In: Cadernos de Crítica Feminista. Ano VI, nº5. Recife: SOS Corpo. Instituto Feminista para a Democracia.

Fassin, Éric; Duarte, Mariana & Paz, Diego (2021). Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. Vol. 07, nº 01, jan-mar. <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>

Ferreira, Sérgio Rodrigo da Silva (2022). Problematizando os estudos das masculinidades: A perspectiva transmasculina nas pesquisas brasileiras. Cadernos de Gênero e Diversidade, 8(1), 80-105. <https://doi.org/10.9771/cgd.v8i1.42541>

Ferraz, Claudia Pereira (2019). A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. Aurora: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v.12, n.35, p. 46-69. Jun-set.

Foucault, Michel (1977). O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel. (1979). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, Michel. (1984) História da Sexualidade. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, Michel (1988). História da Sexualidade I: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição, Rio de Janeiro.

Foucault, Michel. (2014). Nietzsche, a genealogia, a história. In Roberto Machado (Org.). Microfísica do Poder (R, Machado, tradutor), Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Fragoso, Suely; Recuero, Raquel & Amaral, Adriana. (2011). Métodos de Pesquisa para Internet. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina

Freire, Paulo (1987). Pedagogia do Oprimido. 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra..

Gonzalez, Lélia (2019). A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: Pensamento

Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Gonzalez. Lélia (2020). Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar.

Gil, Antonio Carlos. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6a. Edição. São Paulo: Atlas.

Hamlin, C., & Vandenberghe, F.. (2013). Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell. Cadernos Pagu, (40), 345-358. <https://doi.org/10.1590/s0104-83332013000100011>

Haraway, Donna (2019). Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo

Harding, Sandra. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Rev. Estudos Feministas, ano 1. Florianópolis, SC.

Henriques, Rogério da Silva Paes, & Leite, André Filipe dos Santos (2019). A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. Revista Estudos Feministas, 27(3), <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356662>

hooks, bell (2017). Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

hooks, bell. (2019). E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

hooks, bell. (2019). O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 3ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

hooks, bell. (2019). Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva.

Jesus, Jaqueline Gomes de (2010). Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. Em Simpósio Gênero e Psicologia Social: Diálogos Interdisciplinares. Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social: Diálogos Interdisciplinares, Brasília, Brasil.

Jesus, Jaqueline Gomes de (2012). Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos - Guia Técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião (2a ed.). Autora. Recuperado de <https://www.diversidadesexual.com>

Jesus, Jaqueline Gomes de, & Alves, Hailey (2012). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista Cronos, 11(2). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150/pdf> Acesso em 17 abr. 2023.

Jesus, Jaqueline Gomes de. (2019) Xica Manicongo: A transgeneridade toma a Palavra. Revista Docência e Cibercultura, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 250-260, jun. 2019.

ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/29703>>. Acesso em: 16 jan. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>.

Junior, Augusto da Silva. (2018). Uma viagem nem tão solitária: uma experiência de produção de masculinidade. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ciências da Saúde e Coletiva. Centro Biomédico: Instituto de Medicina Social.

Kaas, Hailey, & Bagagli, Bia P. (). Transfeminismo: Feminismo interseccional relacionado às questões trans. Retirado em 17/04/2023 de: <http://transfeminismo.com>

Karhawi, Issaaf (2017). Influenciadores digitais: Conceitos e Práticas em discussão. Revista Comunicare. Volume 17 – Edição especial de 70 anos da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo.

Kimmel, Michael. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 4 (9), p.103-117, outubro. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>

Laqueur, Thomas W. (2001). Inventando o sexo: corpo e gênero. Dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lauretis, Teresa de. (2019). A tecnologia de gênero. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lauretis, Teresa de (2019). Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo

Lei nº 11.129. (2005, 30 de junho). Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Pro Jovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

Leite Junior, Jorge (2012). Transitar para onde? Monstruosidade, (Des)patologização, (In)segurança e Identidades Transgêneras. Rev. Estudos Feministas, 20 (2): 256. Florianópolis, SC.

Lemos, André (2004). Cibercultura e mobilidade: a era da conexão. Razón y Palabra, nº41, out-nov, Guadalupe, Atizapan de Zaragoza, Estado de México.

Leopoldo, Rafael (2020). Cartografia do pensamento *queer*. Salvador, BA: Editora Devir

Lindgren-Alves, José Augusto. (2018). A década das conferências (1990-1999). 2ª edição, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Coleção Relações Internacionais.

Lionço, Tatiana. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo Transexualizador do SUS: Avanços, Impasses e Desafios. *Physis. Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro 19 [1].

Louro, Guacira Lopes (2001). Teoria *Queer*. Uma política pós-identitária para a educação. In: *Revista Estudos Feministas*. V.9, n° 2. Florianópolis: IFCH.

Louro, Guacira Lopes (2018). *Um Corpo Estranho*. Belo Horizonte: autêntica Editora. Argos.

Louro, Guacira Lopes (2018). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: editora Vozes.

Lugones, María. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, (9), 73-102. Retrieved April 30, 2023, from http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=.

Lugones, María (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Debate Colonialidade do gênero e Feminismos Descoloniais*. Ver. *Estudos Feministas* 22 (3). Acesso: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

Lugones, María (2019). *Pensamentos Feministas: conceitos fundamentais. Audre Lorde... [et al.]; organização Heloísa Buarque de Hollanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lugones, María. (2020). Colonialidades e gênero. In: *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Manso, Bruno Paes (2020). *A República das Milícias: dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Todavia.

Marques, Isaac Rosa & Marin, Heimar de Fátima (2002). Enfermagem na WEB: o processo de criação e validação de um WEB site sobre doença arterial coronariana. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 10(3), 298-307. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692002000300005> Acesso: 11 jun 2023.

Medrado, Benedito & Lyra, Jorge. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

Medrado, Benedito; Spink, Mary Jane Paris; & Mello, Ricardo Pimentel. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: Spink, Mary Jane Paris.; Brigagao, Jacqueline Isaac Machado; Nascimento, Vanda Lucia Vitoriano do; Cordeiro, Mariana Prioli (Orgs.) *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Mercado, Luis Paulo (2012). Pesquisa Qualitativa Online. Utilizando a Etnografia Virtual. Revista Teias, [SI], v.13, n.30, 15 pgs. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.ph/revistateias/article/view/24276>
Acesso em: 01 fev. 2023.

Mesquita, Yukimi Mori & Corrêa, Ciely da Silva (2021). A “masculinidade tóxica” em questão: uma perspectiva psicanalítica. Revista Subjetividades. Estudos Teóricos. 21(1): e10936. Unifor: Fortaleza.

Miguel, Luís Felipe. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. Cadernos Pagu (62), 20 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf> Acesso em: 11 jun. 2023.

Miskolci, Richard (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In.: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun. p.150-182.

Miskolci, Richard & Campana, Maximiliano (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado, 32(3), 725-748. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

Miskolci, Richard (2020). Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Série Cadernos da Diversidade.

Moira, Amara (2016). E se eu fosse puta. São Paulo: Hoo.

Montaño, Sonia. (2017) A construção do usuário na cultura audiovisual do YouTube. Porto Alegre: Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia.

Motta, Bruna Seibert; Bittencourt, Maíra & Viana, Pablo Moreno Fernandes. (2014). A influência de Youtubers no processo de decisão dos espectadores: uma análise no segmento de beleza, games e ideologia. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília: v.17, n.3, set/dez.

Moraes, Fabiana (2015). O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

Nascimento, Letícia Carolina Pereira do (2021). Transfeminismo (Coleção Feminismos Plurais). São Paulo: Jandaíra.

Nery, João Walter. (2011). Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Leya.

Nery, João Walter e Maranhão-Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Trans-homens: a distopia nos tecno-homens. Parte I – Movimento Social: relatos de vivências e lutas contra o preconceito e pelo direito à saúde. In.: Transexualidade e travestilidade na saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Brasília, 2015.

Oliveira, Pedro Paulo de (2004). A Construção Social da Masculinidade. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

Oliveira, Adelaide Suely de (2015). Reconstituindo histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo: um olhar sobre as décadas de 1970 e 1980. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16908>

Organização Panamericana de la Salud (2019). Masculinidades y salud em la Región de las Américas. Resumen, Washington, D.C.:OPS.

Oyêwùmí, Oyèrónké (2021). A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Oyêwùmí, Oyèrónké (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de Oyêwùmí Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The eurocentric foundations of feminist concept and challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. Codesria Gender Series. Volume 1, Dakar, Codesria, p. 1-8, por Juliana Araújo Lopes.

Paz, Diego; Amazonas, Maria Cristina Lopes de Almeida & Medrado, Benedito (2020). Repertórios linguísticos na literatura científica brasileira sobre “homofobia*”. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 72 (1), pp. 72-92 (10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i1p.72-92)

Pinafi, Tania; Gonsalves Toledo, Livia. Tecnologias de gênero e as lógicas do aprisionamento. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S.l.], v.5, nº06. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2335> Acesso em: 16 nov. 2022

Polivanov, Beatriz B. (2014). Etnografia virtual, Netnografia ou apenas Etnografia? Implicações dos conceitos. Esferas, 1(3). <https://doi.org/10.31501/esf.v1i3.4621>

Prado, Marco Aurélio Maximo, & Corrêa, Sonia. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. Revista Psicologia Política, 18 (43), 444-448. Recuperado em 31 de março de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&tlng=pt

Preciado, Paul B (2017). Manifesto Contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual. N-1:edições

Preciado, Paul B. (2018). Texto Junkie. Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. N-1 edições.

Preciado, Paul B (2019). O que é contrassexualidade? In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo

Preciado, Paul B. (2019). Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Org.: Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Preciado, Paul B. (2020). Um apartamento em Urano: Crônicas da Travessia. Tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar.

Princípios de Yogyakarta (2007). Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. Disponível em: <https://www.outrightinternational.org/content/international-role-yogyakarta-principles>

Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. (2013). Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). MS/GM.

Ramírez, Guzmán Bóris. (2014). Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. Iberoamerica Social: revista-red de estudos sociales (III), pp. 15-21. Recuperado de: <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro>

Raun, Tobias. (2010) #Nascimentos em Tela: explorando o potencial transformador em blogs de vídeo no YouTube. Tradução: Jaqueline Gomes de Jesus. Revista do Programa de Pós-Graduação de Ciências da UFRN. Dossiês, volume 11, nº 2. Recuperado de: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2155/pdf>

Resende, Marcelo Branquinho. (2018). Memória e (trans) gênero: sobre a autobiografia de Herculine Barbin. In Dossiê História e gênero: representações e simbolismos. V.7, n.1, p.204-220. Unesp, SP. <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/view/128>

Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018. (2018). Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. CFP. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

Ribeiro, Maria Auxiliadora T. (2015). A pesquisa em base de dados: Como fazer. In: C.E.Lang, J.S. Bernardes, M.A.T. Ribeiro & S.V. Zanotti (Orgs.), Metodologias: Pesquisas em Saúde, clínica e práticas psicológicas. Maceió. Al: Edufal.

Rich, Adrienne. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 4, n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309> Acesso em: 13 maio. 2023.

Rodrigues, Carla & Gruman, Paula (2021). Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. Anuário antropológico [online].

V.46 n.3, setembro-dezembro. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.8933>
Acesso em 19 maio. 2023

Rodrigues, Randolfe & Costa, Humberto (2022). A política contra o vírus: Bastidores da CPI da Covid, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.

Rosa, Guimarães [1956] (2015). Grande sertão: Veredas. 22ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

Rubin, Gayle. (2017). Pensando o Sexo. In: Políticas do Sexo. São Paulo: Ubu Editora.

Sales, Gabriela Coutinho (2019). Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim Chanacomchana, Universidade de Brasília, Brasília.

Sá, Simone (2005). O samba em rede – comunidades virtuais, dinâmicas identitárias e carnaval carioca. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

Santana, Glauco de Souza (2020). A transgeneridade na novela 'A força do Querer': uma análise dos relatos de homens trans. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. Recuperado de <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3769/2/>

Santos, Flávia Martins dos; Gomes, Suely Henrique de Aquino. (2013). Etnografia virtual na prática: análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. Recuperado de: https://abciber.org.br/simpósio2013/anais/pdf/Eixo_1_Educacao_e_Processos_de_Aprendizagem_e_Cognicao/26054arq02297746105.pdf

Schwarcz, Lilia Moritz (2019). Sobre o autoritarismo brasileiro. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

Segato, Rita. (2021). Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempos.

Silva, Felipe Cazeiro da, Souza, Emily Mel Fernandes de e Bezerra, Marlos Alves. (2019) (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. Revista Estudos Feministas [online]. 2019, v. 27, n. 2 [Acessado 16 Novembro 2022] , e54397. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>>. Epub 12 ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>

Silva, Junior Augusto da (2018). "Uma viagem nem tão solitária": Uma experiência de produção de masculinidade. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Centro Biomédico, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/4432/4/Disserta%C3%A7ao%20-%20Junior%20Augusto%20da%20Silva%20-%202018%20-%20Completa.pdf>

Silva, Jonas Alves da, Junior, Silva, Maria de Lourdes, & Silva, Leandro (2019). Travestilidades no espaço socioeducativo: (des)patologização, monstrosidade,

violência, abjeção e negação das identidades transgêneras. *Dialogia*, 32, 93-107. <https://doi.org/10.5585/Dialogia.n32.13641>

Silva, Marianny, Moura, Agatha & Alencar, Letícia (2022). Entre dádivas e pesares: reflexões sobre a profissão de influenciador digital *lifestyler*. *Revista Mídia e Cotidiano*, 17 (1), 160-185. <https://doi.org/10.22409/rmc.v17i1.54845>

Souza, Eduardo Sérgio Soares; Viana, Alba Jean Batista e Vale, Johnatan Marques do. (2015). Os homens trans e a corporeidade: o complexo fenômeno da busca do sujeito social masculino. Parte III – Serviço de Saúde: relatos de experiências da implantação de um atendimento integral a travestis e transexuais. In: *Transexualidade e Travestilidade na saúde*. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa.

Souza, Silvanie Campos de (2018). A construção discursiva do corpo do trans-homem na perspectiva foucaultiana. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara. Recuperado de https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/158260/souza_sc_me_arafcl.pdf

Spivak, Gayatri Chakavorty (2010). *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa & André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Ed.UFMG.

Thürler, Djalma & Medrado, Benedito (2020). Masculinidades contemporâneas em disputa// Contemporary masculinities in dispute. *Revista Periódicus*, 1(13), 01-08. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i13.38036>

Vasconcellos, Débora Araújo de (2018). O processo transexualizador: De uma identidade medicalizada à luta social pela despatologização. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de: <https://repositorio.ufpe.br/handle>

Vergès, Françoise (2020). *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora.

Vergueiro, Viviane. (2016). Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: Messeder, Suely Aldir. & Castro, Mary Garcia. and Moutinho, Laura. Orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA. Pp. 249-270. ISBN. 978-85-232-1866-9. Acesso: 05 de dezembro de 2022. <https://books.scielo.org/id/mg3c9/pdf/messeder-9788523218669-14.pdf>

Vieira, Luiz Augusto Mugnai, Júnior (2018). “Quantas curtidas merece essa trans?": A recepção da transexualidade nas mídias digitais. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília.

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/180373/vieirajunior_lam_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Vieira, Fabiola Supino; Santos, Isabela Soares; Ocké-Reis, Carlos e Rodrigues, Paulo Henrique Almeida (2018). Políticas Sociais e Austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: CEBES, 64 p.

Vosgerau, Dilmeire Sant'Ann Ramos & Romanowski, Joana Paulin. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v.14, n°41, p.165-189, jan-abr.

Woolf, Virginia. [1928] Orlando: Uma biografia. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 288 p.

Xavier, Elódia (1998). Declínio do Patriarcado. A família no imaginário feminino. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos.

<https://antrabrazil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>

<https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>

<http://www.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>

<https://cpop.ufpr.br/eleicoes-2018-a-relacao-entre-fake-news-e-os-candidatos-jair-bolsonaro-e-fernando-haddad/>

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/09/cultura/1554804743_132497.html

<https://medium.com/passaparola/paul-b-preciado-o-sujeito-do-feminismo-%C3%A9-o-projeto-de-transforma%C3%A7%C3%A3o-radical-da-sociedade-em-seu-7d6c4c728f8d>

<https://nacoesunidas.org/oms-anuncia-retirada-dos-transtornos-de-identidade-de-genero-lista-saude-mental/>

<https://site.cfp.org.br/no-dia-da-visibilidade-trans-cfp-publica-resolucao-cfp-01-2018/>
<https://www.todamateria.com.br/carta-de-pero-vaz-de-caminha/>

<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/05/5010661-leis-para-influencers-especialistas-explicam-quais-sao-as-regras-no-brasil.html>

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/11/politica/1476140602_387802.html

